

LÚCIO CABRAL MENDES

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA CRIAÇÃO
DE AUTOEMPREGO NAS REGIÕES PERIFÉRICAS:
Cabo Verde – Ilha de Santiago (2005 a 2010)**

Orientadora: Ana Benavente

Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades

Instituto de Educação

Lisboa

2013

LÚCIO CABRAL MENDES

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA CRIAÇÃO
DE AUTOEMPREGO NAS REGIÕES PERIFÉRICAS:
Cabo Verde – Ilha de Santiago (2005 a 2010)**

Tese apresentada para obtenção do grau de
Doutor em Educação, no Curso de
Doutoramento em Educação, conferido pela
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias.

Orientadora: Prof^a. Doutora Ana Benavente

Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades

Instituto de Educação

Lisboa

2013

Epígrafe

O homem é a parte da realidade, a realidade existe independentemente da vontade do homem, e o homem tem, na medida em que ele adquire consciência da realidade, na medida em que a realidade influencia a sua consciência, cria a sua consciência, ele pode adquirir a possibilidade de transformar a realidade a pouco e pouco.

Amílcar Cabral

Este homem objecto, sem meios de existir, sem razão de ser, é destruído no mais profundo da sua existência. O desejo de viver, de continuar, torna-se cada vez mais indeciso, cada vez mais fantasmático.

Frantz Fanon

Esta tese foi escrita com base no acordo ortográfico

Ao meu pai Francisco Mendes (Didi) que não sabia o quê e para quê estudar e nem a importância da escola, que a terra lhe seja sempre leve e pode contemplar os meus passos;

A minha mãe Antónia Horta Cabral (Naia), pela sua capacidade de me fazer nascer como uma criatura humana e crescer como um homem de vale e das ribeiras;

Aos meus filhos Osvaldo, Érico e Dânia que sempre partilhamos momentos de grandes ausências e saudades;

A Maria de Lourdes, minha “Corsa” pessoa do meu amparo há quase 3 décadas. A nós. Por tudo, com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Benavente, que me guiou, com dedicação e paciência, por novos horizontes teóricos, proporcionando-me a oportunidade única de olhar de outro ponto de observação as complexas questões que envolvem a formação profissional e o processo da criação do autoemprego. Não foi fácil o caminho que escolhi, mas o estímulo à reflexão académica rigorosa, a experiência de vida, o diálogo franco e generoso com a orientadora tornou o desafio possível.

A todos os colegas do curso, os colegas brasileiros que sempre me animaram nos invernos rigorosos de 2010, 2011 e 2012. À Paula Lindesa pela hospitalidade e acolhimento no primeiro grupo de trabalho e pela nossa grande amizade.

À Narcisa Pereira pela leitura cuidada desta dissertação e pela grande amizade de mais de uma década.

Aos colaboradores do Instituto do Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde, sobretudo a Dr.^a Raquel Lima e Dr. Celestino Sanches e todos os colaboradores do Departamento de Formação Profissional, pelo apoio na pesquisa de documentos. Também a todos os Diretores dos Centros de Formação Profissional e das Escolas Técnicas da ilha de Santiago, pela colaboração dada durante o processo de investigação.

À Dona Lurdes Alves da Secretaria do Instituto da Educação da ULTHL que sempre me atendeu com toda dedicação e carinho desde o primeiro dia, meu muito obrigado.

Não posso deixar de agradecer a todos os professores de seminários do curso, sobretudo o Professor Teodoro, a Professora Maria do Carmo Clímaco e a Professora Petrágia, pelo encorajamento e palavras de incentivos.

Tenho de reconhecer a força de todos os colegas de investigação nas Bibliotecas da Faculdade de Letras e da Faculdade de Educação e Psicologia, Jacinto Miranda, Baró Balde, Raul Brazuca, José Manuel e Massamba Wa Mpovelo, por longas horas de investigação e partilha de ideias que tornaram possível que os dias, meses e anos passaram distante da terra natal e da família.

Finalmente, tenho uma dívida de gratidão com o IPAD que tornou possível a minha estadia em Lisboa durante estes 3 anos; a minha família, em especial os meus filhos e a Maria de Lourdes “Corsa”, a quem dedico esta tese.

Como é lógico, aceito sozinho a responsabilidade pelo que se segue.

RESUMO

O objetivo deste trabalho de investigação é compreender a importância da formação profissional na criação do autoemprego (self-employment) nos países periféricos, particularmente Cabo Verde, ilha de Santiago. A criação do próprio emprego é cada vez mais urgente e necessária para lutar contra o flagelo do desemprego que assola todos os países, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento. O autoemprego é visto como resultado do empreendedorismo, uma arma certa para destronar as taxas do desemprego que transformam a teoria do pleno emprego numa mera utopia do século XXI. O autoemprego como parceira do emprego assalariado, situado no lado oposto da barricada, caracterizado pela independência e autonomia dos trabalhadores. A formação profissional é determinante para a qualificação das pessoas, necessárias tanto para o emprego como para o autoemprego. A articulação entre os sistemas de educação/formação/emprego foi a base conceitual deste trabalho, visando o autoemprego como uma vertente específica de todo esse processo investigativo. Ao abordar o autoemprego ou o emprego assalariado necessariamente a educação e a formação não podem ficar de fora, visto que são factores fundamentais na vida de um indivíduo. A formação profissional tema muito discutido e acarinhado por todos decisores políticos, constitui a esperança para a retoma da economia e melhoria de bem-estar das pessoas. Não há formação sem a educação e sem estes dois não há emprego e o autoemprego, neste mundo global, tecnológico e competitivo. Trata-se de uma investigação em educação, mais especificamente no domínio da formação profissional e na sua articulação com o autoemprego, área de conhecimento, fronteira ténue que cruza a educação, a formação e mercado de trabalho que, pela sua natureza requer abordagens multidisciplinares. A nossa investigação procura antes de mais compreender a formação profissional como mais-valia para um indivíduo na inserção no mercado de trabalho e o impacto da formação profissional nos jovens diplomados na criação de autoemprego, no contexto cabo-verdiano. A questão principal do nosso estudo é avaliar o impacto da criação do autoemprego pelos diplomados de formação profissional, no crescimento desta modalidade e na determinação do seu sucesso em Cabo Verde, particularmente na ilha de Santiago entre os anos de 2005 a 2010.

Palavras – chave: educação, formação profissional, empreendedorismo, emprego e autoemprego.

ABSTRACT

The objective of this research report is to understand the importance of training in creating self-employment (self-employed) in the peripheral countries, particularly Cape Verde, the island of Santiago. The self-employment is becoming more urgent and necessary to fight the scourge of unemployment that plagues all countries, both developed and developing. Self-employment has become a source of entrepreneurship, a weapon to dethrone accurate rates of unemployment that transform the theory of full employment in a mere utopia of the twenty-first century. Self-employment as a faithful partner of employment, located on the same side of the barricade, characterized by independence and autonomy of workers, both fruits and training is crucial for growth of the same. The relationship between systems of education / training / employment was based conception of this work, aiming at self-employment as a specific aspect of this whole investigative process. In addressing the education and employment, we are constantly tempted to include almost mandatory "training" because it fits well in the beginning, as in the middle or end of the approach. For the two issues (education and employment) require a mediator in order to improve the link, and this is training. This is an educational research, specifically in the field of vocational training and in their relationship with self-employment, knowledge area, thin line that crosses the education, training and labor market which, by its nature requires approaches multidisciplinary. Our research seeks above all to understand and deepen their knowledge of the process of training, as well as its added value for an individual entering the labor market and in the process of creating self-employment in the context Cape Verde. The main point of our study is to understand the impact of training in creating self-employment, the growth of the same modality and in determining their success in Cape Verde, particularly on the island of Santiago from 2005 to 2010.

Key - words: education, entrepreneurship, training, employment, self-employment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – Ano Complementar Profissional

ADEI – Agência de Desenvolvimento Empresarial e Inovação

APROSPI – Associação dos Professores de Santa Catarina e Picos

ASDI – Associação Internacional para Desenvolvimento

B.O. – Boletim Oficial

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CIME – Comissão Interministerial para o Emprego

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

CRP – Comissão Regional de Parceiros

DECCRP – Documento de Estratégia do Crescimento e
Redução de Pobreza

DEGAEA – Direção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos

DGEFP – Direção Geral do Emprego e Formação Profissional

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EBI - Ensino Básico Integrado

EICM – Escola Industrial e Comercial de Mindelo

EPCR – Escola Polivalente Cesaltina Ramos

ETSC – Escola Técnica de Santa Catarina

EU – União Europeia

EUA – Estados Unidos de América

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAT – Grupo de Apoio à Transição

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

INO – Índice Nacional de Oportunidades

IRDAC – Industrial Research and Development Advisory Committee

of the Commission of the European Committies

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

MEC – Ministério da Educação e Desporto

MPD – Movimento Para a Democracia

MPE – Micro e Pequenas Empresas

MPME – Micro, Pequena e Média Empresa

MTIE – Ministério do Turismo, Indústria e Energia

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos do Milénio

OGE – Orçamento Geral do Estado

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMCV – Organização de Mulheres de Cabo Verde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PANA – Agência de Informação

PDM – País de Desenvolvimento Médio

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PNLP – Programa Nacional de Luta Contra Pobreza

PREP – Programa Regional para a Promoção de Emprego nos PALOP

SNQ – Sistema Nacional de Qualificações

TCM – Taxa de Crescimento Médio

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência
e Cultura

Uni-CV – Universidade de Cabo Verde

Índice Geral

_Toc378148322

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	iv
ÍNDICE DE QUADROS	x
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xi
ÍNDICE DE FIGURAS	xii
INTRODUÇÃO GERAL	13
1 – O percurso da investigação e do investigador	13
2 - Introdução	18
2.1 Estrutura geral do trabalho de investigação	21
PARTE I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL	25
CAPÍTULO I – FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO	26
1.1 Conceito da formação profissional	26
1.2 Formação Profissional no panorama cabo-verdiano	35
1.3 A formação experiencial em Cabo Verde	38
1.4 A Construção do sistema da formação profissional em Cabo Verde	43
1.4.1 Articulação das políticas no sistema de formação	44
1.5 – A dimensão social da educação e ensino secundário na formação profissional	47
1.5.1 - Caracterização conceptual de educação	47
1.5.2 O ensino secundário a porta de saída para o mercado de trabalho	53
1.6 Ensino técnico, um dos pilares da formação profissional em Cabo Verde	57
1.6.1 Introdução histórica do ensino técnico em Cabo Verde	57
1.6.2 A dinâmica atual do ensino técnico	63

1.6.3 Ensino Técnico em Cabo Verde a partir do ano 1996	68
1.7 Da organização à aceitação social da formação profissional.....	77
1.8 Da Educação ao Emprego no contexto cabo-verdiano	79
1.9 Investir na formação para qualificar os profissionais em Cabo Verde	85
1.10 A qualificação profissional para todos	90
1.11 As dificuldades da inserção profissional com base na formação	96
CAPÍTULO II – AUTOEMPREGO E EMPREENDEDORISMO	100
2.1 Da Formação profissional ao autoemprego.....	100
2.2 Autoemprego, informalidade e subdesenvolvimento.....	111
2.2.1 Autoemprego formal e informal	115
2.3 Caracterização do autoemprego quanto a género, etnia, idade e educação.....	121
2.3.1 Género	121
2.3.2 Raça ou Etneia.....	124
2.3.3 Idade	125
2.3.4 Educação	126
2.4 A relação entre autoemprego e empreendedorismo	127
2.5 O empreendedorismo e as suas variantes	129
2.6 O microcrédito na criação do autoemprego.....	133
2.6.1 Microcrédito no financiamento de autoemprego em Cabo Verde	135
2.7 A ADEI, o IEFP e o Novo Banco na implementação do empreendedorismo.....	138
CAPÍTULO III – CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO.....	141
3.1 – Cabo Verde e a Ilha de Santiago.....	141
3.2 – Sistema político e estrutura administrativa	142
3.3 – Aspetos demográficos, educação e formação.....	144
3.4 – População ativa, emprego e desemprego	145
3.4 – Situação Económica	146
3.5 Cabo Verde, um país periférico europeu e africano	147
3.6 O cenário emigratório cabo-verdiano e a formação profissional	150
3.7 Ilha de Santiago um contexto específico do Estudo.....	156
PARTE II – PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.....	160

Capítulo IV – OPÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS.....	161
4.1 Enquadramento científico da investigação	161
4.2 Pertinência da Investigação	164
4.3 Objetivo da investigação	167
4.4 Questão de investigação	168
4.5 Delimitação do problema a investigar	169
4.6 Objeto de estudo	171
CAPÍTULO V - AS CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS	173
5.1 Os Caminhos investigativos.....	173
5.2 Investigação Quantitativa e Qualitativa	177
5.3 Os limites da Investigação documental	179
5.3.1 Processos de investigação	180
5.4 As fases da investigação	182
5.5 Terreno Investigativo	187
5.6 Técnicas e instrumentos de recolha de dados	189
5.6.1 Inquérito por questionário	189
5.6.2 Dificuldades na aplicação do questionário.....	193
5.6.3 Entrevista	194
5.7 Participantes	198
Quadro 22 - Diplomados autoempregados identificados por Centros de Formação e Escolas Técnicas.....	199
PARTE III – APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	203
CAPÍTULO VI – APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	204
6.1 Resultados dos questionários aos diplomados autoempregados	204
6.2 Análise de entrevistas	242
SÍNTESE FINAL.....	261
CONCLUSÕES	271
RECOMENDAÇÕES E PROSPECTIVA.....	275
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	279

ANEXOS.....	287
ANEXO I.....	288
ANEXO II.....	299
ANEXO III.....	307

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Evolução do nº de alunos do Ensino Técnico (2003/04- 2010/11)	66
Quadro 2 - Alunos finalistas do Ensino Técnico que frequentaram cursos ACP	67
Quadro 3 - Distribuição dos alunos por Escolas e por ano letivo	68
Quadro 4 - Cursos de ACP ministrados em cada Escola Técnica de Cabo Verde	74
Quadro 5 - Distribuição dos alunos de ACP por sexo e cursos	76
Quadro 6 - Investimento na formação profissional 2006 a 2009	88
Quadro 7- Síntese dos três modelos clássicos de ensino e formação profissional	93
Quadro 8- Taxa de autoemprego no emprego total (excluindo a agricultura) 1984-1998	103
Quadro 9 - Classificação dos trabalhadores pela ocupação,	104
Quadro 10 – Aspetos favoráveis e desfavoráveis no autoemprego	105
Quadro 11 - Taxas de autoemprego não-agrícola em alguns países de OCDE	106
Quadro 12 - Percentuais de autoemprego por género nos países desenvolvidos	122
Quadro 13 - Percentuais de autoemprego por género, nos países emergentes	123
Quadro 14 - Emigrantes cabo-verdianos em vários países do mundo (1998)	152
Quadro 15 - Imigrantes Cabo-verdianos por continente e país	153
Quadro 16 - Distribuição da população por concelhos da ilha de Santiago	157
Quadro 17 - Indicadores de desemprego, no período 2000 a 2010, em Cabo-Verde	159
Quadro 18 - Diferenças entre pesquisa quantitativa e qualitativa	177
Quadro 19 - Diplomados de Formação profissional a nível nacional (2007/2009)	183
Quadro 20 - Diplomados com FTP que criaram o seu próprio negócio por famílias profissionais	184
Quadro 21 - Diplomados da Ilha de Santiago apresentados pelo IEFP	199
Quadro 22 - Diplomados autoempregados identificados por Centros de Formação e Escolas Técnicas	199
Quadro 23 - Diplomados inquiridos por Centro de Formação e Escola Técnica	201
Quadro 24 - Entidades abrangidas pelas entrevistas	202
Quadro 25 - Distribuição percentual por número de trabalhadores no autoemprego	231
Quadro 26 - Grau de satisfação com a firma	237
Quadro 27 - Distribuição percentual do grau de satisfação por estado civil	238
Quadro 28 - Instituição e local de trabalho dos entrevistados	244
Quadro 29 - Temas e categorias emergentes das entrevistas dos Diretores e Técnicos de serviços parceiros da Formação Profissional	245

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução das taxas de escolarização nos diferentes níveis de ensino	47
Gráfico 2 - Ações de formação por área.....	89
Gráfico 3- Composição etária da população de Cabo Verde.....	154
Gráfico 4– Diplomados com FTP que criam o próprio negócio por sexo	184
Gráfico 5– Distribuição percentual dos inquiridos por sexo.....	204
Gráfico 6 – Distribuição percentual dos autoempregados por idade	207
Gráfico 7- Distribuição percentual do estado civil dos autoempregados	208
Gráfico 8- Distribuição percentual dos autoempregados por concelho de origem	210
Gráfico 9– Distribuição percentual do pai por nível de ensino	212
Gráfico 10– Distribuição percentual do grau de instrução da mãe	213
Gráfico 11- Distribuição percentual dos pais por ocupação profissional.....	214
Gráfico 12– Distribuição percentual dos diplomados por nível escolar	215
Gráfico 13 – Distribuição percentual dos diplomados por nível de curso.....	217
Gráfico 14– Distribuição percentual dos autoempregados por centro de formação	218
Gráfico 15– Distribuição percentual dos diplomados por ano de formação	219
Gráfico 16– Distribuição percentual dos diplomados por motivos de formação	220
Gráfico 17– Distribuição percentual dos autoempregados antes da formação.....	221
Gráfico 18– Distribuição percentual dos autoempregados por ocupação	223
Gráfico 19– Distribuição percentual sobre o tempo da demora para criação do autoemprego	224
Gráfico 20– Distribuição percentual sobre motivos da criação do autoemprego	226
Gráfico 21– Distribuição percentual sobre a situação atual do negócio	227
Gráfico 22– Distribuição percentual dos trabalhadores no autoemprego	229
Gráfico 23– Distribuição percentual de recursos ao crédito pelos autoempregados	234
Gráfico 24– Distribuição percentual dos produtos e serviços por destino do consumidor.....	238

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Organização do Sistema Educativo de Cabo Verde	51
Figura 2 - Mapa de Cabo Verde.....	141
Figura 3 - Mapa da Ilha de Santiago	156

INTRODUÇÃO GERAL

1 – O percurso da investigação e do investigador

Numa palavra: nestas ilhas tudo se combina
para impor ao homem uma vida dura,
difícil e de miséria.

António Carreira

Um percurso de investigação, no âmbito de doutoramento, contém fases e etapas interessantes de encantamento, porém e também de sacrifícios. Por vezes, impera o desespero, no trilhar de caminhos que, no início, parecem inúmeros, mas poucos nos levam à encruzilhada: a fase da conclusão da tese. Ao transpor a barreira, não se deve ficar convencido de que se é um cavaleiro aventureiro e solitário, que por milagre conseguiu cavalgar, sem apoio e orientação de um mestre e contribuição dos colegas mais próximos.

Para uma investigação a cumprir, a colaboração e troca de informações e conhecimentos são indispensáveis, sobretudo no trabalho a realizar no terreno e na realidade cabo-verdiana, visto que se trata de uma pesquisa que requer o mergulho no real. O investigador, como narrador-escritor é um Ator que contracenar com outros atores, num palco povoado de ideias atuais e do passado, com vigor e muita interação.

Sendo relacional e colaborativo, este tipo de trabalho apresenta um itinerário que parece interminável, tendo em atenção a evolução social e todo um conjunto de interações entre pessoas, instituições e o investigador em pleno século XXI. Interessa pôr à prova **o que se pensa que já se sabe**, elaborar estratégias para **comprender o que não se sabe** e *sugerir o que fica, para novas pesquisas*. A investigação sociológica e educativa corresponde a um desejo e a um grande esforço intelectual assente na compreensão do

objeto de estudo e todo o meio envolvente. Deste modo, poderemos situar-nos e posicionar-nos, a partir de uma focagem que permita articular o passado e o presente, mas também garantir a aquisição de um conhecimento real da situação, que possibilite compreendermos a nós próprios. Embora a visão neutral, apresentada pelo paradigma positivista, a qual evidencia uma distinção entre o sujeito e objeto, entre fatos e opiniões, fosse e seja, ainda hoje, considerada por muitos uma condição para a investigação social, nunca é neutra, pois é sempre construída com base num olhar e num código de leitura particulares. Estou convicto do que existem aspetos implícitos, que estão impregnados nas representações sociais e culturais dos autores (investigadores). Afirmando que o olhar, que utilizo para analisar as dinâmicas sociais, tanto a nível mais abrangente, como a nível de Cabo Verde, e particularmente a ilha de Santiago, quer nos aspetos documentais, quer nos dados empíricos, é o olhar de um investigador social, que está inserido nesse contexto cultural e profissional. Não é incorreto afirmar que este trabalho tem, também, uma visão autobiográfica, que aqui é reforçada, explícita ou implicitamente, por um longo período de investigação, o qual deixa marcas de um percurso de vários anos (mesmo que intencional), de experiência profissional do investigador. Não obstante, o percurso temporal e a metodologia da pesquisa permitiram o distanciamento reflexivo, necessário à análise realizada.

Como já possuía alguma maturidade biológica e cultural, desde os 12 anos de idade e, partindo de um saber profissional campestre, aos 21 anos, transformei-me gradativamente num profissional do ensino. Sai do meio da horta para a sala de aula, para uma nova profissão, a de um professor, bem diferente da profissão exercida anteriormente.

Mas as ideias nascem e evoluem com a pessoa. Como professor do Posto Escolar de Serviço Eventual, sem formação nem experiência profissional, abracei a responsabilidade de ensinar um grupo de alunos, enquadrados num contexto social conturbado. Uma aldeia periférica, num vale recôndito da ilha, atormentada pela seca persistente e habitada por famílias que sobreviviam abaixo da linha da pobreza.

Num período de quase uma década de trabalho social, tanto no contato permanente com a população, sobretudo as pessoas afiliadas ao único partido político¹ de então (os militantes de inspiração comunista), os camponeses ligados às associações supostamente de classes, desenvolvi uma investigação ligada às associações de camponeses, dos principais vales dos concelhos de Santa Catarina e São Salvador do Mundo. Esta investigação constituía o elemento indispensável para avaliação final do Curso Básico de Ciências Sociais, destinado aos militantes e quadros do partido no poder (PAICV)

¹ Em Cabo Verde, de 1975, data da independência nacional até 1991, PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde) foi o único partido.

Partido Africano da Independência de Cabo Verde, consagrado pela Constituição da República, como força política dirigente da sociedade e do Estado.

Entretanto, o referido estudo e curso foram concluídos após muitos esforços empreendidos, para estudar no ensino secundário particular, visto que eu não podia continuar os estudos no liceu da Praia, o único da ilha de Santiago na altura, por causa da pobreza, mas também por causa da mentalidade dos pais de não enviarem rapazes para a cidade capital, onde se localizava o referido liceu, para prosseguir os estudos, por receio dos possíveis “perigos”, dentre os quais o desvio comportamental. Agora posso compreender que se trata de uma justificação pessoal e social, de não perder uma mão-de-obra vital para os trabalhos do campo (agricultura do sequeiro e do regadio). O meu agregado familiar, composto por 10 elementos, trabalhava uma grande extensão de terreno, no regime de parceria e arrendamento, tanto de sequeiro como de regadio

Ainda nos anos 70 do século XX, os proprietários das terras em Cabo Verde dispunham do poder económico e financeiro e da autoridade sobre todos os seus rendeiros e parceiros, conforme Cabral (1978) define:

“O rendeiro é aquele que paga uma renda fixa ao proprietário da terra que cultiva. Não se trata, pois, de um proprietário. O mesmo sucede com o parceiro, que é um associado do proprietário com o qual divide as colheitas. Mas, enquanto esta associação torna o parceiro muito dependente do proprietário, o rendeiro goza de uma certa margem de Acção, embora viva constantemente ameaçado pelas sanções a que esta sujeito se não puder pagar a renda” (p.109).

O morgado (proprietário de grande extensão de terreno), nome mais vulgar entre os camponeses, determinava tudo em relação à vida dos rendeiros e parceiros. Todavia, o morgado granjeava grande respeito da parte dos camponeses e estes cumpriam à risca as suas orientações.

Como trabalhador do nosso morgado (proprietário das terras da horta do meu pai), com os meus 13 anos de idade, ganhava um salário diário de 10\$00 (dez escudos), equivalente ao valor atual de 10 cêntimos de euro, que era destinado ao sustento da família. Num belo dia, em conversa com o nosso Morgado de Sedeguma/Pombal (António Cordeiro Almada), descobriu que eu sabia ler e escrever, pois já tinha concluído a quarta classe. Depois de analisar a minha situação, conversou com o meu pai sobre a necessidade de eu continuar a estudar. Mesmo fora da sua vontade, sentiu-se na obrigação de aceitar e deu a palavra de honra ao Morgado do meu regresso à escola no ano seguinte.

Lamentavelmente, o nosso Morgado morreu no mês de Fevereiro de 1974, mas como o meu pai já tinha dado a palavra, fazia a questão de cumprir a promessa e só não se

dispunha, a me acompanhar à cidade da Praia, capital do País, para tratar da documentação necessária e indispensável para a inscrição (Atestado Médico). Eu não conhecia o hospital da capital, mas como o “destino estava traçado”, no mês de Julho, caí de um coqueiro e fraturei o braço esquerdo. O curativo foi feito no Hospital da Praia e tive a oportunidade de conhecer o caminho para tratar da minha documentação no mês de Agosto para entrar na escola no mês de Outubro. Retomei assim os meus estudos no Ciclo Preparatório de Assomada, única escola preparatória para todo interior da ilha de Santiago. A Viúva do falecido Morgado continuou a me aceitar como trabalhador (semi-qualificado) da casa, pagando metade do salário, visto que trabalhava apenas meio-dia (entrava as 13H00 e saía as 18H00). Na outra parte do dia tinha aulas das 8 as 12H00, de segunda a sábado.

Embora o projeto de doutoramento só se tenha iniciado há quatro anos atrás, considero que vem sendo pensado e construído há mais de uma década, embora de forma pouco explícita, devido a todo um percurso realizado. Um dos momentos foi o desafio de iniciar o funcionamento de uma escola técnica, construída de raiz e praticamente baseada no modelo da escola técnica portuguesa, antes da reforma do ensino de 1986, durante três anos, de 2000 a 2003. O maior alento veio com a conclusão do mestrado em Administração e Planificação de Educação na Universidade Portucalense do Porto, (Mendes, 2005)². Outro momento a referir foi a investigação sobre as dificuldades de aprendizagem de Matemática dos alunos da Escola Técnica de Santa Catarina (Mendes, 2006)³. Há ainda a referir que durante os últimos anos como formador dos Centros de Formação Profissional público e privado nas áreas de serviços e comércio, pude verificar a importância e a necessidade de estudos à volta de formação profissional em Cabo Verde.

Conto, portanto, com mais de uma década em contato direto com os “casos”, tanto na qualidade de formador, como no acompanhamento do dia-a-dia da integração dos formandos, no mercado de trabalho e no contato com os empregadores. Participei em debates e discussões sobre vários projetos de regulamentos sobre a formação profissional, acreditação de cursos e centros de formação.

Finalmente, apresento os três fatores que contribuíram para a emergência deste interesse pessoal, profissional e académico, pelo estudo sobre “*A Formação Profissional na Criação do autoemprego nas Regiões Periféricas: Cabo Verde – ilha de Santiago (2005-2010)*”. O primeiro fator decorre do fato de eu ter passado 4 anos à procura do primeiro emprego, mesmo numa época em que uma pessoa com apenas o 2.º ano do Ciclo

² Mendes, L. (2005). A contribuição do Ensino Técnico no Desenvolvimento de Cabo Verde: Caso da ilha de Santiago. Porto. Universidade Portucalense.

³ Estudo realizado, discutido e apresentado ao coletivo dos professores e ao Ministério de Educação.

Preparatório (6.º ano de escolaridade atual), conseguia um emprego, no setor terciário (serviços públicos ou comércio). Saliento ainda que iniciei o trabalho sem qualquer formação ou estágio profissional ligado ao ensino, e mesmo tendo passado por diversos serviços e desempenhado diversas atividades (no ensino, na administração, na animação política e na educação social), num período de dez anos não tive qualquer formação. O *segundo* fator prende-se com o fato de trabalhar num Instituto de Crianças e Adolescentes, como educador social, educador de meninos de e na rua, e ainda ter participado em diversos programas de enquadramento familiar, social e profissional, dos jovens internados no Centro Juvenil dos Picos, centro de recuperação comportamental. O *terceiro* e último fator é o fato de carregar comigo alguma frustração, de não poder estudar como aluno interno e com uma trajetória normal de estudos (primário, secundário e superior que não confere grau de licenciatura). Fi-los sempre como aluno externo, ou como trabalhador estudante, e só depois de atingir a maior idade. Sobretudo, libertado das malhas mentais do meu pai, de que o filho de um pobre deve estudar apenas até o “ primeiro ou segundo grau”, isto é, terceira ou quarta classe dos anos 60, para depois se confinar a um cabo da enxada.

Para mim, era impensável estudar numa Universidade brasileira ou portuguesa. Todavia, com o avançar dos tempos, da idade e da carreira profissional, surgiram oportunidades para complementar a licenciatura numa universidade brasileira, e poucos anos depois, para fazer o mestrado numa universidade portuguesa. Como a necessidade do conhecimento é cada vez maior, veio a vontade e a oportunidade de estudar e completar o último grau do ensino (doutoramento), mesmo confrontado com problemas de índole financeira, o avançar da idade e os acrescidos encargos familiares, na formação universitária dos filhos.

Relativamente a esta situação, concluo com Pinto (1985): “O insucesso escolar das crianças de meios agrícolas, levados a grandes jornadas de trabalho e ao abandono precoce dos estudos, conduz a uma situação de frustrações sucessivas e de grande instabilidade” (p.48)

2 - Introdução

O conceito de formação profissional não é fácil de analisar, dada a mudança de paradigmas associadas e a sua ligação direta, com o ensino técnico. Trata-se de um conceito muito utilizado nos discursos de âmbito político, económico e social. A abrangência e a diversidade deste conceito dificultam a compreensão do seu conteúdo e impedem a formulação de uma definição clara e aceite, por todos os seus utilizadores. Cruz (1998) afirma: "Polémica também quando a literatura revela desencontros entre as posições de diversos autores" (p.26).

A formação profissional tem sido vista, pelos muitos governos e pela União Europeia, como uma medida de combate ao desemprego, tanto na estrutura do emprego, como na criação do autoemprego. A estrutura, a fórmula, o modo de aplicação e até os resultados da formação profissional interessam os políticos, os economistas, os sociólogos, os empregadores, as empresas, os trabalhadores, todos, tanto nos países desenvolvidos, como em desenvolvimento, e ainda nos países classificados como subdesenvolvidos.

A formação profissional é permanentemente invocada para explicar e apoiar as inovações tecnológicas, a criação do emprego no mercado de trabalho e do emprego próprio, o desequilíbrio do mercado, o aumento do desempenho e da produtividade nas empresas, entre outros problemas do desenvolvimento. Neste particular, Margarida Abacassis, em Nota de Abertura do Figueira (2003) afirma:

"Assume, assim, a formação profissional um valor estratégico, sendo um instrumento fundamental para responder às necessidades da economia, aos défices de qualificação profissional dos indivíduos e aos problemas de inserção profissional com que estes se deparam. A formação deve não só contribuir para a supressão dos desequilíbrios atuais, mas também apostar na antecipação dos desafios futuros" (p.9).

Não é errado afirmar que a formação profissional é uma solução que, neste século de grande instabilidade a todos os níveis, sobretudo a nível do sistema económico, é chamada para resolver tudo o que dificulta o funcionamento normal do sistema.

Neste contexto particular de mudanças tecnológicas, socioeconómicas e culturais, em que vivemos, tudo é encarado numa perspetiva de aprendizagem, adaptabilidade e competitividade, virada para a atividade profissional, centrada numa profissão e num emprego. Por isso, a preocupação de prolongar tanto a educação escolar, como a

profissional, de modo a garantir uma formação ao longo de toda a vida e também de garantir a empregabilidade, insere-se nessa perspetiva. De um modo geral, a criação do emprego e o combate ao desemprego constitui a preocupação dos decisores políticos. Por isso, existe um grande empenhamento na construção de uma estratégia adequada, neste sentido, tanto da parte de um país, como no conjunto de países ou organizações internacionais.

Num contexto em que a criação e destruição de empregos, por causa de rápidas mudanças tecnológicas, é uma constante. As exigências de níveis de qualificações das pessoas, sobretudo candidatos ao primeiro emprego são cada vez maiores. Nesta lógica, Figueira (2003) refere que:

“ A qualificação profissional deve desempenhar um papel preponderante na visão futura de uma cultura que se quer inovativa mas de base social. Isto é, deve providenciar a todos os cidadãos europeus conhecimentos e habilidades básicas e técnicas necessárias para o desempenho profissional que permita o desenvolvimento de uma cultura de inovação sustentada tendo em vista o aumento da empregabilidade e a criação de oportunidades de emprego” (p.11).

No quadro da teoria do ciclo económico defendida por Alves (1997), os jovens são recrutados em número superior aos adultos, na estratégia da implementação de novas tecnologias, restaurando-se um equilíbrio aceitável entre o emprego e o desemprego.

A articulação e a convergência dos sistemas de educação, formação e emprego, colmatam os problemas de insucesso e abandono escolar, aprendizagem e qualificação profissional e o desemprego. No quadro de articulação, defendido por Neves, Pedroso & Matias (1993), colocando em evidência o sistema educativo, o sistema do emprego e a parceria Estado/os agentes económicos. Entretanto, dos três modelos de formação profissional experimentados (dual, escolar e mista) ainda não resultou uma fórmula consensual e aplicável a todos os países. Vários estudos e experiências existem em cada país e em realidades diferentes, esclarecem Figueira, Silva & Saúde (2003) “na verdade, não é fácil e, provavelmente, não é aconselhável um modelo para o desenvolvimento de uma cultura europeia de formação profissional, na linha de um percurso europeu orientado para a unificação e regionalização” (p. 31).

Com este trabalho, pretendemos analisar o impacto da formação profissional na criação do autoemprego, pelos diplomados de formação profissional, em Cabo Verde e particularmente na Ilha de Santiago, entre os anos 2005 a 2010. O nosso estudo tem como palco a ilha de Santiago, a maior e a mais populosa de Cabo Verde, com cerca de dois terços da população do país e com uma elevada taxa de desemprego jovem. O nosso estudo procura compreender a melhor articulação entre a formação profissional e a criação

do emprego próprio ou do autoemprego com base nos diplomados de formação profissional que optaram pela criação do seu empreendimento.

Uma questão, que pode surgir ao leitor atento deste trabalho, é o porquê da escolha dos anos 2005 a 2010. A resposta pode basear-se no seguinte: os outros anos também são importantes, tanto os anteriores como os subsequentes, no contexto de formação profissional e criação de autoemprego, em Cabo Verde. Mas, os anos de 2005 a 2010 são considerados anos de maiores investimentos, na formação profissional e quiçá na criação do autoemprego, em Cabo Verde, pelos diplomados de formação profissional. Foi durante esses seis anos, que mais se mobilizou os recursos financeiros, através dos parceiros internacionais, como Portugal, Espanha, Luxemburgo, Holanda, Nações Unidas, entre outros, como demonstra o Quadro 6, na página 77. Foi também durante esses anos que o sistema de formação profissional se consolidou, em termos de plano curricular, sobretudo com a integração dos módulos sobre o empreendedorismo e gestão de pequenos negócios e foram anos de maior produção, em termos legislativo. A legislação mais importante é aquela que:

- Regulamenta o Regime Jurídico da Formação Profissional;
- Estabelece o processo de certificação profissional;
- Define os objetivos da política industrial em Cabo Verde;
- Regulamenta o Regime Geral do Sistema Nacional de Qualificações.

Além disso, foram os anos marcados pela criação e funcionamento do Centro de Formação Profissional da Praia, a criação de ADEI (Agencia de Desenvolvimento Empresarial e Inovação) e o sentir da crise económica internacional.

Sem a pretensão de analisar todo o processo de construção do sistema de formação profissional em Cabo Verde, a estrutura do emprego, as parcerias sociais e a evolução socioeconómica e cultural do país, foi feita uma abordagem geral, tendo em conta a importância desses pontos, na compreensão do processo de formação profissional e na promoção do autoemprego. Todavia, para uma maior facilidade na leitura deste trabalho, alertamos que se trata de uma análise multifocal, visto que, estando o curso a decorrer em Portugal, a tendência é de abarcar alguns aspetos da realidade portuguesa. Em acréscimo, também existem aspetos comuns entre Cabo Verde e Portugal, pelos 500 anos da História. Continua a existir uma estreita relação de cooperação, sedimentada em muitas estruturas organizacionais, sobretudo as estruturas do sistema de formação profissional. Além disso, Portugal faz parte da União Europeia, que influencia bastante a sociedade e Estado cabo-verdianos. Por isso, poder-se-á constatar algumas ideias e exemplos desses três contextos -

Comunidade Europeia, Portugal e Cabo Verde - ao longo do presente trabalho de investigação.

Em síntese, o processo da nossa pesquisa foi totalmente direcionado para dar resposta à questão de investigação

- **Qual é o impacto da criação do autoemprego pelos diplomados de formação profissional, no crescimento desta modalidade em Cabo Verde, particularmente na ilha de Santiago, nos anos de 2005 a 2010?**

Esta constituirá a pergunta que servirá de base para o desenrolar a nossa pesquisa.

2.1 Estrutura geral do trabalho de investigação

Este trabalho está estruturado em quatro partes, subdivididas em seis capítulos, 40 títulos e 14 subtítulos. A organização da referida estrutura foi construída no intuito de facilitar melhor a sua leitura e compreensão, e ainda conciliar a coerência conceptual e metodologia com os temas abordados. Para permitir ao leitor acompanhar todo o caminho percorrido pelo investigador, apresentamos uma síntese.

Parte I – Enquadramento conceptual

Nesta parte estão inseridos três capítulos: capítulo I – Formação Profissional e a Educação; capítulo II – Autoemprego e empreendedorismo; capítulo III – Contexto da investigação. A Parte I é a mais extensa do presente trabalho, visto que muitas ideias e matérias foram abordadas, com o objetivo de esclarecer melhor o leitor sobre a interação e a lógica dos dois conceitos (formação profissional e autoemprego), na orientação dos diplomados de formação profissional e na sua integração no mundo de trabalho, sobretudo através da criação do seu próprio emprego.

Na abordagem do primeiro capítulo – Formação Profissional e a Educação, foram mobilizados os principais autores para a respetiva discussão, tanto na clarificação do conceito, como na análise da estrutura e articulação do sistema de formação, com os demais sistemas, nomeadamente a educação e a integração dos diplomados de formação profissional, no autoemprego. Nos 11 pontos e 4 subpontos analisamos a criação do sistema, o seu desenvolvimento e sua adequação aos diversos contextos e fases na óptica de abrangência social.

O capítulo II – Autoemprego e empreendedorismo, foi cuidadosamente analisado em 6 pontos e um subponto, sobretudo porque se trata de matéria pouco abordada e se reveste de uma grande importância, para a formação profissional. Tentamos fazer as articulações entre a formação profissional e o autoemprego, e deste com o empreendedorismo, com vista a explicar uma certa complementaridade entre os temas. Neste particular, o autoemprego foi considerado como o resultado final de todo o processo. Todos os fatores favoráveis na criação do autoemprego e a sua importância na inserção profissional foram pormenorizadamente abordados.

O autoemprego não dispõe de uma vasta literatura, e nem de uma abordagem consolidada no mundo académico, mas suscita muito interesse nas últimas décadas. Entretanto, não foi ainda abordado em relação à formação profissional ou como resultado do dinamismo da formação profissional. Essa é uma contribuição que pretendemos efetivar com esta pesquisa.

Capítulo III – Contexto de investigação. Este capítulo apresenta o palco de investigação, lugar onde contracenam todo o processo de investigação. Um país periférico, insular, saído há três dezenas de anos de um sistema colonial, que se caracteriza por: habitado por um povo empreendedor e marcado pela tradição de emigração; exemplo da democracia e boa governação em África; um país reconhecido em todo o mundo pelo seu dinamismo, paz, cultura e com registos de desenvolvimento humano, sobretudo na educação e na saúde, que vem aparecendo em primeiro lugar vários rankings dos PALOP; com uma população bastante jovem e com uma baixa qualificação profissional.

Parte II – Processo de Investigação Empírica

Esta parte é constituída por dois capítulos, o capítulo IV – Opções Epistemológicas e capítulo V – Concepções e opções metodológicas. No capítulo IV apresentamos os objetivos e a pertinência da formação profissional para a criação do autoemprego em Cabo Verde, mostrando a sua importância para melhor compreensão do fenómeno, sobretudo porque o governo e os políticos vem colocando a tónica no discurso e nas ações de autoemprego, como a solução para jovens combaterem o desemprego. Os pontos 4.1 e 4.2 do capítulo IV ressaltam o empenho do governo na criação de condições para a materialização do autoemprego em Cabo Verde. Neste mesmo capítulo está apresentada a questão de investigação, objeto de estudos e as limitações desta pesquisa.

O capítulo V explica a metodologia utilizada para percorrer todo o caminho investigativo. Procuramos explicar o porquê da nossa opção metodológica e da escolha dos instrumentos de recolha de dados. Não é fácil fazer uma investigação sobre um fenómeno

pouco estudado ou onde não existe uma cultura de investigação. As dificuldades encontradas no terreno investigativo e todas as fases de investigação foram devidamente abordadas e também foram apresentadas as razões e os critérios da escolha dos participantes do referido estudo.

Parte III – Apresentação, Interpretação e Análise de dados

Dois capítulos enformam esta parte: o capítulo VI – Apresentação, discussão e análise de dados empíricos da pesquisa. Analisamos os dados empíricos, tanto dos questionários respondidos pelos diplomados de formação profissional, como das entrevistas realizadas com os responsáveis das instituições de formação e das instituições parceiras no processo de autoemprego. Os questionários foram aplicados à totalidade da população, tendo em conta a especificidade do tema e da população alvo e também as dificuldades da criação do autoemprego em Cabo Verde, sobretudo pelos jovens diplomados de formação profissional. As entrevistas realizadas com os responsáveis dos centros de formação, escolas técnicas, ADEI, Novo Banco e Direção Geral da Juventude, completaram o nosso estudo, suportados por investigadores de aceitação internacional que vêm investigando já algum tempo o tema em epígrafe.

Nesta parte também apresentamos os dados, interpretamo-los e analisamo-los com a finalidade de procura de algo novo, tendo em conta a nossa condição periférica e as características dos participantes. Articulamos os conceitos e os pressupostos, decorrentes do nosso quadro conceitual, no sentido de entender se na verdade vale a pena apostar na formação profissional com objetivo da criação do autoemprego em Cabo Verde.

As conclusões gerais, que se apresentam, pretendem contribuir para esclarecer a situação do autoemprego em Cabo Verde criado pelos diplomados de formação profissional, jovens que saíram do ensino secundário (sejam os que concluem ou não) e enveredaram para a criação do seu próprio emprego, como alternativa ao desemprego. Diferentemente dos jovens portadores de formação superior que, por falta de prática e de um saber fazer operacional, supostamente sentem maiores dificuldades na criação do próprio emprego. Apresentamos algumas sugestões e recomendações, bem como um conjunto de pistas para a reflexão académica, que concomitantemente poderão servir, aos decisores políticos, no ajustamento de recursos, para implementar o processo de formação profissional e autoemprego, e no discurso sobre a problemática.

O trabalho finaliza-se com apresentação das Referências Bibliográficas, identificando os autores que serviram de suporte para a realização deste trabalho em termos teórico e empírico; as Referências Legislativas mais significativas utilizadas e referenciadas

na elaboração deste trabalho. Colocamos em anexo o Regime Jurídico Geral de Formação Profissional e os instrumentos de recolha de dados.

PARTE I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A EDUCAÇÃO

1. Conceito da formação profissional

Em última análise, o pleno entendimento de qualquer conceito, de qualquer complexidade não pode ser restrito a um único modelo do conhecimento ou modo de representação.

Howard Gardner

Não é fácil definir a formação profissional, não só pela natureza do seu conteúdo, pela sua evolução histórica, pela ténue fronteira que a separa da educação, mas também porque ela se transformou num espaço de investigação que tem vindo a ser explorado por equipas provenientes de diversas disciplinas, e sobretudo, de equipas pluridisciplinares – ciências de educação, economia, sociologia do trabalho e das organizações entre outras.

O conceito da formação profissional ou formação vem sendo apresentado por diversos autores. Torres e Araújo (2010) afirmam que:

“Os termos "educação" e "formação" aparecem sempre acoplados, utilizados de uma forma arbitrária e intercalada, criando a ideia de harmonia e complementaridade. O uso conjunto dos dois termos é tão generalizado que a educação e a formação facilmente se confundem, levando a crer que se trata de duas faces da mesma moeda. O discurso dominante assume, cada vez mais, como fait accompli, que a educação e formação se complementam e se reforçam mutuamente” (p.1217).

No entanto, ao abordar a formação profissional e aprendizagem, Lima (2003) afirma que a formação e a aprendizagem ao longo da vida tendem a ser predominantemente orientadas

para a adaptabilidade, a empregabilidade e a produção de vantagens competitivas no mercado global.

A tentativa de estabelecer uma clara diferença entre os dois conceitos constitui preocupação atual, tendo vindo a suscitar investigações profundas. Neste aspecto, Cruz (1998) considera que o principal denominador comum entre a educação e a formação é o de ambos representarem processos de instrução e de aprendizagem. E afirma que, por vezes, se sobrepõem e se cruzam sendo difícil traçar as fronteiras entre os dois conceitos, mas isso não supõe a inexistência de diferença.

A CIME – Comissão Interministerial para o Emprego (2001) propõe: “A formação é um conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de actividades económicas” (p, 25). Nesta definição, podemos verificar a abrangência da formação e o esbatimento da fronteira com a educação, sobretudo no que se refere à aquisição de conhecimentos e saberes.

Na mesma linha de acção, defende Pires (1994): “ a formação estará presente ao longo de toda vida profissional do indivíduo, e que o seu objetivo será mais dirigido para o desenvolvimento de atitudes de autonomia, adaptabilidade, de ‘aprender a aprender’, do que simplesmente a elevação do nível de conhecimentos técnicos” (p,197).

Marques (1993) chama atenção de algumas proposições comumente aceites, relativamente à educação/formação profissional de que, para além de fornecer os conhecimentos fundamentais (atualizados), deverá proporcionar o desenvolvimento de atitudes e comportamentos. Estes poderão facilitar a adaptabilidade, o gosto pela relação profissional e pelo trabalho em equipa, o sentido de responsabilidade, do desenvolvimento pessoal, a mobilidade profissional, a capacidade para a conceptualização, a clara consciência da importância estratégica da qualidade total e a vontade do desenvolvimento pleno.

Para muitos estudiosos e os que lidam com o processo de formação profissional, o conceito é pouco claro visto que a sua utilização depende do contexto, da época e da circunstância em que se emprega. Utiliza-se como processo, como atividade, como instrumento, como política e, ultimamente, como panaceia para todos os problemas. Neste caso particular, Cabrito (2009) lembra que Ferry (1983) afirmava décadas atrás que a formação não era a panaceia universal que tudo resolveria, mas que, atualmente é um conceito que se está a tornar universal. Constitui ingrediente de todos os discursos e solução para todas as situações mais difíceis, tantode nível económico, de crescimento, de

emprego, como de fomento para autoemprego e até como causa de desemprego, ou seja de tudo que é problemático.

Figueira (2003) ao analisar a formação profissional na Europa, considera que é um valor estratégico, um instrumento fundamental para responder às necessidades da economia, aos défices de qualificação profissional dos indivíduos e aos problemas da inserção profissional com que estes se defrontam. Ainda segundo o mesmo autor, a formação profissional é a ferramenta fundamental do mundo de trabalho. Todos aqueles que não têm uma formação na sua área, e ainda, nas novas tecnologias que constituem instrumentos de trabalho, cada vez mais alargados e diversificados, precisarão de formação. Mas, não tendo qualificação suficiente, precisam de reciclar os conhecimentos ou então são propensos a enfrentar problemas de inserção e exclusão profissional. Ainda na opinião de Figueira (2003), a qualificação das pessoas não pode ser vista apenas no sentido de aumento da produtividade e competitividade económica, mas sim como uma estratégia adequada e essencial para o seu desenvolvimento pessoal, em consonância com as tendências culturais, reformas sociais, equidade entre regiões e até para o enfrentamento do risco da exclusão social.

Entretanto, esta não é a única lógica defendida pelos estudiosos da formação. A outra é que a formação atualmente é produzida para responder às necessidades e os interesses do mercado, como afirma Cabrito (2009):

“Fico ainda mais confuso quando me debruço sobre essas políticas ditas educativas e formativas e verifico que elas constituem, fundamentalmente, medidas que mais não fazem do que ensinar ao longo da vida aquilo que as exigências do mercado impõem aos indivíduos para melhor garantirem a sua sobrevivência nesse mercado, reduzindo a vida, mesmo a educação, a um mero ato mercantil” (p. 9).

Face ao grande desequilíbrio que se verifica no mercado de trabalho e à sua instabilidade, dada a flutuação do emprego e desemprego, a formação profissional é permanentemente chamada como “regulação”. Nesta lógica, afirma Rebelo (2003): “A formação profissional é um dos principais fatores que conduzem, frequentemente, os desequilíbrios estruturais no mercado de trabalho, na medida em que os graus de respostas dados às exigências da procura de trabalho pelo tecido empresarial em determinados setores de atividade económica se mostram desajustados” (2003, p.24).

Apesar de o mercado de trabalho apresentar os seus indicadores, os decisores, sobretudo os políticos, não diversificam a formação de modo a responder às demandas atuais. Continuam a ser feitas com base na formação profissional da “moda” ou nas

modalidades mais fáceis de executar, ou mais simples. Ainda, as que correspondem a financiamento interno ou externo. Esta atitude faz crescer o número de desempregados especializados em áreas em que o mercado de trabalho se encontra saturado.

É facilmente perceptível que a formação profissional é a chave para múltiplas portas, que permitem ter acesso a oportunidades do mercado do emprego, à estabilidade laboral, à empregabilidade e à polivalência das profissões. Com a formação profissional, o indivíduo fica munido de ferramentas importantes, para lutar contra o desemprego e a exclusão profissional. Uma pessoa com formação tem o acesso a outra formação mais fácil e além disso, a autoformação ou a chamada formação ao longo da vida passará a fazer parte do seu dia-a-dia com mais facilidade, visto que a formação prepara o sujeito para receber a formação seguinte, de forma cada vez mais consistente. Nesta lógica, a primeira formação tem também a função de alicerce e de estímulo à procura de novas ações de formação.

A formação profissional assume várias formas e é também analisada de vários ângulos, dada a sua importância na mudança e transformação do mercado e processos de trabalho, como afirma Tanguy (2002): “ A formação é compreendida como uma atividade social de transmissão e aquisição de conhecimentos, comportamentos e atitudes. Não mais reservada a instituição escolar, ela é associada à formação da força de trabalho” (p.20). É nesta ótica que a formação, sempre esteve de uma ou de outra forma, ligada à promoção da esfera económica e profissional.

A formação profissional é hoje geralmente apontada como um instrumento essencial na modernização e competitividade das empresas. Isso não impede que na prática esse facto seja de alguma forma secundarizado pelas praticas de gestão de segmentos importantes do tecido empresarial, nomeadamente pelas práticas de gestão de mão-de-obra das pequenas empresas. A formação requer sempre um esforço adicional da parte da empresa, que a considera muitas vezes um investimento incerto.

A formação profissional, ao contrário do ensino convencional, aparece no final do século XX e só neste século passou a fazer parte dos discursos institucionais dada as múltiplas experiências e inovações verificadas. Associada à sua generalização vem a estrondosa força do mercado. Conforme afirma Cardim (1998), a formação é uma atividade recente, sendo a sua história sobremaneira curta para permitir a universalização do conceitos e critérios, sintoma seguro de uma atividade amadurecida e consolidada, nos seus contornos, orientações e modelos. Entretanto, pensando bem as diferentes modalidades de formação, é de esclarecer que a formação, sobretudo não formal, deverá ser tão antiga

como a existência do homem. Ninguém nasce sabendo, aprende-se ao longo de toda a vida. Utilizando o conceito de Delors (1996) o importante é “Aprender ao longo da vida”.

Não é por acaso que Cardim (1998) afirma: “A origem histórica recente e a evolução diversificada das intervenções que a caracterizavam, a sua abrangência e diversidade marcaram o próprio conceito, dificultando a identificação do seu conteúdo inibindo a formulação de uma definição universal” (1998, p.13). Entretanto, a formação profissional formal passou a acontecer de forma generalizada a partir dos anos 60, por exigência do mercado de trabalho, no quadro da competitividade de mão-de-obra e necessidade de aumento de produção. Neste quadro, a Comissão Europeia solicitou um parecer ao IRDAC (Industrial Research and Development Advisory Committee of the Commission of the European Communities s/d) que afirma: “Não há dúvida que num mundo cada vez mais competitivo, em que a indústria, os serviços e a administração são cada vez mais ‘conhecimento intensivo’, os vencedores são aqueles cuja mão-de-obra, a todos os níveis, for melhor educada e formada”. Essa afirmação dá razão à perspectiva de que a formação profissional é polivalente. Embora não exista um modelo para a sua atividade, nem mormente para as organizações que a executa, à semelhança das escolas ou universidades, a formação demarca o seu posicionamento face aos restantes sistemas. Nesta lógica, Cardim (1998) assinala: “ não existe ainda fórmulas organizativas associadas à sua execução sendo adotadas as mais diversas soluções, desde a execução no próprio local de trabalho até as ações realizadas em estruturas apetrechadas especificamente com afetação de meios significativos” (p.14).

Convém realçar que a formação profissional tem sido sempre interligada à educação a qual só de vez em quando se posicionou como sistema educativo, nomeadamente na década de 50 do século XX. Isto é, a altura em que o contingente de alunos do ensino secundário técnico ultrapassou o ensino liceal conforme afirma Pereira (1983), “predominantemente frequentado por alunos do sexo masculino e ministrado sempre em estabelecimentos oficiais, e, em larga escala, em regime noturno, os efetivos do ensino secundário técnico foram superiores aos do ensino liceal até à década de 60” (p.13).

Pela abordagem que vimos fazendo, não resta dúvida que a formação profissional atualmente tem um público-alvo muito abrangente e heterogéneo. A sua ação é bastante abrangente, podendo ser direcionada para jovens, adultos, ativos ou não ativos, operários ou quadros, com qualquer nível de formação de base prévia. Cardim (1998) considera também a formação profissional uma atividade contraditória porque, sendo priorizada nas políticas estatais, é, em simultâneo, pouco formalizada e pouco reconhecida social e empresarialmente, o que se expressa em muitos países pela sua relativização, como fator

de recrutamento. Neste sentido, podemos afirmar que, mesmo assim, algumas empresas, sobretudo as pequenas em Cabo Verde, preferem recrutar as pessoas sem formação ou com formação mínima, de modo a pagar um salário mais baixo.

Para analisar o sentido da formação, Cabrito (2009) afirma que esta tem sido associada à possibilidade de encontrarmos a resposta a todos os problemas, sejam eles os de adaptação às mudanças do quotidiano, ou os de integração no mercado, e que perante uma qualquer incapacidade/dificuldade/falha/défi ce, a resposta está na formação. Face às mudanças vertiginosas do mercado sente, sobretudo com o advento da globalização, teria de haver um instrumento “mágico” para ser acionado no momento de maior sufoco. Neste sentido, pode-se considerar a formação profissional como transversal, à disposição dos empregados, dos desempregados, dos cativos e dos que abandonam o sistema educativo e também os que estão no sistema. Mas convém ressaltar que se trata de uma formação total, para além de abrangente, que permite a sua aplicação prática, para o desenvolvimento a nível pessoal, mas também, a nível coletivo, como afirma Benavente (1990), citando Dubar (1980): “Trata-se duma formação que não visa só a instrução ou adesões ideológicas próximas de alienação, mas antes uma assimilação dos conceitos, dos métodos e das capacidades interiores que permitam maior domínio pessoal e coletivo da sua vida quotidiana” (p.294).

Atualmente, quando a formação profissional se associa a alguns conceitos como o emprego, a competência e outros, ganha a sustentabilidade e é destacada, cada vez mais, a sua importância. Neste particular, Corsino Tolentino, na sua tese de doutoramento, dedicou algumas páginas aos conceitos operacionais relevantes, visto considerar que “a conceptualização é uma construção abstrata que consiste em separação, isolar e dar conta de uma parte da realidade. Por isso, não precisa de reter todos os aspetos da realidade mas somente aquelas características que exprimem o essencial apreendido”. Tolentino (2006). Nesta perspetiva, não é demais destacar alguns conceitos apresentados pelo referido autor que fazem parte de elementos constituintes da “formação profissional”, tais como:

“Cidadania – é ter direito à vida, liberdade, propriedade e igualdade perante a lei e contribuir para que o outro o tenha. É ter direitos civis; participar no destino da sociedade, eleger, ser eleito, ter direitos políticos.

Competência – é um conjunto de saberes que são ou podem ser postos em Ação para resolver problemas ou criar alguma coisa. Resulta de aprendizagem e está associada à prática, manifestando-se num saber fazer operacional e validado. A capacidade combinatória de saberes, práticas e atitudes é a cerne da questão.

Competitividade – é a capacidade de uma empresa, um setor, ou uma economia fazerem face à concorrência tanto no mercado externo como no mercado interno.

Qualificação – é o nível de competência atingido por alguém e decorre da educação, formação e experiência.

Pessoal qualificado – é todo aquele que tem nível de qualificação profissional para lidar eficientemente com o triplo T de tecnologia, talento e tolerância. A formação profissional é um pilar determinante para o desenvolvimento económico e social” (Tolentino, 2006, p. 54).

Estes conceitos ligam-se entre si e requerem a intervenção da formação profissional para se transformarem em competências. Este valioso instrumento operacionaliza nos formandos, ou detentores de formação, a capacidade para o exercício de cidadania, aprofundando a sua competência, tornando-os mais competitivos no mercado de trabalho, mais qualificados para aceder a um emprego, visto que estão munidos de ferramentas para trabalhar. Nesta lógica, Tolentino (2006) considera que hoje em dia o recurso-chave para o desenvolvimento é formar pessoal qualificado e criativo, com grande mobilidade.

Sem a pretensão de apresentar todos conceitos sobre a formação profissional, sentimo-nos induzidos a fazer as seguintes referências: a recomendação da OIT⁴ propõe: “Cada país deve responder às necessidades dos adolescentes e adultos ao longo de vida, em todos os setores da economia e a todos os níveis de qualificação profissional”. Nesta recomendação fica explícito o âmbito de abrangência da formação profissional. Mais à frente, para destacar a finalidade da formação, a OIT anuncia: “a formação profissional visa identificar e desenvolver aptidões humanas, tendo em vista uma vida ativa produtiva e satisfatória e, em ligação com diversas formas de educação, melhorar as faculdades dos indivíduos de modo a compreenderem as condições de trabalho e meio social e de influenciarem estes, individual ou coletivamente”⁵. Analisando esta proposta, podemos depreender que aí se encontra um conteúdo profundo, visto que apresenta um contorno desenvolvimentista e demonstra a necessidade de estabelecer uma relação direta entre a formação profissional e outras formas de educação (como a educação pessoal e social).

Prosseguindo ainda com análises do conceito da formação profissional, destacamos o conceito apresentado pelo Tribunal de Justiça Europeu (TJE) no Manual sobre a legislação Europeia Anti discriminação:

”Toda a forma de ensino que prepara para a qualificação e para uma profissão, ofício ou emprego específico, ou que confere aptidões específicos para o exercício de uma determinada profissão, ofício ou emprego, semelhante ao ensino profissional, quaisquer que sejam a idade e o nível de formação dos alunos ou dos estudantes e

⁴ Recomendação da OIT, aprovada na sexagésima sessão, em 4 de Julho de 1975.

⁵ Idem

mesmo se o programa não inclui uma componente de formação geral” (TJE, 2011), p.74).

Neste ponto de acórdão podemos verificar o nível de abrangência e a natureza de formação destinada a preparar um indivíduo para a sua integração num ofício ou emprego. Neste quadro, se exclui a formação superior em que os estudantes também recebem a formação que os qualifica para uma profissão. Entretanto a lei ressalva que a formação profissional se dirige essencialmente a aceder à vida profissional imediata.

A abrangência de formação, tanto em relação aos ativos e como aos inativos profissionais, aos jovens e adultos, sem um suporte institucional próprio, como o do ensino, aumenta a fragilidade do sistema e impede o aprofundamento e a solidificação do conceito. Entretanto, a forma como se executam as atividades da formação profissional podem não incluir uma fórmula organizativa estandardizada, mas que lhe permita assegurar a sua generalidade. Uma formação profissional realiza-se em qualquer sítio, desde o local de trabalho, até às estruturas apetrechadas especificamente para o efeito.

Neste momento em que existe uma relação bastante estreita entre a formação e o trabalho, uma responsabilidade acrescida pesa sobre os trabalhadores e também os empregadores. Nesta lógica, a formação aparece no seu aspeto de ajustamento à mudança dos conteúdos de trabalho e servindo-lhe de âncora. Neste particular, Correia (2005) afirma que a relação subjetiva do trabalho com a formação tende a transformar-se, dado o evoluir da experiência de formação com a experiência de trabalho. Neste aspeto, a formação tornou-se um dever de adaptação à transformação tecnológica dos contextos de trabalho e, por vezes, num suplício que importa suportar para a melhoria das condições de trabalho.

O Ministério de Emprego e Solidariedade Social Portuguesa, nos cadernos de divulgação n.º 29 de 2005, sobre a terminologia de Formação Profissional da CIME e da DGERT (2001) considera a formação como “conjunto de atividades que visam aquisição de conhecimentos, capacidades práticas, atitudes e formas de comportamento, exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de atividade económica” (2001, p.22).

Tratando-se da Europa, mesmo com a União, os países membros adotam várias modalidades de formação, mas existe uma definição comum através do Tratado Europeu (2011) que enquadra o conteúdo de formação profissional no seguinte parâmetro:

“Qualquer forma de ensino que prepare para uma qualificação para uma profissão, ofício ou emprego específico, ou que confira particular aptidão para exercer essa profissão, ofício ou emprego, enquadra-se no ensino profissional, seja qual for a idade e o nível de formação dos estudantes, e

mesmo que o programa incluía uma parte de educação geral.”
(Conselho da Europa, 2011, p.75)

A formação profissional preocupa todos os Estados do mundo, visto que se associa ao desemprego, emprego e ao autoemprego, sobretudo porque, para além do carácter económico e de desenvolvimento, é, também, um problema social e cultural. Nesta linha Figueira, Silva e Saúde (2003) afirmam que a Formação Profissional é entendida como uma forma específica de prática educativa e forma de vida profissional, relacionada com outras formas e condutas de vida. A referida afirmação demonstra a abrangência da formação, a sua evolução com o desenvolvimento tecnológico e a competitividade económica, que, por seu turno, exige também o aumento da escolarização, de modo a constituir o instrumento importante para promover o emprego e a mobilidade social. O mesmo autor pontua o “papel-chave da formação profissional na criação de emprego, no aumento da integração social e da justiça social, fatores essenciais para melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos europeus” (Figueira et al, 2003, p.27). A formação profissional não é uma atividade ou instrumento alheio à vida de qualquer cidadão, sobretudo por causa da deterioração dos conhecimentos, mas também por causa da instabilidade do emprego e da necessidade da preservação do mesmo.

A formação profissional permite o maior desempenho dos recursos humanos, sobretudo quando esta é considerada determinante no desenvolvimento do capital humano. Fuller e Farrington (2001) afirmam: “A formação tem como objetivo aumentar as competências e conhecimentos das pessoas. Se for bem planeada, pode atingir este objetivo com grande sucesso. O problema surge quando se espera que ela se atinja outros fins” (p.25). Verifica-se que a formação em alguns casos, pode não corresponder ao apelo para resolver todos os problemas, sobretudo quando é feita de forma desenquadrada da realidade.

O conceito da formação profissional vem evoluindo ao longo dos tempos, pela própria natureza de investigação nesta área de atividade humana.

1.2 Formação Profissional no panorama cabo-verdiano

Atualmente, a formação profissional em Cabo Verde faz parte da preocupação dos governantes e dirigentes, dos trabalhadores, dos jovens e mesmo da população em geral. Há duas décadas, os pais e familiares de baixo rendimento não se preocupavam tanto com a formação dos filhos. O sentimento da necessidade da formação profissional foi despertado pelos discursos políticos, pela divulgação da importância e necessidade de formação na imprensa (escrita, falada e televisiva), bem como pela construção de mais escolas técnicas e também pelas práticas quotidianas. Como tal, hoje sabe-se que para quem possui um curso de formação profissional, ou que tem um nível de educação mais elevado, as probabilidades de um emprego ou criação de autoemprego são maiores.

A problemática da formação profissional vem sendo analisada de forma mais sistemática há cerca de duas décadas. Por exemplo, no Programa do I Governo Constitucional da II República (1991/96)⁶, a formação profissional foi fortemente referenciada e considerada como instrumento necessário para o domínio de novas tecnologias ao serviço do desenvolvimento. Já nesta época, se verificava a necessidade de articulação entre os sistemas de educação e formação profissional ao ponto de se afirmar: “Importa, pois, rever os sistemas de educação e de formação, estabelecendo uma articulação entre o ensino e formação profissional com a aposta forte na qualidade” (Governo CV, (1991). Esse despertar bem cedo do governo de Cabo Verde fez avançar, a partir de então, o sistema de formação profissional de forma abrangente em parcerias internacionais, pelo menos intencionalmente. Uma outra intenção chave do Governo de então era: “ (...) dotar o país com recursos humanos qualificados, seja no setor público, privado ou cooperativo, capazes de catalisar o processo de desenvolvimento”. (CV, 1991, p.83). O programa mostrava claramente a necessidade de preenchimento de algumas vagas e superar lacunas, tanto no emprego como na melhoria do salário. Para o efeito, alertava para uma formação programada, com critérios em função da configuração de dois elementos fundamentais: “as necessidades do país e a política de incentivos e de realização individual”.

Nota-se que havia uma certa necessidade de incrementar a formação, dado o contexto social da época. Ainda no programa, podemos constatar um objetivo bastante determinante e abrangente, quando se afirma: “Esses objetivos terão que ser interiorizados

⁶ A II República em Cabo Verde, surgiu com a abertura política em 1990. A queda do artigo 4.º da Constituição da República da 1ª República (1975/1990), dando acesso o multipartidarismo e às eleições livres e democráticas em Cabo Verde.

por toda administração e pela sociedade, pois a tarefa prioritária e essencial é colocar a nossa capacidade humana ao serviço do desenvolvimento de Cabo Verde” (CV, 1991, p. 84).

O sistema de formação profissional abrange uma faixa etária bastante ampla. Nele se incluem todos os que não conseguiram transpor as barreiras do sistema educativo e é direcionada aos jovens e adultos no mercado de trabalho.

Os grandes objetivos do setor de formação profissional em Cabo Verde foram traçados na década de 90, na altura da criação da instituição chave para a sua edificação: o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). O relatório do IEFP (2011) aponta: “ a edificação de um sistema integrado com ligações efetivas entre a educação, formação e emprego, e a execução de formação com qualidade e pertinência para o mercado de trabalho” (IEFP, 2011, p.18). A tentativa de construir um sistema de formação profissional sólido, há duas décadas, foi uma tarefa estrutural, estratégica, apesar de mudanças de governos com ideologias diferentes, pois teve em conta as dificuldades intrínsecas em construir um sistema que deve ser aberto de modo a retroalimentar-se com inputs sociais e com os outros sistemas existentes.

A divulgação da informação é uma contribuição valiosa para o conhecimento de um determinado conceito. Ela possibilita a socialização, ao popularizar um conceito, mesmo que a sua compreensão seja complexa. A formação profissional passa a ser mais interiorizada cada vez que se discute e divulga, tanto na imprensa escrita como falada e televisiva. Mesmo que durante décadas, os discursos dos políticos e governantes, os debates parlamentares, divulgação de opiniões e das atividades e ações de formação, a sua importância para o desenvolvimento do país, não tenham sido reforçados, como deveriam ser. Todavia, a maior discussão sobre a formação profissional e emprego se faz por ocasião de aprovação dos orçamentos do Estado ou então nas eleições legislativas, tanto pelas plataformas de partidos políticos, como pelo programa do governo apresentado no início de cada legislatura.

Segundo uma pesquisa feita junto dos jornais mais lidos em Cabo Verde, os dois semanários (A Semana e A Nação), durante as duas décadas, isto é, de 1990 a 2010, publicaram muito pouca coisa sobre a formação profissional e emprego. A nossa pesquisa incide apenas nos primeiros anos de cada legislatura, para verificar as frequências de artigos, opiniões e outros publicados nos jornais, relativamente à matéria em pauta, atendendo aos principais destinatários da formação, os jovens.

Os jovens são uma franja significativa da população cabo-verdiana, devidamente abordada na Constituição da República⁷ de Cabo Verde (Direitos dos jovens) que no seu artigo 75.º, ponto 4, B.O. (AN, 2010) determina:

“Também para garantir os direitos dos jovens, os poderes públicos, em cooperação com as associações representativas dos pais e encarregados de educação, as instituições privadas e organizações juvenis, elaboram e executam políticas de juventude tendo, designadamente, em vista:

a) A educação, a formação profissional e o desenvolvimento físico, intelectual e cultural dos jovens” (B.O. n.º 17, 2010, p.421).

Este preceito constitucional ressalta a necessidade da parceria na educação e formação profissional, garantindo assim os direitos dos jovens que, certamente passam pela divulgação na imprensa escrita das informações gerais, destinadas a essa camada social.

Da pesquisa realizada no jornal “A Nação”, da mesma linha editorial do jornal “Horizonte”, foram publicadas cerca de uma dezena de artigos de opinião sobre a formação profissional e emprego, com destaque para a abordagem ligada ao desemprego juvenil (ano 2002); emprego e autoemprego (ano 2002); a formação profissional como uma opção interessante (ano 2010).

O jornal “A Semana” publicou cerca de seis artigos relacionado com a problemática de formação profissional e emprego, todos no ano 2001, ano em que o partido considerado de esquerda subiu ao poder. As temáticas dos artigos incediram sobre: a formação profissional; financiamento participado; estratégia de qualidade e cidadania; flexibilidade nas relações de trabalho, uma forma de criar vantagens competitivas; Lei-quadro e sistema e política de emprego. Interessante é que esses artigos foram publicados entre os meses de Janeiro a Março do mesmo ano. No entanto, de certeza outros meios de comunicação social divulgaram algo ligado a formação e emprego.

Efetivamente, é através de diversos meios de comunicação, que tem sido veiculadas as informações sobre a formação profissional, emprego e desemprego, que a sociedade cabo-verdiana se tornou mais ciente da importância da formação para garantir a empregabilidade. As instituições de ofertas formativas e as ações de formação são do conhecimento dos principais interessados, porque são divulgadas pelas media cabo-verdianas.

⁷ Lei Constitucional n.º 1/VII/2010: revê a Constituição da República de Cabo Verde. B.O. n.º 17 de 3 de Maio de 2010.

Entretanto, muitas vezes acontece desenvolver-se a formação apenas num setor de atividade e relegar, para um plano secundário, os outros setores de atividades, sobretudo os da área de agricultura ou outros que não interessam os financiadores. No caso de Cabo Verde, pouca formação se realiza no setor agrícola. Nota-se que há um certo modismo de formação num determinado setor de atividade, realizada muitas vezes, sem um estudo prévio. Em Cabo Verde, pode-se verificar, com base em dados oficiais, áreas de serviços com carência de profissionais e outras com formandos ou “especialistas” desempregados. Esta situação é consequência de atitudes de políticas ou falta de orientação profissional e vocacional dos jovens, e também falta de diversidade de ofertas formativas.

1.3 A formação experiencial em Cabo Verde

Cabo Verde tem uma longa tradição de formação experiencial, isto é, aprende-se fazendo, dada a ausência de centros de formação profissional. Até à década de 90 do século XX, não havia uma escola técnica na ilha de Santiago, com ofertas formativas nas áreas mais procuradas para as pessoas, sobretudo para os jovens de baixa escolaridade. Por isso, em muitas localidades encontravam-se pessoas com as mesmas profissões, visto que uma aprendia com a outra, sem, no entanto, conhecer os meandros da profissão, dadas as habilitações insuficientes para compreender e apreender a total dimensão profissional. Até então existiam em várias oficinas de mecânica auto, carpintaria e marcenaria, pintura, entre outras, profissionais sem qualquer ação de formação na sua área profissional e sem habilitações escolares suficientes, para suportar a parte teórica necessária para a profissão.

A grande valorização dos saberes escolares em detrimento do saber fazer poderá explicar também uma certa desvalorização social de muitas profissões, sobretudo as mais antigas ou exercidas pelas pessoas de baixa escolaridade. Esta imagem social da profissão ainda é sentida e repassada na sociedade. Por exemplo, o filho de pedreiro só poderia ser pedreiro ou outras profissões afins. Mas, atualmente verificam-se mudanças, com alargamento da escolaridade obrigatória e com oportunidades de ensino para todos. Todavia, não é utópico pensar que existe a possibilidade e responsabilidade dos que tiveram oportunidades de acesso ao saber, competência técnica e cultura, de contribuir para alterar a situação atual. Como afirma Teodoro (2007): “[...] recai sobre os que frequentam as nossas escolas ... uma grande responsabilidade que é a contrapartida da situação

privilegiada em que se encontram – a responsabilidade de repartirem pelos seus concidadãos os conhecimentos que adquirem nas escolas” (p.143)⁸.

Atualmente, a formação profissional é percecionada como um “processo de integração na consciência e nas atividades de aprendizagens, (...), em qualquer espaço social, na intimidade conosco próprios ou com a natureza” (Gattegno cit. In Josso, 2010, p.44). Numa ótica semelhante, Pineau (2010) afirma: “ formação é um processo vital que organiza a totalidade do ser, na sua aparência, na sua organização interna e no seu sistema nacional” (p.36). Na verdade, ela consiste na atribuição de sentido às vivências pessoais que ocorrem em todos os espaços e tempos. Tendo por base esta conceção, a formação não se realiza por parte do formador. Este apenas se limita a organizar e colocar à disposição dos formandos as situações com potencial formativo, retendo cada um apenas o que quer, pode e está de acordo consigo.

As situações do dia-a-dia, quer sejam do contexto social, familiar ou profissional, apresentam um grande potencial formativo que pode ser rentabilizado, o que ainda se afigura mais importante no caso dos indivíduos candidatos à formação. Neste particular, surge a relevância de formação experiencial que Josso (2010) designa como:

“A atividade consciente de um sujeito que efetua uma aprendizagem imprevista ou voluntário em termos de competências existenciais (sumativas, afetivas e de consciência), instrumentais ou pragmáticas, explicativas ou compreensivas na ocasião de um acontecimento, de uma situação, de uma atividade que coloca o aprendente em interação consigo próprio, os outros, o meio natural ou coisas que o rodeiam” (p.189).

Entre várias perspetivas de formação, quanto à perspetiva biográfica, analisada por Nóvoa e Finger (2010) consideram que o entendimento desta passa por uma tomada de consciência reflexiva (presente) de toda uma trajetória de vida percorrida no passado. Esta perspetiva de abordagem releva o pensamento de todos aqueles que pensam não saber o suficiente, para abraçar uma determinada causa. A tomada de consciência da formação ou da sua necessidade, leva à autoformação e à formação ao longo de vida ou contínua, uma vez que se trata de adultos, pessoas responsáveis pela sua própria formação, da qual elas participam. Na análise que vem sendo feita, e conforme afirma Pineau (2010) “a autoformação está centrada na pessoa, no sujeito, no eu; entre ação dos outros (heteroformação) e a do meio ambiente (ecoformação), parece existir, ligada a estas últimas

⁸ Programa de Ação do Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC) do IV Governo Provisório.

e dependente delas, mais à sua maneira, uma terceira força de formação” (Pineau, 2010, p.98).

O mesmo autor considera essa perspectiva de formação uma revolução formativa escondida em matéria de aprendizagem. Ao estabelecer a diferença do nível de aprendizagem entre a autoformação e a formação educativa, é comparada ao de autonomização educativa que ele define como: “apropriação por cada um do seu próprio poder de formação”. Salientando ainda, neste aspeto, que a autoformação acontece “nos tempos menos condicionados socialmente que nos conduziu a hipótese de que, no dia-a-dia e de forma muito concreta, a noite é tempo forte da autoformação, por ser o tempo morto da heteroformação” (Pineau, 2010, p.100).

A análise de experiência de formação requer normalmente a análise do modelo de aprendizagem, uma matéria importante em discussão, sobretudo na Europa, visto que existem muitas experiências neste domínio. A situação de Cabo Verde acima referenciada se enquadra dentro do modelo tradicional de aprendizagem e com base nas teorias defendidas por Guile e Griffiths (2001), em que agruparam cinco modelos de experiência de trabalho:

- O modelo tradicional – neste modelo os alunos são simplesmente lançados para o posto de trabalho e têm de adaptar-se às exigências do posto de trabalho. Neste modelo pressupõe-se que a aprendizagem ocorra automaticamente, não havendo por isso a necessidade de nenhuma orientação ou ajuda especial;
- O modelo experimental – a aprendizagem ocorra com base na reflexão acerca de experiência de trabalho. A evolução do aluno, em termos sociais, também é realçada. Assim sendo, torna-se necessário desenvolver práticas pedagógicas que apoiem a reflexão e a conceptualização.
- O modelo genérico – a experiência de trabalho é vista como oportunidade para o desenvolvimento de competências necessárias no mundo do trabalho. Neste caso o papel do professor consiste em facilitar o processo.
- O modelo do processo laboral - os alunos devem desenvolver uma compreensão holística do processo laboral. Pretende-se que os alunos adquiram competências que possam ajudá-los a trabalhar em diferentes contextos de trabalho. Este modelo exige integração da teoria e da prática, daí que a colaboração entre as instituições de ensino e formação profissional e o posto de trabalho seja importante.

- O modelo conectivo - este é apresentado como a forma ideal de organizar a aprendizagem efetuada pelos alunos no posto de trabalho. A importância deste modelo reside na relação reflexiva que se estabelece entre a aprendizagem formal e informal e entre o desenvolvimento conceptual e o desenvolvimento das capacidades para trabalhar em contextos diferentes.

O nosso enfoque vai recair um pouco sobre a aprendizagem com base na experiência de trabalho, enquadrado no modelo “tradicional” acima referido. Trata-se de modelo de aprendizagem adequada no passado, para saber uma profissão. Neste aspeto afirma Cardim (2005): “ A formação inicial foi, como veremos, ancestral e tradicionalmente resolvida através de ‘treino’ no local de trabalho ação ‘espontânea’, que constitui, ainda hoje, uma das formas mais comuns de transmissão de conhecimentos profissionais de todos os tipos” (p. 23). Quando se fala de aprendizagem experiencial, fala-se da problemática de aprendizagem no contexto de trabalho a partir de uma perspetiva organizacional. Pires (2002) cita Courtois (1992) que defende a situação de trabalho composta por um potencial formativo, mas a situação de trabalho pressupõe a interação da pessoa (em termos individuais e coletivos) com estas situações: considera assim que não é suficiente que as situações possuam um potencial formativo, pois nem todas as experiências resultam em aprendizagens.

Para aprender determinado conteúdo, dependendo de ser aberto ou fechado, assim se exige da pessoa um determinado tipo de interesse. Considera-se que o conteúdo aberto implica o processo permanente da educação. Pires (2002) aponta que (Paim, 1991) constata que existe um campo de ação que não é coberto pelas modalidades educativas existentes, e que diz respeito às atividades quotidianas de todas as idades, ligadas às atividades familiares, sociais, de lazer, de produção, etc. Refere que este campo não tem interessado aos especialistas, apesar de ser terreno com forte potencial educativo.

Esta abordagem, com base no que acontece com o estágio no contexto de trabalho, demonstra a grande importância para um diplomado de formação profissional em fazer o estágio curricular e/ou profissional. Os dois tipos de estágios (curricular e profissional) permitem ao formando ou diplomado adquirir conhecimentos numa atividade em contexto de trabalho, inserido numa organização. A modalidade do estágio curricular, obrigatório para concluir o curso, muitas vezes chamado de prática, não é devidamente preparado nem da parte da instituição de formação e nem da parte da empresa ou serviço que recebe o estagiário. Neste particular, pela nossa experiência como responsável de uma organização que recebeu vários estagiários, verificamos que não existe uma orientação e acompanhamento do estagiário durante o processo do estágio.

Pires (2002) afirma que apesar do quadro institucional desempenhar um papel fundamental, a forma como se reconhece e valoriza a iniciativa individual ou de grupo, influencia o desempenho pessoal. As horas exigidas para o estagiário permanecer na organização são contabilizadas. Conta apenas a presença dos estagiários e não os conteúdos necessários à sua aprendizagem. No final do estágio, o sujeito pode não dominar instrumentos necessários para recolher, e tratar a informação, produzir as informações necessárias, comunicar, estabelecer trocas com colegas e trabalhar intelectualmente de forma autónoma. Tudo isso por falta de compromisso institucional ou de um responsável para a orientação do estágio.

A formação em contexto de trabalho (com base no estágio profissional) apresenta preocupação em outras situações. Como referem Torres e Araújo, (2010) o reforço da componente formativa só se concretiza se houver uma estreita e ativa colaboração com as empresas e outras organizações de trabalho. Por isso, torna-se indispensável criar e assegurar as condições, para que as empresas possam envolver-se nesta metodologia de formação, pois, apenas dessa forma conseguir-se-á atingir objetivos estabelecidos. Os autores em referência consideram que o regime de aprendizagem exige o compromisso e a participação ativa de um conjunto diversificado e numeroso de organizações de trabalho.

A abordagem e reflexão que vimos fazendo sobre o estágio curricular tem muita similitude com a aprendizagem experiencial. Entretanto, revela-se bem diferente da aprendizagem que decorria em oficinas tradicionais, de construção civil ou outras que passavam apenas pela imitação do mestre ou colegas mais experientes. Os dois modelos de aprendizagem apresentados são totalmente diferentes: no estágio curricular e/ou profissional o formando ou diplomado do centro de formação tem o conhecimento geral, sobre o conteúdo de tudo que irá percorrer no contexto real de trabalho, enquanto o aprendiz no “modelo experiencial” só constata o conteúdo prático, no momento presente, e sem explicação teórica de como fazer.

Entre as modalidades de aprendizagem, por não existir no Regime Jurídico de Formação Profissional de Cabo Verde a aprendizagem em alternância, talvez a causa que impede ou atrasa a dupla certificação venha desse figurino jurídico cabo-verdiano. Existe, portanto, apenas a modalidade de formação inicial que facilita a transição para a vida ativa dos jovens saídos do sistema escolar, em particular os que abandonam o sistema ou tenham concluído o ensino secundário. Neste último aspeto, tanto as Escolas Técnicas, através do Ano Complementar Profissional (ACP), como os Centros de Formação Profissional apresentam as ofertas formativas. Estas convergências articulam cada vez mais os dois sistemas, o educativo e o formativo. O auge dessa articulação é assinalado

com a aprovação do Decreto-Legislativo n.º 2/2010, que revê as Bases do Sistema Educativo, aprovadas pela Lei n.º 103/III/90 de 29 de Dezembro, na redação dada pela Lei n.º 113/V/99, de 18 de Outubro, que no seu artigo 24.º, ponto 2, estabelece: “O ensino secundário visa possibilitar a aquisição das bases científico-tecnológicas e culturais necessários ao prosseguimento de estudos e ingresso na vida ativa e, em particular permite, pelas vias técnicas, artísticas e profissionais, a aquisição de qualificações profissionais para a inserção no mercado de trabalho”.

A formação experiencial remete para a aprendizagem pelo contato direto, por impregnação, no contexto de um prolongado processo de exposição a determinada informação sem fins educativos específicos, através do qual o sujeito individualmente ou em grupo, integra no seu comportamento, normas e padrões de comportamentos próprios de determinados grupo ou sociedade

Assim, convém salientar que estas teorias de modelos enquadram todos os sistemas de qualificações profissionais desenvolvidos nos países europeus, tanto na Alemanha, Reino Unido como em França Tynjälä e Virtanen (2006). Entretanto, considera-se que o desenvolvimento holístico da competência profissional requer mais que a experiência profissional, mas também a orientação prestada por especialista de forma contínua, sistemática e imprevisível como afirmam Tynjälä e Virtanen (2006), exemplificando com o modelo finlandês.

1.4 A Construção do sistema da formação profissional em Cabo Verde

Abordar a formação profissional relativamente a Cabo Verde, exige construir e obter uma visão geral, para depois focalizar o contexto cabo-verdiano. É uma exigência que se impõe, visto que se aborda um setor importante e transversal e em permanente relação com outros dois setores: a educação e o emprego. É unânime considerar que a educação, a formação e o emprego são três pedras basilares para o desenvolvimento de qualquer país, que pauta a sua ação na qualificação dos recursos humanos, tendo em conta a criatividade e a inovação na criação de riqueza e competitividade no mercado. Entretanto, um adequado sistema de formação facilita aos cidadãos vencer os desafios colocados pela competitividade no mercado. Como alerta Figueira (2003): “Na verdade, devemos melhorar os sistemas de formação profissional, sobretudo a formação de adultos, de uma perspetiva da aprendizagem para a vida, para que a União Europeia pudesse não só aumentar a sua

competitividade no contexto de uma economia cada vez mais globalizada, como também melhorar a qualidade de vida dos cidadãos” (2003, p.27).

Cabo Verde é um país com pouco percurso na construção de uma estrutura experimentada de formação, apenas com duas décadas de políticas claras para o setor (1990 a 2010), assegurado por dois departamentos governamentais diferentes:

- i) Ministério da Educação e do Desporto - assegura as políticas de educação que, ao nível dos diferentes níveis de ensino, consagram uma abordagem vocacional e profissionalizante dirigida a jovens e as estratégias de promoção da aprendizagem ao longo da vida para os adultos. Assim, para além das modalidades de cariz profissionalizante para jovens, consideram-se, também, as modalidades dirigidas a adultos, nomeadamente ao nível da alfabetização e da educação de base. (Preâmbulo do Decreto-legislativo n.º 2/2010 que altera a Lei de Bases do Sistema Educativo);
- ii) Ministério da Juventude, do Emprego e do Desenvolvimento dos Recursos Humanos - assegura as políticas de formação profissional que, contemplando todos os instrumentos que neste domínio de política procuram reforçar as capacidades para o desempenho profissional por parte de jovens e adultos. Incluem-se neste âmbito as modalidades de formação inicial e contínua. Cabe ainda a esse Ministério, dar atenção às medidas ativas de emprego de apoio à inserção em trabalho por conta de outrem bem como em trabalho por conta própria, considerando o papel que o empreendedorismo assume neste domínio.

Na prática cabo-verdiana, a articulação entre os sistemas de educação e formação profissional não é pacífica, não se encontra num único sistema e quiçá uma dinâmica interativa. Entretanto, verifica-se uma grande aproximação dos elementos do sistema (formação profissional/ensino técnico/educação extraescolares), mas não de uma sintonia total, visto que pertencem a ministérios e serviços diferentes, como atrás referimos.

1.4.1 Articulação das políticas no sistema de formação

Refletir sobre a formação profissional em Cabo Verde passa em primeira mão pela análise da estruturação do sistema de formação profissional que se edificou em consequência da aproximação entre a formação profissional e o ensino técnico, no desenvolvimento de uma política de qualificação de recursos humanos que seja de conciliar

os objetivos de escolarização com o de respostas às necessidades do mercado de trabalho. O Instituto de Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde, IEFP (2011) afirma: “esta opção, que alarga o espectro de oportunidades para o procedimento de estudos ao nível do ensino superior, exige uma reforçada comunicação entre o subsistema do ensino superior e as escolas e centros de formação secundária” (2011, p.27). Considera-se o auge dessa aproximação ou paralelismo foi a criação do Sistema Nacional de Qualificação, como o símbolo mais expressivo de uma integração entre políticas da educação e da formação. Aliás este desafio consta do Relatório Global de seguimento da execução da estratégia de crescimento e de redução da pobreza DECRP II, elaborado no âmbito de Ajuda Orçamental a Cabo Verde de conformidade com os Memorandos de Entendimento firmados, no quadro de ajuda orçamental, supervisionado pelo Ministério de Finanças através da Direção Nacional de Planeamento (Governo, 2010), assinala as seguintes orientações estratégicas:”

- Estruturação e edificação de um Sistema Integrado de Educação/ Formação/ Emprego
- Desenvolvimento de um Sistema Nacional de Qualificações e Competências profissionais
- Estabelecimento de uma oferta formativa permanente para a Formação Profissional inicial
- Promoção e Desenvolvimento da Formação Contínua, com a participação das empresas e de outros parceiros sociais envolvidos na Formação Profissional
- Criação e implementação de um Centro de Formação e Atualização Permanente para formadores e tutores
- Organização de um sistema de informação estatística para a formação profissional, nomeadamente através da criação de um Observatório da Formação Profissional” (Ministério de Finanças, 2010, p.9)

Entretanto, não é demais salientar que essas orientações não surgem ao acaso, interligando-se às políticas e dinâmicas implementadas ao longo de quase duas décadas. Vários sinais são dados, desde a tentativa de conciliar os objetivos de escolarização com o de respostas às necessidades do mercado de trabalho, passando pela aproximação entre a formação profissional e o ensino técnico no desenvolvimento de uma política de qualificação de recursos humanos; as políticas da Direção Extraescolar em alargar o espaço e tempo de qualificação de adultos, combinando a educação de base com a formação profissional; a maior interação nas políticas a nível do ensino secundário e o ensino superior, justificada pela promoção de ofertas de formação com perfil de natureza qualificante, isto é, dando oportunidades aos formandos em continuar o estudo superior (IEFP, 2011). Estas iniciativas permitem uma maior comunicação entre os subsistemas de Educação/Formação.

A articulação entre as políticas de formação profissional e as políticas do emprego é a mais tradicional e é considerada a mais difícil, pois é a mais importante e a menos trabalhada e implementada. É fulcral porque se traduz em instrumentos de formação e de apoio à inserção dos diplomados no mercado de trabalho. Embora já esteja dado

timidamente o primeiro passo com a fusão entre os centros do emprego e formação profissional e com a Direção do emprego no comando da regulação, pode-se, no entanto, supor que prevaleça a vertente formação profissional nos Centros, em detrimento do emprego, sobretudo nos primeiros tempos da convivência, que auguramos seja bem pacífica e não passiva.

As políticas do desenvolvimento de recursos humanos e a política económica revelam também uma certa convergência, dando sinais claros de investimento no desenvolvimento das pessoas, de modo a alavancar o tecido produtivo em consequência de formação de quadros qualificados e criativos.

Estas políticas e sinais de convergências demonstram o total empenho na construção do sistema de formação profissional e a sua evolução ou eficácia na resposta das demandas sociais, económicas e laborais.

Como acima referimos, o DECRP II (Documento de Estratégia do Crescimento e de Redução de Pobreza), Ministério das Finanças de Cabo Verde (2010), determinou a criação do Sistema Nacional de Qualificações, que é uma grande aposta. A sua consolidação poderá servir de base para consagrar os subsistemas, sobretudo em termos de coordenação de políticas e garantir a irreversibilidade de conquistas já alcançadas até então, no domínio da consolidação da estrutura do sistema de formação profissional.

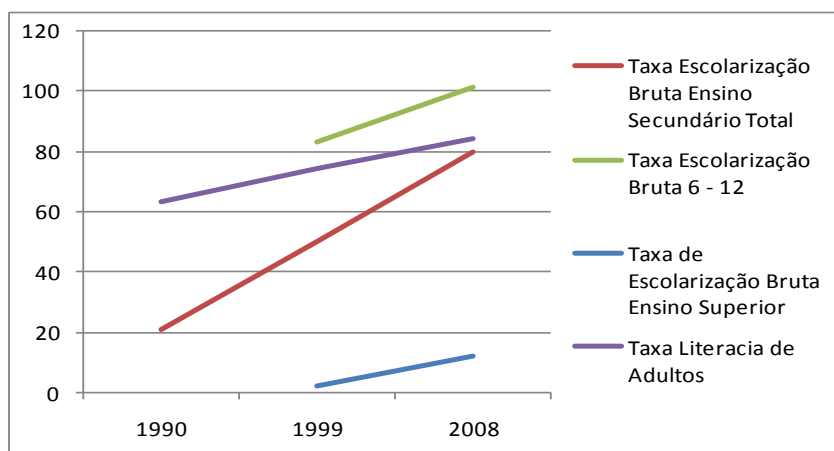
Com base nos pressupostos apresentados, a consolidação dos subsistemas, como um todo, resulta de contributos de cada elemento constituinte, nomeadamente:

- O Ensino Técnico para afirmar o princípio da dupla certificação, para reforçar a relação entre a escola e o mercado de trabalho e para promover os níveis de qualificação da população jovem;
- O Catálogo Nacional de Qualificações para estreitar a relação com a política económica e com a aprendizagem ao longo da vida;
- A Formação Profissional para diversificar as estratégias de formação e reforçar a capacidade de promover aprendizagens práticas;
- A Educação de Adultos para dar à formação de ativos uma abordagem integradora entre conteúdos de base e conteúdos profissionalizantes e para orientar a aprendizagem pelo princípio das competências;

Na certeza que os contributos de cada elemento constituinte dos subsistemas são de complementaridade, tornar-se-á possível o desenvolvimento do sistema de formação profissional cabo-verdiana como um todo e não como simples somas de contributos ou das partes defendida pela teoria de complexidade desenvolvida por Morin (2009). Sendo certo

que não é fácil o culminar desse desiderato, dado a luta constante pelo protagonismo e a tradição do funcionamento das instituições em Cabo Verde que, na sua maioria, tem uma lógica de ilhas ou guetos. Mas não é de mais ressaltar que as fronteiras entre as instituições afins vêm sendo esbatidas com resultados bastantes encorajadores relativos à formação profissional. Os investimentos no setor e a progressiva melhoria da taxa de escolarização nos diferentes níveis de ensino têm servido de fontes de alimentação para o crescimento e a qualidade de formação profissional. O quadro abaixo elucida esta afirmação.

Gráfico 1- Evolução das taxas de escolarização nos diferentes níveis de ensino



Fonte – UNESCO

1.5 – A dimensão social da educação e do ensino secundário na formação profissional

1.5.1 - Caracterização conceitual de educação

O sentido de educar assenta na perspetiva empírica, isto é, quando o indivíduo nasce, não traz conhecimentos, ao longo da vida, vai-se construindo através dos ensinamentos que lhes são incutidos, vai-se moldando como reflexo da sociedade em que está inserido. O Dicionário Electrónico Houaiss da Língua Portuguesa enfatiza a educação como: “Aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano”. Esta definição enquadra-se na definição técnica da educação que visa o desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais de um ser humano, a fim de melhor integrar na sociedade ou no seu próprio grupo.

No sentido amplo, educar significa transmitir, passar conhecimentos, hábitos, costumes e valores, instruir. Educa-se através da interação entre o educador e o educando,

estabelecendo-se trocas de informação e da experiência. O pai educa o filho transmitindo-lhe valores, ensinamentos e vivências passadas; o filho, por sua vez, transmite ao pai conhecimentos adquiridos numa geração diferente, mas ativa e atualizada.

No sentido formal, a educação é todo o processo contínuo de formação e ensino/aprendizagem que faz parte do currículo dos estabelecimentos oficializados de ensino, sejam eles públicos ou privados. É na base desta perspetiva que vamos abordar o ponto em epígrafe.

Torres e Araújo (2010) consideram que a educação está orientada para que a matéria aprendida possa ser utilizada num grande número de contextos distintos. A educação não se processa apenas em determinado período da vida do indivíduo, independentemente do lugar onde possa acontecer: na escola, na rua, na família, no grupo de amigos, nos meios de comunicação ou na comunidade. Já não é o que se ensina ou saber que se transmite, que dá corpo à educação, mas o próprio processo do ensino e aprendizagem tal como entendido por professores, pedagogos e investigadores. Damas (1997) afirma: “Doravante, o centro e a periferia da educação é a ação educativa, constituída por sujeitos em permanente inter-relação comunicacional contextualizada. A educação faz-se, então, aqui e agora, segundo condições históricas em que vivemos numa determinada comunidade” (p. 121).

Em todo o mundo, a educação, sob as suas diversas formas, tem por missão criar, entre as pessoas, vínculos sociais que tenham a sua origem em referências comuns. E, tem por objetivo essencial, o desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social. Por isso, a UNESCO (1999) refere:

“Neste aspeto a educação enfrenta enormes desafios, e depara com uma contradição quase impossível de resolver. Por um lado é acusada de estar na origem de muitas exclusões sociais e de agravar o desmantelamento do tecido social, mas por outro, é a ela que se faz apelo, quando se pretende restabelecer algumas das “semelhanças essenciais” à vida coletiva, de que falava o sociólogo francês Émile Durkheim no início deste século” (p. 45).

O tema educação é muito debatido por especialistas e não especialistas, não só pela sua finalidade, mas também pela importância que lhe é atribuída nos processos do desenvolvimento humano. Teodoro (2003) é de opinião que a educação passou de um

obscuro domínio da esfera doméstica e tornou-se, progressivamente, um tema central nos debates políticos, a nível nacional e internacional. Razão pela qual em todos os países do mundo se discute a educação e o sistema educativo. A educação tornou-se quase que um instrumento obrigatório de autorealização individual, do progresso social e da prosperidade económica, desempenhando diferentes papéis. Com o intuito de preparar e treinar trabalhadores especializados para gerir o capital, a tecnologia, os serviços e a administração, em cada um dos setores da economia.

Contudo, é de considerar que a educação é uma arte ou ciência do saber. Por isso, Pereira (2000) afirma: “Parece-me já consagrado que a educação é tida como uma prática. Para alguns, uma prática social histórica” (p.47). Neste contexto, a educação além de permitir a mudança de comportamento também potencia a competência de saber fazer, visto que nela está incluída a técnica que incorpora o fazer e o saber fazer.

Marques (2000) considera que: “A educação é uma das realidades mais complexas e, portanto, é nela que as alternativas contrárias, as oposições polares são mais evidentes” (p. 106). Em seguida, o mesmo autor com base no método antinómico (contradição-contradição-síntese), semelhante a método dialético utilizado por Hegel (Tese-antítese-tese), considera antinómica a educação porque tudo o que existe possui contradições internas que geram tensões. Para o efeito, considera que a educação conjuga a função de informar e a função de formar.no processo de conhecimento em educação formal.

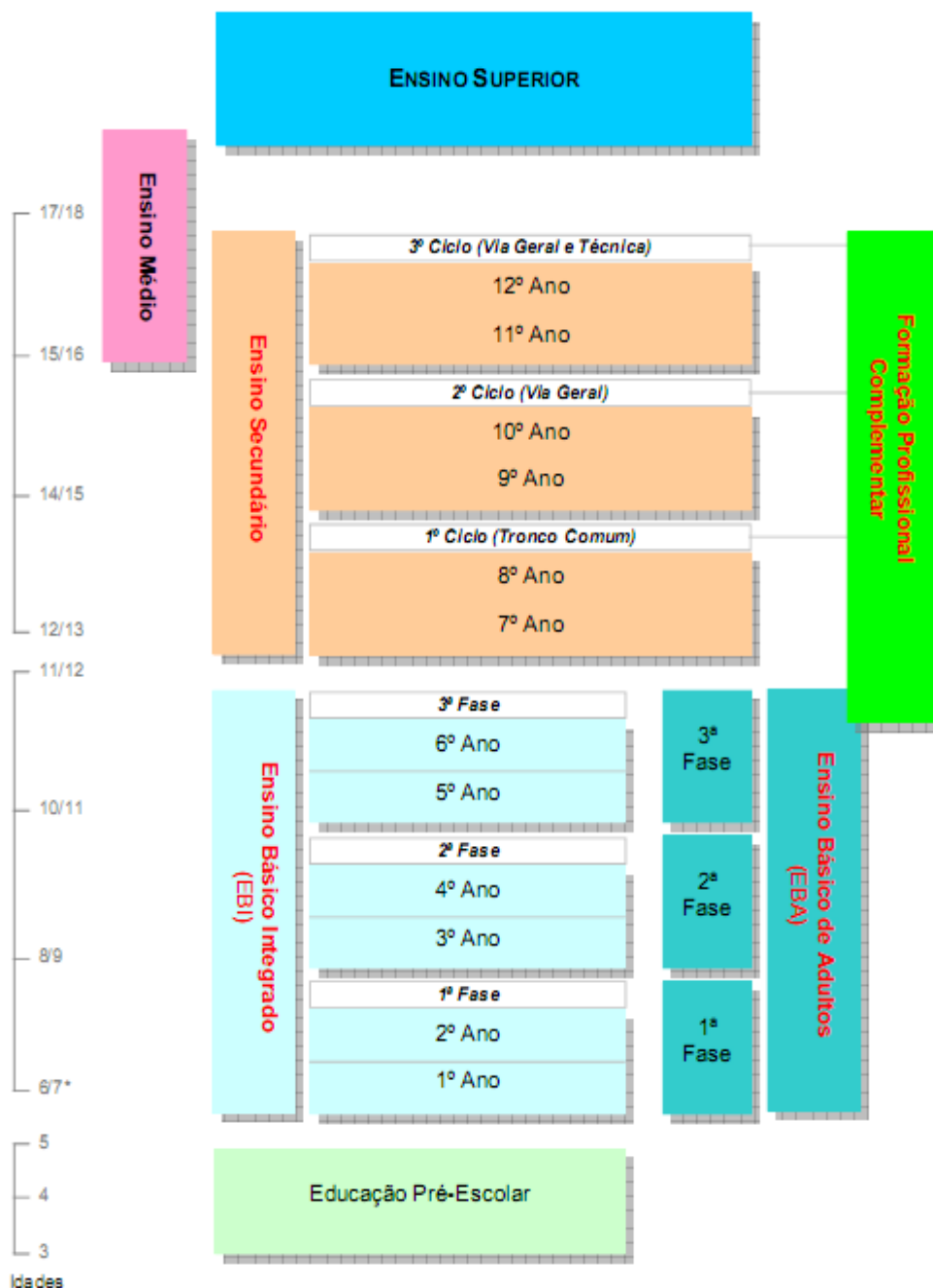
Educar um jovem ou um executivo significa ajudá-lo a identificar o seu projecto de vida, ensiná-lo a escolher parceiros adequados, a descobrir formas de explorar os vários aspetos do problema que o preocupa, de fazer com que sua mente fique relaxada e de como ela dê à luz uma ideia justa (Masi, 2000).

A educação pode ser um fator de coesão, se tiver em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, não se tornando um fator de exclusão social. O Relatório da comissão para UNESCO- Direito à Educação (1999) refere que a educação deve transmitir, de fato, de forma eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à vida em sociedade, pois são as bases das competências do futuro. Implica para tanto uma bagagem escolar cada vez mais especializada. Por isso, se nota um certo empenho dos governos, sobretudo dos países subdesenvolvidos, em aumentar a escolaridade obrigatória, a fim de atingir o patamar desejado ou adequado, para criar uma maior competência dos recursos humanos. E, neste aspeto verifica-se uma certa focalização no ensino secundário, visto que apresenta uma maior flexibilidade, dado ao seu carácter intermediário no sistema, do Básico ao Superior.

É determinante para o desenvolvimento de um país ter um sistema educativo estável e com capacidade de articulação com outros sistemas, como o de formação e do emprego. O sistema educativo cabo-verdiano, na sua última alteração, de acordo com o Decreto-Legislativo n.º 2/2010, de 7 de Maio, visa dar respostas adequadas aos desafios globais da sociedade cabo-verdiana, com a necessária adaptação estrutural qualificativa, em todos os subsistemas e níveis de ensino e formação profissional.

Para uma melhor compreensão da organização do sistema educativo em Cabo Verde, apresentamos figura abaixo indicada, elucidada.

Figura 1 - Organização do Sistema Educativo de Cabo Verde



Fonte: MED

O sistema educativo cabo-verdiano atual visa responder às exigências atuais da educação na sociedade cabo-verdiana, como refere o preâmbulo do referido Decreto-Legislativo n.º 2/2010 (LBSE, 2010):

“A necessidade da revisão curricular, o incremento da introdução de tecnologias de informação e comunicação, a qualificação do corpo docente, uma maior intervenção dos agentes locais no âmbito do alargamento da descentralização de poderes, uma maior conexão do sistema educativo face à expansão da universalidade do ensino e da educação, buscando sempre o reforço da solidariedade social e a qualidade do ensino superior, enquanto fatores de desenvolvimento e de inserção competitiva do país no mercado mundial” (p,1).

O atual sistema educativo, para além da inovação e alargamento do ensino obrigatório para 8 anos de escolaridade, que antes era de 6 anos, isto é, até ao final do ensino básico, visa dar maiores conhecimentos aos cabo-verdianos. Nesta lógica, é fácil conjugar ou articular a educação com a formação profissional. Neste pressuposto, os indivíduos que não pretendem continuar os estudos, têm, pelo menos, o grau de educação ou as habilitações suficientes para serem integrados numa formação profissional. O sistema de formação profissional estabelece atualmente, como requisito mínimo do ingresso, o 8.º ano de escolaridade. Esta condição também permite uma maior aproximação entre os dois sistemas e a sua maior articulação em termos de princípios.

Uma outra inovação constante desta legislação é a eliminação de alguns graus de ensino, como refere a LBSE: “Nesta revisão, opta-se ainda pela eliminação do grau académico de bacharelato, assim como o grau de ensino médio do sistema educativo formal, atento à dimensão atual da oferta formativa do mercado, em que instituições privadas se prontificam” (p, 2).

1.5.2 O ensino secundário como saída para o mercado de trabalho

Sem a pretensão de analisar pormenorizadamente todo o sistema educativo, pretendemos destacar o papel do ensino secundário, uma vez que é esta a fase de ensino que mais nos interessa, pela sua articulação com a formação profissional. A propósito da adequação do Sistema Educativo ao Sistema de Formação Profissional, é referido no preâmbulo do Decreto-legislativo n.º 2/2010:

“De resto, com este novo modelo do ensino secundário, implicando adaptação de novas matrizes curriculares específicas, criam-se igualmente condições adequadas ao estabelecimento de um quadro favorecedor da implementação articulada da formação complementar profissionalizante, na linha do reforço da integração entre o sistema educativo e o sistema de formação profissional, proporcionando uma rápida transição dos jovens da escola para o mundo do trabalho”.

Analisando mais profundamente este excerto, é evidente o propósito de elevar o ensino técnico para o último grau do ensino secundário. Os argumentos apresentados são a maior base de educação geral, a idade e a maturidade do aluno, que poderão ser uma forma de setorizar o ensino técnico, retirando-lhe a sua valência profissional. Tanto mais que o ACP transformou-se numa extensão praticamente fora do sistema educativo regular. Conforme consagra artigo 29.º, pontos 1: “O nível do ensino secundário compreende ainda um ano complementar profissionalizante, ao qual podem aceder alunos que tenham concluído com aproveitamento o 12º ano e que pretendem obter uma especialização em determinada área de atividade profissional.” É fácil constatar que esta pretensão poderá ser apenas mais uma atribuição à Escola Técnica. O último ano do ensino secundário é o 12.º ano. O ACP que a lei refere faz parte de uma tarefa particular, que pode ser assumida tanto pela escola técnica ou por outro estabelecimento qualquer.

O ensino secundário é um nível de ensino “intermédio” que permite uma margem de manobra para introduzir alterações no sistema educativo. É aí que se procura remediar o fracasso do ensino básico e fazer a preparação para o ensino superior, para além de subsidiar algumas competências para a inserção no mundo laboral. Por causa disso, é que

normalmente, a própria estrutura escolar se bifurca no ensino secundário geral e no ensino secundário técnico.

A diversidade é significativa no ensino secundário, sendo constantemente influenciado pelas diversas políticas educativas, seja enquanto prolongamento da escolaridade obrigatória, seja como percurso propedêutico do ensino superior, ou ainda como percurso de formação para a inserção na vida ativa.

Como é natural, o ensino secundário em Cabo Verde, como já referimos, não difere muito dos outros países europeus. Cabo Verde, com um sistema educativo próprio, com traços muito semelhantes ao de Portugal, ainda aposta fortemente na vertente técnica do ensino secundário, tendo em conta o seu estado atual do desenvolvimento. A LBSE cabo-verdiano, alterada em 2010, estipula um ensino secundário com dois ciclos, sendo o primeiro (9.º e 10.º ano) e o segundo (11.º e 12.º ano) visto que o ensino básico foi aumentado mais dois anos, isto é, até 8.º ano. No segundo ciclo, bifurca em duas vias: via geral e técnica com a duração de dois anos. De acordo com a reforma o ensino secundário organiza-se em 2 ciclos de 2 anos cada.

A mesma lei considera o ensino secundário o interface da formação profissional e integração na via ativa, como estabelece no ponto 2 do artigo 24.º:

“ O ensino secundário visa possibilitar a aquisição das bases científico-tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ingresso na vida ativa e, em particular permite, pelas vias técnicas, artísticas e profissionais, a aquisição de qualificações profissionais para inserção no mercado de trabalho”.

A via geral do ensino secundário visa fundamentalmente a preparação para o prosseguimento de estudos, facilitando também a adaptação do aluno à vida ativa. Contudo, a via técnica, mais conhecida por ensino técnico, permite também a continuação de estudos, mas com um forte pendore na preparação do aluno para o ingresso na vida ativa. Convém, todavia, referir que nas duas vias do ensino secundário existe uma interpenetração que permite ao aluno, numa determinada altura, seguir a melhor opção da sua vida escolar. O ACP é considerado pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) como mais uma possibilidade de especialização na sequência do ensino secundário: “Aos alunos que tenham concluído com aproveitamento o ano complementar profissionalizante é atribuído o respectivo certificado comprovativo”.

Normalmente, quase todos os países passaram por experiências de alterações do sistema educativo, sobretudo no ensino secundário, no intuito de ligar a formação técnica e profissional ao desenvolvimento social, profissional e económico. Qualquer alteração do sistema educativo implica a reorganização do sistema e custos na sua implementação, que vão desde formação técnica de professores, recrutamento, a serviços de apoio e muitos outros. Neste aspeto, a UNESCO (1999) afirma que a falta de recursos e o custo relativamente elevado duma formação técnica de qualidade tornam, contudo, muito difícil o desenvolvimento do setor educativo, exatamente nos países em que ele é mais necessário.

A filosofia de uma educação ao longo de toda a vida pretende associar o ensino secundário ao mundo do trabalho, sobretudo através da estreita relação com o setor industrial e com o setor do emprego. A sua base permite fazer uma formação de curta duração e de forma diversificada e de reconhecimento oficial. Dar formação de qualidade para um jovem com ensino básico leva mais tempo do que a um aluno com o ensino secundário. Não é por acaso que existe uma grande aposta na formação profissional em alternância nos chamados países desenvolvidos. Aí permite a combinação do trabalho com os estudos do nível secundário. Neste aspeto, verificam-se cruzamentos de interesses tanto do formando como do Estado/empresa ou empregador.

É no ensino secundário que se torna pertinente a escolha do caminho a percorrer pelos jovens, tanto quanto a variedade dos cursos a seguir como a tomada de decisão para a inserção no mundo de trabalho.

Como temos vindo a referir, o ensino secundário situa-se no meio do sistema educativo e goza de duas possibilidades, receber muita ou pouca influência dos extremos (ensino básico e superior) e constituir a ponte principal para as duas saídas futuras: a inserção no mundo laboral e profissional e continuação de estudos. Nas palavras de Lesaurne (1998, cit. por Azevedo, 2000, p.95) “ fazem dele potencialmente a parte mais frágil do nosso sistema educativo. Passa por numerosos problemas (...) cujas soluções não poderão ser encontrados senão dando aos estabelecimentos a possibilidade de inovar”.

O ensino secundário vem sofrendo várias alterações, tentando adaptar-se ao desenvolvimento social e educativo, sobretudo com a tentativa de associá-lo aos modelos do desenvolvimento económico e empresarial do país.

Azevedo (2001) afirma que o ensino secundário é seguramente o segmento mais controverso dos sistemas educativos. Entalado entre dois outros segmentos mais solidamente orientados, o ensino básico e o ensino superior, o ensino destinado ao grupo

etário – 16 – 18 anos, dispersa-se por finalidades sociais variados que até conflituam entre si:

- Proceder a um aprofundamento das aquisições básicas tendo em vista o posterior prosseguimento de estudos no ensino superior;
- Proporcionar uma preparação para o exercício profissional qualificado e para o desempenho de papéis socialmente úteis;
- Fomentar a orientação escolar e profissional dos jovens e sustentar a formação pessoal de projetos de vida, aprofundando a autonomia pessoal.

Portanto, a passos largos caminham os cursos com o ensino secundário em Cabo Verde, visto que existe muita preocupação a nível governamental de aproveitamento das escolas secundárias quer geral ou técnica, para preparar os jovens para a inserção na vida ativa. Em consequência, é necessário criar em todas as escolas secundárias unidades formativas, no sentido de orientar e preparar os jovens para as profissões. A importância do ensino secundário é cada vez mais relevante, pois os cursos profissionais ou técnico-profissionais e superiores de qualidade requerem este nível do ensino como suporte. Não é por acaso que se exige, como requisitos para integração em qualquer formação profissional, uma determinada fase do ensino secundário. Atualmente, com a alteração da LBSE para uma formação técnico-profissional a conclusão do ensino secundário é indispensável, como atrás referimos.

A necessidade de criar alternativas a centenas de alunos que terminam todos os anos o ensino secundário, sem oportunidade de conseguir uma vaga para prosseguir os estudos ou encontrar um emprego, é cada vez mais urgente. A possibilidade de entrar num curso após ao 12.º ano de escolaridade é cada vez mais escassa, por causa da limitação de vagas no país (instituições de formação pública, no caso de Instituto Pedagógico, Escolas de Enfermagem, UNICV e outras, que exigem como perfil de entrada o 12.º ano completo e mediante concurso). A frequência nos cursos das instituições privadas e nas universidades estrangeiras requer uma base financeira consistente para suportar o custo, pelo que, com a falta de bolsas de estudos, só frequentam esses cursos alunos provenientes de famílias com algum poder económico. O acesso a uma formação complementar profissional depois do 12.º ano em áreas de grande procura e de oportunidades de negócios poderia ser uma alternativa.

Assim, uma utilização mais criteriosa das Escolas Técnicas em Cabo Verde, aproveitando todas as suas potencialidades de formação, sobretudo com a implementação

do Ano Complementar Profissional em todas as escolas técnicas, seria mais rentável se deixassem de ser escolas técnicas mistas, isto é, deixarem de fazer o que as dezenas de escolas secundárias espalhadas por todos os concelhos do país vêm fazendo.

1.6 Ensino técnico, um dos pilares da formação profissional em Cabo Verde

1.6.1 Introdução histórica do ensino técnico em Cabo Verde

A necessidade e a preocupação de criar um sistema político e económico próprio, que tornasse possível definir o desenvolvimento em função de interesses de Cabo Verde, norteavam todas as atenções do governo saído da independência em 1975. Cabo Verde, na altura da sua independência, era considerado um país inviável. Cahen (1991) afirma que em 1975, houve peritos internacionais que recomendaram a evacuação de toda população do arquipélago. Na mesma lógica de análise, Silva (1991) salienta que no momento em que acedia à sua independência jurídica, Cabo Verde encontrava-se numa situação económica e ecológica, a tal ponto dramática, que não conseguia sequer garantir a sobrevivência pura e simples da sua população. Entretanto, o PAIGC/PAICV, partido único que sustentava o governo desde a independência, apostou fortemente no desenvolvimento e viabilidade do País, mobilizando recursos externos para o efeito.

Isso demonstra, implicitamente, qual seria o estado da educação do povo cabo-verdiano, na altura da independência (Julho de 1975). Todavia, apesar de todos os dilemas, que o governo de então tinha a resolver, não se esqueceu de atribuir uma grande importância à educação, com uma visão tridimensional. Segundo Silva (1991), essa visão pode contribuir para o desenvolvimento social, político e económico, bem como a transformação da estrutura social, com um cariz nacional. Para a prossecução dessa visão seria necessário definir prioridades: a alteração da situação educacional herdada do tempo colonial (1975-1987); a retirada imediata de um número considerável de professores e funcionários portugueses, que tinham ocupado a quase totalidade de postos-chave no sistema, constituído por maioria de professores com formação profissional incompleta. A medida prioritária era concentrar-se na formação de professores cabo-verdianos e promover a extensão da cobertura escolar do País. Por causa disso, foi negligenciada a formação de uma mão-de-obra qualificada a nível elementar e médio (Silva, 1991).

A estrutura do sistema do ensino de então visava essencialmente a formação geral e estava em termos da lógica implícita, subordinada à ideia do acesso ao ensino superior. Além disso, dada a debilidade económica do país, faltavam também recursos para criar uma estrutura de formação profissional, pelo menos semelhante à única que existia – Escola Industrial e Comercial do Mindelo. Entretanto, o que se estava a passar com o Ensino Técnico era desencorajador em termos de formação profissional/técnica. Como aborda Silva (1991): “A única formação profissional/técnica realizada neste contexto era dispensada pela Escola do Mindelo cujos alunos transitavam em número significativo para o ensino superior em vez de entrarem diretamente na vida profissional” (p.229).

A grande aposta foi na educação básica geral, o que levou ao aumento de frequência de 30%, de 1975 a 1988. Como consequência de expansão escolar, no ano letivo 1988/89, havia 12.000 alunos no ensino básico, 6.500 no secundário geral. A referida autora, esclarece ainda que as diferentes instituições de formação profissional e técnica abrangiam um total de um pouco mais de 1000 alunos.

De tudo que foi feito no âmbito de expansão e cobertura do ensino escolar, em relação ao ensino técnico e profissional, a grande mudança só veio a acontecer com a reforma do sistema educativo em 1990, que abriu o espaço ao ensino técnico na estrutura, do sistema educativo cabo-verdiano. Mais à frente, falaremos da reforma do sistema educativo de 1990.

Para uma melhor compreensão deste processo até ao presente, precisamos recuar um pouco no tempo, permitindo assim realçar que o primeiro estabelecimento de ensino secundário de carácter religioso e laico, foi o Seminário, criado em 1866, que passou a Seminário-liceu em 1892, pelo Decreto de 3 de Setembro, mantendo-se durante várias décadas, como o único estabelecimento do ensino secundário da colónia de Cabo Verde. Conforme Afonso (2002) o primeiro Liceu (Liceu Nacional de Cabo Verde) criado na Praia em 1860, na sequência da reforma de Instrução Pública (Decreto de Agosto de 1845), foi extinto pouco depois devido à carência de professores. Afirma ainda, que o Seminário-liceu em 1898 era frequentado por 52 aspirantes ao sacerdócio e 72 estudantes liceais. Nesse mesmo ano existiam no arquipélago 73 escolas primárias, com 4262 alunos (Afonso, 2002).

Com objetivo de dotar a população do arquipélago de Cabo Verde de um nível de instrução mais elevado e pela necessidade de mão-de-obra qualificada que a Metrópole estava a necessitar para outras colónias e não só, foi criada o Liceu de Cabo Verde em 1917, pela Lei n.º 701, de 13 de Junho que preceituou que nele se ministrasse o ensino do

1.º ciclo liceal (1.º e 2.º ano do liceu) conjuntamente com um curso profissional como uma modalidade do Ensino Técnico.

Convém frisar que a Lei n.º 701 de 13 de Junho de 1917, previa que o liceu seria instalado no edifício que fora do Seminário, na Ilha de S. Nicolau, visando a sua fundação especialmente dotar a província com estudos preparatórios necessários para a formação do professorado do ensino primário, de que estava carecida.

No entanto, o ensino ministrado não se limitou ao 1.º ciclo, pois o Liceu funcionou com o curso completo e o curso profissional não chegou a funcionar no referido liceu. O funcionamento do referido liceu beneficiava muito a população de Cabo Verde, pois, sendo único, recebia alunos de todas as ilhas.

Todavia, o curso profissional que deveria funcionar conjuntamente com o 1.º ciclo liceal por causa da necessidade da formação sentida no arquipélago, funcionou sob a égide das Obras Públicas e da Capitania dos Portos na Praia e no Mindelo, com objetivo de formar operários e aprendizes em carpintaria e serralharia para as atividades da província. Como argumento para a criação do ensino profissional a Lei n.º 701 refere:

“Não é, contudo, suficiente o grau profissional, existente por este meio, para suprir as necessidades da província e do seu povo. Por isso, a introdução, em condições similares ao que vem a realizar-se em outros territórios do nosso ultramar, de atividades escolares de carácter profissional, paralelos ao ensino liceal é aconselhável também em Cabo Verde”.

Segundo o preâmbulo do Decreto n.º 40.198, de 22 de Junho de 1955, o liceu veio a instalar-se na cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente. Ao contrário do que era habitual, este liceu não foi instalado na capital da província. Segundo o preâmbulo do decreto “Terá contribuído para o relevo que a ilha de S. Vicente dá o seu porto e a atividade económica que a ele está associada”. No entanto, o referido decreto, ainda no ponto 4 do seu preâmbulo, justifica a necessidade da criação duma secção liceal na capital da província dada a procura, pois estabelece: “O liceu de S. Vicente não comporta já, nem pelas suas condições materiais, nem pela dotação de meios discentes, a população que o procura, e esta circunstância impôs-se à atenção do Governo”. E, no dispositivo do artigo 1.º do referido decreto salienta: “O Liceu Gil Eanes, da província de Cabo Verde, terá uma Secção na cidade da Praia, ilha de Santiago, na qual será ministrado o ensino do 1.º e 2.º ciclo”.

A reivindicação para criação da secção liceal, na ilha de Santiago, não era um ato isolado, mas por causa da obrigatoriedade do ensino primário, estipulada pelo Decreto n.º 38.969, de 27 de Outubro de 1952, que teve um pequeno eco em Cabo Verde em termos de aumento do ensino primário obrigatório, por ter estabelecido no art.º 84.º – 1 que as entidades patronais do comércio e da indústria não poderiam, a partir de 1 de Janeiro de 1955, admitir ao serviço, nos quadros permanentes, menores de 18 anos que não tiveram obtido aprovação no exame do ensino primário elementar.

O Decreto n.º 40 198, de 22 de Junho de 1955, fazendo referência à ação realizada pelo Liceu, afirma: “ (...) realizando uma ação benéfica, desenvolvendo a cultura entre a população e preparando muitos valores individuais dali originários, que tem servido e honrado a Nação Portuguesa e a terá onde nasceram em muitas posições salientes e atividades diversas, nas camadas dirigentes da vida nacional”. Embora pelo referido decreto-lei (40198) fosse criada a Escola Técnica Elementar do Mindelo, esta só entrou em funcionamento no dia 22 de Outubro de 1956, numa dependência do então liceu Gil Eanes, sob a direção do Reitor do mesmo liceu. Em 26 de Março de 1957, a Escola passou para o antigo quartel do Exército Português e ali permaneceu até então, com as necessárias adaptações.

O bom funcionamento do referido estabelecimento e a grande afluência dos alunos foram motivos suficientes para a elevação do seu nível, manifestada no Decreto n.º 41 604 de 17 de Maio de 1958: “Com este objetivo o presente diploma substituirá aquela escola elementar por uma industrial e comercial na mesma cidade”

Na mesma linha, o artigo 1.º do referido decreto estipula:

“É criada na cidade do Mindelo uma escola industrial e comercial, que começará a funcionar no início do ano escolar de 1958-1959 e na qual serão ministrados os seguintes cursos;

- a) Ciclo preparatório;
- b) Industriais: formação de serralheiro, carpinteiro, marceneiro e montador eletricista;
- c) Comerciais: geral de comércio e formação feminina”.

Nota-se, assim, uma grande lentidão em operacionalizar o processo de formação, pois demorou cerca de 40 anos para criar uma escola de formação profissional, após a criação do primeiro liceu do arquipélago. Todavia, teríamos que esperar cerca de 43 anos (1960) para que Cabo Verde tivesse 2 liceus: para além do de Mindelo, a cidade da Praia passou a ser contemplada com a criação do liceu Adriano Moreira, inaugurado no dia 10 de

Junho de 1960, hoje Liceu Domingos Ramos, levando a extinção da secção do liceu Gil Eanes.

Azevedo (1962) dá-nos uma panorâmica dos tipos de estabelecimento de ensino existentes no referido arquipélago “2 liceus, 1 Seminário maior, 1 escola industrial, 1 escola comercial, 1 escola agropecuária, 2 escolas de enfermagem, 1 escola de navegação costeira, 1 escola prática de telecomunicações, 4 escolas de formação feminina, 3 escolas de arte e ofícios e 217 escolas do ensino primário”. Relativamente ao ensino secundário técnico, faz a seguinte observação: “Ensino secundário técnico, como nas mais províncias, para habilitação e especialização de profissionais, nas seguintes modalidades e cursos: Industrial – montador eletricista; Comercial: geral de comércio – Estenodactilógrafo e disciplinas que constituem habilitação para o exercício nas alfândegas” (p.95).

A adesão por parte dos alunos na Escola Industrial e Comercial não foi elevada, visto que, depois de 20 anos de funcionamento (1956 a 1975), a Escola tinha 420 alunos, mesmo sendo a única do género no país.

Cumpre-nos dizer que já nos finais dos anos noventa do século XX (1996) uma missão chefiada por Eduardo Marçal Grilo a Cabo Verde, (Grilo, 1996), refere:

“O ensino secundário vem sofrendo uma grande procura, tendo duplicado nos últimos anos. O ensino secundário mantém 2 vias: Ensino Liceal que está dividido em curso geral de 3 anos e curso complementar de 2 anos e é administrado em 3 liceus, implantados em S. Tiago, S. Vicente e Sal e o Ensino Técnico, administrado na Escola Técnica do Mindelo” (p,14).

Retomando os anos 60, verificamos que a partir desta altura, a aposta no ensino e educação em relação à província de Cabo Verde, passou a constar da agenda do Governo da Metrópole. Havia a consciência de que, em termos económicos, este crescimento do sistema escolar não beneficiava Portugal, mas por questões políticas esta atitude tinha que ser tomada uma vez que, no dizer de Silva (1991, p.224): “Portugal via na expansão escolar um meio de se legitimar, perante a população e de obter uma identificação com Portugal, ou pelo menos uma filiação cultural à Metrópole”.

Na mesma sequência da expansão do ensino na província de Cabo Verde, o Decreto 45:908 de 1964, tornou o ensino primário obrigatório para todas as crianças entre os 6 e os 12 anos. Todavia, este apenas chegou a Cabo Verde praticamente no ano letivo 1968/69 com o início da pré-primária. Conforme refere Silva (1991), a situação mudou de forma incisiva durante a última fase colonial, mais concretamente a partir de 1962, sob o

impacto da eclosão da guerra anticolonial em Angola. Nessa altura, Portugal tomou a decisão de reorientar toda a sua política colonial.

Podemos igualmente notar que a criação da Escola Técnica Elementar se concretizou a partir da constatação da insuficiência de profissionais e não da pressão social interna. Afonso (2002) refere: “face a opinião pública internacional e a pressão dos movimentos de libertação são introduzidas mudanças na política nacional a partir da década de 60, com reflexo na política de educação” (p.122). Mesmo assim, o ensino técnico profissional continuou a ser o parente pobre do sistema educativo, tanto é que, em 1973/74, os seus efetivos correspondiam apenas a 0.5% do total nacional.

Entretanto, mesmo beneficiando duma certa “anuência” do governo da Metrópole, pelas razões atrás apontadas em relação ao ensino, Cabo Verde no ano letivo 1973/74, apresentava uma estrutura desequilibrada, atendendo a que os efetivos escolares eram: 91% do ensino primário; 5,8% no ciclo preparatório; 2,7% no ensino liceal e apenas 0.5% no ensino técnico profissional.

A lentidão na implementação da legislação produzida pela Metrópole, sobretudo a partir dos anos 30 até 48, nas colónias e, especialmente em Cabo Verde, demonstra a total falta de interesse da parte do governo colonial. Tal deve-se às extraordinárias e profundas medidas legislativas tomadas sobre o ensino técnico, em vigor no ano de 1947, após a Segunda Guerra Mundial. Ciente das dificuldades a todo o nível, por causa da guerra e da grande crise alimentar (fome provocado pela falta de chuva) que assolava a colónia de Cabo Verde nesse ano de 1947, muita coisa poderia ser feita para a sua implementação. De acordo com toda legislação produzida sobre construção das escolas técnicas, a partir de 1948 até 1960, nenhuma escola chegou a ser construída em Cabo Verde. Isso pode ser justificado pela falta da vontade política e de pressão, que havia relativamente ao ensino técnico profissional da parte da metrópole, pelo patronato, apesar de se ter constatado a necessidade da industrialização do país. Denotava-se um certo voluntarismo do governo conforme afirma Grácio (1986):

“É o governo a tomar as iniciativas e as opiniões e pontos de vista aparecem a partir das suas solicitações. Trata-se por outro lado de um patronato que, se acompanha a iniciativa governamental uma vez está desencadeada, é mais no sentido de tirar proveito pela utilização dos trabalhadores que frequentavam as escolas técnicas de que através de um investimento material considerável” (p.53).

Depreende-se, facilmente, que não havia em Cabo Verde a capacidade reivindicativa da parte do patronato, visto que o arquipélago enfrentava situações difíceis, portanto, a preocupação era de sobrevivência. Por isso, a implementação do ensino secundário foi muito lenta e pelos dados podemos constatar a falta de vontade com a criação dos estabelecimentos: do primeiro liceu de Cabo Verde (1860) extinto 6 anos depois, para criação do Seminário de S. Nicolau (1866), sua transformação em Seminário-liceu (1892); criação do Liceu em S. Vicente (1917); criação da Escola Industrial e Comercial do Mindelo em 1956.

1.6.2 A dinâmica atual do ensino técnico

O diagnóstico do sistema educativo de Cabo Verde apresentado no Plano Estratégico de Educação (2003) apontando um conjunto de problemáticas que conduziram à alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo em 2010, também reforçou a ideia e a necessidade de articulações entre os sistemas educativo e formativo, apresentadas em 2005. No quadro da elaboração do Plano Estratégico de Formação Profissional, IEFP (2007), documento orientador para a estruturação do sistema de formação profissional em Cabo Verde, esclarece-se o seu primeiro eixo estratégico: “Estruturação e edificação de um sistema integrado de educação/formação/emprego”.

Muitas medidas vinham sendo tomadas no sentido de melhorar a articulação entre o ensino técnico e a formação profissional em Cabo Verde. Dada a sua complexidade, foram um acertar de agulhas durante vários anos. Já com a reforma do ensino secundário de 1996, procurou-se implementar uma nova filosofia do ensino técnico, cujo objetivo era formar os quadros técnicos de nível intermédio. A reforma, no entanto, foi mais profunda ao nível do ensino secundário geral, mantendo-se as áreas tradicionais do Ensino Técnico (ET), a saber: Construção Civil, Serviços e Comércio, Electricidade e Mecânica. Verificou-se uma grande alteração em termos da redução da carga horária oficial e a introdução da componente a “formação em contexto de trabalho” e mantendo o ensino técnico vertente profissionalizante no 10.º e no 12.º ano.

Entretanto, do diagnóstico realizado, considerava problemas de articulação entre o ensino técnico e formação profissional tais como:

“A falta de um sistema estruturado de FP, que, durante anos, dificultou uma articulação eficaz. Entretanto, com a aprovação da nova lei orgânica do Ministério da Educação, a criação da Direção do Ensino Secundário Técnico e a alteração do modelo de superintendência do IEFP, tem vindo a

promover-se a articulação ensino técnico/formação profissional/mercado de trabalho, com melhorias substanciais, destacando-se a implementação nas escolas técnicas do ano complementar profissionalizante, a par de outros cursos de formação profissional com o apoio do EFP” (Plano Estratégico de FP, 2007, p. 33).

Com a construção das escolas técnicas de Assomada, na ilha de Santiago e do Porto Novo, na ilha de Santo Antão, foi necessária repensar o ensino técnico, tal como esclarece o Plano Estratégico de Formação Profissional (2007):

“Por esta razão, tornou-se necessário desenhar um novo Ensino Técnico, em termos de carga horária, formação geral e formação tecnológica, com particular incidência nas práticas oficinais e com programas adaptados às reais necessidades do mercado. Foi igualmente necessário o reapetrechamento de algumas escolas técnicas, recuperando e redinamizando outras, capacitando recursos humanos (professores e gestores) para as escolas técnicas e reforçando parcerias com o setor privado, enquanto instrumentos necessários para o desenvolvimento do país” (IEFP, 2007, p.36).

O primeiro resultado de todo este percurso e esforço está espelhado na passagem do Ensino Técnico para o terceiro ciclo de ensino secundário, dando assim a possibilidade de maior extensão da formação geral, criando assim a base para uma formação de “banda larga”. Antes de alteração da Lei de Base do Sistema Educativo, o ensino técnico iniciava-se no 2.º ciclo (9.º e 10.º ano) do ensino secundário. Uma outra forma de implementação prática das orientações dos planos estratégicos de educação e formação é a realização do ACP (Ano Complementar Profissional) nas escolas técnicas, particularmente na Escola Técnica de Santa Catrina, a partir de uma experiência piloto em 2002, com alunos que concluíam o 9.º ano de escolaridade, mas com idade que não permitia a entrada no 3.º ciclo (11.º e 12.º ano). Esses alunos, nessa experiência piloto, participavam no ACP e estudavam o 10.º ano e faziam a prática numa empresa escola. Foi um projeto de grande sucesso sobretudo no que diz respeito à empregabilidade.

Entretanto, com o Decreto-Legislativo n.º 2/2010 que alterou a Lei de Bases do Sistema Educativo, fica mais claro a natureza de cursos de ACP, que apresenta no seu artigo n.º 29, ponto 1: “O nível do ensino secundário compreende ainda um ano complementar profissionalizante, ao qual podem aceder alunos que tenham concluído com aproveitamento o 12.º ano e que pretendem obter uma especialização em determinada área de atividade profissional”. Neste particular, deve-se notar que a exigência é maior em termos de formação geral, para conclusão do ensino secundário, suportando de certa forma uma

formação com um nível de qualificação mais elevado, permitindo enfrentar melhor os desafios do mercado de trabalho. A LBSE faz várias aproximações com o mercado de trabalho e formação profissional nos outros artigos, como por exemplo na alínea e) do seu artigo 25.º: “Garantir a orientação e formação profissional permitindo maior abertura para o mercado de trabalho sobretudo pela via técnica”, para na f) reforçar de seguinte forma: “Permitir contatos com o mundo do trabalho visando a inserção dos diplomados na vida ativa”⁹.

O alargamento do ensino obrigatório até ao 8.º ano e o ano complementar profissionalizante após o 12.º ano, vão ao encontro das diretrizes europeias relativas à Cimeira de Lisboa, de transformar o ensino secundário numa etapa fundamental para a inclusão dos cidadãos na sociedade do conhecimento e tornar a economia europeia competitiva com outras economias do mundo. Embora Cabo Verde não seja membro da UE, goza de parceria especial. Para ser um parceiro competitivo na economia global necessita de uma força de trabalho altamente qualificada, flexível e inovadora. Esta formação realiza-se a nível do ensino secundário, que habilita os cidadãos com níveis de instrução elevados, de modo a assegurarem melhores padrões de empregabilidade. INE (2010) refere que 57% da população residente em Cabo Verde não frequenta o ensino secundário. Isso demonstra a necessidade de implementar cada vez mais programas de formação, de modo a preparar os cidadãos para o mercado de trabalho cada dia mais competitivo.

Relativamente à formação profissional, o artigo 57.º do Decreto-legislativo n.º 2/2010, de 7 de Maio, que altera a LBSE, realça a sua estratégia de funcionalidade, deixando a possibilidade de a aprendizagem e formação profissional serem organizadas numa perspetiva de capacitação de jovens e adultos, para o exercício de uma profissão e de luta contra a pobreza e exclusão social. No entanto, sem esquecer de salientar que, a formação profissional e o sistema geral de aprendizagem, se desenvolvem em centros específicos, empresas ou serviços, com base em acordos e protocolos celebrados entre os diversos departamentos estatais e não estatais interessados no processo formativo. Cabe ao Governo estabelecer a coordenação e o desenvolvimento das ações formativas, através do competente organismo.

O sistema de educação e da formação profissional são muito próximos no contexto legislativo cabo-verdiano, atendendo ao ensino secundário (Ensino Técnico) – que desempenha um papel relevante na formação profissional, tendo em conta não só a sua

⁹ Decreto-Legislativo n.º 2/2010. Revê as Bases do Sistema Educativo, aprovadas pela Lei n.º 103/III/90, de 29 de Dezembro, na redação dada pela Lei n.º 113/V/99 de 18 de Outubro. B.O. n.º 17 de 7 de Maio.

competência humana – formadores e formandos –, mas também disponibilidades materiais (espaços, oficinas e laboratórios) para promover a formação. O ensino técnico na prática tem estado a absorver os alunos que conheceram a experiência de insucesso escolar, ou que tiveram que abandonar o sistema escolar por mais diversas razões e muitas delas fruto de desigualdades sociais. O abandono escolar constitui um indicador importante de desigualdade social e escolar. Os jovens marcados por insucesso e abandono escolar constituem o principal reduto para a formação profissional no quadro da nossa análise, tendo em conta os diferentes níveis da sua abrangência. Neste quadro, Benavente et al (1994) afirmam: “ O abandono escolar constitui uma situação extrema de desigualdade entre os que vivem curtos percursos escolares, fracassam e abandonam e os que obtêm sucesso certificado e vivem longos percursos académicos, com as respetivas consequências pessoais e sociais do saber e dos títulos” (p.12).

As quatro escolas técnicas existentes no país formam, no geral, mais jovens que todos os centros de formação ligados ao IEFP, tal como consta do Quadro 1.

Quadro 1- Evolução do nº de alunos do Ensino Técnico (2003/04- 2010/11)

Ano lectivo	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Alunos	1342	1351	1540	1517	1683	1556

Fonte: DGE/Direção do Ensino Técnico

No entanto, alguns professores das escolas técnicas questionam a passagem da via técnica do 2.º para o 3.º ciclo do ensino secundário e vaticinam que a entrada no ensino técnico irá diminuir, visto que se os alunos conseguirem concluir o 2.º ciclo, ficarão mais propensos para seguir a área geral, sobretudo por causa do peso curricular do ensino técnico. Este apresenta grande quantidade de disciplinas e elevada carga horária, com acréscimo de aulas práticas de oficinas que, normalmente, decorrem pelo menos três vezes por semana, no período contrário das aulas normais. A necessidade de se deslocar para a escola nos dois períodos do dia ou de permanecer nela durante o dia, compromete muitas vezes o orçamento dos pais, constituindo um obstáculo ao prosseguimento da via técnica. Nesta lógica, ainda mais difícil se torna a procura dos cursos do ACP após a conclusão do 12.º ano, como elucida o Quadro 2.

Quadro 2 - Alunos finalistas do Ensino Técnico que frequentaram cursos ACP

Ano lectivo	2007/08	2008/09	2009/10
Ano finalista do Ensino Técnico	797	757	815
Alunos dos cursos ACP		67	114

Fonte: Anuários Estatísticos da Educação

Convém recordar que, com a implementação das LBSE de 2010, nem todos os alunos que frequentam a via técnica fazem a formação técnica profissional, visto que o ACP é pós secundário. O Quadro 2 demonstra que apenas 8,8% de alunos frequentaram os cursos do ACP no ano lectivo 2008/2009 e 13,9% em 2009/2010.

Para além das Escolas Técnicas que se encontram no subsistema escolar, a Direção Geral de Educação e Formação de Adultos, enquanto subsistema extraescolar, sob a tutela do Ministério da Educação e Desporto, promove ações de formação profissionalizante, tanto em parceria com as Escolas Técnicas, como com o IEFP. No entanto, há cada vez uma maior aproximação em termos de estruturas de decisão e da definição de políticas: o Ministério da Educação e Desporto, antes Ministério de Educação. No ano de 2003, pelo fato do governo querer dar ênfase à formação, o ministério da educação passou a designar-se Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos (MEVRH). Nessa altura, tutelava em parte o Instituto de Formação Profissional que, é, na realidade, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), considerado a instituição responsável pela formação profissional em Cabo Verde.

Não é demais salientar que o ensino técnico é pouco valorizado, apesar de inúmeros esforços que têm sido feitos, o que tem prejudicado seriamente o desenvolvimento e o melhor aproveitamento das potencialidades técnicas e científicas. Neste aspeto, pontua Santos (2007) que os alunos que completam o ensino obrigatório com um bom ou elevado nível de aproveitamento escolar tendem a enveredar por cursos de carácter geral, tendo, à partida, uma maior probabilidade de serem bem-sucedidos.

Por outro lado, os que têm aproveitamento menos positivo, quando não optam pela tentativa de integração imediata no mercado de trabalho, manifestam uma maior propensão para procurar alternativas profissionalizantes (J. Azevedo, 1999). Alguns dos que decidem prosseguir estudos de carácter geral, sentem sérias dificuldades de aprendizagem, levando-os, frequentemente, a desistir e procurar outras soluções.

É neste contexto que, mesmo nos países com falta de mão-de-obra qualificada, poucos jovens enveredam pelo ensino técnico dado o estereótipo que ainda perdura no

imaginário social de que os cursos técnicos significam vestir “fatos de macaco” ou estar sujeitos de óleo ou de terra, ser operário e sem a possibilidade de ser “doutor”. Em Cabo Verde, das 4 escolas técnicas existentes, nenhuma conseguiu preencher todas as vagas, enquanto que no liceu ao lado falta a capacidade para atender, todos os anos, a grande demanda de alunos.

1.6.3 Ensino Técnico em Cabo Verde a partir do ano de 1996

O Ensino Técnico em Cabo Verde ganhou um certo dinamismo a partir da construção da Escola Polivalente Cesaltina Ramos (EPCR) na cidade da Praia, em 1996, ano que marca o relançamento dessa vertente do ensino secundário, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo cabo-verdiano. No passado, só havia uma única escola técnica no país, a Escola Comercial e Industrial do Mindelo, criada em 1956. A implementação do Ensino Técnico, de acordo com a legislação em vigor na altura (LBSE alterada em 1996), foi preparada a partir de um conjunto de ações que incluem a construção de escolas, formação e recrutamento de professores e a persuasão dos alunos para a frequência do ensino técnico.

As quatro escolas técnicas existentes no país, crescem ano pós ano, em termos de alunos, conquistando o seu espaço dentro do Ensino Secundário. A fim de verificar o crescimento dos alunos em cada escola, o Quadro 3 elucida a fase de maior crescimento do ensino técnico.

Quadro 3 - Distribuição dos alunos por Escolas e por ano letivo

Escolas Técnicas	Ano letivo				
	200/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Escola Industrial e Comercial do Mindelo	693	670	714	811	876
Escola Polivalente Cesaltina Ramos	136	216	298	92	497
Escola Técnica de Santa Catarina	209	538	730	96	958
Escola Técnica de Porto Novo			114	92	297
Total	1038	1424	1856	2291	2610

Obs: A Escola Técnica do Porto Novo só começou a funcionar no ano letivo 2002/03

Fonte: Dados do MEVRH

Para uma melhor leitura do Quadro 3, convém esclarecer que o número de alunos, isto é, a totalidade de 2610 alunos são alunos da área técnica e não os alunos que frequentam as 4 escolas, visto que todas as escolas técnicas em Cabo Verde são escolas secundárias com as duas valências: geral e técnica. No ano 2000/01, a escola que era verdadeiramente técnica, era apenas a Escola Técnica de Assomada, isto é, a única que não recebia alunos de área geral. Antes da reforma da LBSE de 2010, o ensino técnico iniciava no 1.º ano segundo ciclo do ensino secundário (9.º ano de escolaridade). Nesta perspetiva, só procurava o ensino técnico o aluno que tinha concluído o 8.º ano de escolaridade no liceu geral, isso demonstrava a clara vocação do aluno em seguir o ensino técnico ou prosseguir os estudos técnicos. Muitos consideravam que a saída do aluno de uma escola secundária a partir de dois anos de estudos (7.º e 8.º ano) poderia constituir um constrangimento para o crescimento do ensino técnico. Entretanto, o MEVRH deu a orientação para a coabitação das duas vias de ensino secundário nas escolas técnicas sob o pressuposto que as escolas técnicas ficavam de salas vazias e o liceu geral não dispunha de espaço para receber tantos alunos. Aconteceu, por exemplo, que o Liceu de Santa Catarina praticava o regime de “tresdobramento” e, a escola Técnica de Santa Catarina, ao lado, continuava com várias salas de aulas vazias (Mendes, 2005).

A ideia de coabitação do ensino técnico e ensino geral na mesma escola resolvia o problema do aluno, pois em caso de pretender seguir a via técnica, este não precisaria de mudar de estabelecimento escolar. Não obstante, isso pouco contribuiu para o aumento de alunos na vertente técnica, visto que os programas da vertente geral são mais aliciantes em termos de currículo, carga horária e até perspetiva de carreira, bem vincada no imaginário social. A outra motivação para o ensino secundário geral é a fuga dos alunos de disciplinas de números, como a matemática, a física, o cálculo financeiro, a química, entre outras. Os alunos que seguem o ensino técnico são os que, na verdade, pretendem fazer engenharias ou outros cursos de ciências exatas e também os que têm a necessidade de se integrar na vida ativa mais cedo. Atualmente, qualquer escola técnica tem mais alunos de área geral que a técnica, sobretudo porque a vertente técnica começa mais tarde, no 1.º ano do 3.º ciclo do ensino secundário. Esta mudança repercutiu-se na diminuição de alunos no ensino técnico, como analisado pelo IEPF (2011): “Um importante reflexo da passagem do Ensino Técnico para o último ciclo do Ensino Secundário é a diminuição significativa do número de alunos. Com efeito, após 2005 verifica-se uma quebra de cerca de 50% no número total de alunos a frequentarem a via técnica que tinha observado um crescimento muito significativo ao longo da primeira metade da década” (p. 15).

As escolas técnicas de Cabo Verde, com fraca valência profissional, ministram cursos tecnológicos atendendo à sua natureza e à função que lhes compete enquanto parte integrante do Sistema Educativo Cabo-verdiano. Os Cursos Tecnológicos realizados nas Escolas Técnicas estão enquadrados num plano curricular nacional.

A formação específica deixou de ter saída regular e segura a longo prazo, visto que o detentor de uma formação técnico-profissional ou mesmo superior, ao contrário do passado, tem hoje em dia uma maior probabilidade de mudar do emprego, cerca de 4 a 5 vezes antes da reforma por tempo de serviço prestado a entidade empregadora. Essas razões e a relação existente entre a formação e o emprego, talvez tivessem determinado a opção da mudança de cursos profissionais para os tecnológicos, promovidos pelas escolas técnicas. Cardim (2005) esclarece que esta conceção enfatiza o papel da formação como instrumento de intervenção no mercado de trabalho. Convém ressaltar que, durante dezenas de anos, as Escolas Industriais e Comerciais, agora Escolas Técnicas ou outras, promoviam os cursos técnicos e profissionais (Cardim, 2005).

A transformação de cursos técnicos profissionais (cursos práticos específicos administrados nas escolas industriais e comerciais) para cursos tecnológicos (cursos administrados nas escolas técnicas com base num programa de educação tecnológica) em Cabo Verde aconteceu com a reforma do Sistema Educativo em 1990 e, sobretudo, a partir de 1996, com a criação de mais duas escolas técnicas. Os cursos tecnológicos realizados nas escolas técnicas a partir da reforma foram relativas as 5 grandes áreas: Artes e Ofícios, Eletricidade/Eletrónica, Construção Civil, Mecânica e Serviços e Comércio, destinadas aos alunos de uma faixa etária entre 14 aos 21 anos.

A composição do plano curricular e a carga horária atribuída à vertente prática/teórica tornaram a gestão das escolas técnicas mais complexa. Em acréscimo, é de realçar a falta de professores habilitados para lecionar algumas áreas que exigem uma certa experiência profissional (Mendes, 2005). A pouca prática ministrada nestes cursos prende-se, sobretudo, com as razões atrás mencionadas, evitando assim a especialidade e apostando mais nos saberes generalistas mais próximos dos cursos tecnológicos, bem diferentes dos técnicos profissionais, permitindo aos formandos continuarem os seus estudos ou se integrarem no mundo de trabalho. Entretanto, verificava-se que poucos alunos enveredavam para o mundo de trabalho, optando antes pela continuação dos estudos. Deduz-se que as razões podem ser a legítima aspiração de os alunos poderem vir a ocupar um posto de trabalho socialmente mais reconhecido, ou pelas dificuldades de integração impostas pelo mercado de trabalho.

O ex-Ministro da Educação, Victor Borges, no Primeiro Encontro Nacional das Escolas Técnicas em 2002, chamava a atenção para ambiguidades do Ensino Técnico e colocou a seguinte questão: “Será o Ensino Técnico, um segmento do sistema para formar técnicos profissionais em articulação com a formação profissional e alimentar e renovar o sistema produtivo ou será uma mera alternativa ao ensino secundário como finalidade de garantir a continuação dos estudos superiores?” A existência das escolas técnicas é justificada em função do primeiro objetivo referido na citação anterior, mas as Escolas são geridas praticamente em função do segundo objetivo.

Os cursos ministrados nas Escolas Técnicas são realizados não só no sentido de dar satisfação direta e imediata, aos formandos, valorizando o Ensino Técnico em si, tendo também o propósito de fornecer formação de qualidade, ajudar os jovens formandos a construir projetos de vida, onde a qualidade e pertinência socioeconómica constituem o eixo fundamental. Com estes objetivos, procura-se responder aos inúmeros desafios de natureza económica, organizacional e cultural, colmatando as ameaças de crescente exclusão social – incluindo o aumento da pobreza e da literacia, dado que se regista uma constante degradação do meio ambiente e aprofundam-se as desigualdades e acesso à educação (Plano Estratégico, 2003, p.32).

Todavia, a transformação da educação como fator de progresso social e de combate à pobreza, incorpora a ideia da realização de formação profissional nas escolas, como forma de qualificar as forças de trabalho, criando riqueza através da sua integração nas atividades produtivas. Existe orientação estratégica da educação para a realização de cursos nas escolas técnicas, como medidas que poderão responder à melhoria de qualidade educativa definida pelo Plano Estratégico para a Educação (2003), que entre os seus pontos, destaca: “iii) Reanálise da estratégia relativa ao Ensino Secundário geral e técnico e formação profissional, de forma a assegurar uma ligação ao mercado do emprego mais eficiente e adequadas as necessidades ao desenvolvimento”.

As escolas técnicas, para além dos cursos tecnológicos (como suas principais funções), no início do funcionamento serviam também como centros de formação profissional, realizando cursos em parceria com outras instituições, respondendo em parte ao apelo lançado pelo ex-Ministro da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, Victor Borges que, em 2003, afirmava ser “preciso que as Escolas Técnicas funcionem também como centros de formação profissional para essas profissões tradicionais” Na verdade, vem acontecendo paulatinamente a realização de cursos profissionais (Mendes, 2005,p.78) quase em todas as Escolas Técnicas como abaixo se indica:

1 - Escola Industrial e Comercial do Mindelo (EICM) mais conhecida pela Escola Técnica do Mindelo.

- Mecânica-auto
- Culinária
- Canalizadores (aprendizagem – cooperação com IEFP)
- Canalizadores – Aprendizagem, em cooperação com a DGAEA

2 – Escola Técnica de Santa Catarina (ETSC)

- Instalações Elétricas – Aprendizagem
- Informática – Aprendizagem
- Instalações Elétricas – Técnico-profissional de Nível III
- Canalizadores – Aprendizagem (Cooperação com DGAEA)
- Instalações Elétricas – Aprendizagem (Cooperação com DGAEA)
- Eletromecânica – Aprendizagem (Cooperação com DGAEA)
- Canalizadores – Técnico-profissional de Nível II (Cooperação IEFP/Câmara Municipal de Santa Catarina/Projeto de Luta Contra Pobreza).
- Instalações Elétricas – Técnico-profissional de Nível II (Cooperação IEFP/Câmara Municipal de Santa Catarina/Projeto de Luta Contra Pobreza).

3 – Escola Polivalente Cesaltina Ramos (EPCR), mais conhecida pela Escola Técnica da Praia.

- Construtor Civil – Técnico-profissional
- Gestor de Pequenos Negócios – Aprendizagem (Cooperação com IEFP)
- Soldadura - Técnico
- Instalações Elétricas – Técnico-profissional
- Restauração Paisagística – Jardinagem e viveiros

Fontes de financiamento: Governo de Canárias, através de fundo direto e do Intereg III e com contrapartidas nacionais (10%) – Governo de Cabo Verde, através do MEVRH (inclui o IEFP e a EPCR enquanto centro acolhedor das atividades do projeto).

Uma valência que vem tomando feição, sobretudo com a reforma do sistema educativo em 2010, foi o reforço da formação técnica profissional nas escolas técnicas. Antes da reforma, a figura do ACP era pouco clara e não havia condições para a sua implementação.

A Lei de Bases do Sistema Educativo cabo-verdiano de 1996 previa a organização de uma “Formação Complementar Profissionalizante” para a especialização dos alunos que terminam o 10.º ou 12.º ano de escolaridade nas Escolas Técnicas. No ponto 6 do art.º 26.º da LBSE refere que: “Poderão os alunos frequentar no final de cada ciclo de Ensino Técnico, (2.º e 3.º ciclo), uma formação complementar profissionalizante que permita a obtenção de qualificação profissional e respetivo certificado”. Deduz-se do citado artigo a não obrigatoriedade da Formação Complementar Profissionalizante (FCP), visto que o curso ou cursos implicam uma paragem, mesmo por um curto período, de prosseguimento de estudos regulares pelos formandos, por um lado. Por outro, os alunos que ingressaram no 10.º ano, não chegavam ao 12.º ano, colocando-se o mesmo problema para os que optavam para fazer o ACP no 10.º ano, por não terem completado a idade para a inserção no mercado de trabalho. Além disso os encarregados de educação, ainda pouco sensibilizados para esta realidade, não permitiam que os filhos enveredassem por uma formação que, segundo eles poderia conduzi-los a uma profissão socialmente pouco valorizada. Estas escolhas contrariavam as suas aspirações em verem os seus filhos a ocuparem um cargo socialmente bem visto, mesmo sendo de fracas habilitações escolares e profissionais. Talvez com base nos referidos pressupostos, a alteração da LBSE em 2010, estabelecia no seu artigo 29.º, pontos 1 e 2:

1. O nível do ensino secundário compreende ainda um ano complementar profissionalizante, ao qual podem aceder alunos que tenham concluído com aproveitamento o 12º ano e que pretendem obter uma especialização em determinada área de atividade profissional.

2. Aos alunos que tenham concluído com aproveitamento o ano complementar profissionalizante é atribuído o respetivo certificado comprovativo.

Essa alteração legal deixou mais clara a implementação do Ano Complementar Profissional nas escolas técnicas, dando aos alunos das duas vertentes do ensino secundário, a liberdade total de concluir o ensino secundário, e de aceder a um curso de formação técnica e profissional. Mas o IEPF (2011) considera que a passagem da via do Ensino Técnico para os dois últimos anos do secundário (11º e 12º anos) e a implementação de um ano de formação pós-secundária (13.º ano) – o ACP, Ano Complementar Profissionalizante permite ao ensino técnico ter um papel mais determinante na formação profissional.

A concretização dos pontos 1 e 2 do artigo 29.º da LBSE requer a organização e criação de cursos específicos que terão uma forte componente de formação prática, seguida do estágio no contexto de trabalho, quer nas empresas, quer em locais apropriados,

disponibilizados pelas Escolas Técnicas, implicando assim acompanhamento e tutoria dos alunos por professores a fim de serem apoiados nas atividades formativas pré-estabelecidas.

Como fica explícito, a orientação para o mercado de trabalho da via do Ensino Técnico é reforçada com a inclusão do ACP, Ano Complementar Profissionalizante, que permite aos alunos realizar, após a conclusão do 12º ano por esta via, um curso de especialização em diversas áreas profissionais, que assegura um nível de qualificação profissional superior ao do Ensino Técnico. Neste aspeto, todos os cursos de ACP são de nível IV. Ensino Técnico contempla seis cursos distintos desenvolvidos em quatro escolas, duas na ilha de Santiago (Praia e Assomada), uma em Santo Antão (Porto Novo) e outra em São Vicente (Mindelo), conforme elucida o Quadro 4.

Quadro 4 - Cursos de ACP ministrados em cada Escola Técnica de Cabo Verde

Escola/(Ilha)	Cursos de ACP					
	Artes Gráficas	Contabilidade e Administração	Construção Civil	Electrotecnia /Electrónica	Informática de Gestão	Mecanotecnica
Escola Industrial e Comercial do Mindelo (S. Vicente)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Escola Polivalente Cesaltina Ramos (Santiago)		✓	✓	✓	✓	
Escola Técnica Grão Duque Henri (Santiago)		✓	✓	✓	✓	✓
Escola Técnica João Varela (Santo Antão)		✓	✓	✓	✓	

Fonte: MED

A realização do ACP nas escolas técnicas implica um grande esforço da direcção, visto que o processo da formação não é de fácil gerência, sobretudo quando não existe uma prática institucional para o efeito. A formação do ACP à partida requer o envolvimento de instituições ou organizações, de modo a contribuírem para o seu sucesso final. Várias razões explicam a realização de ACP em parcerias: as Escolas não estão capacitadas para a sua realização, uma vez que não tem experiências na área e não dispõem de formadores com práticas suficientes para a sua total concretização; não dispõem de recursos financeiros para subsidiar o formando durante o período de cursos; não haverá uma forte ligação escola/mundo de trabalho de modo a permitir saber os conteúdos específicos a ensinar durante os cursos; a Administração das Escolas tem dificuldades de dar prioridade à

formação profissional como algo importante da sua atividade, sobretudo porque a sua avaliação principal não é feita com base nessa vertente.

Todavia, constata-se que não é fácil na mesma escola fazer a conversão do aluno para o formando, do professor para o formador e da Escola para o Centro de Formação. O aluno resiste porque está habituado a ter um ensino teórico e livresco para no mesmo ano, ou no seguinte e no mesmo espaço (escola) passar a ter uma formação em que terá que frequentar as oficinas, laboratórios ou estaleiros, mudando de uniforme geral para “fatos de macaco” (Mendes, 2005). Mesmo com o ACP pós secundário, a mudança de aluno para formando, na mesma escola, poderá ser constrangedor.

A realização do ACP nas escolas pode não contribuir, na prática, para uma melhor articulação entre os sistemas de educação e formação, mais concretamente entre as Escolas Técnicas e os Centros de Formação Profissional. Tanto mais que os programas de cursos são diferentes. Embora as orientações de política sejam no sentido de consagrar a articulação entre o sistema educativo e o sistema de formação profissional, as opções de organização desta via de ensino ainda não refletem esse objetivo.

Segundo Mendes (2005), a experiência da Escola Técnica de Santa Catarina na realização do ACP é positiva. Trata-se da primeira escola a aplicar-se o art. 26.º de LBSE, já no seu terceiro ano de funcionamento. Esclarece ainda o mesmo autor que o serviço central do MEVRH na altura não estava preparado para implementação do ACP, visto não havia um estudo realizado sobre os cursos que deveriam ser ministrados nas escolas. Não havia recursos financeiros para subsidiar os alunos durante os cursos. As funções dos participantes não estavam definidas e nem havia figuras como professores orientadores, tutor, responsável do curso, etc. O plano de formação não estava discutido entre os parceiros como Escola, IEFP (Instituto de Formação Profissional), Sindicato e Empresas e Câmara Municipal. A definição de parcerias e tarefas, *a priori* poderia evitar sobressaltos no final da ação formativa.

A maior dificuldade com a realização do ACP punha-se em sensibilizar os alunos para frequentar os cursos. O alvo era a parte “residual” dos alunos: os que estavam com problemas de concluir o 10.º ano ou os que concluíram mas que, por razões de idade ou dificuldades financeiras não podiam continuar os estudos.

A formação iniciou-se de forma hesitante e sem uma retaguarda forte e, no decurso da mesma, verificou-se a fuga de responsabilidade sobretudo de compromisso de estágio e equivalência profissional da parte dos supostos envolventes. Os alunos de ACP na Escola

eram até considerados com uma certa indiferença pelos professores, alunos e mesmo pela Direção da Escola.

Três grupos de alunos iniciaram a formação, constituindo um teste para o ACP, nos cursos de Eletromecânica (11), Construtor Civil (8) e Contabilidade (9) durante dois anos letivos, num total de 28 formandos. Conseguiram chegar ao fim dos cursos com êxito, cerca de 50%, conforme incluído no Quadro 5.

Quadro 5 - Distribuição dos alunos de ACP por sexo e cursos

CURSOS	FORMANDOS		CURSOS		HAB. 10.º ANO	
	Masc.	Fem.	Concluídos	Não concluídos	Concluído	Não concluído
Contabilidade	3		6	3	4	5
Construtor Civil	5		8	0	5	3
Eletromecânica	9		9	1	4	6
Total	17	0	23	4	13	14

Fonte: Escola Técnica de Santa Catarina

O momento do estágio não foi fácil para os formandos. As empresas não disponibilizaram vagas para todos, e, além disso, não havia protocolos pré-estabelecidos. Uma boa parte dos formandos fizeram estágio na cidade da Praia com muitas dificuldades e muitos por iniciativa própria. Os que não conseguiram um local de estágio viram comprometido o término do curso e, conseqüentemente, a inserção no mercado de trabalho. Todavia, é de ressaltar o contentamento de alguns que terminaram o estágio com sucesso e foram contratados pelas empresas e estão auferindo salário e regalias bastante animadores.

Não obstante, as preocupações continuam em relação ao Ensino Técnico e ao ACP. Com a realização do ACP o Ensino Técnico será mais reforçado e ganhará uma estrutura e dinâmica diferente, cumprindo o seu papel de preparação e integração dos jovens no mercado de trabalho. Com o ACP pós-secundário a formação é mais sólida e o nível de qualificação responderá as exigências do mercado. Um aluno da Escola Técnica que durante dois anos (11.º e 12.º ano) escolher um dos cursos tecnológicos e após o 12.º ano, com mais um ano de curso teórico e prático na mesma área e acrescido do estágio no ambiente de trabalho, terá toda possibilidade de ser um técnico com uma formação sólida.

No entanto, o IEFP (2011) refere que a via do ensino técnico é alternativa válida para a conclusão do ensino secundário com a oferta de dupla certificação, representando assim um importante progresso para a aproximação entre os sistemas de educação e formação profissional. Contudo, é de salientar que a implementação do ACP revela muitas dificuldades, sobretudo em termos de ofertas de cursos (bastante reduzido, apenas 6 cursos) e capacidade limitada para receber todos os alunos interessados dado o reduzido espaço de oficinas para prática que torna o custo bastante elevado de formação por aluno. Desta forma, como está plasmado no IEFP (2011):

“O investimento realizado no âmbito da via técnica parece ser insuficiente para garantir uma formação orientada para o mercado de trabalho, levando a incorrer em custos de formação elevados comparativamente com a outra modalidade de conclusão do ensino secundário, sem que sejam criadas condições para favorecer o retorno desse investimento através de uma resposta mais adaptada às necessidades do mercado de trabalho” (p.25).

As Reformas do ensino normalmente respondem às exigências de transformação da sociedade e adequação do sistema educativo. No caso de Cabo Verde, a reforma delineada no diploma em análise demonstra o empenhamento do governo na transformação de Cabo Verde, com base na Educação e Formação Profissional. É notório que a transformação é influenciada pelo desenvolvimento do processo educativo e formativo a nível nacional e internacional atendendo sobretudo ao processo da globalização.

1.7 Da organização à aceitação social da formação profissional

Em Cabo Verde há questões consensuais, há solidariedade e “djunta mó” que significa em português, trabalho conjunto ou mais do que isso, partilha de serviço, esforço, tempo e recursos, em domínios importantes para o seu desenvolvimento económico e social. Um exemplo bem elucidativo é o esforço de cabo-verdianos na resposta ao apelo do Governo na luta contra a dengue (doença causada pela picada de mosquitos) que assolou o país no ano 2009 e provocou doenças e mortes nas pessoas. É do conhecimento geral que

a dengue já provocou mortes em vários países do mundo e continua a ceifar as vidas. Mas em Cabo Verde, praticamente foi extinta em menos de dois anos devido ao “djunta mó”.

A necessidade de melhorar, organizar, implementar e aceitar a formação profissional é, seguramente, uma delas, dada a sua importância. Mas esta unanimidade é necessária para as pessoas mais próximas do sistema de formação e integração dos formandos no mercado de trabalho. Entretanto os próprios empregadores ainda não estão sensibilizados à necessidade de recrutar os diplomados da formação profissional, pagando o justo valor de trabalho e enquadrá-los na carreira profissional. Uma boa parte dos observadores tem da formação profissional uma perspetiva meramente pessoal, e dá-lhe um conteúdo que, normalmente, não coincide com a necessidade da sua existência e muitas vezes desvirtua a linha programática da decisão central do governo (Mendes, 2005).

A prescrição de políticas e atrasos sucessivos de processos, sobretudo os básicos, no caso de regulamentação de alguns preceitos legislativos (por exemplo o plano curricular de formação profissional de todas as ações e cursos de formação), são fatores importantes a ter em conta na referida análise. Em Cabo Verde têm sido valorizados os recursos humanos, melhorando “competências transversais”, mas só, muito raramente, se planifica onde e como deve ser realizado. Se há, assim, o tal aparente consenso nos grandes objetivos, não há a noção coletiva de uma agenda ou do que, em concreto, se deve fazer.

Depois do ano 2000, nota-se um esforço titânico no financiamento de ações de formação (ver o Quadro 6, p.68) que permitem triplicar a realização das atividades formativas, no seio de uma sociedade pouco atenta ainda às questões de qualificação. Essa mobilização de recursos financeiros e de conhecimentos, direcionada para o aprimoramento da estrutura organizativa, não permitiu a introdução de mudanças organizativas e metodológicas profundas, de modo a implementar um sistema eficaz e sustentável. Como afirma Cardim (2005), não é fácil raciocinar sobre a formação profissional se tivermos uma noção sincrética de que nela tudo cabe e tudo é financiável. Hoje a formação profissional inclui de tudo um pouco: ação pública e privada. Abrange jovens à procura da primeira formação e emprego, trabalhadores não qualificados e pessoal superior. As ações de formação vão de poucas horas a meses ou anos de duração.

A preparação dos trabalhadores sem qualificação, semiqualeificados e qualificados, era e ainda é, em muitos casos, em muitos países como Cabo Verde, historicamente resolvida na prática. Esta solução é atual, pois ainda é recorrente em Cabo Verde. Grande parte de aprendizagem profissional, nas mais diversas profissões, resulta da experiência e do esforço de observação individual e da “tentativa e erro” que todos realizamos. Convém

também realçar que essa modalidade depende das profissões tradicionais do meio envolvente. Por exemplo, no interior da ilha de Santiago, na zona de Cumbém, em Santa Catarina, a maioria dos jovens são carpinteiros porque os familiares dedicam-se à carpintaria. O mesmo também acontece na localidade de Achada Leitão (Picos, São Salvador do Mundo), em que há, algumas décadas atrás, a maioria da população masculina tinha como profissão ferreiro – manufatura dos utensílios de ferro. Neste particular não significa que haja aquisições teóricas importantes, trata-se de formas improvisadas e menos racionalizadas de trabalhar, sem qualquer planeamento e organização de trabalho, em que Cardim (2005) acrescenta que a preparação mais sistemática dos trabalhadores foi há muito percebida como necessidade do futuro.

1.8 Da Educação ao Emprego no contexto cabo-verdiano

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na
palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Paulo Freire

A qualificação profissional dos cabo-verdianos, constitui uma aposta da parte do Estado, no quadro de parcerias com os países mais desenvolvidos e com mais experiências de formação, particularmente os países europeus. Entretanto, com a crise económica e mundial, poderá acontecer uma certa desaceleração desse movimento, em prol da qualificação dos cabo-verdianos e, conseqüentemente, uma diminuição de empregos por conta de outrem, incluindo a criação do autoemprego. Os apoios técnicos e financeiros provocaram uma mudança profunda em termos de pensar a formação, realizar as ações de formação e até na linguagem dos responsáveis, formadores e formandos.

Em cada época, cada século ou momentos conjunturais, entram as palavras e/ou termos na gramática discursiva, sobretudo nos discursos horizontais defendidos por Bernstein (1999) citado por Morais & Neves (2007): “ Usualmente conotado como conhecimento do dia-a-dia ou do senso comum, tende a ser um discurso oral, local, dependente e específico do contexto, tácito e multiestratificado”. (2007, p.126). É exatamente o que acontece nos finais do século XX e início do século XXI. Surgem termos novos ou com significados renovados como educação, formação e emprego que incorporam as terminologias de gestão, psicologia, biologia entre outros.

A produção e a sustentabilidade, associadas à formação profissional, são termos cada vez mais utilizados nos dias de hoje. O aumento da produção agora é uma necessidade, mas a sua continuação sem pôr em causa a vida futura é uma exigência humana e ambiental e é uma norma moral. Dai, a formação profissional ser fundamental para assegurar esse desiderato dos dias de hoje. Neste particular, Alves (1997) sublinha que a educação permanente e a formação contínua ou inicial, tanto em relação aos quadros, como aos trabalhadores de pouca escolaridade, são indispensáveis para melhoria de produção e garantir a sustentabilidade do sistema de formação.

Ao abordar a educação e o emprego, somos permanentemente tentados a incluir quase que obrigatoriamente a “formação”, visto que se encaixa tanto no início, como no meio ou no fim da abordagem. Pois os dois temas (a educação e o emprego) requerem um mediador para poderem estabelecer uma melhor articulação, e este é a formação. Mas será que a formação desempenha bem a sua função de mediador? Permite o equilíbrio entre os dois sistemas ou apenas serve de ponte para a transição? A interligação da educação ao emprego, embora pareça condicionado pelo desenvolvimento contínuo do aluno, na verdade, é sujeita a diversos condicionalismos, desde económicos a sociais. A formação não sujeita a determinação, visto que ela é contínua e permanente até ao fim da vida. Entretanto, a formação deixa sempre a marca no sujeito, na sociedade e impulsiona o desenvolvimento económico de qualquer região ou país.

Normalmente nessa abordagem o alvo principal, independentemente do contexto e de quem faz, seja político ou investigador, é a população jovem. Ao referir a contribuição e a importância dos jovens qualificados no aumento da riqueza de um país, Alves (1997) considera que, quando não estão preparados, surgem como potenciais candidatos a engrossarem as fileiras dos que abandonam o sistema educativo sem, muitas vezes, terem concluído a escolaridade obrigatória. Desta forma não atingem processos de inserção na vida ativa, alternando, de forma cada vez mais frequente, designados por desemprego repetitivo (Alves, 1997). Naturalmente que não deixamos de pensar também nos adultos que trabalham sem a devida formação, com frágil empregabilidade e até nos desempregados de longa duração. Entretanto, nesta abordagem a atenção está voltada para jovens:

- “Excluídos do sistema educativo;
- Excluídos do mercado de trabalho primário, procuram empregos melhor remunerados e que asseguram melhores perspectivas de progressões na carreira”.
- Os que tendencialmente, são os primeiros a serem excluídos do mercado de trabalho, visto que não suportam a adaptabilidade de empresas aos períodos da recessão económica e da implementação do processo da inovação tecnológica” (Alves, 1997, p.97).

É importante referir que, as competências profissionais, geradas pela formação profissional podem servir como reforço da empresa, para fazer face à competitividade do mercado e à sua sustentabilidade.

O contraponto que se deve estabelecer entre a educação e o emprego pode ser explicado e até suportado pela definição da educação dada pela Comissão Interministerial para o Emprego (CIME)(2001):

“Conjunto de ações e de influências tendentes a criar e desenvolver no indivíduo aptidões, conhecimentos, competências, atitudes e um comportamento que visa o desenvolvimento global da sua personalidade, a sua integração na sociedade e do seu empenhamento na transformação progressiva dessa sociedade”. (DGEFP,2001, p.22).

Analisando esta definição, pode-se constatar que quem participa em ações de educação/formação poderá adquirir algumas ferramentas básicas para exercer um trabalho ou se inserir numa estrutura de emprego. Entretanto, a tendência é quase que permanente ao se analisar a formação inclui-se a educação e tratar os dois conceitos como se fossem uma só. Na verdade existem nuances diferentes, não só pela forma de abordagem, mas pelo conteúdo de cada conceito. Ambos os conceitos têm como pano de fundo a aprendizagem, seja das ciências, da técnica, da arte, do desporto de um saber, do saber fazer e saber ser, neste aspeto, afirma Schwartz (2009):

“Il y a la formation professionnelle, formation de base, formation culturelle, formation civique, formation sociale; et alors on qu'en fait, on ne peut parler de education ou de formation sans expliciter ce que l'on met derrière ces mots et quele st le systeme de valeurs implicite, il est rare que les éducateurs précisent ces points à leurs élèves et les aient même définis pour eux-mêmes” (P.12).

O mesmo autor explica que a educação faz parte do contexto político e económico e a formação faz parte das questões de seleção e orientação. Por isso, a noção da formação profissional, da formação geral, da formação humana e cultural estão ligadas às ideologias, às opções políticas, morais e cívicas. Portanto, quando se fala de educação/formação, fala-se de dois subsistemas complementares. A formação implica responsabilidade tanto individual como institucional. A responsabilidade defendida por Hubert et Poché (2011) é bastante abrangente, sobretudo quando se enquadra no contexto ao longo da vida. Os referidos autores consideram que essa responsabilidade manifesta-se de duas forma, existencial ou institucional, e afirmam: “la responsabilité existentielle concerne chaque individu. Elle revele de ci qui se déploie au coeur de la condition humaine et mobilise des valeurs, une conscience, des convictions, ainsi que une certaine idée de l'autre, entendu comme tiell est infinie ou ilimitée” (2011, p.26).

Dai um outro conceito interessante, complementar e determinante a discutir é a educação permanente, chamada também de aprendizagem ao longo da vida que Cabrito (2009) designou de “aprender até morrer”. O autor considera-a como real dimensão, de educação permanente. Ainda o mesmo autor afirma: “ Hoje, no campo da educação/formação, nomeadamente no campo do adulto, a Aprendizagem ao Longo da Vida está na moda. Num qualquer discurso pedagógico ou político, chamar a Aprendizagem ao Longo da Vida à colocação, fica sempre bem”(2009, p.11).

Célestin (2002) afirma que “ A promoção da empregabilidade e da adaptabilidade através da formação profissional constitui dois pilares das políticas de emprego” (2002, p.56). Entretanto, constitui a preocupação da União Europeia e de muitos outros Estados. Como refere Alves (2010), as sociedades ocidentais nos últimos anos têm-se caracterizado por aumento do desemprego juvenil. Desta forma, podemos verificar a importância dada também ao tema por vários investigadores, como Lima (1992), Ashton et al (1990), Shelly (1988), entre outros.

Diversas teorias sobre o emprego e desemprego juvenil já foram produzidas. A teoria de ciclo económico, bastante defendida por Ashton et al (1990), corroborada por Alves (2008), com base nesse pressuposto teórico, defende que a partir do momento que se inicie um período de relançamento económico, os jovens serão recrutados em número superior ao dos adultos, restaurando-se um equilíbrio aceitável entre o emprego e o desemprego. Entretanto, o mesmo autor defende também que as alterações verificadas nos processos produtivos e decorrentes da modernização tecnológica implicam profundas alterações nas estruturas de qualificações, cujos diferentes efeitos se fazem sentir sobre os jovens detentores de mais baixos níveis de habilitação e de qualificação. Esta é uma lógica que apela para uma educação e formação permanente e, cada vez, a um nível mais elevado. Por exemplo, nos anos 70, um jovem com 6.º ano de escolaridade tinha emprego garantido e com maior índice de empregabilidade do que um jovem atual detentor de um mestrado, (Mendes, 2005).

A introdução de novas tecnologias produziu não só a diminuição efetiva do volume do emprego, sobretudo nos ramos de atividades recetores de mão-de-obra juvenil, mas também um aumento efetivo do nível de qualificação. Essa conjugação conduziu a uma diminuição de oportunidades dos empregos para jovens menos qualificados e aumento dos mais qualificados. Neste pressuposto, em que a maioria dos jovens desempregados ou sem empregos são de origem de classes populares ou de famílias desfavorecidas, pode-se inferir que existe, ainda em curso, o processo de reprodução familiar do desemprego. Quem não consegue fazer uma educação/formação de nível competitivo ou ao ponto de acompanhar

as exigências de qualificação, dificilmente consegue um emprego de longa duração ou sustentável.

Na mesma esteira de análise, pontua Alves (2010) que as dificuldades dos filhos de pais desempregados aumentam, na medida em que as redes de sociabilidade construídas através do trabalho, encontram-se, se não destruídas, pelo menos parcialmente desativadas. Não é por acaso que a estratégia definida pela Cimeira de Lisboa, realizada em Março de 2000, estabelece que até 2010, a União Europeia se torne: “a economia mais competitiva e dinâmica baseada no conhecimento sustentável com um maior número de empregos e de melhor qualidade e com uma maior coesão social” (Célestin, 2002, p.75).

Ainda, com base na preocupação de um emprego sustentável, a Comissão Europeia propôs integrar as questões ambientais em todas as ações de formação profissional financiadas pelo Fundo Social Europeu, para o período de 2000-2006, e acrescenta: “Todos os programas de formação, independentemente da sua matéria de fundo, deverão incluir um MAS (Módulo sobre Ambiente Sustentável) com dados gerais sobre a situação ambiental atual, os problemas presentes e os riscos futuros, com vista a adoptar o indivíduo de uma consciência ambiental que o leve a utilizar de forma prudente os recursos naturais” (Vilar, 2008, P.145). A atualização da formação para garantir a sustentabilidade do emprego hoje é uma realidade, dada a rápida deterioração de conhecimentos e a necessidade da conjugação do económico com o ambiental no desenvolvimento sustentável. Refere Vilar (2008) que esse desenvolvimento é aquele que oferece serviços ambientais, sociais e económicos básicos a todos os membros de uma comunidade, sem colocar em risco a viabilidade dos sistemas naturais, construídos e sociais, dos quais depende a oferta de tais serviços.

Entretanto, analisando ainda o contexto do emprego em Cabo Verde, em primeiro lugar no quadro dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e com base num acordo entre a OIT (Organização Internacional de Trabalho) e o Governo português em 1997, Abecassis et al (1997)) sublinham que: “A crise de emprego em todos os países do PALOP é séria e as suas perspetivas serão inquietantes se não forem desencadeadas medidas enérgicas que valorizem as capacidades e as potencialidades que esses países possuem em matéria de promoção de emprego”. Paralelamente consideram o caso de Cabo Verde como “diferentemente complexa por causa da diminuição significativa dos tradicionais fluxos migratórios” (p.2).

O projeto que tinha por base o referido estudo, PREP (Programa Regional para Promoção de Emprego nos PALOP), apresentava como grupo alvo:

- “Os jovens que abandonam o sistema do ensino e procuram o primeiro emprego
- Os atuais desempregados
- As mulheres que, mesmo quando inseridos na vida ativa, em particular no setor informal da economia e no meio rural, possuem um estatuto precário e baixos níveis de qualificação” (Abcassis et al, 1997, p.5).

O estudo em apreço, ao analisar o contexto cabo-verdiano quanto ao emprego, destaca o crescimento demográfico e a pressão de procura do emprego nos sistemas de formação como principais determinantes da situação económica do país. Ainda no quadro da promoção do emprego, o estudo aponta as políticas e estratégia para a promoção do emprego, referindo:

“O emprego será promovido através da introdução de elementos catalisadores de mudanças estruturais no mercado de trabalho e de um conjunto de medidas de política ativa; formação contínua e formação para o emprego; processo de criação de novas empresas (...); desenvolvimento de sistemas de informação para apoio às políticas de emprego e formação” (Abecassis et al., 1997, p.6).

Esta referência demonstra que o emprego foi sempre uma preocupação para os governos de Cabo Verde, independentemente do partido que os suportam.

A evolução do emprego em Cabo Verde vem recebendo algumas reflexões dos investigadores cabo-verdianos. O economista Óscar Santos (2001) assinala:

“... Um dos grandes desafios para a política do desenvolvimento é seguramente satisfazer, por um lado, as necessidades do emprego e da qualificação para uma grande parte da população economicamente ativa e desempregada e, por outro, às dos ativos que precisam de aperfeiçoamento profissional para garantirem a estabilidade dos seus postos de trabalho” (p.21)

Na mesma senda, Spencer (2001) ao analisar o trabalho, as qualificações e o desenvolvimento humano, ressalva que; “A relação que se estabelece entre a formação e o emprego é decisiva para o desenvolvimento, pelo que as duas realidades devem estar interligadas, de modo a assegurar o equilíbrio”. (2001,p.18)

Em suma, analisar o emprego, implica sempre analisar a educação como input para a qualificação de mão-de-obra, sobretudo de qualidade, tal como defendido por Célestin (2002).

1.9 Investir na formação para qualificar os profissionais em Cabo Verde

No mundo atual nada é amador. Seus passos devem ser dirigidos junto com o conhecimento e domínio das variáveis do mercado pretendido. Isso é o que chamamos de exercícios para a percepção, que fatalmente farão diferença para que as coisas tenham maiores chances de acontecer.

Sérgio Dal Sasso

A vulgarização do conceito de formação profissional e o apelo à necessidade de qualificação de homens e mulheres cabo-verdianos permitem a sua interiorização e melhora a sua compreensão pela sociedade cabo-verdiana. Porém, esta iniciativa é recente, tem menos de duas décadas (a partir da criação do IEPF em 1994 ao momento atual), tempo insuficiente para atingir toda a população, sobretudo quem mais necessita. A qualificação dos recursos humanos faz parte do dia-a-dia das entidades formadoras, particularmente para os que procuram o primeiro emprego e os desempregados, de forma a poderem melhor enfrentar o grande mal social do início do século, o desemprego.

A qualificação profissional é um conceito socialmente construído. Pires (2002) cita Reinbold e Briellot (1993) esclarecendo que a qualificação decorre de um julgamento oficial, tem uma legitimidade contratual ou legal que é reconhecida e utilizada num determinado grupo social. Ela classifica e hierarquiza os indivíduos, diferenciando-os a partir de uma classe de valores e em função dos seus conhecimentos e competências, e em relação a categorias de emprego. A mesma autora refere que a qualificação atribui as capacidades e conhecimentos profissionais como um valor de troca no mercado de trabalho, legitimando socialmente o seu estatuto de remuneração.

A qualificação profissional está muito associada à escolaridade, visto que quem a determina é a classe dominante. Por isso, a qualificação é variável, desvalorizando-se de acordo com a evolução da educação e da tecnologia. Por exemplo, na década de 1980, em Cabo Verde, bastava para um indivíduo ter o 3.º ano do curso geral dos liceus para ser considerado qualificado para exercer qualquer profissão e em qualquer área de atividade. Entretanto, atualmente, uma pessoa qualificada é aquela que tem domínio sobre um assunto concreto e capaz de utilizar os 3 saberes (saber fazer, saber ser e estar). A qualificação ganha-se com a educação e esta é considerada a melhor via para se conseguir

a qualificação da população. Este pressuposto justifica o grande esforço do Estado em qualificar a sua população. “A educação é antes de mais um investimento na qualificação das pessoas e, portanto, na qualificação da própria sociedade e do seu futuro” (Benavente et al, 2013, p.2). Os mesmos autores acrescentam que o relatório *Education and Training Mointor* 2012 salienta que a qualificação superior, aumenta em benefícios duas ou três vezes, os benefícios, em relação aos custos públicos de um grau de ensino superior.

Em 2010 em Cabo Verde legislou-se sobre o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) através do Decreto-Lei n.º 20/2010 de 14 de Junho. O decreto fixa no seu artigo 8.º: “A qualificação profissional pode ser adquirida mediante formação profissional, experiência profissional ou através da combinação de ambas, ou ainda, resulta de títulos obtidos nos outros países”.

A qualificação possui níveis diferentes, desde baixa qualificação, a média e alta qualificação. A qualificação está muito ligada à escolaridade e também é certificada, salientam Benavente et al (2013): “ O trabalhador português, frequentemente pouco qualificado, raramente diferenciado, possui habilidades no ‘fazer’ e mesmo no pensar o que fazer, mas nunca obteve a escolaridade mínima, não acede à formação certificada que o preparasse para o desempenho. Não tendo obtido a escolaridade de aperfeiçoamento profissional, de atualização ou mesmo de progressão, porque lhe faltam qualificações académicas” (p.13)

A formação profissional, na sua vertente escolar, conheceu os seus melhores dias na altura em que o critério de qualificação era a escolaridade, a chamada qualificação escolar. O modelo de qualificação era baseado num sistema rígido, pouco flexível, bem adequado ao período do crescimento económico, em que toda a mão-de-obra é absorvida, mesmo a mais desqualificada. Nesse quadro, a preparação dos recursos humanos e a sua seleção era uma exigência principal. Um exemplo típico era a situação de Portugal nos anos 70. Foi no momento em que o contingente de alunos do ensino secundário técnico ultrapassou o ensino liceal conforme afirma Pereira (1983) “predominantemente frequentado por alunos do sexo masculino e ministrado sempre em estabelecimentos oficiais, e, em larga escala, em regime noturno, os efetivos do ensino secundário técnico foram superiores aos do ensino liceal até à década de 60” (1983, p.13). Em Cabo Verde isso aconteceu nos anos 80, altura em que o número dos diplomados com 6.º ano de escolaridade era insuficiente para ocupar postos de trabalhos administrativos e docentes.

A formação profissional exerce um papel modelador e complementar do sistema educativo, sobretudo o ensino técnico que deu uma certa visibilidade à formação.

Entretanto, esse papel, como afirma Parente (2008), “implica um diálogo entre os dois subsistemas, o que nem sempre acontece, traduzindo-se no desfasamento entre a produção de saberes e a sua utilização” (2008, p.16). Acrescenta ainda que, atualmente, é a principal justificação apresentada pelas empresas ao optarem, intencionalmente, em promover ações de formação e assumir internamente processos de produção de saberes.

Todavia, o problema da qualificação é um mal menor. Agora, o grande desafio é a competência profissional, dado a alteração da estrutura do mercado de trabalho. Neste ponto esclarece Parente (2008):

“A partir dos anos 80, a sua importância intensifica-se, como resultado das alterações da estrutura do emprego e das ocupações quer em qualidade, quer em quantidade, com fortes transformações na estrutura de qualificações, através do surgimento de novos empregos e profissões, da regressão e desaparecimento de outros, da escassez de determinadas qualificações e competências no mercado de trabalho e da obsolescência de outras, da instabilidade das relações contratuais e atipicidade de formas do emprego, etc”. (Parente, 2008, p.17)

A competência profissional surgiu como a confluência da procura do emprego por parte dos trabalhadores e a oferta de emprego por parte das empresas, envolvendo por arrastamento o sistema educativo. Neste aspeto, a tese adequacionista do sistema de ensino-formação e o sistema produtivo divergem, dada a relativa autonomia que existe entre eles, sobretudo no sistema educação-formação. Entretanto, formar pela competência, impõe uma outra estrutura e modelo de formação, diferente de formar para qualificar, visto que aquela requer mobilização de recursos para a situação de trabalho e não apenas com base na transmissão de saberes. Por isso, o sistema educativo sofre alterações. Afirma Parente (2008), que é desta forma que se impõem novas exigências ao sistema educativo, e, fundamentalmente, ao sistema de formação profissional, aos quais se pede agora a preparação de perfis de banda larga, em que, para além dos saberes escolares teóricos e técnicos característicos do ensino tradicional, se munem os sujeitos de instrumentos transversais, que lhes permitam a aprendizagem de saberes procedimentais transmitidos na ação e orientados para ação e saberes relacionais capazes de alargar as capacidades de interagir, comunicar e cooperar.

Duarte (2009) ao referir as competências invoca a proximidade de parâmetros de competências a partir da tendência do privilégio na organização de trabalho. Ele apresenta duas vertentes:

“Uma que é de privilegiar a tendência da divisão da segmentação do campo de trabalho, em busca de uma

capacitação específica e rápida para cada função ou pequeno conjunto de funções que conduz a perfis profissionais eficazes e novas designações profissionais atrativas, mas de banda estreita, tendencialmente monofuncionais, com baixa densidade e escasso potencial de mobilidade e de carreira profissional” (p.5).

Para explicar outra dimensão e com uma certa exatidão, o mesmo autor apresenta uma outra vertente com uma nuance bem diferente e afirma:

”Privilegia a tendência de integração, da construção de perfis profissionais de banda larga, multifuncionais, com forte potencial de mobilidade interna por afetação a diferentes funções e carreira profissional no campo de qualificação, muitas vezes até mediante a reconstrução e densificação de perfis profissionais já existentes na família profissional” (p.5).

Sobre a necessidade do investimento na formação profissional e sua real necessidade no contexto do desenvolvimento, afirma Félix (1991) “ Um escudo bem gasto em formação profissional é um passo em frente na valorização da maior riqueza do País que são os seus cidadãos e na criação de condições económicas capazes de sustentar os desafios da qualidade, da especialização e da internacionalização” (p.12).

Entretanto, após a estruturação do sistema de formação em Cabo Verde, a necessidade de formar profissionais competentes que poderão ser absorvidos fora do mercado nacional, tendo em conta a pequena dimensão do mercado nacional, grande esforços financeiros da parte do governo vêm sendo feitos e também com o envolvimento dos parceiros nacionais e internacionais no grande desígnio nacional de preparar os recursos humanos para a competitividade. Neste particular, na discussão parlamentar sobre o Estado da Nação, afirma o Primeiro-ministro cabo-verdiano¹⁰: “Temos investido pesado no capital humano, o maior trunfo do sucesso de Cabo Verde, única riqueza capaz de apoiar a nossa descolagem económica e social, bem como o nosso posicionamento na era da inovação e da competitividade” (2011,s/p.). O Quadro 6 esclarece a referida afirmação.

Quadro 6 - Investimento na formação profissional 2006 a 2009

Parceiros	2006	2007	2008	2009
-----------	------	------	------	------

¹⁰ Discurso do Primeiro-ministro, introdução do debate no parlamento cabo-verdiano sobre o Estado da Nação no dia 31 de Julho de 2011.

Estado - Investimento	91.408.576	375.760.978	359.109.250	469.456.500
Estado - Funcionamento	45.055.172	48.596.648	49.652.833	54.703.624
Coop Espanhola*	35.174.535	121.291.500		
Coop. Portuguesa	238.504.377	213.127.276	162.296.953	423.893.994
Nações Unidas		2.365.466	4.564.905	2.981.600
Coop. Holandesa		66.159.000	231.556.500	231.556.500
Coop. Luxemburguesa**		159.399.084	229.952.144	185.906.790
Coop. Luxemburguesa				
TOTAL	410.144.666	986.701.959	1.037.134.593	1.368.501.017

* O financiamento de 2006 corresponde ao ano de 2006 e 2007. O financiamento de 2007 e esta sendo utilizado até a data.

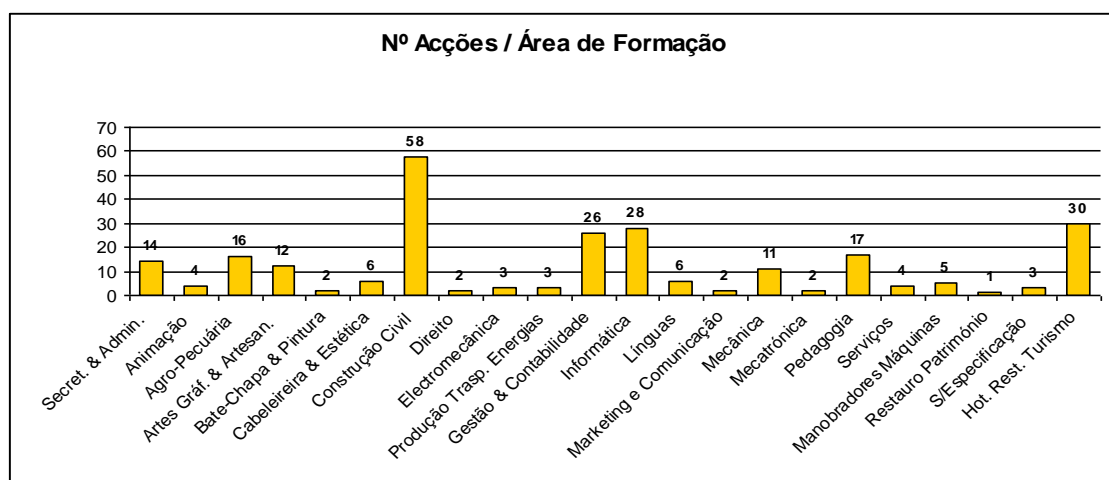
** Somente o Projeto Escola de Hotelaria

Fonte: IEFP

Neste particular, convém ressaltar que o programa de execução da formação profissional conta com uma forte parceria dos países europeus que vêm cooperando com Cabo Verde há vários anos e, com maior vigor, a partir do ano 2000.

Entretanto, o referido financiamento fora aplicado nas diversas áreas e ações de formação conforme ilustra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Ações de formação por área



Fonte: IEFP, 2011

É muito fácil constatar que existem inúmeras ações direcionadas a determinados setores de atividades em detrimento de outros, isso resulta muitas vezes da própria influência do mercado de trabalho ou é determinada pelo financiador. São as causas mais prováveis que levam à saturação de algumas áreas de formação, como atrás referimos.

De acordo com a carta de formação profissional, 76% das entidades ligadas a formação são entidades públicas. Existem 22 entidades governamentais (Escolas Técnicas, Centros de Formação, Centros Concelhios, 2 Câmaras Municipais e Centros de formação

dos Institutos), 4 associações, 2 empresas que realizam formação técnico profissional. Cerca de 50% destas entidades estão localizadas na ilha de Santiago. Apenas 20% destas entidades têm um programa permanente de formação e 30% apresentam uma especialização em termos de áreas profissionais.

As mudanças vertiginosas que o mercado de trabalho vem sentindo, sobretudo com o advento da globalização, procuram um instrumento “mágico” para ser acionado no momento de maior sufoco. Neste sentido, pode-se considerar a formação profissional como transversal, à disposição dos empregados, dos desempregados, dos ativos e dos que abandonam o sistema educativo e também para os que estão no sistema.

1.10 A qualificação profissional para todos

A qualificação da população, sobretudo ativa, constitui a preocupação dos governos de todos os países, tendo em conta a necessidade de ter uma mão-de-obra qualificada, mais produtiva, mais competitiva e que responda, de certa forma, à teoria do capital humano, anunciada em 1955, “baseado no pressuposto do que os trabalhadores qualificados têm muito mais capacidades para gerir pessoas e para manipular dados e coisas, sobretudo em ambientes que, se caracterizam pelas novas tecnologias e pelas novas técnicas de produção” (Figueira, 2003, p.23).

O problema da qualificação profissional exige articulação entre os sistemas educativos e o sistema profissional, ambos integralmente considerados. Azevedo (2001) afirma que a qualificação é uma combinação sistemática entre as qualidades requeridas e as qualidades postas em prática na realização de um trabalho. Tal engloba não só as competências profissionais, ou seja, os saberes e os saber-fazer, as capacidades operatórias mobilizadas, mas também os comportamentos e as representações, os saber-ser, as atitudes demonstradas pelos indivíduos no exercício profissional concreto. O sistema educativo compreende toda a diversidade de tempos, espaços, conteúdos, populações – alvo, modalidades de organização e funcionamento da formação ou educação, inclusive para o trabalho.

Como a qualificação não consiste apenas em matéria produtiva, esclarece Saúde e Figueira (2003) a qualificação dos recursos humanos não deve (não pode), no entanto, ser vista apenas como estratégia de natureza económica, isto é, percebida, delineada e orientada unicamente no sentido de aumentar a produtividade e competitividade económicas

de um dado território. É de referir a valorização da qualificação profissional, que se tornou cada vez mais pertinente com a teoria de capital humano. Nesta lógica, acrescenta Saúde et al (2003): “O investimento nos recursos humanos, no sentido amplo, torna-se pois uma prioridade, contribuindo para a identificação, integração, promoção social e realização pessoal de cada um, e ainda para a indispensável igualdade entre homens e mulheres” (p.59). Duarte (2009) completa: “estamos perante grandes transformações e grandes desafios, como qualificação inicial de centenas de milhares de jovens candidatos a primeiro emprego em ambiente de dupla certificação” (2009, p.4).

A questão da dupla certificação em Cabo Verde constitui uma celeuma por causa da aproximação entre o ensino e a formação profissional, na década de 1980 ou antes, mais concretamente com a bifurcação do ensino secundário entre liceal e técnico. Entretanto, resultante das expectativas do mercado de trabalho, assentes na intenção de encontrar uma mão-de-obra qualificada, adequada e com competências em termos da produtividade, a dupla certificação, a qualificação e a competência adquiriram grande relevância.

É neste contexto, que pretendemos analisar e exemplificar o conceito da produtividade dada a sua atualidade. Todavia, estando muito em voga nem sempre é de fácil compreensão, como refere Camilo Lourenço (2012) “A produtividade é o conceito mais difícil de explicar ao cidadão comum. Não porque seja expressão de grande complexidade técnica, mas porque as pessoas tendem a pensar no assunto mais com o coração do que com a cabeça” (p.231). O referido autor, para explicar melhor o conceito deu como exemplo a Fiat italiana. Esta grande indústria de automóvel possui 5 fábricas de carros em Itália, com 22000 trabalhadores, que fabricam 650 mil carros por ano, possuindo ainda uma fábrica na Polónia com 6100 trabalhadores, que produz por ano 600 mil carros. Para concluir que existe maior produtividade numa fábrica da Polónia, que em cinco fábricas italianas da Fiat. Acrescentou ainda que a produtividade da interação entre múltiplos intervenientes. Desde logo o sistema do ensino, que é responsável pela formação académica.

No entanto, no mercado de trabalho, espera-se que a mão-de-obra seja flexível e adaptável às diferentes oportunidades e experiências desse mesmo mercado. Por inerência de funções, cabe aos sistemas educativos e formativos dar resposta às necessidades do mercado, relativo à preparação de mão-de-obra, de modo a acompanhar as mudanças, adaptar as contingências advenientes da própria dinâmica natural da sociedade.

A fase de constante estruturação e aperfeiçoamento do sistema de formação profissional pode constituir uma pequena dificuldade, para a sua total integração com o sistema educativo que se encontra numa fase mais avançada de estruturação e consolidação. Todavia, o grande reforço chegou com legislação sobre os Sistema Nacional

de Qualificações (SNQ), através do Decreto-Lei n.º 20/2010 de 14 de Junho, que poderá encurtar o caminho da integração dos dois sistemas, sobretudo quando refere no artigo 2.º:

“O Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) abrange um conjunto de instrumentos e ações necessários à promoção, desenvolvimento e integração das ofertas da formação profissional e técnica, através do Catálogo Nacional das Qualificações Profissionais, assim como, a permitir a evolução e certificação das correspondentes competências profissionais, de modo a favorecer o desenvolvimento profissional, humano e social das pessoas e responder às necessidades do sistema produtivo”.

O mesmo Decreto-Lei faz referência à dupla certificação e estabelece na d) do artigo 3.º: “Dupla certificação, o reconhecimento de competências para exercer uma ou mais atividades profissionais e de uma habilitação escolar através de um diploma”. No entanto, para esclarecer melhor os conceitos, convém apresentar também os conceitos de competência e competência profissional estabelecidos no mesmo figurino legal, artigo 3.º:

d) “Competência, a capacidade reconhecida para mobilizar conhecimentos, aptidões e atitudes em contextos de trabalho, de desenvolvimento profissional, de educação e de desenvolvimento humano e pessoal;

e) Competência profissional, o conjunto de conhecimentos e capacidades que permitem o exercício da atividade profissional em conformidade com as exigências da produção e do emprego;

Como se pode constatar, um indivíduo competente possui os três atributos indispensáveis: conhecimentos que podem ser académicos ou outros; aptidões (muita facilidade de adaptação aos mais diversos ambientes); atitudes (disposição favoráveis ou desfavoráveis relativamente a determinados objetos, pessoas ou acontecimentos). Quanto à competência profissional, para além do reconhecimento, requer a ação, num exercício para a obtenção de um resultado.

Relativamente à competência, sublinha Pires (2002) que as competências desenvolvem-se (“constroem-se”, “fabricam-se”, segundo a linguagem adotada), tanto em situações formais de educação, formação – na escola, nas universidades, nos organismos de formação, etc. -, em situações não-formais – nas empresas, sindicatos, comunidades, etc. – e em situações informais – no quotidiano, na vida familiar, associativa, política, profissional, social, etc. A mesma autora ainda afirma: “A dinâmica do desenvolvimento das competências não pode ser apenas perspectivadas a partir do contributo de um contexto específico, delimitado, espacial ou temporalmente, pois ele ocorre no cruzamento e na interrelação entre os diversos contextos de vida da pessoa, e ao longo de toda a sua vida” (p.267).

Em Cabo Verde, a responsabilidade da competência profissional de um indivíduo é assegurada pelos departamentos governamentais, como por exemplo o Ministério da Educação e Desporto, que abarca todas as valências do ensino formal, como estabelece a LBSE (todos os níveis do ensino), mais o ensino técnico e a educação/formação de adultos; Há ainda a referir o Ministério do Trabalho através do sistema de formação profissional, que procura responder as exigências do mercado de trabalho, apostando num ensino profissional prático, no intuito de capacitar os formandos as exigências do mercado. São departamentos próximos em termos de objetivos e ações e funcionam de certa forma numa lógica de continuidade e aproximação.

Com as raízes históricas dos modelos de formação profissional podemos justificar a referida aproximação. Não é por acaso que os grandes investigadores de Formação profissional, sobretudo na Europa encontraram os pontos comuns dos três modelos da formação profissional: o modelo alemão, o modelo inglês e o Francês. Consideram que no século XII existia apenas um modelo, isto é, o implementado pelas guildas, uma corporação responsável pela formação profissional. Neste aspeto, afirmam Wollschägen e Kumpmann (2004): “ Em quase todos os países europeus e durante muitos séculos após a criação das guildas, o trabalho dos artesãos e o seu ensino e formação profissional eram semelhantes” (p.6).

Todavia, a partir da revolução industrial e abandono do corporativismo, os sistemas de ensino e formação profissional diferenciaram-se cada vez mais em função das características societárias de cada país, mormente os países recém-independentes. A modalidade da formação profissional determinava à partida os alunos que iam para o mercado de trabalho e os que continuavam o ensino superior, dando assim a possibilidade no surgimento da qualificação técnica e académica. Sendo esta considerada de colarinhos brancos e aquela de natureza operária.

No século XX, a Europa passou a ter uma diversidade de modelos de Educação e formação profissional. Inúmeras tentativas de uniformização do sistema tem sido feita desde 1960 e o melhor resultado encontrado foi a criação do Cedefop (Centro Europeu para o Desenvolvimento de Formação Profissional) em 1975.

Existe consenso que, na Europa, predominam os três modelos clássicos de ensino e formação profissional: o inglês, francês e o alemão que se sintetizam no quadro abaixo indicado:

Quadro 7- Síntese dos três modelos clássicos de ensino e formação profissional

Os três modelos clássicos do ensino e formação profissional

	Modelo Inglês	Modelo Francês	Modelo Alemão
Quem determina a acção do ensino e formação profissional?	Negociado no “mínimo” entre representantes dos trabalhadores, gestores e centros de formação profissional.	O Estado	Câmaras de comércio regulamentadas pelo Estado, agrupadas por profissão.
Onde tem lugar o ensino e formação profissional?	Há muitas opções: escolas, empresas, simultaneamente escolas e empresas, meios de comunicação electrónicos, etc.	Em escolas especializadas, denominadas “escolas de produção”.	Alternada predeterminada entre empresas e escolas profissional (“modelo dual”).
Quem determina o conteúdo dos programas de ensino e formação profissional?	O mercado ou as próprias empresas, dependendo das necessidades do momento. O conteúdo dos programas não é predeterminado.	O Estado (em conjunto com os parceiros sociais). O objetivo não é reflectir a práticas das empresas. Assentando antes numa formação mais gela e teórica.	Decidido em conjunto pelos empresários, os sindicatos e o Estado.
Quem paga o ensino e formação profissional?	Regra geral, são os formandos que pagam. Algumas empresas financiam certos cursos, que elas mesmas ministram.	O Estado aplica um imposto às empresas e financia o ensino e formação profissional, mas só para um determinado número de candidatos por ano.	As empresas financiam a formação profissional no seu seio, sendo esses custos dedutíveis nos impostos. Os formandos recebem um subsídio definido por contrato. As escolas profissionais são financiadas pelo Estado.
Quais são as qualificações obtidas através do ensino e formação profissional, e quais são as oportunidades que estas oferecem?	Não há supervisão da formação profissional e nem exames finais reconhecidas por todos.	Os certificados emitidos pelo Estado permitem que aqueles que mais se distinguem prossigam os seus estudos para níveis de maior especialização.	Geralmente, as qualificações permitem que os formandos trabalhem na profissão em causa e que prossigam os seus estudos para níveis de maior especialização.

Fonte: adaptado de Wollschlagen e Guggenheim (2004)

Greinert (2004) observa: “Não existem neste processo outros modelos que a Europa pudesse aplicar como ponto de referência, pois todos os modelos de formação profissional que surgiram em vários países europeus nos séculos XIX e XX constituem variantes e/ou combinações destes três protótipos ou modelos básicos” (p,23).

No caso concreto de Cabo Verde, o sistema de formação profissional é muito semelhante ao de Portugal, mas com nuances diferentes, como é natural. A vertente escolar foi implementada na Escola Técnica, atualmente a partir do 11.º ano de escolaridade. O prolongamento de mais um ano de especialização (ACP), de forma optativa, e a formação profissional realizada nos Centros de Formação Profissional, são organizados e financiados pelo Estado, em parceria com os formandos. A participação das empresas limita-se à conceção de vaga para o estágio no final do curso (estágio curricular) mas sem nenhuma obrigação legal.

A qualificação tem várias vertentes e abrange tanto os ativos que requerem uma permanente qualificação em termos de aperfeiçoamento, atualização, especialização ou reconversão profissional, qualificação de novos públicos, como emigrantes e os portadores

de deficiência, qualificação à medida das necessidades específicas das empresas, tudo no intuito da melhoria do desempenho.

A dupla certificação é um tema pouco consensual dada a ténue separação existente entre fronteiras de formação profissional e do ensino, a valência académica e a valência profissional, que revestem de uma grande importância para a vida adulta. Nos cursos de formação profissional, a formação e a educação não eram considerados apenas uma única vertente, mas sim académica (a mais importante) e a profissional com a menor importância social. Neste particular, ressalva Duarte (2009) “o jovem, ou andava na escola e era ‘aluno’, ‘estudante’, ou andava na formação profissional era ‘aprendiz’” (p.5).

Entretanto, atualmente exige-se a qualificação para atribuir a qualidade em tudo. Fala-se de curso de qualidade, trabalho de qualidade, emprego de qualidade e qualidade de vida, etc. Desta forma, esta questão da qualidade e sobretudo no que concerne aos cursos ou à formação, foi considerada na resolução do conselho europeu, de 16 de Julho de 1985, que estabeleceu cinco níveis de qualificação profissional no intuito de diminuir as disparidades verificadas entre os países da comunidade europeia. Dado a facilitação da comunicação que Cabo Verde tem com a Europa e também a tendência em seguir os modelos do ensino, formação e outros dos países europeus e Portugal em particular, rapidamente foi adotado o mesmo modelo de formação profissional. Os níveis, critérios de acesso, a duração, a responsabilidade dos formandos, são praticamente iguais. Entretanto, um certo cuidado deve ser tido em conta com a importação de modelos, como alertam Teodoro e Aníbal (2007):

“O carácter híbrido na definição das políticas educativas remete para o entendimento de que a importação de modelos do exterior, mesmo que legitimados por agências internacionais ou pela União Europeia, é mitigada no confronto com o contexto nacional. Histórico e político, ou seja, a especificidade económica, política e social portuguesa não se anula com meras transposições do exterior que a tentação do centro acolhe”. (p.24)

A Lei n.º 37/2003 de 6 de Outubro, Regime Jurídico Geral de Formação Profissional em Cabo Verde, faz referência de modo extensivo aos cinco níveis, tal como decretado para as comunidades europeias, definindo as condições de acesso, requisitos mínimos de entrada, duração indicativa, isto é, horas destinadas aos cursos em cada nível de qualificação.

Entretanto, a referida lei não determina o conceito de qualificação, só faz menção no seu artigo 15.º (Modalidades): “à formação profissional pode revestir modalidades diferenciadas, tais como de iniciação, qualificação, aperfeiçoamento, reconversão e especialização”. No artigo 16, ponto 2, acrescenta: “A qualificação profissional visa a aquisição, pelos formandos, dos conhecimentos e competências necessárias para o exercício da profissão”. Certo de que a formação traz supostamente a qualificação, os níveis e seus correspondentes tipos de profissionais, apresentados na resolução do Conselho Europeu para vigorar nos estados membros, serviu de inspiração para a legislação cabo-verdiana no quadro de formação profissional.

Hoje em dia existe uma certa consciência da necessidade de investir na formação de capital humano, para gerar o desenvolvimento sustentado e competitivo. Neste sentido, Azevedo (2001, p.304) afirma: “As sociedades e as economias que apresentam uma mão-de-obra mais qualificada e que são mais competitivas avançam mais rapidamente, as sociedades e economias que continuam a reproduzir o modelo empresarial assente em mão-de-obra barata e pouco qualificada evoluem lentamente”. Os aspetos da competitividade implicam a inovação e o investimento em vários níveis do sistema produtivo como por exemplo: ao nível de empreendimentos agrícolas ou industriais, mas também do ensino, da saúde, do desporto e da cultura. Portanto, o elemento fundamental do desenvolvimento económico está na iniciativa e na qualificação humanas, no querer e saber das pessoas.

1.11 As dificuldades da inserção profissional com base na formação

Numa situação conturbada do mercado de trabalho, a formação profissional é importante, mas deixou de ser determinante para quem procura o primeiro emprego. Para um jovem que deixou a porta da escola ou do centro de formação, o seu objetivo, após a obtenção de um diploma, é a integração no mercado de trabalho. Atualmente, a integração ou a inserção ou o percurso da trajetória, são termos com significados bastante próximos, mas com interpretações diferentes na comunidade científica. Para Alves (2008), a inserção profissional constitui-se, então, numa área de atuação das políticas públicas multiplicando-se medidas e dispositivos, que visam responder às dificuldades com que os jovens se confrontam, para se inserirem no mercado de trabalho.

As dificuldades referidas pela autora demonstram que a sua complexidade requeria sempre o concurso das políticas públicas, isto é, a intervenção do poder público para resolver, melhorar ou atenuar a situação. Como temos vindo a referir, a preocupação com a

inserção profissional aumentou a partir dos anos setenta, com o aumento da taxa de desemprego juvenil e os percursos de inserção, em particular dos jovens menos escolarizados. A grande importância atribuída à juventude¹¹ como uma faixa etária muito importante da população é constituída por jovens com percursos complexos, tal como caracterizado por Alves (2008):

“Os jovens vivem, atualmente, numa situação verdadeiramente paradoxal: se por um lado, nunca, como no momento presente, a população juvenil foi detentora de níveis de qualificação académica tão elevados e teve ao seu alcance um leque tão diversificado de oportunidades sociais; por outro, nunca, como nas últimas décadas, se viu obrigado a lidar com a complexidade crescente dos processos de transição para a vida cativa, em particular, e para a vida adulta, em geral” (p.7).

Todavia, existe uma outra corrente que Almeida (2010) apelida de defensores de teses adequacionistas entre a educação e o mercado de trabalho, que consideram que o desemprego dos diplomados resulta dos desajustamentos da oferta educativa relativamente às necessidades do mercado de trabalho. Entretanto, o mesmo autor aponta que, para a sociologia crítica, o desemprego, assim como os processos de inserção profissional, “é também o resultado dos processos sociais e de mecanismos de inculcação ideológica que induzem os indivíduos a aceitar ou rejeitar os empregos disponíveis, em função das condições objetivas e subjetivas associadas à sua situação social concreta e dos projetos de vida e das expectativas que tem face ao futuro” (Almeida, 2010, p.74).

A discussão da problemática da inserção profissional torna-se cada vez mais complexa quando se associa ao conceito da juventude, tema muito discutido e ainda com falta de consenso entre os autores. Neste aspeto, alguns vitimizam a juventude e os outros valorizam a suposta contribuição que deverá dar para o aumento da riqueza de qualquer país, por causa do tempo de vida disponível, força e capacidade que detém para produzir e viver.

Entretanto, várias teorias vêm sendo construídas no sentido de melhor compreensão dos vários fenómenos associados à juventude ou aos jovens, sobretudo relacionados com a sua inserção no mercado trabalho. Em relação à inserção, Alves (2008) apresenta a definição científica de Vicens (1981) como uma teoria filiada na teoria da

¹¹ Hoje a juventude é um conceito bastante discutido na comunidade científica, tendo em conta o seu peso etário na população e também o seu significado e importância no desenvolvimento do país e garantia da continuidade de espécie e sustentabilidade humana.

procura do emprego, que havia sido defendida por Stigler (1962), o que revela que esta problemática não é de agora. Segundo Natália Alves, a teoria da procura do emprego, defendida por Stigler (1962), postula que a informação sobre as oportunidades de emprego é imperfeita e que, na ausência de transparência, o acesso à informação acarreta custos, pelo que a decisão de aceitar ou rejeitar um emprego é tomada em função de um princípio de otimização, entre a duração e os custos da procura e o salário oferecido; Alves (2008), ainda citando Vicens (1981), afirma que a inserção corresponde a um período da procura do emprego por parte de um agente económico, que dispõe de uma informação imperfeita sobre oportunidades do emprego. Defende o mesmo autor que o processo da procura do emprego pode não terminar com o acesso ao emprego de reserva, isto é, o emprego que permite parar a procura. Nesta lógica, deduz-se que mesmo estando um diplomado empregado, com base na teoria formulada por Vicens, o diplomado pode não estar totalmente inserido no mercado de trabalho. Portanto, explica Alves (2010), para que o processo de inserção seja dado por concluído, é necessário que se verifiquem três condições: que o emprego ocupado seja um emprego durável, no sentido em que os indivíduos não dispõem de informações, que lhes permitem antever que terão de mudar num futuro mais ou menos próximo; que seja um emprego que não pretendem, voluntariamente, abandonar e, por último, que deixem de utilizar parte do seu tempo na procura de outro emprego ou no prosseguimento de estudos com o objetivo de mudarem de emprego ou de profissão.

Todavia, Marques (2006) esclarece, por seu turno, que a obtenção do primeiro emprego constitui a primeira informação de que dispomos para caracterizar o início das trajetórias de inserção. Este início não é definido a partir da declaração do início de atividade indicada pelos diplomados. Este aspeto, ligado ao fim do processo da inserção profissional, tem suscitado a maior discussão entre os investigadores, visto que o problema não é só o emprego, mas sim o emprego estável. A questão é o que significa emprego estável? Para responder a esta questão, Alves (2010) esclarece que o processo da inserção se inicia quando termina a formação escolar, que corresponde a uma sucessão de posições no mercado de trabalho e que está concluído quando se acede a um emprego estável ou a uma posição estabilizada no mercado de trabalho. Entretanto, num mesmo contingente de formandos encontram-se indivíduos com percursos de inserção totalmente diferentes uns dos outros. Neste quadro, Alves (2010) caracteriza os processos da inserção como: o da inserção rápida num mercado estável, o de inserção diferida num emprego estável, o da instabilidade na precariedade, o de inserção precária e o de exclusão.

Em síntese, é necessário perspetivar a formação enquanto qualificação e inserção estável no mercado de trabalho.

CAPÍTULO II – AUTOEMPREGO E EMPREENDEDORISMO

2.1 Da Formação profissional ao autoemprego

Com a economia instável, ninguém tem emprego vitalício, mas os Colégios Comunitários permitem emprego vitalício.

Barack Obama

Abordar o autoemprego¹² a partir do processo de formação profissional e da inserção profissional não é uma tarefa fácil, sobretudo deversidade teórica sobre a questão, sobre a questão, a qual apresenta conceitos diferentes e em alguns casos, abordagens divergentes. Alguma literatura trata o autoemprego (*self-employment*) como “setor informal urbano”, como economia “informal” e como “informalidade”. Entretanto, não é apenas neste aspeto que a abordagem do tema revela a sua complexidade. Referenciado há décadas e debatido nos meios académicos e políticos, mesmo assim o autoemprego não tem tido grande relevância (Pamplona, 2003), (Freire, 1994) e (Vieira, 2003). Todavia, o autoemprego está a emergir no contexto atual de um mercado de trabalho, caracterizado pelas rápidas transformações nas relações laborais, diversificação de produtos, concorrência acirrada e uma competitividade exacerbada. É nesta lógica que Pamplona (2003) afirma: “O autoemprego tem crescido e despertado nos últimos 15 anos grande interesse tanto nos países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento” (2003, p.15). Acrescenta ainda que constituem estímulos para o crescimento do autoemprego: o desemprego crescente, o lento crescimento, a crise económica, os ajustes estruturais macro e microeconómicos e as dificuldades do setor público em promover o pleno emprego. Os

¹² Pamplona (2003) considera que expressão “autoemprego” está sendo usada como equivalente a “trabalho independente”, a “*selfemployment*”, a “*emploi indépendant*”, a “*travail autonome*”, a “*autoempleo*”, a “*empleo independiente*”. Também estamos admitindo que a expressão “autoemprego” se equivale à expressão “auto-ocupação”. Rigorosamente, para alguns autores, o que estamos aqui chamando de autoemprego seria mais bem designado de auto-ocupação, já que para eles o conceito de emprego assume o sentido estrito de trabalho assalariado, portanto “não seria lógico” falar de “autoemprego”. No entanto, a expressão autoemprego é consagrada na literatura e também expressa adequadamente a idéia apresentada por Marx de que o trabalhador independente é uma espécie de “patrão de si mesmo” que “auto-emprega-se como assalariado”.

referidos fatores têm estimulado as pessoas a encerrar o autoemprego, como meio de criar emprego, renda e capital.

Para compreender melhor o processo do autoemprego é necessário recuar no tempo para analisar a sua origem a partir das características fundamentais do capitalismo na organização do trabalho. No final do século XIX, o autoemprego era visto como um fenómeno esporádico na economia capitalista, como ressalva Pamplona (2001). O mesmo autor refere que alguns pensadores na área da economia e da sociologia, como Alfred Marshall e Karl Marx, identificavam o autoemprego como forma não própria do modo da produção capitalista, condenada ao desaparecimento, como categoria histórica do capitalismo. Na forma mais comum de produção, os trabalhadores detentores de força de trabalho, alugam-na aos capitalistas, detentores do capital e dos meios de produção, recebendo uma remuneração pelo aluguer do seu trabalho, o salário. O salário, então, é dado como o mínimo necessário para manutenção e reprodução da força de trabalho, fazendo com que o trabalhador consiga manter e reproduzir, e ao mesmo tempo esteja impossibilitado de acumular reservas para se tornar um novo capitalista (Singer, 1996).

Convém esclarecer que o autoemprego propriamente dito, muitas vezes considerada autoemprego ‘puro’ (a forma mais completa de autoemprego) não se enquadra no padrão típico da relação capitalista de produção referida por Singer (1996). Ao contrário do que se passa no capitalismo moderno, no autoemprego o indivíduo concentra os dois papéis em uma única figura, de tal forma que ele seja detentor das máquinas e equipamentos e matérias-primas necessários à produção, e utiliza o próprio trabalho no processo produtivo. Não é errado considerar que o autoemprego deriva das transformações do mercado de trabalho, provocado pelas transformações tecnológicas e organizacionais, ocorridas durante os 30 anos após segunda guerra mundial, que registou um crescimento económico sem paralelo na história de humanidade (Pamplona, 2001), caracterizado pela taxa de desemprego baixíssima. O salário real crescia, os sindicatos ganhavam força, as proteções e os serviços sociais generalizavam-se, o trabalhador transformava-se num consumidor regular, o assalariamento garantia inserção e identidade social. O cenário, atrás descrito, desencorajava certamente o autoemprego, visto que tudo era minimamente garantido. Só nos meados da década de 70 do século XX é que a prosperidade foi interrompida.

Para superação da crise, a reestruturação e transformação do mercado, e sobretudo do mercado de trabalho, passou a ser a estratégia principal. O autoemprego é um fenómeno do mercado de trabalho e está ligado ao emprego assalariado. É a partir desta modalidade que o autoemprego se dinamiza. A sua reemergência indica amplas mudanças

de ordem económica, social e até cultural, na natureza de trabalho. A compreensão do autoemprego, e de seus impactos socioeconómicos, está sendo incentivada, qualitativamente e quantitativamente, muito embora os autores sejam quase unânimes em afirmar que muito precisa ser feito (Pamplona, 2001).

No contexto do funcionamento irregular do mercado de trabalho, marcado pela destruição permanente de empregos, sobretudo com o apoio de tecnologias, deslocalização de empresas no quadro de globalização e aplicação de políticas de austeridade, com elevados custos sociais e humanos, torna-se necessário a elaboração de estratégias e políticas claras, para alteração desse paradigma. Neste quadro, a compreensão do autoemprego, conceito frequentemente utilizado pelos políticos, tendo em conta a real necessidade que uma pessoa precisa de um emprego, para a sua sobrevivência, e bem-estar pessoal e social. Muitos estudos nesta área foram realizados, sobretudo a partir dos anos 80. Tal como esclarece Assunção (2008), a criação do próprio emprego tem sido uma presença recorrente nos debates académicos e políticos, sobre a crise do emprego típico e as medidas a tomar para combater o desemprego, na tentativa de compreender o crescimento desta modalidade de ocupação profissional, no contexto económico, social e laboral de um país.

Pamplona (2001) aponta diversas variáveis, no estudo do autoemprego, tais como: as especificidades das pessoas que optam pelo autoemprego; o sucesso e o insucesso do autoemprego tanto em países desenvolvidos, como emergentes, e em países subdesenvolvidos; os fatores determinantes da sua criação. Vários autores e instituições já tentaram analisar o fenómeno de autoemprego, mas sem muita consensualização à volta do referido fenómeno que vem crescendo ao longo dos tempos (Pamplona, 2001; Parker, 2004; e OIT, 2007).

A definição técnica do conceito do autoemprego também se tornou uma questão importante e complexa. Importante porque passou a ser necessária uma clarificação do conceito para que fossem feitas comparações entre países, e complexa porque reunir todos os tipos de trabalho que não sejam assalariados sob um único conceito significa lidar com inúmeras “áreas cinzentas”, ou seja com situações que não se apresentam totalmente isentas de vínculos com o trabalho assalariado. Para além disso, os autores que referem e ou analisam o autoemprego fazem-no em períodos distintos, com base na análise de países e realidades diferentes. Este fato dificulta grandemente a construção de um panorama que nos orienta a pesquisa.

O quadro abaixo, apresenta os dados dos autoempregados não-agrícolas, isto é, contabiliza apenas os autoempregados urbanos, com relação ao total dos trabalhadores. Caetano (2000) considera que a evolução do autoemprego tem merecido grande atenção

quer no plano académico, quer no plano político. A atenção explica-se em parte pelo aumento da proporção dos trabalhadores autoempregados na última década, em vários países, nomeadamente, na Alemanha, Canadá, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal e Suécia, como elucida o Quadro 8.

Quadro 8- Taxa de autoemprego no emprego total (excluindo a agricultura) 1984-1998

Em percentagem						
	1984	1989	1994	1996	1997	1998
Alemanha.....	7.55	7.77	8.46	8.99	9.25	9.36
Austrália.....	12.45	12.87	12.54	11.82	12.87	11.79
Áustria.....	7.92	6.57	6.63	6.89	7.05	7.37
Bélgica.....	12.46	12.89	13.90	14.12	14.12	13.90
Canadá.....	7.39	7.19	9.05	9.54	10.13	n.d.
Dinamarca.....	7.64	6.90	6.76	7.11	6.71	6.95
Espanha.....	17.95	17.58	18.69	18.49	18.12	17.61
Estados Unidos.....	7.63	7.51	7.50	7.25	7.16	6.97
Finlândia.....	6.87	8.65	9.90	10.26	10.00	10.00
França.....	10.50	10.47	8.80	8.51	8.58	8.17
Grécia.....	27.26	27.18	28.03	27.48	27.00	n.d.
Irlanda.....	11.45	12.92	13.57	12.82	12.93	13.40
Itália.....	21.38	22.39	22.29	22.97	22.74	22.74
Japão.....	13.00	12.04	10.08	9.69	9.69	9.66
Noruega.....	6.79	6.38	6.12	5.46	5.39	5.35
Nova Zelândia.....	13.89	14.65	15.81	15.72	15.70	16.86
Países Baixos.....	8.68	7.75	9.36	9.77	9.99	9.68
Portugal.....	16.90	16.43	19.18	19.84	19.13	n.d.
Reino Unido.....	10.22	12.37	11.99	11.75	11.71	11.40
Suécia.....	4.66	7.06	8.97	9.12	9.05	9.00
Suiça.....	10.18	10.02	9.72	9.65	9.66	9.65

Fonte: OECD *Employment Outlook* (2000).

n.d.: Dados não disponíveis.

Autores, estudiosos do autoemprego, como Pamplona (2001), Parker (2004) e Cowling (2006), consideram que a tendência decrescente do autoemprego inverteu-se no último quarto do século XX, nomeadamente nas economias americana e europeia, trazendo o autoemprego para a composição da força de trabalho. Convém salientar que mesmo assim, a maioria dos países, sobretudo subdesenvolvidos, não contabilizam os autoempregados, no quadro das estatísticas gerais de trabalhadores.

Entretanto, nesta discussão, a OIT (2007) aponta um crescimento na proporção de autoempregados, em relação ao total dos trabalhadores, abrangendo grande parte das economias do mundo. Constata-se que cresceu de 30,8% do total da força de trabalho, em 1996, para 33,0% em 2006, considerando-se apenas trabalhadores por conta própria ou autoempregados conforme o Quadro 9.

Segundo a OIT (2007), esse crescimento deu-se de forma mais relevante nas economias não desenvolvidas e em desenvolvimento, mas também ocorreu de forma não homogénea, nos países desenvolvidos, incluindo os países de OCDE.

**Quadro 9 - Classificação dos trabalhadores pela ocupação,
analisados nos blocos pela OIT**

Total (%) Taxas de Emprego por status	Trabalhadores Assalariados		Empregadores		Trabalhadores Conta Própria		Trabalhadores familiares	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Mundo	43,1	46,9	3,4	2,9	30,8	33,0	22,7	17,2
Economias Desenvolvidas e UE	82,4	84,3	6,4	6,3	8,7	7,8	2,5	1,6
Europa Central, Sudeste e CEI	77,1	76,6	2,9	3,8	14,2	16,1	5,7	3,6
Leste da Ásia	32,4	42,6	2,8	1,2	33,4	38,2	31,4	18,0
Sudeste da Ásia e Pacífico	33,0	38,8	2,1	2,1	34,8	35,2	30,1	23,9
Sul da Ásia	17,1	20,8	1,5	1,0	45,6	47,4	35,8	30,8
América Latina e Caribe	64,4	62,7	4,4	4,7	24,5	27,1	6,7	5,5
Norte da África	54,4	58,3	7,9	9,6	17,7	16,2	20,0	15,9
África Subsaariana	20,6	22,9	3,1	3,0	49,1	48,7	27,2	25,4
Oriente Médio	58,5	61,5	3,9	5,2	28,6	22,6	9,0	10,6

Fonte: OIT (2007a)

CEI= Comunidade dos Estados Independentes

UE = União Europeia.

Obs: inclui setor agrícola.

Como referimos atrás, a heterogeneidade entre os autoempregados, a diversidade de países e regiões, e ainda os ciclos económicos e políticos tornam o autoemprego um tema complexo, e de discussão inconclusiva.

No autoemprego, o indivíduo é patrão de si mesmo, detentor de meios de produção e utiliza o próprio trabalho no processo produtivo. Isso implica o conhecimento de todos os passos do processo produtivo e na detenção das ferramentas, força de trabalho e do capital. É por causa disso que a formação profissional é necessária, senão imprescindível para preparar o autoempregado, criando nele as duas “macro competências” (do trabalhador profissional e do patrão empregador) numa única pessoa. O diplomado de formação profissional seria um autoempregado com todos os requisitos necessários no exercício da modalidade, dadas as ferramentas que recebe durante a formação profissional.

A autonomia e controle do processo produtivo como componentes indispensáveis do autoemprego foram temas de discussão entre os vários autores, Pamplona (2001) considera essas características fundamentais, à semelhança de Parker (2004), Perruli (2003) e Cowling (2006). Ainda na definição do autoemprego, é relevante o rendimento do trabalho do autoempregado que é bem diferente do recebido pelo trabalhador assalariado, uma vez que o rendimento do primeiro está ligado diretamente à venda da sua produção. Neste particular, Parker (2004) afirma que o autoempregado tem a sua renda derivada do exercício da sua profissão ou negócio, atuando por sua conta e risco, sujeito à volatilidade das receitas do seu trabalho. Para Pamplona (2001) a remuneração do autoempregado é

diferenciada da remuneração de um assalariado pela sua volatilidade, com maiores riscos e oportunidades de ganhos, sendo suscetível às oscilações da procura, o que lhe confere certo grau de imprevisibilidade. É neste contexto que se discutem também as vantagens e desvantagens do autoemprego. Naturalmente, no autoemprego existem situações favoráveis e desfavoráveis ao seu promotor, como afirma Silva (2008).

Para uma melhor elucidação sobre os referidos aspetos, observe-se o Quadro 10 apresentado por Silva (2008), adaptado de Peel e Inkson (2004), que apresenta os fatores de motivação, com aspetos favoráveis e desfavoráveis, experimentados por profissionais que passaram da condição de empregados para situação de prestadores de serviços contratados (autoempregados).

Quadro 10 – Aspetos favoráveis e desfavoráveis no autoemprego

Motivação	Aspetos favoráveis	Aspetos desfavoráveis
Autonomia	Controle sobre o trabalho, integrando-o ao estilo de vida.	Restrições impostas por clientes e pelas demandas de sobrevivência no mercado.
Maximização de benefícios e segurança	Oportunidades de ganhos mais elevados.	Insegurança dos contratos, variabilidade dos ganhos e tempo gasto com tarefas que não geram receitas.
Desenvolvimento pessoal	Agência sobre o desenvolvimento e planejamento de carreira.	Experiências disponíveis limitadas e dificuldade de arcar com custos dos programas formais.
Desafios e mudança	Novos desafios; variedade; chance de desenvolver novas habilidades.	Engajamento parcial e permanência curta nos projetos; trabalho muitas vezes semelhante.
Envolvimento	Liberação de aspectos desgastantes, como a política organizacional; mais escolha do ambiente de trabalho.	Sensação de isolamento, de exclusão da dinâmica social da organização; conflitos ou discriminação, na relação com empregados da empresa cliente.

Fonte: adaptado de Peel e Inkson (2004).

A OIT (1993), uma organização pioneira na análise de autoemprego, realizou um estudo em que classificou os autoempregados em 4 subcategorias distintas: empregadores, trabalhadores por conta própria, membros de cooperativas e trabalhadores familiares. Segundo esta organização, essa classificação visa facilitar a análise de cada uma das subcategorias de forma isolada. No entanto, ao fazer um estudo posterior, a OIT (2007a) alterou a classificação anterior e integrou a subcategoria trabalhadores familiares. A nova classificação passou a ser sustentada em 3 categorias distintas: autoempregados, trabalhadores assalariados e trabalhadores familiares não remunerados. Como se pode ver, existe uma certa instabilidade na classificação dos autoempregados. Entretanto, todas as

categorias e subcategorias de trabalhadores e profissionais, que não possuem características comuns ao autoempregado e ao assalariado, definidas pelos autores e pelas organizações internacionais, enquadram-se nas categorias que se consensualizou designar como zona cinzenta “Grey area”. Entre os autores, que afirmam a existência da zona cinzenta, encontram-se, as organizações internacionais como a OCDE e a OIT, e autores, tais como, Pamplona (2001), Perulli (2003), Parker (2004) e Dawson et al (2009).

Neste particular, Perulli (2003) define essa zona em duas partes e com duas possibilidades para esse “conceito” da zona cinzenta: uma que o trabalhador não pode ser classificado nem como autoempregado e nem como trabalhador dependente e a outra em que, apesar de classificação como autoempregado, o trabalhador deveria ser classificado, na verdade, como trabalhador dependente.

Autores e organizações internacionais debruçaram-se sobre o tema de modo a consensualizar o tratamento estatístico relativo aos seus promotores e trabalhadores. A OCDE e a OIT produzem dados estatísticos sobre o autoemprego de forma diferente, com base na definição que cada uma das organizações estipula. Por exemplo, para a produção de dados estatísticos, a OCDE não contabiliza os autoempregados agrícolas e a OIT não contabiliza os trabalhadores familiares.

Parker (2004), Pamplona (2001), Silva (2008), Cowling (2006) confirmam a tendência do crescimento do autoemprego, assim como as organizações internacionais como a OCDE e a OIT. Consideram que a tendência decrescente se inverteu no último quarto do século, nomeadamente nas economias americana e europeia reemergindo a questão da importância do autoemprego na composição da força de trabalho. Como se pode constatar no Quadro 9, verifica-se o crescimento do autoemprego em alguns países de forma bem acentuada.

Quadro 11 - Taxas de autoemprego não-agrícola em alguns países de OCDE

País	1960	1970	1980	1990	2000
EUA	10,45	6,94	7,26	7,51	6,55
Canadá	10,17	8,33	7,05	7,4	9,46
Japão	17,38	14,44	13,75	11,5	9,35
México	23,01	25,2	14,33	19,89	25,48
Austrália	11,01	10	12,73	12,34	11,72
França	16,9	12,71	10,71	9,32	8,06
Itália	20,6	18,97	19,2	22,24	23,21
Holanda	15,08	12,02	9,06	7,84	9,25
Noruega	10,14	8,61	6,53	6,12	4,83
Espanha	23,6	21,55	20,63	20,69	17,69
Reino Unido	5,89	6,27	7,11	12,41	10,83

Fonte: Parker (2004), coletando dados da OCDE

Os números apresentados no Quadro 11 indicam que houve uma tendência decrescente do autoemprego, observada até as décadas de 60 e 70, em alguns países, e o aumento noutros países, nas décadas de 80 e 90, e mesmo esses voltaram a decair na década seguinte. Estas oscilações podem ter várias explicações, como o abrandamento ou recessão económica, ausência de políticas de créditos ou incentivos fiscais, políticas de migração, formação profissional, flexibilização das formas de trabalho, entre outros fatores. Parker (2004) confirma a tendência de crescimento do autoemprego, mas defende que se trata de um crescimento não homogéneo, em oscilação.

Relembrando novamente a polémica da definição do conceito, existem algumas aproximações entre os autores. Pamplona¹³ (2003) considera o autoempregado “o proprietário dos meios de produção e que participa diretamente na atividade produtiva; sua renda não é previamente definida, pois dependerá do seu trabalho, do seu capital e da demanda direta do mercado de bens e serviços; seu objetivo primordial é prover seu próprio emprego (meio de subsistência) e não valorizar o seu capital (acumulação de capital)” (2003, p.3). Esta definição dada pelo autor confirma a falta de consenso em termos de critérios entre os autores. Neste particular o mesmo autor afirma: “ não se pode ainda encontrar na literatura especializada uma definição precisa e um padrão de autoemprego”. Normalmente, a definição oscila entre o “dependente empregado” e “independente autoempregado”.

Das várias vertentes de autoemprego, sobretudo nos países desenvolvidos, o critério determinante para a análise é a autonomia no trabalho. Neste aspeto, Kovács (2006) afirma: “Nesta ótica, a autonomia dos indivíduos apenas é possível na esfera de atividades livres da pressão de obrigações e da submissão à racionalidade produtivista e ao poder decisório empresarial” (2006, p.44). Na mesma lógica Silva (2008) defende ainda: “ a condição de autónomo ou o autoemprego, tem despertado especial atenção, considerando-se o aumento do número de profissionais que aderem voluntariamente a esta forma de atuação, ou que para ela são levados a migrar, face às políticas de terceirizações e de formação de parcerias que se operam nas empresas, entre outras razões”(2008, p.1).

O mesmo autor sublinha que as mudanças económicas e tecnológicas podem desatualizar o profissionalismo dos indivíduos, cuja principal proteção é a capacidade de adaptação, flexibilidade e criatividade. Todavia, estas características só são adquiridas num

¹³ João Batista Pamplona, Economista, Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professor do Departamento de Economia da PUC/SP. Investigador sobre autoemprego no Brasil.

curso de formação que possam capacitar as pessoas que enveredem pelo autoemprego, como alternativa ao desemprego, sobretudo de longa duração.

A flexibilização não é pedida somente às pessoas, mas também às organizações e empresas. Este desafio foi lançado pela Comissão Europeia em 1997, no quadro do debate sobre a renovação da organização de trabalho. Neste aspeto, afirma Kovács (2006): “A flexibilização referente às formas de organização das estruturas produtivas, as modalidades da organização, às relações de trabalho e às competências de recursos humanos visa conferir às empresas capacidade de adaptação às mudanças”. A realização deste desiderato, supostamente implica que o trabalhador seja mais autónomo, tenha mais liberdade no exercício das suas funções e na realização das suas tarefas. Essa autonomia no trabalho tende a aumentar com a expansão de formas flexíveis e, sobretudo, com as formas precárias de emprego, com a diversificação e a individualização das relações laborais. (Kovács (2006, p.10). A mesma autora considera neste quadro que não há dados estatísticos sobre a dimensão real do falso autoemprego.

Freire (1994): “O autoemprego, o trabalho por conta própria, ou ainda trabalho independente, é desde há muito tempo uma modalidade de atividade económica estável e significativa, embora reduzida, no quadro de desenvolvimento das sociedades industriais de economia de mercado” (1994, p.137). O autoemprego é uma modalidade importante, sobretudo na época da crise económica, mas Freire (1994) enaltece que o seu reconhecimento social tem geralmente ficado aquém da sua importância efetiva e da função que desempenha, quer para os próprios trabalhadores, quer para o conjunto da sociedade. Relativamente à evolução do autoemprego, afirma o mesmo autor: “Na realidade, as estatísticas confirmarão este decréscimo histórico, sobretudo provocado pelo abandono agrícola, a quebra do pequeno comércio perante o ‘supermercado’, e as dificuldades de transmissão hereditárias das vocações artesanais face às novas condições de concorrência e do nível de vida dos assalariados” (p.138). No entanto, o autor reportou também o momento de alteração da modalidade autoemprego nas últimas décadas, não pela reputação social dos trabalhadores independentes mas “aproveitando os novos cenários de crise económica e de perda de poder de atratividade do salário, mais e mais trabalhadores foram tentados, ou ‘empurrados’ para aventurado estabelecimento por conta própria” (Freire, 1994, p.139).

A realidade histórica revela que o autoemprego é um fenómeno antigo, sobretudo no setor agrícola, naturalmente, virado apenas para a subsistência, ou uma nova forma de ocupação e no seio dos profissionais artísticos. Freire (1994) esclarece, citando a OIT (1990) que considera que os trabalhadores independentes, ganharam outra visibilidade e

crédito sociais e o autoemprego passou a ser visto como uma interessante possibilidade de desenvolvimento de políticas governamentais de emprego.

No entanto, segundo Uusitalo (2001), algumas profissões parecem tender a tornar os indivíduos mais propensos à situação de autoemprego do que outras, como é o caso de um psicoterapeuta, se comparado a um professor do ensino fundamental. Por exemplo, em Cabo Verde existe um número significativo de pessoas que vivem do autoemprego de diversas origens profissionais tais como: carpinteiros, marceneiros, oleiros, mecânicos, tecelões, ferreiros, pintores, pescadores, peixeiras, ‘rabidantes’¹⁴, entre outros.

A Comissão Europeia, por intermédio de Jan Cremers (2012) considera que o autoempregado, ou trabalhador independente, se refere às vezes aos freelancers e outras vezes a todas as pessoas que trabalham como independentes. Mesmo neste caso não são empregados, porque não são abrangidos pelas disposições legais relativas aos empregados. A definição do autoemprego, para além de não ser e nem poder ser consensual, varia de região para região e de país para país, visto que é atribuída com base em alguns critérios sujeitos a especificidades locais. Pedersini e Coletto (2010) consideram que a definição do autoemprego é baseada em dois critérios: o critério social e o critério fiscal. Quando é baseada no critério social, considera-se como trabalhador independente, aquele que exerce uma atividade profissional sem estatuto de funcionário: o critério fiscal refere-se ao trabalhador independente que paga o seu imposto de acordo com a lei fiscal. Muitos países separam os dois critérios para classificar os trabalhadores independentes e outros não

Os referidos autores acrescentaram ainda que para resolver o problema da definição, a Alemanha considera o autoemprego uma categoria profissional tendo criado uma lei, em 1999, que estabelece para a definição de trabalhadores independentes ou autoempregados os seguintes critérios:

- O trabalhador que não empregar outros funcionários que estão sujeitos a obrigações de segurança social;
- O trabalhador que geralmente trabalha apenas para um empregador;
- O trabalhador que executa trabalho realizado por empregados regulares;
- O trabalhador que não iniciou antes quaisquer atividades empresariais.

¹⁴ “Rabidantes” em Cabo Verde significa uma camada profissional da família de comerciantes que não possuem estabelecimento comercial, vendem nos lugares públicos como mercados municipais, feiras, entre outros.

No entanto, existem pontos coincidentes e comuns na definição do autoemprego, praticamente unânime para todos os autores: independência, autocontrole e participação no processo produtivo. É neste aspeto que Pamplona (2001) sublinha:

“O autoemprego é uma situação de trabalho na qual o trabalhador independente controla seu processo de trabalho: fornece a si próprio seu equipamento que permite que o proprietário dos meios de produção participe diretamente da atividade produtiva; sua renda não é previamente definida; seu objetivo primordial é prover seu próprio emprego (meio de subsistência) e não valorizar seu capital (acumulação de capital). Este nosso conceito corresponde a um caso puro (ideal) de autoemprego” (p.273).

Ainda sobre o aumento de autoemprego, Pamplona (2003) afirma, com base nos dados de OCDE (2000), que até meados dos anos 70 do século XX, existia uma tendência claramente observada em diversos países para o declínio contínuo da população de autoempregados urbanos, no total da população. Mas, na década de 90 do mesmo século, o autoemprego cresceu mais rápido do que o total da ocupação civil na maior parte dos países mais ricos. A OCDE aponta que a taxa anual de crescimento de autoemprego não-agrícola no período de 1990 a 1998 nos países membros foi de 1,7 e a média da taxa anual de crescimento do total de ocupação não-agrícola civil foi de 1,0% no mesmo período para os mesmos países. (Pamplona, 2003:3).

Amon (2011) Citando a OIT (1993), afirma que pertencem ao autoemprego trabalhadores por conta própria e empregadores de pequenos negócios que contam com a mão-de-obra do próprio dono. Esses indivíduos combinam a sua própria força de trabalho com alguma forma de autonomia sobre os meios de produção, detenção de capital e/ou input, desempenhando, a um só tempo, ambos os papéis no processo produtivo.

Entretanto, uma análise bem diferente feita por Fátima Assunção no VI Congresso de Sociologia em 2008, analisou a articulação entre o autoemprego, pequena propriedade e empreendedorismo, dando uma grande ênfase ao autoemprego, visto que se trata de um conceito heterogéneo. Afirma “pois são potencialidades da criação do seu próprio emprego para o combate ao desemprego e para o desenvolvimento pessoal, bem como os riscos de precariedade a ele associados” (2008, p.3). A mesma autora apontou que o autoemprego urbano, praticamente, surge da evolução de um conjunto de fatores desde o aumento de níveis de escolaridade das pessoas, da participação maciça das mulheres no mercado de trabalho, da recessão económica, da mudança tecnológica, da formação profissional específica, entre outros. (Assunção, 2008).

O autoemprego, um fenómeno importante, como já referimos, numa economia como a de Cabo Verde, ganha ainda maior relevância com a formação profissional, visto

que esta contribui para a sua maior implementação. Neste aspeto, o Plano Estratégico de Formação Profissional aponta: “A formação profissional tem um papel importante a desempenhar nos diferentes setores de economia, não só no sentido de criar competências necessárias para o seu desenvolvimento, mas também no sentido de estimular o empreendedorismo e fomentar o autoemprego, como formas de combater o desemprego” (IEFP, 2006, p.23).

O programa do Governo de Cabo Verde, 2006-2010, por seu turno, deu um grande destaque ao emprego, sobretudo em afirmar que “cerca de 64% do rendimento das famílias cabo-verdianas provêm do salário”, acrescentando ainda que o emprego é uma forte determinante do rendimento, consequentemente, da condição de vida. De acordo com o Censo de 2010, 52,8% da população cabo-verdiana encontra-se ocupada, sendo que a maior ocupação cabe à faixa etária 25-64 anos, com 70,8% de ocupação e 32,4% à faixa etária 15-24 anos. Neste Censo não se deu o devido destaque ao autoemprego, como sendo um fenómeno importante na sociedade cabo-verdiana, que merece a sua inclusão na estatística nacional. Falar de autoemprego é o mesmo que falar de trabalhador por conta própria ou independente.

2.2 Autoemprego, informalidade e subdesenvolvimento

Pamplona (2003) considera que o autoemprego tem sido considerado como “solução para os males do mercado de trabalho”, e ao mesmo tempo também tem sido visto como “manifestação dos males do mercado de trabalho”. Esta dualidade ou heterogeneidade da visão do autor coloca o autoemprego numa situação dúbia, sobretudo porque também as pessoas autoempregadas são de camadas sociais diferentes, de capital económico e cultural diferentes e de faixas etárias e experiências de vida e profissional diferente. Entretanto, como a maioria dos autoempregados são pessoas de baixa renda e baixa escolaridade, tendencialmente se associa o autoemprego ao subdesenvolvimento e à informalidade. No entanto, as pessoas autoempregadas apresentam sucessos diferentes, dependendo de inúmeros fatores endógenos e exógenos.

Várias razões determinam a escolha do autoemprego. Pamplona (2003) salienta que há trabalhadores autoempregados por livre escolha e há aqueles que o são por falta de alternativa. Alguns têm no autoemprego tão-somente uma forma de obter renda para sobrevivência e de manutenção da autoestima. Outros, ao contrário, podem conseguir ascensão social e económica. Trata-se de ocupações bastante heterogéneas, variam de pequenos artesão (alfaiate, sapateiro, marceneiro, etc.), do vendedor ambulante, dos

prestadores de serviços pessoais e domiciliares (cabeleireiro, manicure, jardineiro, etc.), aos profissionais liberais como advogados, médicos, contabilistas, etc.) aos gerentes e pequenos proprietários dos estabelecimentos comerciais e industriais. Convém ressaltar que estes últimos encontram-se num patamar bem diferente, tanto em termos de rendimentos como de qualificações profissionais.

No domínio do autoemprego, a literatura apresenta opiniões divergentes dos autores, como vimos a referir. Causas do surgimento de teorias que sustentam os argumentos, sobretudo de dois grupos de pensadores, marcadamente diferentes. A primeira teoria é chamada de *Pull Theory*, (defendida pelos autores como Bryson e Withe (1986), Cacciamali (1997), Aronson (1991), Silva (2008), entre outros) e defendem o crescimento de emprego a partir da saída dos trabalhadores desempregados para o autoemprego. A segunda teoria, a *Push Theory*, defendida pelos autores como Loufti (1991), Linder e Houghton (1989), Evans e Leighton (1989), entre outros que defendem o crescimento do desemprego nos países industrializados (Quadros 9 e 11) explica a grande reemergência do autoemprego.

Pamplona (2001) considera que os pensadores que se congregam à volta da primeira teoria defendem o crescimento do autoemprego resultante de estímulos à oferta de emprego, de incentivos que os produtores passaram a ter, como redução de impostos, novas tecnologias, novos nichos de mercado, maior facilidade para contratar e demitir e revigoramento do espírito empreendedor. Esta teoria é defendida pelos autores que têm uma visão predominantemente favorável ao autoemprego. Este é visto como uma fonte de crescimento económico e de novos trabalhos, inclusive para os desempregados.

Ainda, Pamplona (2003) acrescenta que relativamente a “*Push Theory*”, os seus defensores consideram o crescimento de autoemprego como um resultado da crise do assalariamento, isto é, que altas taxas de desemprego implicam uma queda qualitativa e quantitativa da oferta de empregos assalariados de tempo integral. Por causa dessa situação, muitas pessoas prefeririam o autoemprego à inatividade ou à longa procura de trabalho. Esses autores têm uma visão predominantemente crítica, pois veem o crescimento do autoemprego como um outro indicador da crescente insegurança do mercado de trabalho. (Pamplona, 2003, p.5).

No entanto, uma grande questão se levanta sobre o sucesso dos autoempregados: a sua aferição depende somente de ponto de vista económico? Ou ser bem-sucedido no autoemprego pode significar não só obter bom desempenho económico, mas também obter status de proprietário, ganhar a independência, aprender mais sobre o assunto, tornar compatível com uma forma de obter a renda e um estilo de vida? Pamplona (2003) considera que o sucesso de pequenos negócios, enquanto autoemprego apresenta 3

dimensões: a do desenvolvimento económico, a do desenvolvimento humano e a do desenvolvimento comunitário. Nas duas últimas dimensões, os resultados seriam mais qualitativos, tais como qualificação profissional, aumento de autoestima, melhoria do bem-estar individual e familiar e elevação da participação comunitária.

O aumento e o decréscimo de “trabalhadores informais urbanos”, designação atribuída por alguns dos autores, foram registados em dois momentos históricos importantes do capitalismo. No primeiro momento, a diminuição na década de 70 do século XX, foi marcada pela prosperidade do capitalismo hegemónico, e pelo auge de emprego permanente em grandes empresas, com o período integral, contratos coletivos e forte sistema de proteção social. Estes fatores contribuíram para o declínio de autoempregados. No segundo momento, verificou-se a interrupção da prosperidade fordista, que colocou em movimento uma profunda reestruturação económica e tecnológica, com flexibilidade produtiva, a diminuição da incorporação dos trabalhadores não qualificados e a globalização financeira (Silva, 2003). O mesmo autor considera que isto abalou profundamente o mundo de trabalho, trazendo desemprego de longa duração, empregos informais, e, em setores de pouca produtividade, baixos salários, trabalho em tempo parcial, crescimento de subcontratação e da terciarização dos trabalhadores e enfraquecimento dos sindicatos. Em tal cenário, a tendência anterior se inverteu, dando lugar ao autoemprego urbano (Silva, 2003, p.3).

Nos países desenvolvidos, o autoemprego é considerado a forma de “absorção de choques” para os trabalhadores mais frágeis – mulheres, jovens e os poucos qualificados. Entretanto, existem também opiniões contrárias de que, os mais qualificados, com um capital técnico e um grande conhecimento do mercado, se podem lançar no autoemprego, como ressalta Assunção (2008). Neste aspeto, ainda sublinha Assunção (2008) citando (Supiot, 2001): “o autoemprego também pode surgir em circunstâncias orientadas para a inovação, onde os indivíduos altamente qualificados gozam de uma efetiva autonomia”

Podemos verificar que existe uma larga experiência sobre o autoemprego e não se trata de um fenómeno isolado. No caso de Cabo Verde, para além de referência que fizemos tanto do Programa do Governo, como do Plano Estratégico de Formação Profissional, vários discursos políticos referem que “é necessário a formação profissional a fim de munir os formandos de ferramentas para a criação do seu próprio emprego” (IEFP, 2007). Para além disso, existem incentivos não só em termos de formação, mas também com o microcrédito para iniciar os pequenos negócios, visando o autoemprego, lutando contra a pobreza, criando oportunidades para a promoção de empregos locais. Existe toda um enquadramento legislativo e também financeira, sobretudo com a criação do Novo Banco, que apresenta uma filosofia muito diferente de bancos comerciais, isto é, um banco

com características próprias e missão de conceder pequenos créditos para iniciativas empresariais e sobretudo as microempresas, no intuito de promover o autoemprego.

O autoemprego é também considerado como uma alternativa ao desemprego, sobretudo para os jovens à procura do primeiro emprego, às pessoas que antes possuíam um emprego de qualidade e com alto salário mas os que deixaram de trabalhar por muitos fatores, sobretudo mudança do regime político. Neste particular, o exemplo de Cabo Verde nos anos 90 é bastante ilustrativo: na década de 90 do século XX, com a mudança do regime político em Cabo Verde, a passagem da primeira para a segunda República com as eleições legislativas livres e democráticas, com a subida do novo partido ao poder, MPD (Movimento para Democracia), com um carácter mais liberal, todos os altos quadros e dirigentes do regime anterior, viram os seus cargos reduzidos e muitos “colocados nas prateleiras”¹⁵, por isso, muitos optaram pelo autoemprego e a maioria conseguiu ter sucesso no mercado económico e empresarial.

A economia local ou regional depende grandemente de iniciativas empresariais ligadas ao autoemprego e ao empreendedorismo, visto que existe uma forte conexão entre o autoemprego, empreendedorismo e pequena propriedade. Considera-se uma tríade importante em que as organizações internacionais, governos e ONG estimulam as iniciativas locais de empregos através de autoemprego.

Na tentativa de tipificar o autoemprego por causa da sua diversidade, alguns autores classificam-no muitas vezes de acordo com a posição dos seus promotores. Os autoempregados de irregulares, segundo Prandi (1997) citado por Pamplona (2001), são aqueles em que o outro emprego é vivido em situação temporária, irregular, em alternância com o assalariamento. Estes autoempregados tendem a estar submetidos a condições de trabalho precárias, baixa remuneração, instabilidade, mais baixo padrão de vida. São aqueles que esperam um trabalho assalariado e ter maior identificação social e política com os trabalhadores assalariados. O mesmo autor considera que os vendedores ambulantes, prestadores de serviços pessoais e domésticos e todos que executam trabalhos nos quais predominam a baixa capitalização e baixa qualificação fazem parte de categorias de autoempregados irregulares. O autoemprego irregular é mais comum em países subdesenvolvidos e é a parcela dos autoempregados que tende a aumentar na razão direta do aumento da taxa do desemprego.

Quanto aos autoempregados regulares, Pamplona (2001) considera que são aqueles que tendem a experimentar permanentemente ou regularmente, a condição do

¹⁵ Todos foram devolvidos para quadro de origem, passando a usufruir de um mísero salário e alguns deixados no mesmo serviço mas sem qualquer ocupação ou subaproveitados, limitando apenas marcar a presença no posto de serviço.

autoemprego. Nesta categoria inserem-se os pequenos proprietários, comerciantes e profissionais liberais. Trata-se, pois de um grupo com uma condição material de vida superior à grande maioria dos assalariados, que acredita mais na possibilidade do autocontrolo no trabalho; é um grupo que tende a ter mais estabilidade, a ver-se como independente dos interesses dos trabalhadores assalariados.

Existe uma outra distinção importante entre os autoempregos: o autoemprego que emprega outros trabalhadores e o que não emprega ninguém. Para esclarecer, Pamplona (2001) cita Bryson e White (1997) que consideram que os autoempregados que não empregam outros trabalhadores tendem a estar mais nas “formas dependentes de autoemprego”. Eles provavelmente trabalham mais em casa ou a partir das suas casas; têm na maioria das vezes apenas um cliente ou contratante; são pagos em geral por hora efetivamente trabalhada. Convém ter em conta que os fatores tecnológicos, demográficos, políticos e sociais, têm encorajado o crescimento do trabalho em domicílio que na Europa se chama de teletrabalho e que pode não ser o autoemprego (Pamplona, 2001).

Um outro fenómeno que também surgiu na sequência do sistema de prestação de serviços ou terciarização, igualmente responsável para o aumento do autoemprego é por exemplo, o facto de pessoas perderem empregos assalariados de tempo integral, que não encontraram outro trabalho nas mesmas condições e se tornaram “contratados independentes”, isto é, autoempregados (Pamplona, 2001). Muitas vezes são contratados pelo antigo patrão para fazer a mesma tarefa, só que a um custo menor para o empregador. O contratado independente tem sido visto nos EUA como uma categoria específica de autoempregado, isto é, um antigo trabalhador de “colarinho branco”, que passa para o subemprego permanentemente e se separa de um bom emprego. O autoemprego, como qualquer fenómeno social, não apresenta somente vantagens ou benefícios, mas também desvantagens para os próprios. Não é por acaso que existem muitas saídas e entradas no autoemprego.

2.2.1 Autoemprego formal e informal

Os mercados e os contratos de trabalho informais têm sido percebidos por muitos autores como problemas económicos e sociais, pois representam ruturas de um contrato formal. Noronha (2003) afirma que subjacente a isso, existem duas premissas: (1) a boa

sociedade deve ter apenas um tipo de contrato (o formal) e (2) para isso deve contar com algum órgão central (o Estado, por meio do poder legislativo) que defina padrões mínimos de legalidade para os contratos de trabalho. O conceito formal/informal não é claro. Neste aspeto, o mesmo autor refere: “Assim, a compreensão da informalidade ou dos contratos atípicos depende antes de tudo da compreensão do contrato formal predominante em cada país, região, setor ou categoria profissional” (2003, p.112). Três grandes matrizes servem de abordagem na discussão da informalidade: (1) os economistas, com a oposição formal/informal; (2) os juristas, com a oposição legal/ilegal; e (3) o senso comum com a oposição justo/injusto.

Há cerca de quase três décadas que se vem discutindo a informalidade, mas sem conclusão ou consenso. Interessa-nos tecer algumas considerações, esclarecer e apresentar as opiniões de alguns autores, dada a relação estreita entre o autoemprego e o setor informal. Pamplona (2001), citando a OIT (1972), esclarece que as características da informalidade são: ausência de barreiras à entrada, capital de origem local, pequena escala de produção, tecnologia pessoal do empreendimento, atuação em mercados competitivos e não regulados, qualificação de mão-de-obra obtida fora do ensino formal. Enquanto no setor formal, ao contrário do informal, há barreiras à entrada, os recursos são de origem externa, a tecnologia é importada e intensiva em capital, as unidades de produção são de propriedade impessoal e operam em grande escala em mercados regulados e a mão-de-obra com maior escolaridade. Pode-se, no entanto, estabelecer uma pequena comparação entre o setor formal e o informal apresentado pela OIT e é fácil constatar uma clara oposição entre os dois setores.

O informal é visto como o espaço de sobrevivência dos pobres, novamente em oposição a um espaço de sobrevivência dos “ricos”, o setor formal (Pamplona, 2001). A atitude da OIT é bastante positiva em relação ao setor informal, considerando que este setor deveria ser promovido e encorajado, pois poderia ser mais eficiente.

A PREALC (Programa Regional do Emprego para América Latina e o Caribe), um programa da OIT, já extinto, analisava com muito pormenor a informalidade. Souza (1980), citado por Pamplona (2001) considera que uma grande parcela da força de trabalho não encontra o emprego nas empresas organizadas das atividades urbanas. A única alternativa para obter pelo menos uma renda de subsistência consiste em autocriar empresas de baixos níveis de produtividade. Organiza-se, desta maneira, um setor económico, onde a procura de mão-de-obra não é em função do processo de acumulação dentro do próprio setor, mas dependente do excedente de mão-de-obra do setor organizado. O setor informal

é o produto do processo de crescimento das atividades modernas, acrescenta o mesmo autor.

A força de trabalho excedentária, como não dispõe de qualificações adequadas, certamente procura setores de produção nos quais haja maior facilidade de entrada (ausência de barreiras). Neste particular refere Pamplona (2001):

“Isto vai resultar na sua participação em atividades produtivas de reduzido tamanho (muitas vezes unidades produtivas unipessoais); rudimentares; com pouca exigência de capital (baixa relação capital/trabalho); com baixa produtividade; com limitada divisão de trabalho; com reduzida ou nenhuma separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção (proprietário trabalha diretamente na unidade produtiva com ajuda frequente de familiares e eventualmente de poucos assalariados); com precário acesso ao mecanismo de apoio estatal (conta mais com ajuda de familiares e amigos)” (p.139).

O autor caracteriza de forma indireta o autoemprego em toda a sua dimensão. O conjunto de características para a força de trabalho excedentária revela também o grau da heterogeneidade do setor informal.

Entretanto, nem todo autoemprego é igual, mesmo a totalidade operacionaliza no setor informal da economia. Tavares (2002) sublinha que o Banco Mundial e o FMI têm recomendado a expansão do setor informal como uma contra tendência ao desemprego, que se coloca entre as ações complementares às políticas de proteção social para os extremamente pobres. Convém ressaltar que a informalidade não tem relação direta com a ilegalidade, mas sim com o não seguimento das regras legais, de uma atividade profissional mais ou menos permanente, Krien e Proni (2010) afirmam:

“Fenómenos tais como a contratação ilegal de trabalhadores sem registo em carteira, os contratos atípicos de trabalho, as falsas cooperativas de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos sem inscrição na previdência social, a evasão fiscal das microempresas, o comércio ambulante e a economia subterrânea, podem ser evocadas como exemplos da diversidade de situações que podem caracterizar o que a OIT denomina ‘economia informal’” (p. 7).

O conteúdo desta afirmação apenas não inclui no entendimento de muitos autores defensores da informalidade, a economia subterrânea, visto que esta inclui as atividades ilícitas como o narcotráfico e lúmpen. Nas atividades de economia informal absorvem, na maioria, os trabalhadores cuja condição tende a ser precária em razão de estarem em atividades em desacordo com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas.

No entanto, Pamplona (2001) esclarece que estão excluídos do setor informal os trabalhadores para a produção e consumo próprio e os da construção para uso próprio, já que realizam atividades não mercantis, não económicas em sentido restrito. Estão excluídos também das atividades do setor informal as atividades ilícitas não socialmente aceites (tráfico de droga, contrabando, crime organizado, etc.) já que são atividades em que a condição de ilícito é inerente o que as define. O mesmo autor acrescenta ainda que existe uma relação estreita entre a informalidade e o autoemprego, visto que a informalidade é uma forma de produzir, caracterizada fundamentalmente pela existência do autoemprego. A informalidade ao organizar a produção em bases não tipicamente capitalistas faz predominar o autoemprego, não necessariamente em número, visto que os trabalhadores informais autoempregados (conta própria e empregadores) podem representar em torno de 50% do total dos trabalhadores informais em países subdesenvolvidos. Varia de país para país, em função de diferenças socioeconómicas. Os outros 50% podem estar divididos em trabalhadores familiares, aprendizes e assalariados.

A OIT (2006), na sua resolução da 90.^a Conferência Internacional de Trabalho em 2002, sobre a “economia informal” concluiu no seu ponto 3, o seguinte:

“Embora não exista nenhuma descrição ou definição universalmente aceite ou considerada como exata da “economia informal”, em geral entende-se que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores, empresas e empresários, todos eles dotados de características identificáveis, que enfrentam desvantagens e problemas cuja intensidade varia consoante o contexto, nacional, urbano ou rural. A expressão “economia informal” é preferível à expressão “setor informal”, pois os trabalhadores e as empresas em questão não advêm de um só setor de atividade económica, mas sim de vários” (p.6).

Ainda para esclarecer a situação dos trabalhadores por conta própria ou autoempregado a mesma Resolução da 90.^a Conferência conclui:

“A expressão “economia informal” refere-se a todas as atividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas atividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos” (p. 7).

Para analisar a economia informal ou setor informal, duas abordagens distintas se debruçaram sobre a informalidade: a abordagem marxista e neomarxista, e a abordagem legalista ou neoliberal. A abordagem marxista ou neomarxista apresentada pelos autores de

matriz teórica marxista considera o “setor informal”, Prondi (1977) citado por Pamplona (2001) considera crítica a noção de excedente de mão-de-obra (nem assalariados, nem capitalistas) como modalidades produtivas arcaicas. Considera que os trabalhadores do setor informal estão colocados no último degrau do amplo proletariado, mas não são nem operários, tampouco podem ser assimilados aos capitalistas, pois embora possuam meios de produção, estes não se mostram no produto. Na mesma linha de argumento a OIT (2006) através da sua resolução, ponto n.º 4 demonstra a situação dos trabalhadores por conta própria ou autoempregados:

“Os trabalhadores da economia informal incluem trabalhadores assalariados e trabalhadores por conta própria. A maior parte dos trabalhadores por conta própria são tão vulneráveis e carecem de tanta segurança como os assalariados, e passam de uma situação a outra. Sofrendo de falta de proteção, de direitos e de representação, estes trabalhadores são frequentemente atingidos pela pobreza” (p.7).

Nos anos 80 surgiu uma nova abordagem do setor informal de natureza “neomarxista”, a partir do trabalho de Portes e Castells (1989), sublinha Pamplona (2001) que a ideia central do enfoque é o crescimento do informal. Os referidos autores analisaram as causas específicas do processo de informalização e apontam:

1.^a Causa – reação de firmas e trabalhadores individuais ao poder de trabalho organizado (sindicatos). As empresas veriam no crescimento da informalidade uma possibilidade de minar o controlo sobre o processo de trabalho;

2.^a causa – reação contra a regulação estatal da economia, tanto em termos fiscais quanto da legislação social. O aumento de impostos num contexto de recessão global na década de 70 fizeram com que as empresas procurassem escapar do seu alcance utilizando a informalização;

3.^a Causa – o impacto da competição internacional sobre todos os países, em particular sobre as indústrias intensivas em mão-de-obra com o aumento da integração económica entre países, há uma tendência da difusão de baixos custos de mão-de-obra através dos países e regiões;

4.^a Causa – relacionada com o crescimento da economia informal com base no processo da industrialização que ocorreu em alguns países do terceiro mundo, fundamentado em condições sociais e económico que impediam o estabelecimento de outros padrões sociais e económicas da parte do Estado;

5.^a Causa – a importante causa do crescimento do setor informal é o efeito da crise económica que afetou o mundo a partir de meados da década de 70. Esta causa teria sido particularmente importante para países de periferia afetados pela recessão global e pelas políticas macroeconómicas de ajuste, promovidas pelas instituições financeiras internacionais.

A outra abordagem, a legalista ou neoliberal, (Pamplona, 2001), protagonizada pelo peruano Hernando Soto (1987) que considera que a origem do setor informal estaria na excessiva interferência do estado na economia. Acrescenta ainda que, quanto mais o Estado regular o mercado de trabalho (regulação de salários, regulação das demissões, etc.), mais elevar os impostos, mais exigir taxas de autorizações de funcionamento, mais as empresas e pessoas estariam dispostas e estimuladas a procurar algo extralegal (os custos de ilegalidade superariam os custos de legalidade) o não registo, a informalidade. O setor informal seria uma resposta do mercado à desmedida regulação do Estado e a prova cabal da incapacidade do Estado em controlar a força competitiva do mercado.

Entretanto, o setor informal caracterizava-se, na fase da sua discussão que remonta os anos 60, sempre em oposição ao setor formal, como afirmam Krein e Proni (2010) argumentando que a heterogeneidade da estrutura produtiva dava origem a dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano. De um lado o mercado formal, onde são geradas ocupações em empresas organizadas; de outro, o mercado informal, relacionado com atividades de baixo nível de produtividade e exercido por trabalhadores independentes (trabalhador por conta própria) e por empresas muito pequenas (operando sem uma organização realmente empresarial). Nas diferentes abordagens pode-se constatar que o setor informal foi e tem uma forte correlação com a pobreza e é a forma de inserção de classes sociais baixas no mercado de trabalho. Acrescentam ainda os referidos autores: “os ocupantes do setor informal eram caracterizados como socialmente pobres, com menor grau de instrução e em faixas etárias que incluem tanto os mais jovens quanto os mais velhos” (Krein e Proni, 2010, p.9).

Na discussão sobre a informalidade foram usados termos para designar o mesmo significado como: “setor informal”, “trabalho informal”, e “economia informal”, e a sua definição não é consensual. Entretanto, com a globalização, a OIT fez a revisão da sua definição relativa ao informal, e passou a incluir as seguintes categorias, como assinalam Krein e Proni (2010): a) trabalhadores independentes típicos (microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autónomo e em domicílio); b) Falsos autónomos (trabalhador terceirizado, subcontratado, trabalhador em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor); c) trabalhador dependentes “flexíveis” ou

“atípicos” (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário, ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, “teletrabalhadores”); d) microempregadores; e) produtores para autoconsumo; f) trabalhadores voluntários do terceiro setor e economia solidária.

Vários estudos já foram realizados sobre o setor informal. Na visão dos autores (Krein e Proni, 2010) é preciso separar a fronteira entre trabalho desprotegido (sem carteira) e o que se entende por economia informal urbana. Deve-se ressaltar que, embora tal economia informal seja marcada por atividades que estão na “ilegalidade”, não deve ser confundida com as atividades subterrâneas que se enquadram no mundo da criminalidade.

No entanto, evidências demonstram que existem muitos casos de sucessos de autoemprego (ou informalidade), Pamplona (2001) para aqueles que podem desviar menos o excedente gerado pelo negócio para o consumo familiar, que assim terão novos recursos para absorver novas tecnologias; para aqueles que têm mais tempo de experiência no autoemprego e possuem mais qualificações profissionais; para aqueles com maior capital inicial; para aqueles que participam de redes de subcontratação; para aqueles que tocam seus empreendimentos em tempo integral; para aqueles que estão em nichos de mercados nos quais há menos produtos substitutos.

2.3 Caracterização do autoemprego quanto a género, etnia, idade e educação

2.3.1 Género

De acordo com Pamplona (2001) a taxa de autoemprego masculino nos EUA tem se situado, no período de 1965 a 1987, em torno de 10 a 11%. Enquanto a taxa de autoemprego entre as mulheres, no mesmo país, no mesmo período, tem tido um comportamento crescente, passando de 3,2% em 1965 para 5,3% em 1987. O mesmo autor acrescenta ainda que embora estejam sub-representadas no autoemprego não-agrícolas (as mulheres nos EUA eram, em 1987, cerca de 34% dos autoempregados não-agrícola e cerca de 46% dos assalariados não-agrícolas) e constitui a minoria dos autoempregados, as mulheres protagonizaram um crescimento de seu autoemprego numa proporção 3 vezes maior que os homens no período de 1980-1987.

Parker (2004) considera que as mulheres estão na minoria no autoemprego em todos os países desenvolvidos, em comparação com os homens. Destaca que, na União

Europeia, esses valores variam de 20% no Reino Unido, Irlanda e Suécia, até 40% na Bélgica e Portugal, ao longo da década de 90 do século XX.

Para Huijgen (2000), as mulheres representavam cerca de 28% de total de autoempregados e 44% do total de empregados assalariados na EU no final da década passada. Na mesma linha, Pamplona (2001) destaca o crescimento da proporção das mulheres no autoemprego dos países da OCDE, saltando de 24,1% em 1969 para 28,4% em 1986. Mas, segundo o mesmo autor, o crescimento das mulheres não se deu uniformemente.

A OIT (2007), através do seu relatório anual apresentou diversos quadros estatísticos que espelham a diferença de género dos autoempregados nos países desenvolvidos, subdesenvolvidos e emergentes, indicando as diferenças de género, de acordo com contextos reais. Entretanto, pode-se verificar um crescimento de mulheres no autoemprego num período de 10 anos (1996 a 2006) com a exceção do Japão que registou um decréscimo muito acentuado.

Quadro 12 - Percentuais de autoemprego por género nos países desenvolvidos

País	1996		2006	
	Fem	Masc	Fem	Masc
Alemanha	26,9%	73,1%	30,6%	69,4%
Áustria	34,4%	65,6%	34,9%	65,1%
Bélgica	27,7%	72,3%	28,7%	71,3%
Dinamarca	22,2%	77,8%	26,3%	73,7%
Espanha	26,3%	73,7%	29,1%	70,9%
EUA	37,2%	62,8%	37,0%	63,0%
Finlândia	32,1%	67,9%	31,0%	69,0%
França	34,0%	66,0%	27,2%	72,8% ¹
Grécia	20,8%	79,2%	27,5%	72,5%
Holanda	30,3%	69,7%	32,7%	67,3% ¹
Hungria	29,2%	70,8%	30,9%	69,1%
Irlanda	15,8%	84,2%	15,6%	84,4%
Itália	23,6%	76,4%	25,6%	74,4%
Japão	29,0%	71,0%	25,3%	74,7%
Portugal	41,0%	59,0%	41,7%	58,3%
Reino Unido	26,4%	73,6%	27,7%	72,3%

Fonte: OIT (2007a)

É de salientar que há diferença do género nos países desenvolvidos, de acordo com o Quadro 12 durante os dez anos. A menor diferença percentual verifica-se em Portugal (16,6%) e maior diferença percentual relativa ao género dos autoempregados verifica-se na Irlanda (68,8%). Nos países emergentes existe menor diferença entre mulheres e homens autoempregados na maioria dos países. Convém destacar a maior

percentagem de mulheres do que homens na África do Sul, de (2,6%) em 1996 e de (1,8%) em 2006. A grande diferença de percentagem entre mulheres e homens verifica-se na Turquia (63,4%) em 1996 e (40,8%) em 2006.

Quadro 13 - Percentuais de autoemprego por género, nos países emergentes

País	1996		2006	
	Fem	Masc	Fem	Masc
África do Sul	51,3%	48,7%	50,9%	49,1%
Brasil	43,4%	56,6%	43,1%	56,9%
Egito	32,4%	67,6%	37,7%	62,3%
Filipinas	45,4%	54,6%	43,9%	56,1%
Malásia	36,9%	63,1%	36,6%	63,4%
México	41,9%	58,1%	45,2%	54,8%
Rússia	42,6%	57,4%	45,6%	54,4%
Taiwan	33,1%	66,9%	38,9%	61,1%
Turquia	18,3%	81,7%	29,6%	70,4%

Fonte: OIT (2007a)

O crescimento das mulheres no autoemprego ao longo dos anos 80 e 90 pode ser a consequência do aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho, hipótese referido por Pamplona (2001) citando o estudo de Aronson (1991). Segundo essa hipótese, as mulheres agora sentem-se mais seguras em procurar o autoemprego, por causa de maiores qualificações e experiências profissionais. A mudança verificada na estrutura setorial da economia, com a crescente terciarização, facilitou à mulher a sua entrada no autoemprego. É de salientar a importância das inovações tecnológicas que também proporciona a flexibilidade desejada pela mulher autoempregada, podendo trabalhar em casa e cuidar dos filhos pequenos em idade escolar, por exemplo.

Cowling (2009) afirma que dentro dos 15 países da UE a criação média do autoemprego é 32,4% para homens e 21,4% para as mulheres no total dos autoempregados. Considera ainda que a taxa mais elevada se encontra na Dinamarca (52,3%) e Alemanha (53,7%). O mesmo autor acrescentou ainda que a diferença absoluta nas taxas de autoemprego entre homens e mulheres é de 7,64%. Afirma também que, em 1995, a probabilidade de um homem ser autoempregado era 14,85% superior à de uma mulher, mas que caiu para 11,1% em 2005 (uma diferença de 3,75%) e para 2009 situou-se em 9,51% (uma diferença de 1,59%). Pois em apenas uma década e meia a diminuição do fosso entre homem e mulher no autoemprego é bem acentuada. O referido autor considera que ao longo da próxima década pode desaparecer toda diferença.

Por seu lado, Uusitalo (2001), num estudo realizado em Finlândia, esclarece que a taxa dos trabalhadores por conta própria diminuiu durante a recessão económica, mas a quota de todos os empregos não-agrícolas foi lenta, mas de constante aumento durante os 10 anos (1989 a 1998). O mesmo autor acrescentou ainda que homens são mais propensos a tornarem-se empreendedores do que as mulheres. Por isso, a taxa de autoemprego entre os homens é de aproximadamente de 14%, que é duas vezes mais elevada que a taxa entre as mulheres.

2.3.2 Raça ou Etnia

Os grupos chamados de minoria por muitos autores, principalmente nos EUA, refletem uma característica peculiar do autoemprego, que é a aceitação dessas minorias no mercado de trabalho, Fairlie e Meyer (1996) sublinham que as taxas de autoemprego entre grupos raciais e étnicos nos EUA têm grande variação. Enquanto o censo populacional apontava uma taxa de autoemprego para todas as mulheres de 5,8%, as afro-americanas nativas (5,7%), as chinesas (9,1%), as russas (12,3%) e as coreanas atingiram a expressiva taxa de 18,9%. Quanto aos homens, a taxa geral do autoemprego era de 10,8%. Os afroamericanos tinham uma taxa de apenas de 4,4%, os brancos americanos nativos de 10,1%; os chineses de 13,5%, os russos de 24,9% e os coreanos a surpreendente taxa de 27,9%.

Parker (2004) afirma a importância dos emigrantes, que muitas vezes vêm de países com tradição no comércio, o que facilita o estabelecimento de próprio negócio, e também possuem menor aversão ao risco, demonstrado pela disposição em deixar seu país natal e migrar para outro país, muitas vezes com cultura e tradições totalmente diferentes dos seus países de origem. O mesmo autor afirma que muitos emigrantes ilegais encontram oportunidades para trabalharem como autoempregados sem que sejam detetados pelas autoridades do país, e também optam por essa forma de trabalho devido a dificuldades na língua ou por discriminação do povo local.

Pamplona (2001) utiliza o campo da sociologia para argumentar e explicar os diferentes padrões de autoemprego entre grupos raciais e étnicos. Considera dois grupos de hipóteses: um grupo com base na “teoria positiva” e o outro com base na “teoria negativa”. O autor explica que a teoria negativa argumenta que as desvantagens das minorias como a dificuldade de dominar perfeitamente a língua do país, a pobreza, o desemprego, a discriminação no mercado de trabalho, que reduziria as oportunidades e os ganhos no trabalho assalariado empurrariam estas minorias para o autoemprego.

A teoria positiva, a presença dos chamados “recursos étnicos”, “vantagens étnicas” promovem o autoemprego em determinados grupos. O mesmo autor aponta exemplos relacionados com a tradição: emigrantes vindo de certos países, para comprar e vender; habilidades de certos grupos em transferir entre si informações relacionadas com a experiência é adquiridas na condução de negócios; facilidade de acesso a membros de mesmo grupo étnico ou familiar, que poderiam providenciar oportunidade de emprego.

2.3.3 Idade

A idade é um fator importante na análise de autoemprego. Normalmente a idade contém a experiência, que é um elemento indispensável na implementação do autoemprego, visto que é uma modalidade ocupacional, que acarreta um risco considerável. Pamplona (2001) afirma que a grande maioria dos trabalhos empíricos acerca do autoemprego nos EUA e no Reino Unido mostram que a probabilidade de se tornar autoempregado cresce com a idade, caindo depois nas idades mais avançadas. O mesmo autor, citando Aronson (1991) refere que a idade média de todos os trabalhadores norte-americanos em 1986 era de 33 anos para homens e 32 anos para as mulheres, enquanto os autoempregados masculinos tinham a idade média de 43 anos.

Para Parker (2004), os indivíduos mais jovens normalmente possuem limitações de ordem física e humana, requisitos necessários para a criação do seu próprio negócio, o que diminui a probabilidade de se tornarem autoempregados. Acrescenta ainda que as pessoas com mais idade acumulam experiência e capital, o que concorre para que o empreendimento tenha mais oportunidades de dar certo. São também as pessoas de mais idade que têm redes de relacionamentos, visão sobre negócios diversos e acesso ao crédito, itens que favorecem o sucesso de uma iniciativa empreendedora.

Cowling (2009), ao analisar a faixa etária dos indivíduos autoempregados, afirma que a idade média é de 45 anos e estes têm 29,5% mais probabilidade de criar autoemprego do que os jovens com a idade inferior a 25 anos.

Os indivíduos com “meia-idade”, segundo Pamplona (2001) e Parker (2004), são mais propensos a tornarem-se autoempregados, por terem disposição para trabalhar longas jornadas, e também terem acumulado capital e experiência ao longo da carreira profissional, fatores que oferecem mais segurança na decisão de se tornarem autoempregados.

Os estudos de Uusitalo (2001) revelam uma tendência crescente da taxa de autoemprego até aos 40 anos de idade, mantendo-se relativamente estável até em torno de 60 anos, quando volta a crescer em função de aposentação dos indivíduos. O mesmo autor considera que cerca de 1,5% dos trabalhadores menos de 40 anos saem anualmente do autoemprego e a taxa da entrada ronda por volta de 1% anual.

2.3.4 Educação

O nível de educação e qualificação profissional é um fator de extrema importância na análise do autoemprego como esclarecem, Pamplona (2001), Parker (2004), Uusitalo (2001) e Silva (2008). A literatura sobre o autoemprego revela que o aumento da escolaridade tende a aumentar a oportunidade do indivíduo se tornar autoempregado. Pamplona (2001) afirma que há elevado número de evidências para sugerir que as hipóteses de um homem deixar o desemprego, para se tornar autoempregado crescem com o seu maior nível de qualificações académicas.

Parker (2004) destaca três fatores importantes na análise da relação do nível de educação formal com o autoemprego. Num deles, o autor salienta o efeito de sinalização que o nível de educação formal do indivíduo exerce sobre o mercado de trabalho, sendo mais importante como fator de determinação na seleção dos trabalhadores do que como fornecedores de habilidades ao autoemprego. Um outro fator explicativo; apresentado pelo mesmo autor, é a taxa de retorno da educação, que é maior entre os empregados assalariados do que entre os autoempregados. Entretanto, ressalta que a educação não é o requisito importante para todas as ocupações, apresentando estudos que relacionam positivamente o nível da educação com o autoemprego, em serviços que requerem mais habilidade e a existência de correlações insignificantes ou negativas em setores que exigem menos habilidade, como os setores de construção, manufaturas e vendas.

Os autores (Pamplona, 2001; Parker, 2004; Silva, 2008; Haapanen e Tervo, 2009) consideram que existe uma relação positiva entre a educação e o autoemprego. Esta hipótese está muito ligada a teoria Pull (Pamplona, 2001), indicando que um nível educacional mais alto representa maiores ganhos e indivíduos com elevado nível educacional se encontram mais propensos ao autoemprego.

Relativamente, às taxas de sobrevivência do autoemprego, Haapanen e Tervo (2009) afirmam que há uma relação positiva entre a sobrevivência do negócio e um

empresário com elevado nível de educação, embora qualificações educacionais formais tenham mostrado efeitos mistos. Entretanto, consideram que o elevado grau de ensino e de qualificações de um indivíduo eleva a sua possibilidade de acesso a um emprego bem remunerado. É na mesma linha que Krein e Proni (2010) afirmam que os profissionais liberais são mais bem-sucedidos no autoemprego, porque têm maior nível de educação e qualificação.

2.4 A relação entre autoemprego e empreendedorismo

Os três conceitos (autoemprego, pequena empresa e empreendedorismo) analisados isoladamente parecem claros e sem ambiguidades. Mas quando articulados tomam uma dimensão diferente e exigem uma análise profunda e sistemática. A heterogeneidade do autoemprego e as suas abordagens circunstanciais, referidas nos pontos anteriores, permitem a aproximação dos outros dois conceitos, mas nunca esbatem completamente, a ponto de perderem a identidade total. Neste aspeto, Assunção (2008) considera que as expectativas políticas em relação ao empreendedorismo não são muito diferentes daquelas que se desenvolvem em torno do autoemprego. O espírito empresarial é encarado como um fator essencial, para fazer face aos crescentes níveis de incerteza, à crise do emprego e ao problema da criação de postos de trabalho.

O empreendedorismo está muito vulgarizado atualmente, sobretudo em termos de discursos políticos, enfatizando a introdução de inovações nos processos produtivos, no mercado de trabalho e na gestão das pequenas empresas ou no trabalho por conta própria. Vieira (2003) salienta que o empreendedorismo é visto como um fenómeno associado à atividade empresarial, esta entendida como atividade humana, na procura da geração de valor, através da criação e expansão da atividade económica, pela indefinição e exploração de novos produtos, processos ou mercados.

O Livro Verde Espírito Empresarial na Europa, da Comissão Europeia (2003) propõe para o espírito empresarial: “atitude mental e [...] processo para a criação e desenvolvimento de atividades económicas, combinando o risco e a criatividade e/ou a inovação com a gestão rigorosa, no âmbito de um organismo novo ou já existente” (2003, p.7). Normalmente, o empreendedor é entendido como a pessoa que cria, que se aventura e corre o risco, que trabalha no seu próprio negócio. Vieira (2003) concorda que podem existir situações em que, por exemplo, a pessoa herda ou adquire uma propriedade. Portanto, é fácil constatar que para empreender é necessário uma pequena propriedade (microempresa) e nessa atividade como independente está o autoempregado. Mesmo

havendo diferenças em termos conceptuais e académicos, mas em termos práticos existem diferenças mínimas entre o empreendedorismo e a pequena propriedade. Assunção (2008) finaliza:

“Todos estes elementos concorrem para a atualidade das temáticas do empreendedorismo e da criação do próprio emprego em ligação com a pequena propriedade, ainda que os conceitos que subjazem aos diferentes discursos nem sempre coincidam nos seus termos. Com efeito, se há coisa que estas temáticas partilham é a dificuldade do estabelecimento de uma definição consensual entre os seus diferentes interlocutores”. (p.5).

Existe alguma relação entre o autoemprego e empreendedorismo? Não é possível falar de autoemprego sem falar do empreendedorismo. O autoemprego é a modalidade que, neste contexto de análise, resulta de formação profissional e requer um espírito empreendedor. Atualmente, nenhum autoempregado consegue sobreviver no mercado de trabalho, se não dispõe de uma competência profissional adequada. O autoemprego aparece normalmente como um reduto, quando é abordado ao lado do emprego e do desemprego.

No ponto anterior, afirmamos que o autoemprego é resultante do esforço pessoal de cada indivíduo, munido do espírito empreendedor, da capacidade de correr risco e de descobrir as oportunidades de negócio. Neste particular, afirma Vasconcelos (2012): “ Sucintamente, a maioria concorda com três traços base: a capacidade de iniciativa, ou a pró-atividade, a apetência para assumir riscos e a capacidade de inovação” (pp. 29-32).

Podemos considerar os autoempregados como empreendedores com base na definição do empreendedorismo estabelecida pela OCDE (2007): “Toda a ação humana com carácter empresarial que busca a criação económica, pela identificação e exploração de novos produtos, processos e mercados”. Como se pode verificar, existe uma relação muito estreita entre o autoemprego e o empreendedorismo, visto que é difícil ser autoempregado, se não se dispõe de um espírito empreendedor ou, então, a propensão de correr risco é elevada.

2.5 O empreendedorismo e as suas variantes

O empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX.

Jeffry Timmons

O empreendedorismo é um conceito muito antigo e amplamente discutido no meio académico. A sua discussão iniciou-se com Richard Cantilon (1680-1734) e Jean Baptiste (1767-1832) e desenvolveu-se com Joseph A. Schumpeter (1883-1950). Todos eles associavam o empreendedorismo ao desenvolvimento económico, à inovação e à busca de oportunidades. O conceito popularizou-se com o livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia” do economista austríaco Joseph A. Schumpeter, publicado em 1942. Segundo ele, o sistema capitalista tem, como característica inerente, uma força criativa, fundamentando-se no princípio que reside no desenvolvimento de novos produtos, novos métodos de produção e novos mercados; em síntese, trata-se de destruir o velho para se criar o novo.

Todavia, duas correntes de pensamento contribuíram para a evolução do empreendedorismo: a que coloca a ênfase na criatividade e intuição (analisa o empreendedor) e a que dedica a análise em relação as fontes de oportunidades para negócios. O empreendedorismo, durante muito tempo, teve apenas a abordagem de cariz económico, isso tendo em conta o próprio contexto da sua criação, incidia unicamente na resolução do problema económico, visto que todos os seus principais impulsionadores foram economistas. O conceito do empreendedorismo é complexo como afirma Ferreira (2008). O empreendedorismo é definido em termos indutivos a partir daquilo que os indivíduos fazem. Acrescenta ainda que o empreendedorismo é definido a partir do empenhamento do empreendedor na atividade empresarial.

No entanto, a palavra empreendedorismo é de origem inglesa (entrepreneurship). Para compreender o que se entende por empreendedorismo torna-se necessário perceber o que é ser empreendedor (entrepreneur). O surgimento do termo está associado à economia

francesa do século XVII e XVIII, com o significado de quem empreende – enterprender – inicia algum projeto ou atividade significativa. Como atrás referimos, o conceito foi introduzido pelos economistas franceses, implementados e seguidos por outros seguidores. Neste aspeto, afirma Drucker (1997) que o autor mais marcante foi Jean Baptiste Say, e que o virar do século XIX definiu o empreendedor como aquele que utiliza os recursos económicos, transferindo-os de uma área de baixa produtividade, para uma de alta produtividade. Para o referido autor, todos os agentes capazes de tomar as decisões podem aprender a ser empreendedores e agir de forma empreendedora, visto que, não é um traço de personalidade, mas sim um comportamento; os seus fundamentos residem na teoria, nos conceitos e na intuição.

Para Dornelas (2012), “Empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades e a perfeita implementação destas oportunidades leva a criação de negócios de sucessos” (2012, P.39). Esta definição considera o empreendedor como aquele que visualiza uma oportunidade e a transforma em um negócio de sucesso, capitalizando sobre esta oportunidade. Em todo esse processo, o empreendedor assume riscos, porém, calculados. A sua evolução depende dos fatores externos, de aptidões pessoais e de inúmeras outras variáveis, que nem sequer, os considerados empreendedores dão conta do sucedido. Ser empreendedor significa, também, ter a capacidade de descobrir as novas oportunidades, por em prática as ideias próprias com diferenciais inovadoras e ter como objetivo a procura permanente de inovação.

Com a evolução da teoria e dos conceitos, atualmente fala-se de intraempreendedorismo (intrapreneuring) que é um sistema para acelerar as inovações dentro das grandes organizações e empresas, através do melhor uso das potencialidades existentes no empreendedorismo. Silva et al (2010) consideram que o intraempreendedorismo é a versão em português do termo francês *intrepeneur* que significa empreendedorismo no seio da organização, impulsionado pelo espírito empreendedor individual.

Como é impossível falar do empreendedorismo sem falar do empreendedor, teremos de considerar o papel primordial do indivíduo que de uma forma especial e inovadora, se dedica às atividades da organização, administração ou execução, gerando um novo método com o seu próprio conhecimento. É o profissional inovador que modifica, com a sua forma de agir, qualquer área de conhecimento humano. Neste particular, afirma Oliveira (2008): “Os empreendedores precisam de ter uma visão de futuro, abandonar paradigmas ultrapassadas e perceber que estamos numa nova era em que a forma de

produzir, vender, ou prestar serviços sofreram profundas alterações que tornaram anquilosados as velhas formas de fazer negócios” (pp: 27-35).

Das várias qualidades requeridas a um empreendedor, está a proatividade, o que significa, para Chiavenato (2006), antecipar os problemas, ter iniciativa e responsabilidade. Para este autor, ser proactivo é ser uma pessoa muito eficiente, pois é através de uma visão pessoal que se superam as expectativas iniciais, obtendo informações e conhecimentos que permitam antecipar as situações.

Em termos de características do empreendedor, Silva et al (2010) acrescentam que, para um empreendedor obter bons resultados, precisa de ser organizado, ter iniciativa, ter capacidade de liderar, equilíbrio emocional, pensamento positivo, escolher bem os seus parceiros de trabalho, ter a sensibilidade em realizar coisas novas, estar disposto a correr riscos e ser persistente. Salienta ainda que o empreendedor não deve limitar-se em trazer ideias novas, mas sim transformá-las em resultados.

A autoconfiança e a tolerância também são fatores pessoais importantes nos indivíduos empreendedores. Ter autoconfiança significa ser otimista, o que nas palavras de Dornelas (2012) é amar, adorar o que se faz, e sentir-se seguro ao tomar decisões. O mesmo autor refere que as pessoas com espírito empreendedor são aquelas que estão sempre atentas às oportunidades de negócios no mercado e estão dispostas a assumir riscos. E esta é a característica mais conhecida nos empreendedores, visto que, o verdadeiro empreendedor assume riscos de forma calculada, avaliando e gerenciando as reais oportunidades de sucessos.

O importante para a criação de um empreendimento não passa apenas pela identificação de oportunidades, mas é necessário ter modelos de referência, pois trabalhar ou criar um empreendimento em que se possua o conhecimento pode ser um grande diferencial. Por exemplo, um indivíduo que é filho de engenheiro agrónomo e nascido num vale verdejante em que as principais atividades são a agricultura, local onde passara toda a sua infância, decide estudar jornalismo e especializar-se em media voltada para atividades agrícolas, pois já tem grandes conhecimentos nessa área. Já em modelos de referência, o exemplo pode ser histórias de homens de sucesso em seus empreendimentos, que acabam por motivar muitas pessoas a tornaram-se empreendedores.

O documento da Biblioteca do Empreendedor – SEBRAE apresenta algumas características que formam o perfil do empreendedor de sucesso, dos quais Pombo (2012) destaca alguns pontos:

- É motivado pelo desejo de realizar;
- Corre riscos viáveis e possíveis;
- Tem capacidade de análise;
- Precisa de liberdade para agir e para definir as suas metas;
- Sabe onde quer chegar;
- Confia em si mesmo;
- É tenaz, firme e resistente ao enfrentar dificuldades;
- É otimista sem perder o contato com a realidade;
- É criativo na solução dos problemas;
- É capaz de delegar;
- É independente, seguro e confiante na execução da sua atividade profissional.

As características acima referidas são ideais para um empreendedor, mas nem todos os têm estes atributos pessoais.

. Entretanto, alguns autores entendem que o empreender está ao alcance de qualquer pessoa, como afirmam Hisrich e Peters (2004):

“Os empreendedores provêm de experiências educacionais, situações familiares e vivências profissionais variadas. O empreendedor em potencial pode ser hoje enfermeira, secretária, trabalhador de linha de montagem, mecânico, vendedor, dona de casa, gerente ou engenheiro. O empreendedor em potencial pode ser homem ou mulher e de qualquer raça ou nacionalidade” (p.77).

Os referidos autores deixam claro que o empreendedorismo pode estar lateente em qualquer pessoa, ou área de atuação e pode prover de qualquer profissão. Atualmente, em Portugal por exemplo, existe uma sociedade do empreendedorismo (Sociedade Portuguesa do Empreendedorismo) que define o empreendedorismo como “O empreendedorismo é o processo de criar algo diferente e, com valor, dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da situação económica e pessoal”¹⁶.

O número reduzido de empreendedores pode justificar-se, sobretudo, por falta do espírito empreendedor, tradição familiar, bem com pela falta de recursos financeiros para a criação do empreendimento.

¹⁶ Site da Sociedade Portuguesa do Empreendedorismo www.sempreendedorismo.pt

2.6 O microcrédito na criação do autoemprego

Para uma melhor compreensão do dinamismo na criação do autoemprego ou na criação do próprio emprego, torna-se necessária uma abordagem sobre o microcrédito como um instrumento indispensável para a sua implementação. Para criar o próprio emprego é necessário empreender, e, normalmente, o empreendimento requer a mobilização de recursos económicos que só o crédito ou microcrédito disponibilizam.

Mas o que é o microcrédito? A maior organização mundial de microcrédito define-o como: “Programs extending small loans, and other financial services such as savings, to very poor people for self-employment projects that generate income, allowing them to care for themselves and their families.” (Microcredit Summit Campaign, (2009). Entretanto, Yunus (2010) considerado “Father of Microcredit”, pai do microcrédito, responsável pela criação da instituição mais renomada do mundo no domínio do microcrédito afirma:

“The word “microcredit” did not exist before the [nineteen] seventies. Now it has become a buzz-word among the development practitioners. In the process, the word has been imputed to mean everything to everybody. No one now gets shocked if somebody uses the term “microcredit” to mean agricultural credit, or rural credit, or cooperative credit, or consumer credit, credit from the savings and loan associations, or from credit unions, or from money lenders” (p.12).

No entanto, para uma melhor compreensão da origem e evolução deste conceito muito antigo e muito utilizado, passamos a apresentar um pequeno resumo dos estudos realizados: considera-se que o microcrédito surgiu no sul de Alemanha em 1846, a partir de uma iniciativa denominada “Associação do Pão”, criada pelo Pastor Raiffeisen. “O Pastor cedeu aos fazendeiros farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem obter capital de giro, para os seus negócios”¹⁷. Este fenómeno evoluiu de tal forma, empurrado pela necessidade, que, já em 1900, um jornalista da Assembleia Legislativa de Quebec criou as Caisses Populaires. Com ajuda de 12 amigos, reuniu um montante de 26 dólares canadenses para emprestar aos mais pobres. Essa pequena iniciativa que em 2006, contava com 5 milhões de pessoas associadas, distribuídas em 1,329 agências; nos Estados Unidos, em 1953, Walter Krump, presidente de uma metalurgia de Chicago, criou os “Fundos de Ajuda” nos departamentos das fábricas, onde cada

¹⁷ Ver em : www.microcredito.wordpress.com/origem-do-microcredito.

operário participante depositava US\$ 1,00 destinado a atender aos associados necessitados.

Rabêlo et al, (2009) referem que, em 1978 em Bangladesh, foi criado pelo professor Muhamad Yunus, o Grameen Bank, para emprestar dinheiro às pessoas pobres. Esta é uma das experiências mais bem-sucedidas no mundo, no domínio de microcrédito. O Grameen Bank atualmente empresta bilhões de dólares em microcrédito a bilhões de empreendedores. Trata-se de um banco diferente de um banco comercial tradicional, Com um modelo que está adotado em diversos países do mundo, inclusive Cabo Verde.

O microcrédito é um tema atualmente muito analisado no seio académico, pela sua importância não só económica, mas sobretudo social. Entretanto, todas as análises estão viradas para o crédito oferecido às pessoas de baixos recursos económicos para o investimento em atividades produtivas, como afirma Silva e Góis (2007). Para Afonso (2011), o microcrédito consiste na provisão de pequenos empréstimos a pessoas em situação de pobreza e exclusão social, para que estas possam desenvolver os seus projetos de negócio, tornando-se assim empreendedores. Nota-se, porém, que o microcrédito tomou definições diversas, vai de acordo com o contexto e abordagens. Por exemplo, no contexto brasileiro, estabelece-se as diferenças entre tipos de microcrédito. Neste particular, Silva e Góis (2007) fazem a diferenciação entre três serviços de crédito:

- a) Microcrédito para a população de baixa renda;
- b) Microcrédito produtivo, de pequeno valor, para atividades produtivas;
- c) Microcrédito produtivo orientado, para atividades produtivas, baseado no relacionamento personalizado entre a instituição de crédito e os empreendedores, por meio de agente de crédito.

Entretanto, sempre que se fala do microcrédito, fala-se também em microfinanças. Para Silva e Góis (2007), o termo microfinanças refere-se a serviços financeiros voltado para pequenas atividades produtivas. Eles definem-na exatamente como: “Serviços financeiros em pequena escala, principalmente crédito e poupança – proporcionando àqueles que dedicam à agricultura, à pesca, àqueles que gerenciam pequenas empresas ou microempresas que produzem, reciclam, reparam ou vendem bens” (P.9).

Entretanto, as grandes dificuldades dos pobres em ter acesso aos bancos tradicionais foram devidamente analisadas por Muhamad Yunus, o fundador do Banco Grameen. Deduz-se que todo o problema reside na metodologia da conceção de microcrédito. Para Silva e Góis (2007) citando Yunus (2006, p.151):

“Os bancos tradicionais pedem aos clientes que se dirijam as suas agências. Para um pobre – e ainda por cima analfabeto -, uma agência tem algo de terrível, de ameaçador. Ela cria uma distância suplementar. Por isso resolvemos que iremos até ao cliente. Todo o sistema bancário do Grameen parte da ideia de que não cabe às pessoas ir ao banco, mas ao banco ir até as pessoas, princípio que já de saída adotamos”.

Basicamente, a grande diferença está na metodologia utilizada pelos agentes de crédito, com empréstimos em valores progressivos, pagamentos periódicos e utilização de garantias alternativas.

2.6.1 Microcrédito no financiamento de autoemprego em Cabo Verde

O microcrédito não é um apanágio dos países pobres, visto que a sua origem e as primeiras iniciativas tiveram lugar nos países desenvolvidos (Alemanha e Estados Unidos). No entanto, pode-se afirmar que se trata de um crédito destinado aos pobres, com o intuito de combater a pobreza e exclusão social.

Mesmo não existindo um estudo aprofundado sobre o microcrédito em Cabo Verde, existem alguns levantamentos sobre a problemática. É considerado crédito qualquer empréstimo com objetivo de investir e com o compromisso de devolver o montante concedido, superando a necessidade sentida antes de recorrer ao empréstimo. Neste sentido, o fenómeno microcrédito existe desde o início da existência de Cabo Verde.

Antes da independência de Cabo Verde a grande desigualdade económica e social era marcada, sobretudo pela divisão da terra nas zonas rurais. Os parceiros e os rendeiros em extrema pobreza, contraíam pequenos empréstimos junto dos proprietários e comerciantes, que os concediam mediante o pagamento de um adicional (juro). O mesmo acontecia nos anos 70 do século passado. Com a vaga de emigração para Europa, os camponeses recorriam aos proprietários e contraíam empréstimo com o compromisso de reembolsar o dobro do montante concedido.

Anteriormente à independência de Cabo Verde não existiam instituições de microcrédito formais. Existiam várias organizações mutualistas e filantrópicas, para resolver problemas pontuais por ocasião do falecimento de parentes ou festas familiares.

A partir dos anos 80 do século passado, com o despertar do espírito empreendedor das pessoas, surgiram muitas instituições formais, como as ONG e algumas instituições governamentais. Estas terão contribuído para a evolução e a disseminação do microcrédito

em Cabo Verde. Não é demais listar as ONG como: a OMCV, a Morabi, FAMI-Picos, Citi-HABITAT, Caritas, ASDI, a CRP, APROSPI, etc; bem como algumas governamentais, como o IEPF (Instituto do Emprego e Formação Profissional), Direção Geral da Juventude e a Caixa Económica de Cabo Verde, que concederam o microcrédito às pessoas desprovidas de recursos, para investir em projetos de combate à pobreza e exclusão social, conforme (Fernandes,(2008). Convém ressaltar que, todas as supracitadas organizações concedem microcréditos de apoio às pequenas explorações agrícolas, criação de animais de raça melhorada, pequenas atividades comerciais, melhorias de condições de habitação, obras comunitárias e incentivos ao artesanato. O montante de crédito é inferior a um milhão de escudos e os juros são variados conforme cada ONG. As ONG cabo-verdianas são financiadas pelas ONG estrangeiras.

As instituições bancárias, como é do conhecimento geral, não têm uma linha de crédito virada para os pobres (camponeses e outros trabalhadores sem rendimento fixo) por causa de garantias, como afirma Afonso (2011):

“A maior parte das instituições de crédito convencionais assumem como demasiado arriscado e pouco rentáveis as operações com populações pobres, uma vez que veem estes agregados como incapazes de poupar e constituídos por pessoas sem historial de referência no banco, que não tem garantias reais para apresentar, nem plano de negócios formais que sustentam um pedido de crédito para o investimento num negócio” (p.14).

Esta justificação da recusa da concessão do microcrédito por parte dos bancos, tem vindo a deixar a maioria dos cabo-verdianos fora do circuito financeiro.

O microcrédito revela ser importante para o desenvolvimento económico e melhoria de condições de vida das pessoas mais pobres. Consciente desse fato, e influenciado por várias experiências de microcrédito no mundo, sobretudo com a difusão do sistema de microcrédito bem-sucedido do Grameen Bank e também pelas experiências interessantes de organizações mutualistas, o próprio governo de Cabo Verde mobilizou recursos, através de empréstimos junto das instituições financeiras internacionais e regionais, nomeadamente Fundo Internacional Agrícola desde 2000, que culminou com a criação de PNLP (Programa de Luta Contra Pobreza). Uma das vertentes do Programa é a “integração dos grupos pobres da população na economia”, com uma valência forte de atribuição de microcrédito através das CRP (Comissão Regional de Parceiros). As ações do Programa resultaram na criação de 920 microempresas conforme a PANA (2009):

“O segundo ciclo do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) em Cabo Verde permitiu a criação de 920 microempresas em diferentes localidades rurais do arquipélago, soube a PANA quinta-feira na Praia de fonte oficial.

Segundo o responsável da Unidade de Coordenação do PNLP, Ramiro Azevedo, em declarações à Agência Cabo-verdiana de Notícias (Inforpress), este número ultrapassa, de longe, a previsão inicial da criação de um total de 620 microempresas para os dois últimos ciclos do PNLP” (PANA, 24/07/2009).

Isso demonstra a importância do microcrédito na criação de microempresas em Cabo Verde da parte do Governo. É na mesma linha e com a intenção da inclusão económica dos mais desfavorecidos, que o Governo criou o Novo Banco, que iniciou o seu funcionamento em 7 de Outubro de 2010, com a sede na cidade da Praia, capital do País. Um dos cinco vetores da missão do Novo Banco (2010) é: “Estar na primeira linha do combate à exclusão financeira dos segmentos da População de menor rendimento e das Micro e Pequenas Empresas, na procura de um encaminhamento gradual destes para a Economia Formal” (Novo Banco, 2010, p.2).

Os objetivos do autoemprego em Cabo Verde são, como em muitos países do mundo, produzir riqueza, favorecer o crescimento económico e reduzir o desemprego. Entretanto, para a sua criação é necessário o financiamento que poderá advir de várias fontes como: pequenas poupanças individuais, das ONG em fundos perdidos, das ONG reembolsáveis e empréstimos bancários.

O desempenho de uma atividade por conta própria apresenta vantagens como: elevado grau de autonomia no desempenho de tarefas, por um lado, e, por outro, é uma excelente forma de ultrapassar as barreiras de acesso ao mercado, motivadas pela crescente escassez da oferta de emprego. No entanto, há desvantagens quando o trabalhador (diplomado de formação profissional) tem de enfrentar a concorrência no mercado, desafios de nova tecnologia e inovação e todos os encargos fiscais e económicos advenientes do próprio negócio.

O financiamento constitui o maior problema da sobrevivência e sustentabilidade de qualquer organização. A política de financiamento praticada pelos bancos comerciais cabo-verdianos exclui o setor informal da economia, visto que as microempresas e pequenas empresas não conseguem o crédito bancário, dadas as exigências burocráticas e as garantias que os microempresários devem apresentar. Da constatação generalizada sobre a problemática do financiamento ressalta o site do Novo Banco (www.novobanco.cv): “Embora o microcrédito não seja um instrumento direto de combate à pobreza, constata-se que o acesso a este tipo de financiamento tem, de fato, contribuído para ampliar as oportunidades de emprego e rendimento, sobretudo as camadas mais vulneráveis da sociedade, destacando-se o caso particular das mulheres chefes de família” Novo Banco (2012). Convém ressaltar que o Novo Banco, apelidado por muita gente antes do seu

funcionamento como Banco do Povo ou de pobres, frustrou a expectativa dos diplomados de formação profissional e autoempregados.

No entanto, outras instituições não-governamentais financiam as microempresas e pequenas empresas tanto para o início de atividades como para a sua extensão. Trata-se de pequenos montantes e muitos a fundo perdido. Esse tipo de financiamento desempenha um papel importante na criação de autoemprego.

2.7 A ADEI, o IEFP e o Novo Banco na implementação do empreendedorismo

A ADEI (Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação) e o IEFP são duas instituições estatais, criadas pelo Governo, com atribuições bem distintas, mas com uma clara complementaridade prática. A ADEI foi criada em 2009, sob a tutela do Ministério do Turismo, Indústria e Energia (MTIE), no sentido de promover o desenvolvimento do setor privado como o motor de crescimento económico. Neste aspeto, afirma o Ministro do MTIE: “é o setor privado que compete no mercado global. Apesar do governo ter papéis cruciais, é o setor privado que lidera a inovação, cria tecnologia e manufatura produtos”.¹⁸ O mesmo governante considera que o principal desafio da ADEI é o do apoio à construção de um setor privado capaz de competir, encarando a dura realidade dos mercados atuais.

O IEFP como atrás descrevemos, tem uma história de quase duas décadas de criação e atua essencialmente na área de formação profissional. As duas instituições são importantes para a promoção de autoemprego dos diplomados de formação profissional. O IEFP realiza a formação, cria competências profissionais nos diplomados e a ADEI promove e desperta o empreendedorismo e apoia na criação do próprio emprego, complementando assim o percurso dos diplomados do IEFP, desde formação à integração no mercado de emprego.

A ADEI (2009) através de estudos e seguimentos do mercado indica as principais oportunidades de negócios, enquanto o IEFP forma os diplomados e estes procuram o mercado de possível atuação. Com o surgimento da ADEI e com base na parceria com o IEFP, a formação passaria a ser realizada com base no Índice de Oportunidade de Negócios (ION), evitando assim formar para o “desemprego”, dada a pequenez do mercado e a sua rápida saturação. No entanto, como a filosofia de ADEI é de não interferência nos

¹⁸ Nota de Abertura da brochura de ADEI feita pelo Ministro de Turismo, Indústria e Energia, Dr. Humberto Santos de Brito, 2012,

programas do IEFP, ela promove atividades do empreendedorismo e incentiva a formação de formadores, de modo a despertar o empreendedorismo e a inovação nas suas atividades de formação, de acordo com as suas funções institucionais.

No domínio de autoemprego, a ADEI tem um papel importante a desempenhar junto das instituições financeiras na obtenção de crédito, visto que é ela que viabiliza os planos de negócios dos empresários aos potenciais empresários. “ADEI é um instrumento central para a materialização da agenda de alargamento de rede de pequenas e médias empresas, trabalhando em parceria e estreita articulação com associações empresariais”.¹⁹ O autoemprego tem uma valência de empreendedorismo bastante elevada e é esta que, na maioria de casos, mantém aceso o espírito empreendedor do autoempregado, de não desistir do empreendimento. A valência empreendedora é atualmente despertada pelas atividades da ADEI como a maratona do empreendedorismo, módulos sobre empreendedorismo ministrados nos cursos de formação profissional; apoio aos microempresários na apresentação de planos de negócios junto das instituições financeiras. Bom seria se a ADEI em conjunto com outras instituições de formação disponibilizasse de um fundo para o financiamento dos microempresários, que não têm acesso ao crédito bancário.

A criação de pequenos negócios seria mais fácil pelos diplomados de formação profissional, se o Novo Banco mantivesse a filosofia inicial, como está descrito na brochura da ADEI (2011): “o Novo Banco, constitui uma resposta às necessidades específicas das micro, pequenas e médias empresas (MPME) cabo-verdianas, ao mesmo tempo que vão ser constituídas fundos de garantia e capitais de riscos” (p.7).

Alguns estudos já confirmaram que o setor de agricultura oferece as principais oportunidades de negócios: “as principais oportunidades de negócios detetadas em Cabo Verde no setor de produção estão inseridos nas atividades de agricultura, pecuária e pesca conforme mostra a Tabela I” (ADEI, 2011). Trata-se de um grande desencontro com a política de formação profissional, que não se tem pautado por uma formação virada para o setor da produção, mas tem privilegiado o setor de serviços.

Dos cursos realizados não consta nenhum curso específico para o setor primário. Como se pode verificar essas oportunidades de negócios estão nas zonas rurais e a procura não é muita. Os centros de formação estão concentrados nas zonas urbanas e optam por realizar os cursos mais procurados. O quadro de ION (Índice de Oportunidades de Negócio) apresentado pelo ADEI mostra um baixo índice em quase todas as áreas do setor primário.

¹⁹ Idem

Praticamente, todas as áreas de negócio com índice abaixo de 50%, com a exceção da pesca comercial/industrial. Convém esclarecer que quanto menor é o índice, maior é a oportunidade do negócio.

Convém ressaltar que as zonas rurais de Cabo Verde estão a tornar-se cada vez menos produtivas, sobretudo em termos da produção agrícola de regadio e sequeiro, mesmo tendo em conta a escassez de água que é um mal crónico do país. Atualmente, a água e o terreno livre nos grandes vales (Selada, Tabual, etc) distantes de aglomerados populacionais, que décadas atrás eram considerados fontes de maior produção agrícola, não são aproveitados para a produção, porque não existe a mão-de-obra para o seu cultivo. Os jovens não estão virados para o trabalho de agricultura e as pessoas idosas já não conseguem trabalhar. Para o efeito, há que criar uma estratégia voltada para a produção no campo e na área de agricultura, transformação e conservação de produtos. Deve-se começar pela promoção de cursos específicos para o setor e, para além da indicação de oportunidade de negócio, criar incentivo tanto no domínio do crédito financeiro para o investimento, como no emprego jovem no setor agrícola. Esta poderá ser uma atitude que permite a diversificação de cursos e uma grande oportunidade para o emprego jovem e autoemprego, no setor da produção. Cabo Verde importa vários produtos de origem agrícola, mas com a produção e transformação nacional poderá deixar de importar. Os hábitos de consumo dos cabo-verdianos mudaram, pois os produtos secos deixaram de ser apetecíveis e a única forma de mantê-los verdes é conservá-los.

Neste enquadramento, a educação pode constituir uma das soluções mais eficazes, para resolver o problema de desemprego, juntamente com a facilitação da criação de novas empresas e o aumento da capacidade produtiva das existentes. Neste aspecto, Camilo Lourenço (2012) esclarece:” Há duas formas de resolver este problema. A primeira é eliminar todos os bloqueios que impedem o aparecimento de novas empresas e o aumento da capacidade produtiva das existentes. A segunda é alterar profundamente a educação” (p.122). Estas soluções são aplicáveis a Cabo Verde, visto que as empresas e a educação cabo-verdianas padecem dos mesmos males que as de Portugal. A pouca diversificação dos cursos profissionais, muito padronizados, com os mesmos cursos, levam à saturação do mercado de trabalho nas respetivas áreas, deixando muitas áreas com a falta de pessoas com a qualificação adequada.

Os centros de formação profissional e as escolas técnicas realizam cursos sem estudos de mercado previamente elaborados, ou sem a mínima auscultação dos empregadores. A situação poderá alterar-se, com ações da ADEI, sobretudo na apresentação de INO (Índice Nacional de Oportunidades). Desta forma, com base numa

ação concertada, as instituições de formação profissional podem mudar de paradigma relativamente à formação, isto é, realizar a formação de acordo com as reais necessidades do mercado.

CAPITULO III – CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

3.1 – Cabo Verde e a Ilha de Santiago

Figura 2 - Mapa de Cabo Verde



Cabo Verde foi colónia portuguesa até 1975, altura que se tornou independente no dia 5 de Julho, fruto de luta armada, travada na Guiné-Bissau contra o colonialismo português. O arquipélago situa-se no Atlântico Médio, a 630 km da costa do Senegal, também a meio caminho entre Europa e América. As suas 10 ilhas e 8 ilhéus somam 4.033 km².

As ilhas são de origem vulcânica, apresentam um relevo essencialmente montanhoso, pobre em recursos naturais, tendo apenas 10% do solo propício para a prática de agricultura, situado sobretudo nas ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo. Todas sofrem uma forte influência da árida zona do Sahel. O clima caracteriza-se por escassez e irregularidade das chuvas, tendo-se registado, ao longo da sua história (até aos anos 40 e 50 do século XX), vários períodos de seca, que provocaram a morte de centenas de pessoas, como afirma Silva (1995). O seu território espalha-se por 10 ilhas, usualmente apresentadas em dois grupos. (I) – Barlavento – Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, Sal e Boa Vista, e (II) – Sotavento – Maio, Santiago, Fogo e Brava. A temperatura média anual ao nível do mar é de 24°.

3.2 – Sistema político e estrutura administrativa

Da sua descoberta (1460) à época da independência (1975), Cabo Verde viveu sob a colonização portuguesa, num sistema escravocrata que originou uma sociedade mestiça. Essa Sociedade era constituída, na altura, por colonos portugueses e nativos africanos, da qual nasceu a língua cabo-verdiana, o crioulo. O crioulo cabo-verdiano é a língua nacional, falada e compreendida por todos os cabo-verdianos tanto os residentes como os da diáspora, mas ainda não está oficializada, apesar de vários estudos e tentativa da sua oficialização junto do parlamento cabo-verdiano. A língua oficial em Cabo Verde é ainda a língua portuguesa.

Em 1990, o arquipélago de Cabo Verde seria um dos primeiros países africanos a realizar a abertura política para a democracia, depois de ter tido, por 15 anos, um regime autoritário de partido único. Desde então, Cabo Verde vem sendo apontado pela literatura como um caso excecional e um paradigma de consolidação do regime democrático no contexto africano. Este tem sido marcado por constantes episódios de golpe militar, rebeliões internas graves e instabilidade política permanente. Nestes últimos anos e sobretudo desde o início do ano 2011, as guerras deflagraram em vários países do norte de África, deixando uma crença cada vez mais pessimista e total incerteza sobre o futuro da democracia e desenvolvimento económico do continente africano.

A mudança política do início do ano 2001 trouxe uma certa reorientação das prioridades políticas, caracterizadas por reformas e pela definição de uma nova estratégia de desenvolvimento socioeconómico, em direção ao cumprimento dos Objetivos do Milénio (ODM)²⁰.

Cabo Verde aceitou o desafio lançado pela ONU para implementar ações estratégicas para que, até o ano 2015, um conjunto de objetivos e metas seja realizado. Essa assunção impõe a integração das metas e indicadores ODM nas políticas públicas nacionais. Conforme o Relatório dos Progressos Realizados para Atingir os ODM, versão final(2009) os (8) ODM foram formulados a nível nacional:

1. Reduzir a pobreza extrema e a fome;
2. Assegurar a Educação Primária Universal;
3. Promover a Igualdade entre os Sexos e a Autonomia das Mulheres;
4. Reduzir a Mortalidade Infantil – menores de 5 anos;
5. Melhorar a Saúde Materna;
6. Combater o HIV / SIDA, a Malária e Outras Doenças;
7. Assegurar um Ambiente Sustentável: Biodiversidade, Abastecimento de Água e Habitação para os Pobres;
8. Desenvolver uma parceria para o desenvolvimento

Cumprindo os três primeiros objetivos do Milénio, o arquipélago foi promovido, pelas Nações Unidas. em Dezembro do ano 2004, ao patamar de um país de desenvolvimento médio. Nesta perspetiva, apenas dois critérios foram tidos em conta: índice do desenvolvimento humano e rendimento per capita. Entretanto, na época, faltava um terceiro critério a cumprir que é a capacidade produtiva interna e a independência económica face aos fatores externos, conforme afirma o referido Relatório.

Cabo Verde passou por um teste rigoroso de 4 anos com forte acompanhamento de organismos internacionais, indigitado pelas Nações Unidas, denominado de GAT (Grupo de

²⁰ Na reunião de Assembleia Geral da ONU de 8 de Setembro de 2000, os 189 países assinaram a Declaração do Milénio. Foram definidos 8 objetivos - cada um deles, um compromisso específico para inverter a propagação da pobreza e das doenças — que são suportados por um Plano de Ação com 18 metas quantificáveis para combater a pobreza, a fome, a doença, o analfabetismo, a discriminação contra a mulher e a degradação ambiental.

Apoio à Transição), com a missão de elaborar estratégias e identificar medidas e ações necessárias com vista à realização da visão de transformação de Cabo Verde em um país social e economicamente viável. Com a resolução da Assembleia Geral da ONU 59/209, do ano 2008, a República de Cabo Verde passou a ser um país de Desenvolvimento Médio (PDM). Conforme a mesma Resolução, a nova designação só se tornaria efectiva após 3 anos. Neste aspeto, deixou de fazer parte do grupo a que pertencia desde 1977, PMA (Países Menos Avançados).

Os dois partidos políticos (PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde) partido que lutou pela independência de Cabo Verde e o MPD (Movimento Para a Democracia), surgido com a abertura política em 1990, alternam o poder em Cabo Verde. O regime político de Cabo Verde é considerado um regime democrático semiparlamentar, classificado no ranking mundial dos países mais democráticos, em 26.º lugar, em 2011.

3.3 – Aspetos demográficos, educação e formação

A população cabo-verdiana num total de 491.575 habitantes²¹, composta por mais mulheres (248.282) do que homens (243.393) encontra-se distribuída por 9 ilhas habitadas. A situação sociodemográfica é caracterizada por uma esperança de vida de 72,3 anos para os dois sexos, uma taxa de mortalidade materna de 14,5%, uma taxa de fecundidade de 2.9 crianças por mulher, uma taxa líquida de escolaridade de 96% e uma taxa de prevalência do HIV/SIDA de 1%, conforme o Relatório da ONU e o Censo de 2010. A população tem tido uma evolução contínua ao longo dos anos, com a exceção do período de 1940 a 1950, em que se registou, de fato, uma diminuição dos habitantes, provocada pelas calamidades naturais (secas, fomes e doenças). Dados do INE (2010), do Censo de 2010 indicam que a população atingiu, nesse ano, 491.875 habitantes, sendo 50,5% do sexo feminino e 49,5% do sexo masculino (INE, censo 2010) o que corresponde para o último decénio, numa taxa de crescimento médio anual de aproximadamente de 1,23%.

A ilha mais populosa é a de Santiago, com mais de metade da população residente (55,7%), seguindo-se-lhe São Vicente, com 15,5%. A ilha da Brava é aquela com menor número de habitantes, cerca de 5.995 indivíduos. A população cabo-verdiana é constituída essencialmente por jovens, 61,9% com a idade compreendida entre 15-64 anos e 31,7% com a idade entre 0-14 anos. Conforme o Censo de 2010, 96,9% da população com a idade

²¹ INE, Censo de 2010

compreendida entre 15-24 anos está alfabetizada e 91,7% da faixa etária (25-44) encontra-se igualmente alfabetizada. É de salientar que a taxa de alfabetização diminui na medida em que aumenta a pirâmide da idade da população.

Relativamente à formação profissional, Cabo Verde é caracterizado por uma baixa qualificação profissional, motivo fundamental pelo qual muito cedo o Estado investiu na formação da população. Antes da independência nacional existiam duas escolas de artes e ofícios, uma na Praia (ilha de Santiago) e outra no Mindelo, ilha de São Vicente. Nessas escolas ministravam vários cursos nas áreas de carpintaria/marcenaria, carpintaria naval, serralharia mecânica, mecânica-auto e outros ramos de metalomecânica. No entanto, com a criação da Escola Industrial e Comercial do Mindelo em 1956, a formação profissional ganhou um novo impulso. Sendo a primeira do género no país, a única até 1990, desempenhou um papel central no processo de formação profissional em Cabo Verde. Por isso, quando se fala de quadros qualificados em Cabo Verde, e que ocupam lugares-chaves nas empresas cabo-verdianas, a Escola Industrial e Comercial do Mindelo é sempre referenciada.

Além da referida escola, existiam importantes centros em outras áreas de formação que deram as suas contribuições tais como:

- Centro de Formação para Práticas Agrícolas em S. Jorge dos Órgãos – ilha de Santiago;
- Escolas do Magistério Primário – Praia, ilha de Santiago;
- Escola de Cabotagem – Mindelo, S. Vicente.

3.4 – População ativa, emprego e desemprego

Em 2010, a população ativa ocupada era de 52,8%, sendo homens 60% e Mulheres 45,0%. O mundo rural apresenta a maior ocupação para a população cabo-verdiana, 52,8% contra 48,1% da zona urbana. A taxa de atividade é de 59,5%. De destacar que é mais elevada na faixa etária entre 25 a 64 anos com 85,4%, faixa onde também se regista a menor taxa de desemprego no valor de 7,7%, contrário à faixa etária (15-24), que de acordo com o Censo de 2010 é mais atingido pelo desemprego, 21,7%. Atualmente, o desemprego em Cabo Verde afeta 10,7% da população, com maior incidência na área urbana.

A ilha de Santiago é a maior e mais populosa ilha de Cabo Verde, que acolhe a capital do país, apresenta um maior índice de desemprego, mas também é onde se

executam a maior quantidade de projetos ligados à formação profissional. Nesta ilha existem nove municípios, quatro Centros de Formação Profissional sob a tutela do IEFP e duas Escolas Técnicas. Estas entidades são as principais responsáveis do setor público na materialização de programas de formação profissional.

Convém ressaltar que a taxa de desemprego resultante do Censo foi altamente questionada, à semelhança de outros países, como no caso de Portugal, pelo partido da oposição, visto que se trata de adoção de novo sistema estatístico em 2010, igual ao que vem sendo utilizado nos países europeus.

Para o Presidente do INE de Cabo Verde, no jornal do INE de 24 de Abril de 2011, Comunicar para o Desenvolvimento: “ A metodologia foi avalizada pela OIT (Organização Internacional de Trabalho) e utilizada em França, Espanha, Itália, Portugal, Brasil e vários países membros do Afristat como uma boa prática”.

3.5 – Situação Económica

A política económica atual de Cabo Verde é guiada por objetivos macroeconómicos de estabilização, visando corrigir o desequilíbrio orçamental e controlar o crescimento da dívida pública, apesar de um PNB (Produto Nacional Bruto) per capita de 3400 USD (2009).

A economia do país continua muito vulnerável, dependendo fortemente dos fluxos financeiros do exterior. Os recursos naturais são muito limitados e a produção de bens e serviços continua fraca. O valor de transferências dos cabo-verdianos no exterior representa 34,4% do PNB.

O PIB (Produto Interno Bruto) per capita cresceu consideravelmente nos últimos anos, em termos reais, a taxa de crescimento real segundo o Banco Mundial é de 5,5% no ano de 2009. O setor de serviços é preponderante na estrutura do PIB, com cerca de 62,5%; setor de construção, 12,7%; setor de agricultura 10,5% e o setor de indústria manteve um peso residual 5,9 a 7,5%. No entanto, o país ambiciona um crescimento económico situado acima dos 6% no ano 2011, conforme afirmou o primeiro ministro de Cabo Verde na sessão parlamentar de Abril de 2011, muito próximo da previsão do FMI que é de 5.5% conforme publica a Index Mundi.

Cabo Verde, como um dos países mais pobres de África, desprovido de recursos, tem estado a contar com grande apoio dos seus habitantes que, imbuídos de patriotismo e

amor à terra, partiram desde os primórdios do século XIII-XIX para terra longe, num sistema da emigração espontânea. Antes desta altura já havia a emigração em Cabo Verde, sobretudo a partir do século XV, mas era considerada emigração forçada. Os cabo-verdianos que emigraram para os países de Europa e de América nunca se esqueceram de visitar a pátria mãe e enviar remessas para os familiares e não só.

Não é por demais salientar o reconhecimento pelo governo de Cabo Verde da importância da emigração na economia cabo-verdiana. O peso das remessas de emigrantes no ano de 2009 corresponde 92,5% do PIB, conforme os dados da Câmara de Comércio e Turismo de Portugal. Neste particular, Góis (2006) afirma que uma das formas que Cabo Verde encontrou para responder à escassez de recursos foi sustentada por uma corrente emigratória muito forte, com uma consequente receção de elevadas remessas financeiras desses emigrantes ao longo de períodos de tempo consideráveis.

3.6 Cabo Verde, um país periférico europeu e africano

A condição periférica de Cabo Verde pode ser caracterizada por um conjunto de condições políticas, económicas, sociais e geoestratégicas, que o arquipélago apresenta, e a pela sua sabedoria diplomática na articulação com outros estados tanto europeus, como africanos e do resto do mundo. As articulações com muitos países foram facilitadas pelo peso da emigração cabo-verdiana e por políticas de cooperação bilateral, construídas logo após a independência.

A discussão do conceito “periferia”, “semiperiferia” e “centro” é feita em relação à posição geográfica dos países, em relação aos centros da decisão mundial. Sobre este aspeto, Santos (1991) afirma: “ Ou seja, é difícil saber onde começa e onde acaba o que é intermediário entre os dois polos (eles próprios pouco definido) ” (1991, p.870). Esta afirmação tem como centro a análise de Portugal como um país semiperiférico. O mesmo autor considera que estes conceitos carecem de aprofundamento, visto que mudam de acordo com a capacidade de intermediação dos Estados. Afirma ainda: “Assim, durante o longo período colonial e sobretudo a partir do século XVIII, Portugal foi país central em relação às suas colónias e um país periférico em relação aos centros de acumulação capitalista” (Santos, 1991, p.870). O carácter semiperiférico muda com o tempo dada a sua função de intermediação, como esclarece Santos (2012) “ No caso de Portugal, a função de intermediação assentou durante cinco séculos no império colonial. Portugal era o centro em

relação às suas colónias e a periferia em relação à Inglaterra” (2012, p.23). Na mesma linha, acrescenta Teodoro (2003): “ As áreas semiperiféricas são apresentadas como estando numa posição intermédia entre o centro e a periferia, num conjunto de dimensões como a complexidade da atividade económica, a força do aparelho do Estado ou os fatores de integração nacional” (2003, p.77).

Neste contexto, Diogo Freitas Amaral destacou as prioridades da política externa de Cabo Verde, no prefácio de Neves (2010), como: “ a paz mundial, a inserção competitiva de Cabo Verde no mundo, os reforços das relações no âmbito africano, a participação ativa no CEDEAO e no processo de construção da União Africana, o reforço das relações com a União Europeia e com a CPLP, com o explícito destaque com Portugal, novas aberturas em relação aos continentes americano e asiático, e intervenção no quadro dos pequenos estados insulares” (2010, p.20).

Ao analisar o conceito de periferia, teremos necessariamente que associar as formas de reprodução social e da legitimação do Estado. Nogueira (1996) defende que a não legitimação do Estado, reforça a sua debilidade na periferia, tornando-o incapaz de gerir oposições, conflitos e estrangulamentos. Sem a intenção de contrariar o referido raciocínio, é tentado a afirmar que qualquer forma de legitimação deve obedecer, necessariamente, às regras democráticas.

A formação do povo (o cabo-verdiano) há cerca de seis séculos, face à sua distribuição geográfica nas zonas rurais (pequenos aglomerados de famílias, atraídos por diversas conveniências de momento: proximidade de água, de materiais de construção de habitação, de local da defesa e da autorização do proprietário da terra), determinou muito cedo a grande diferença entre o centro e a periferia. Esta dicotomia até hoje é bastante notória em Cabo Verde. Tratando-se de um arquipélago, equidistante da Europa e da África, envolvido numa teia de relações com os países da Europa, África, América e resto do mundo, Cabo Verde soube aproveitar várias janelas de oportunidades para o desenvolvimento. Sendo as relações mais fortes com o continente europeu, há várias razões: a localização de (Portugal), o país colonizador; em segundo lugar o país africano, mais próximos em termos da distância e fornecedores de matérias-primas para a formação do povo²², sem poder de dominação e nem exemplos para seguir; em terceiro lugar o continente americano, primeira porta da emigração, atualmente, financiador de grandes projetos e programas para o desenvolvimento de Cabo Verde, contemplado com dois programas de "Millenium Challenge Account". É um Programa do governo norte-americano

²² O povo de Cabo Verde resultou da miscigenação entre os escravos africanos e degredados e condenados portugueses.

que se destina a combater a pobreza mundial. Para um país poder apelar ao apoio financeiro do "Millenium Challenge Account", o governo norte-americano verifica se se encontram cumpridos alguns critérios rigorosos de boa governação, democracia e transparência no Estado que pretenda receber ajuda.

A consolidação Cabo Verde como um país periférico, acontece não só por causa da sua posição geográfica, mas também pela necessidade de aproximação e articulação com os países através de acordos bilaterais, aproximação geográfica, acordos monetários, cooperação especial, já conquistados. A criatividade governativa e diplomática cabo-verdiana, que optou pela relação de proximidade, ficou marcada pela integração no grupo de ilhas macaronésias (Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde), permitiu-lhe aproximar-se da semiperiferia europeia. É neste quadro que a estrutura da formação profissional cabo-verdiana teve apoio das Canárias, tanto em termos financeiros como técnicos.

A discussão sobre a periferia está pouco clara, visto que existe sempre o centro e a periferia, dependendo da focalização do analista. A ideia de semiperiferia defendida por Nogueira (1996), seguindo a lógica do Stoer (2000), entende-a como uma categoria intermédia, mas não residual, partindo de dois pontos determinantes, o centro e a periferia. Nesta lógica, Cabo Verde é um país periférico em termos geográficos, mas também de educação e de formação, em relação a Portugal e outros países de relações próximas.

Sem a intenção de procurar o culpado ou a má herança deixada pela nossa metrópole (Portugal colonizou Cabo Verde do século XV ao século XX), o benefício que Cabo Verde recebeu como país periférico e dominado é quase nulo. Talvez justificada pela distância, falta de recursos, preconceitos e preocupações para Portugal em resolver problemas prementes como secas persistentes e fomes, levaram também a que as medidas tomadas em termos da educação e formação profissional tardassem em chegar ao arquipélago colonizado.

De ponto de vista histórico, a sociedade cabo-verdiana sofreu grandes mutações e em muitos domínios ultrapassa o ritmo normal do desenvolvimento, em tão pouco tempo da sua existência como país e povo independente. Inúmeros exemplos existem para o ilustrar tais como: crescimento económico, democratização da sociedade cabo-verdiana e boa governação do País. Nos últimos anos o desenvolvimento de Cabo Verde passou a suscitar a admiração de alguns observadores atentos de todos os continentes, visto que na altura da independência era considerado um país inviável, e passou para um país em desenvolvimento e deste para um país de desenvolvimento médio. Atualmente, é

referenciado para os países africanos como exemplo de um país de paz, estabilidade, boa governação, democrático e respeitador dos direitos humanos.

Analisando ainda mais a sociedade cabo-verdiana, nota-se que o Estado desenvolveu um papel central na regulação económica e organização do território, apesar de desigualdades internas, em pequenos centros e periferias. Sendo esta desigualdade marcada pela grande extensão rural, cuja relação de produção levou muito tempo para se transformar. Em similitude com o que ocorreu em Portugal, Stoer e Araújo (2000) apresentam a seguinte perspetiva:” Com efeito, uma das características da especificidade atual de Portugal na semiperiferia europeia é a mutação particular pelo qual os grupos de camponeses estão a passar. Até recentemente, Portugal tinha uma larga mão-de-obra na agricultura, vivendo na generalidade de uma economia de subsistência e de trabalho intensivo” (p.22).

A condição periférica de Cabo Verde não lhe permitiu o desenvolvimento industrial, a formação de uma classe operária que reivindicasse boas condições de trabalho e qualificação profissional. Os pequenos centros urbanos contrastam com grandes espaços rurais, exiguamente povoados por pequenos aglomerados de famílias, na maioria sem infraestruturas sociais, difusoras de técnicas ou de conhecimentos (por exemplo escolas ou centros de formação), a não ser pequenos mercados e igrejas. Durante muitos anos, a condição periférica de Cabo Verde, fomentou a ideia da emigração para a sua juventude, que entrava bem cedo na vida ativa, por força de sobrevivência ou por imperativo familiar. Desta forma, houve dificuldades em gerar empregos em quantidade e qualidade suficiente para responder à procura, tendo em atenção a juventude da população, o ritmo de qualificação de mão-de-obra e a tradição da emigração para os chamados países do centro, sobretudo os europeus.

3.7 O cenário emigratório cabo-verdiano e a formação profissional

Neste ponto, pretendemos articular o fenómeno da migração (emigração e imigração) para melhor compreender a necessidade de formação profissional e as dificuldades da inserção profissional dos jovens cabo-verdianos. Para Góis (2010) o cabo-verdiano já nasceu (e)migrante ou, dito de outro modo, a emigração é um dos fenómenos mais antigos e estáveis da sociedade cabo-verdiana, antecedendo em muitas décadas a independência do país que ocorreu em 1975. Acrescenta ainda que Cabo Verde é um exemplo, talvez único, de um Estado que nasce já transnacionalizado. Este argumento é

sustentado, sobretudo pela forma como o povo de Cabo Verde surgiu através da miscigenação dos povos europeus e africanos, conforme afirma Carvalho (2010) citando Albuquerque et al (1991):

“ Após a descoberta do arquipélago em 1460, por navegantes portugueses, ter-se-á recorrido às populações que se deslocaram de Portugal, tanto livres como condenadas, e escravos oriundos de continente africano, iniciando se desta forma a longa história migratória das ilhas, que conhece um dos primeiros momentos de particular expressão nos finais do século XVII e início do século XVIII, quando os cabo-verdianos começaram a partir para América” (2010, p.25).

Ainda nesta perspetiva, Correia (2008) afirma que a emigração cabo-verdiana se divide em três fases: a primeira entre 1900 e 1926, com destino sobretudo para os Estados Unidos de América. A segunda, de 1927 a 1945, cujo destino são países da América Latina e África, entre os quais Brasil e Argentina, por um lado, e por outro, o Senegal, a Guiné Bissau, S. Tomé e Príncipe e Angola. Relativamente a emigração para países africanos, Cabral (1978) afirma: “ a emigração maciça e clandestina para o Senegal é a prova evidente da situação desesperada em que o povo das ilhas de Cabo Verde é obrigado a viver” (1978, p.45). É a partir desta altura que Portugal se começou a destacar como destino. A terceira e última fase, 1946 a 1973, é assinalada pela viragem para a Europa em direção a países como Portugal, Holanda, França, Luxemburgo, Itália e Suíça.

Esse vai e vem do povo cabo-verdiano começou muito cedo. Está profundamente enraizada na sociedade cabo-verdiana a ideia de emigrar, como estratégia de alcançar sucesso pessoal, familiar e social (Carvalho, 2010, p.17). Neste aspeto, não é errado afirmar que não há nenhum cabo-verdiano residente que não tenha um familiar emigrado. Existe também a afirmação de que há mais cabo-verdianos fora de Cabo Verde do que em Cabo Verde. O Quadro 14 ilustra a referida afirmação.

Quadro 14 - Emigrantes cabo-verdianos em vários países do mundo (1998)

País	N.º Estimado	Percentagem
Estados Unidos	264.900	51,12
Portugal	80.000	15,44
Angola	45.000	8,68
França	25.000	4,82
Senegal	25.000	4,82
São Tomé e Príncipe	20.000	3,86
Holanda	16.580	3,20
Espanha	12.000	2,32
Itália	10.000	1,93
Argentina	5.200	1,00
Brasil	3.000	0,58
Luxemburgo	3.000	0,58
Suíça	2.400	0,46
Guiné-Bissau	2.000	0,39
Moçambique	1.000	0,19
Bélgica	800	0,15
Alemanha	800	0,15
Suécia	700	0,14
Canadá	300	0,06
Noruega	300	0,06
Gabão	200	0,04
Total	518.180	100

Fonte: Instituto de Apoio ao Emigrante (IAPE) 1998

Existe a tendência para o decréscimo do fluxo migratório em Cabo Verde, conforme afirma Carvalho (2010): “Tomando em consideração a taxa da migração líquida²³, constata-se que os valores desse indicador tem vindo a diminuir desde o período 1970-1975, em que atingiu os -19 migrantes por mil habitantes, até 2005-2010 em que os valores apontam para -5,1, estando prevista a sua diminuição para -4,7 migrantes por cada milhar no período 2010-2015” (2010, p.31).

Cabo Verde também regista, desde muito cedo, o movimento da entrada de pessoas no território (imigração), fenómeno ativo até à presente data. Pessoas de vários países do mundo procuram Cabo Verde como destino para viver e trabalhar. Vários estudos realizados sobre a migração cabo-verdiana deparam-se com problemas de dados, principalmente relativos à saída de pessoas do território, sobretudo com a extinção do Instituto de Apoio ao Emigrante e a abolição da autorização de saída. A inexistência de um observatório para a emigração é notória.

²³ A migração líquida é a diferença entre a emigração e imigração por cada mil habitantes.

Os dados relativos à imigração são mais organizados, visto que podem ser coletados a partir da Direção de Estrangeiros e Fronteira (DEF) com o pedido de autorização de residência, mas mesmo assim recorre-se a estimativas porque a imigração clandestina foge ao controlo da DEF. Segundo o Censo 2010 existem 14.372 imigrantes em Cabo Verde, constituindo 2,9% da população cabo-verdiana cifrada em 491.683. É de ressaltar que a maioria dos imigrantes Cabo-verdianos é oriundos de PALOP.

Neste particular, Carvalho (2010) esclarece: “Embora não abrangendo o universo imigrante no seu todo, indiciam a dimensão significativa do grau de atratividade e/ou de necessidade que Cabo Verde poderá apresentar para a mão-de-obra qualificada”. O INE apresenta o Censo 2010, Quadro 15 referente à origem dos imigrantes por continente e países.

Quadro 15 - Imigrantes Cabo-verdianos por continente e país

CONTINENTE/PAIS	EFFECTIVO	%
AFRICA	10.306	71,7
- CEDEAO	8.783	61,1
GUINE-BISSAU	5.544	38,8
SENEGAL	1.634	11,4
NIGERIA	740	5,1
GUINE-CONAKRY	456	3,2
OUTROS CEDEAO	409	2,8
- PALOP, SEM G-B	1.209	8,4
SAO TOME E PRINCIPE	772	5,4
ANGOLA	409	2,8
MOCAMBIQUE	28	0,2
- OUTROS AFRICA	314	2,2
AMERICA	1.100	7,7
ESTADOS-UNIDOS	388	2,7
BRASIL	316	2,2
ANTILHAS HOLANDESAS	96	0,7
CUBA	95	0,7
ILHAS VIRGENS AMERICANAS	78	0,5
ILHAS MENORES LONGINQUAS (EUA)	32	0,2
OUTROS AMERICA	95	0,7
ASIA	498	3,5
EUROPA	2.446	17,0
PORTUGAL	1.281	8,9
ITALIA	451	3,1
FRANCA	223	1,6
ESPANHA	158	1,1
ALEMANHA	75	0,5
REINO UNIDO	57	0,4
OUTROS EUROPA	201	1,4
OCEANIA	23	0,2
TOTAL	14.373	100,0

Fonte: INE (Censo de 2010).

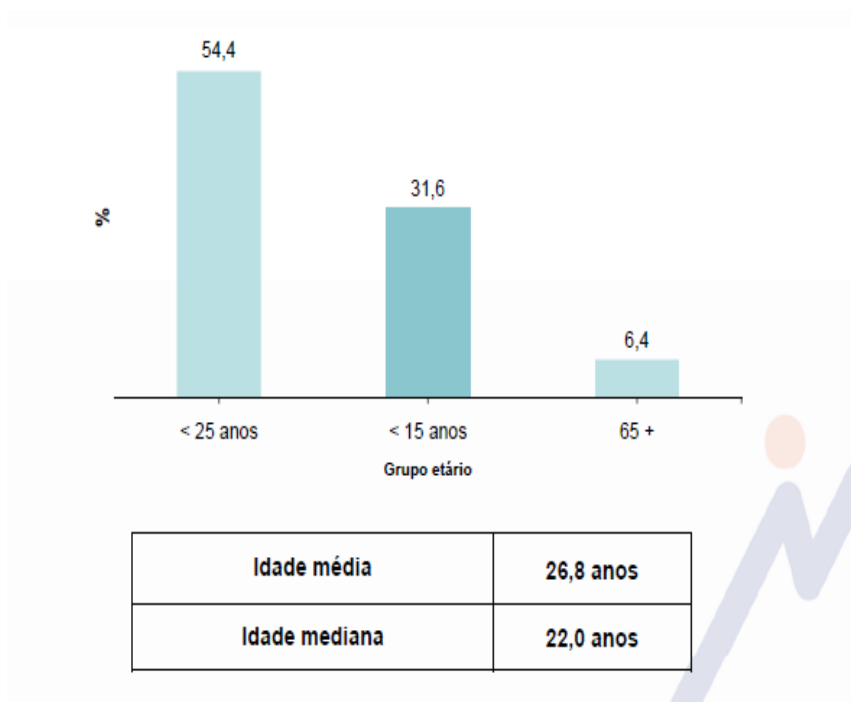
O Estudo sobre Migração em Cabo Verde: perfil nacional 2009, realizado no quadro do programa da OIM (Organização Internacional para as Migrações) aponta que a emigração qualificada subiu 10,7% entre 1990 a 2000, passando de 56,8% para 67,5% e a taxa de emigração dos profissionais da área de medicina atinge o valor de 54,1% em 2006.

Dos emigrantes nos países de OCDE, a maioria, cerca de 48,5% estão enquadrados nos setores de atividades como: construção civil, 24,7%, setor fabril 14,7%, lares e casas particulares 9,1%. Desse total, 11% enquadram-se no nível superior de instrução. Segundo Carvalho (2009) a taxa de emigração dos trabalhadores altamente qualificados subiu em 10,7% conforme referimos atrás. No entanto, um conjunto de fatores incentiva a emigração como: reduzida capacidade do mercado de trabalho para absorver a mão-de-obra disponível; desemprego que afeta particularmente os jovens; aumento da população em cerca de 30% em 2020, segundo a estimativa do INE e aumento das expectativas de vida futura.

Sobre imigrantes cabo-verdianos, existe um dado interessante: o setor do pessoal e vendedores abrange cerca de 39% e logo a seguir vem o grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas (23%). Com base no contexto descrito, podemos deduzir que apesar da pequenez do mercado cabo-verdiano, ainda faz sentido apostar fortemente na formação profissional, dado que existe a necessidade de mão-de-obra especializada. O recurso a imigrantes para prestação de serviços é um indicador importante. Por outro lado, há a considerar a saída regular de cabo-verdianos para os países de OCDE, cujo sucesso de integração requer competências que só a formação profissional pode conceder. Dai, a razão do argumento que alguns políticos apresentam sobre a necessidade de formar para a emigração. A população cabo-verdiana é bastante jovem, carecendo de formação, de modo a ser mais competitiva no mercado de trabalho e melhorar a empregabilidade tanto no país como no estrangeiro.

A pirâmide etária da população cabo-verdiana é de base larga, com cerca de 54,4% de população com menos de 25 anos e com uma média de idade da população de 26,8 anos de acordo com o Censo de 2010, Gráfico 3.

Gráfico 3- Composição etária da população de Cabo Verde



Fonte: INE (Censo de 2010)

De todas as razões apresentadas, o exemplo a seguir pode ser bastante esclarecedor para a necessidade contínua de formação de jovens, no sentido de reduzir o desemprego, garantir a empregabilidade e inserção profissional, tanto no país como fora dele. Em 2009, empresas brasileiras foram a Cabo Verde recrutar mão-de-obra qualificada em todos os setores e ramos de atividades para trabalhar na Guiné Equatorial. As referidas empresas ganharam concursos de empreitada para a infraestruturação daquele país africano, e recorreram a Cabo Verde para o efeito. Tinham informação da disponibilidade de pessoas qualificadas, no quadro da parceria relativamente à formação profissional. Um dos requisitos para o recrutamento era ser profissional certificado por um centro de formação profissional. Inúmeros jovens estavam interessados mas ficaram de fora no primeiro momento, visto que não possuíam certificado de formação (IEFP, 2011).

3.8 Ilha de Santiago como contexto específico do Estudo

Aprender na vida, aprender
junto do povo, aprender nos livros e na
experiência dos outros. Aprender
sempre.

Amílcar Cabral

Figura 3 - Mapa da Ilha de Santiago



Fonte: (www.kapverde.net) Ilha de Santiago

O presente trabalho de investigação tem como palco de estudo a ilha de Santiago, a maior ilha de Cabo Verde, a primeira a ser descoberta e povoada em 1460 pelos

navegadores portugueses. Pertence ao grupo de Sotavento, com uma dimensão de cerca de 75km de comprimento e 35 km de largura. Constituída por sete municípios ou concelhos, sendo três de Santiago Sul (Praia, Ribeira Grande e S. Domingos) e seis do Santiago Norte (S. Lourenço dos Órgãos, Santa Cruz, S. Salvador do Mundo, Santa Catarina, S. Miguel e Tarrafal) e é nesta ilha que fica situada a capital do País.

Mesmo tendo uma grande extensão territorial comparada com as outras ilhas, a sua população, que corresponde a 55,7% (Quadro 16) da população total de Cabo Verde, apresenta a maior concentração nas zonas urbanas (61,8%), conforme os dados do INE (Censo, 2010). O concelho da Praia, com 1132.317 habitantes apresenta uma Taxa de Crescimento Médio (TCM) da população de 3,0%, a maior do conjunto dos concelhos da ilha. O terceiro concelho mais populoso do país também fica na ilha de Santiago. Trata-se do concelho de Santa Catarina que é considerado um concelho com elevado nível de pobreza, como afirma o Relatório de Nações Unidas, UN-CV (2009): “O município de Santa Catarina, na ilha de Santiago, é aquele que mais contribui para a pobreza a nível nacional”. Dos municípios da ilha, quatro (Ribeira Grande, São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo e S. Miguel) registam um crescimento médio negativo, conforme o Censo 2010.

Quadro 16 - Distribuição da população por concelhos da ilha de Santiago

Quadro 10 - Distribuição da população por concelhos da ilha de Santiago				
Iha	População total da ilha	Concelho	População Concelho	% Total do País
Santiago	273.919	Praia	132.317	26,9
		Santa Catarina	43.297	8,8
		Santa Cruz	26.609	5,4
		Tarrafal	18.565	3,8
		São Miguel	15.648	3,2
		São Domingos	13.686	2,8
		S. Salvador do Mundo	8.677	1,8
		Ribeira Grande	7.732	1,6
		São Lourenço dos Órgãos	7.388	1,5
TOTAL			273.919	55,7

Fonte: extraído do Censo 2010

Dos nove concelhos da ilha de Santiago, a maioria da população vive no meio rural, cerca de 67%. Somente no concelho da Praia é que apenas 3,4% da população vive no meio rural. É o concelho mais urbano da ilha.

Relativamente à educação, formação e qualificação profissional, a ilha de Santiago, no conjunto do território nacional tem sofrido muito atraso antes da independência nacional, dado o problema do acesso que os jovens do interior da ilha tinham para frequentar o liceu. Existia apenas um único liceu, que acolhia os alunos de ilha e das outras ilhas vizinhas, criado em 10 de Junho de 1960, atualmente considerado património cultural e berço da intelectualidade cabo-verdiana. Atualmente, a ilha Santiago conta com 23 escolas secundárias públicas e só a cidade da Praia alberga 7 das 23 escolas secundárias.

Conforme o Anuário da Educação 2010/2011, frequentam as 23 escolas secundárias da ilha, um total de 30.810 (trinta mil oitocentos e dez alunos) de 7.º ao 12.º ano, que corresponde acerca de 57% do total dos alunos das duas vias do ensino secundário (via geral e via técnica) no País. A ilha acolhe duas escolas técnicas, das quatro existentes em Cabo Verde.

Quanto aos centros de formação profissional, a ilha para além das escolas técnicas (Cesaltina Ramos na cidade da Praia e Escola Técnica Grão Duque Henri na cidade de Assomada), conta ainda com centros de formação profissional ligados ao IEFP (Centro de Formação da Praia, Centro de Formação de Variante, Centro de Formação de Pedra Badejo e Centro de Formação de Assomada), Escola de Hotelaria e Turismo e Centros de Formação privados.

A ilha de Santiago, por ser a ilha mais populosa, regista a maior taxa de desemprego, que atingiu em 2008 17,8%, sendo a faixa mais atingida aquela que se situa entre 15-24 anos de idade, cerca de 31% (INE, 2008), como consta do Quadro 17. “O desemprego afeta também com maior incidência as mulheres. Em cada 100 mulheres cabo-verdianas, 23 estão desempregadas e em relação aos homens apenas 13 estariam nesta situação em 2008, segundo o mesmo inquérito”²⁴ (Relatório de ODM, 2009).

²⁴INE, Inquérito de QUIBB (Questionário Unificado de Indicadores de Bem-Estar).

Quadro 17 - Indicadores de desemprego, no período 2000 a 2010, em Cabo-Verde

Indicadores	2000	2006	2008	2010
População Desempregada	29.588	33.574	35.476	21.168
Taxa de desemprego (%)	17,3%	18,3%	17,8%	10,7%
Taxa de desemprego feminina (%)	-	23%	22%	2,1%
Taxa de desemprego jovem 15-24 anos (%)	29,7%	32,3%	31%	21,3%
Taxa de desemprego da população com o nível de alfabetização (%)		21,5%	12,9%	
Taxa de desemprego da população com o nível de EBI (%)		17,1%	15,1%	
Taxa de desemprego da população com o nível secundário (%)		25,1%	25,4%	
Taxa de desemprego da população com o nível médio (%)		11,3%	13,5%	
Taxa de desemprego da população com o nível superior (%)		13,4%	21,8%	

Nota: População com 15 ou mais anos de idade.

Fonte: INE - Censo 2000, Censo 2010, Inquérito ao Emprego 2006; Inquérito ao Emprego 2008

O Quadro 17 – Indicadores de desemprego, no período 2000 a 2010 em Cabo Verde, ilustra a incidência do desemprego conforme o nível de instrução e género. Mesmo não existindo uma estatística concreta sobre o autoemprego na ilha de Santiago, concisando a percentagem nacional obtida, através do estudo realizado pelo IEFP (2010), constata-se que, dos 10,5% dos diplomados (2007, 2008 e 2009) que optaram pelo autoemprego em vez de trabalhar por conta de outrem, a maioria poderá ser da ilha de Santiago, tendo em conta o total da população que a ilha de Santiago alberga.

PARTE II – PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Capítulo IV – OPÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS

4.1 Enquadramento científico da investigação

O presente estudo inscreve-se num conjunto de preocupações decorrentes da atividade profissional do investigador e na convicção de que a formação e qualificação dos cabo-verdianos, sobretudo da camada jovem, permitem o acesso ao mercado de trabalho seja interno ou externo. Só se consegue ter cidadãos preparados e capacitados para enfrentar o desafio do desemprego, sobretudo com a crise económica internacional, e criar o seu próprio emprego, através da formação e qualificação profissional. Cabo Verde é um país economicamente vulnerável e muito dependente da conjuntura internacional. A aposta na educação e na formação profissional, com uma abordagem voltada para a criação do autoemprego, poderia ser uma saída sustentável e merece a nossa reflexão e análise.

Este estudo enquadra-se no âmbito do processo de doutoramento em Educação. Trata-se de uma investigação em educação, mais especificamente no domínio da formação profissional na e criação do autoemprego, cruzando a educação, a formação e o mercado de trabalho que, pela sua natureza, requer abordagens multidisciplinares. A nossa incidência é mais sobre a formação profissional do nível técnico profissional, isto é, um nível que se posiciona, no sistema do ensino, entre o ensino secundário e o mercado de trabalho. A necessidade de perceber a influência da mudança social, económica e laboral, bem como a alteração no mercado de trabalho, mudou a forma de analisar a fronteira entre o mundo da educação, o mundo da formação e o mundo do trabalho, e seus efeitos na criação do autoemprego. Já é notória a interpenetração dos três sistemas e não é fácil registar atualmente a linearidade entre a educação, a formação e o trabalho. Não existe rutura ou delimitação temporal entre o estudo, a formação e o trabalho, que apresentam caminhos paralelos, com a mesma direção: trabalhar e formar ao longo da vida.

Um indivíduo, habilitado com o ensino secundário, apenas com uma formação específica de curta duração, pode conseguir a inserção profissional. Inserido no mercado de trabalho, mesmo numa situação de precariedade, um indivíduo dispõe de recursos para a sobrevivência e pode perfeitamente traçar o seu projeto de vida, inclusivamente continuar a formação para uma melhor integração social e profissional. Num mercado cada vez mais exíguo, em termos de empregabilidade tanto no setor público, no caso de Administração Pública, como no setor privado, tudo ficou mais complicado em termos da criação de postos de trabalho. A entrada da crise global e a aplicação da política de austeridade fez cancelar a entrada de novos trabalhadores na Administração Pública em Cabo Verde, Portugal e

alguns países da Europa: a levar os cidadãos a pensar que trabalhar para o Estado já não é a *última coca-cola do deserto*, (Lourenço, 2012).

A nossa investigação procura, antes de mais, compreender e aprofundar o conhecimento da ligação entre a formação profissional e a criação do autoemprego, verificar a sua mais-valia para um indivíduo diplomado na criação de autoemprego, no contexto cabo-verdiano.

Para melhor entender o processo fizemos apelo aos contributos das outras disciplinas das ciências sociais, nomeadamente, a Sociologia, Psicologia, Gestão, Economia, Ciências Políticas que, nos permitem uma melhor compreensão do contexto envolvente da nossa problemática, dadas as interdependências dos sistemas sociais, visto que a complexidade da realidade exige uma abordagem investigativa aberta, evitando o reducionismo das questões que formulámos à partida.

Encontramo-nos, entre uma conceção de educação como suporte do desenvolvimento de uma cidadania ativa e uma formação educacional como meio de preparação e de integração no mundo de trabalho, formando pessoas capazes de produzir riqueza, criar empresas e empregos tanto para si, como para os outros. Sendo as relações entre as ciências sociais complexas e dinâmicas, pelas suas constantes interações, bem como sujeitas a imprevisto, poderemos analisar o nosso tema dentro de um contexto em que a evolução tem lugar.

O nosso interesse específico pela formação profissional e a sua dinâmica, na criação de autoemprego, permite-nos entender melhor a complexidade da inserção no mercado de trabalho. O trabalho constitui um direito de todos, consagrado nos documentos mais importantes das organizações internacionais e do país, inscrito na própria Constituição da República de Cabo Verde. O desejo de qualquer governo é ver mais cidadãos empregados, criando o seu próprio emprego, dando assim o contributo para o aumento da riqueza do país. O facto do Estado não garantir o emprego para todos, pode ser uma forma ver-se livre das suas responsabilidade (garantir o emprego e a segurança social) em relação aos cidadãos, no quadro da ideologia neoliberal. A criação do autoemprego como resultado da criação do próprio negócio, fruto de qualificações profissionais obtidas num centro de formação profissional ou numa escola técnica, faz parte de um processo complexo e requer certas particularidades individuais e parcerias do Estado e outras instituições sociais.

A confluência de três aspetos subjetivos bastante fortes norteou a escolha do objeto desta pesquisa: ela surge em primeiro lugar como resultado de 10 anos do exercício do professor/formador numa Escola Técnica em Cabo Verde (Escola Técnica de Santa

Catarina da ilha de Santiago, atualmente conhecida como Escola Técnica Grão Duque Henri) que nos permitiu lidar de perto com jovens trabalhadores na procura de qualificação profissional, para se integrarem no mercado de trabalho. Neste particular, tivemos também a oportunidade de verificar a falta de sintonia entre a formação profissional e o mercado de trabalho, relatada por alguns empregadores; o segundo fator tem a ver com o nosso trajeto de vida de quem exerceu, durante muito tempo, atividade profissional, sem uma formação específica, para depois formar, numa fase trabalhador/formando para seguidamente exercer como profissional. Essa simbiose permite-nos analisar e estabelecer a diferença entre trabalhar sem formação, formar para trabalhar e trabalhar/formar, sendo este último aspeto de extrema importância; o terceiro e último fator, é o fato de termos sido formador dos centros de formação profissional do IEFP, centros de formação públicos e centros de formação privados em vários cursos. A necessidade de conhecer como a formação técnico profissional cria o autoemprego, num mercado como Cabo Verde, é deveras estimulante para a nossa investigação.

A criação do próprio emprego enquadra-se numa longa tradição dos cabo-verdianos. Raramente houve épocas em que as ofertas do emprego foram suficientes para todos os ativos. Por este facto, não faltaram iniciativas individuais para a criação do autoemprego, sobretudo nos setores primário e secundário.

O aumento da população e consequente aumento do desemprego, associado à complexificação do mercado de trabalho e à exigência de qualificação profissional, empurrou o trabalhador para duas alternativas possíveis e complementares: a formação profissional e o autoemprego. Esta última ainda sem grande importância estatística, mas com uma relevância significativa no seio dos diplomados de formação profissional, na economia e na alternativa ao desemprego.

Além dos aspetos acima indicados, também a vasta literatura consultada foram responsáveis para despertar o interesse para analisar a formação profissional na criação do autoemprego, na Ilha de Santiago durante 6 anos (2005-2010). Neste período a implementação da formação profissional ganhou uma certa consistência, visto que o sistema de formação conta com um percurso de mais de uma década de edificação, tendo em conta que o IEFP foi criado em 1994.

4.2 Pertinência da Investigação

A educação é justamente considerada a pedra chave da competitividade de um país, o que faz com que os governos dos países desenvolvidos invistam cada vez mais em educação e formação. Nos países subdesenvolvidos acontece o mesmo, com apoios das instituições internacionais e países amigos, mas por trás da cortina de financiamento existem interesses, sobretudo das grandes empresas internacionais e vários interesses políticos. Diversos objetivos são apontados como estimuladores de tal decisão, sendo prioritários: evitar a exclusão social, favorecendo o efetivo exercício de cidadania e, por fim, garantir o emprego, sobretudo na camada mais jovem. No caso de Cabo Verde a educação e formação ainda é considerada uma oportunidade para a mobilidade social e luta contra a pobreza. Por isso, mesmo com problemas de financiamento, o governo, em conjunto com os parceiros nacionais e internacionais, vem investindo de forma crescente na educação e formação profissional, tanto em bolsas e vagas para alunos cabo-verdianos estudarem nas escolas profissionais e universidades nacionais e estrangeiras, bem como, para a estruturação de um sistema educativo e formativo, moderno, inovador e adaptável à realidade cabo-verdiana.

Saber se a formação profissional fomenta a ideia da criação de autoemprego, tanto individual como em pequenos grupos de diplomados, trabalhadores independentes, gozando da sua total autonomia em alternativa ao trabalho por conta de outrem, mediante contrato precário e baixo salário, é bastante pertinente na atual conjuntura em que vivemos, em termos políticos, económicos e laborais.

A preparação para a cidadania é, por norma, considerada, de modo consensual, uma das atribuições do sistema educativo formal, uma visão humanista da educação. Por sua vez, a preparação para o mundo de trabalho, apresenta uma visão mais funcionalista. Entretanto, existe uma confluência das duas visões e é esta que a formação profissional exige. Para um bom profissional não é necessário apenas o saber técnico, mas também, o saber ser e o saber estar.

A formação exige rigor e responsabilidade no seu processo, quando o objetivo é preparar o profissional não só para a competitividade na produção mas também com valores humanos, um pouco desvirtuado do conceito capital humano. A confluência das duas visões, do capital humano e do capital social, está garantida pelo Artigo 23.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu ponto n.º 1, que estabelece: "toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, as condições equitativas e satisfatórias de

trabalho e à proteção contra o desemprego”. A mesma visão defende a Constituição da República de Cabo Verde que estabelece no seu Artigo 61.º, ponto 1: “Todos os cidadãos têm direito ao trabalho, incumbindo aos poderes públicos promover as condições para o seu exercício efetivo”. Para, no ponto n.º 2 do mesmo artigo, concluir: “o dever de trabalhar é inseparável do direito de trabalho”.

Pesquisar um assunto de grande relevância como a formação profissional e a sua importância na criação de autoemprego em Cabo Verde, é demais interessante, porque interliga três pilares fundamentais, a educação, a formação e o emprego, de uma sociedade, sobretudo a cabo-verdiana, que carece de recursos. O equilíbrio desta tríade permite viabilizar o nível profissional, cultural e de cidadania, bem como a cultura democrática e a competitividade.

Entretanto, os estudos do IEPF (2011) revelam que tem havido progressos ao nível da formação profissional com um crescimento exponencial do número de beneficiários de formação ao longo da década, evoluindo de 354 em 2001 para 5150 em 2010, o que representa um crescimento anual de 30%. A mesma fonte revela ainda que do lado do mercado de emprego também houve uma redução de sete pontos na taxa de desemprego (de 17 para 10%) ao longo da década.

As estruturas formativas, tais como as escolas técnicas, os centros de formação profissional, as unidades formativas, estas criadas em várias escolas secundárias e os centros de formação privados e até a Uni-CV (Universidade de Cabo Verde), a única universidade pública, realizam a formação profissional inicial, aumentando assim as ofertas formativas no sentido de qualificar profissionalmente os cabo-verdianos.

A grande inovação, verificada no sistema do ensino cabo-verdiano com a reforma da LBSE do ano 2010, foi a relativa oferta de formação pós-secundário, (aos alunos que tenham completado o 12.º ano de escolaridade, são ainda assegurados a possibilidade de frequência de mais um ano de formação, de especialização em determinada área de atividade profissional), possibilitando assim uma melhor transição dos jovens para o mercado de trabalho. O ACP (Ano Complementar Profissional) contempla atualmente três cursos: Gestão Comercial, Instalações Elétricas e Automação e Técnicos de Obras.

Pouco empenho ou de menor grau do que na formação, é despendido na vertente de empregabilidade e inserção profissional dos jovens no mercado de trabalho e muito menos ainda se encontra explorado a criação do autoemprego, sobretudo nesta conjuntura em que o Estado deixou de ser o principal empregador.

O desemprego juvenil, é um fenómeno bastante discutido em todos os países, sobretudo nos da população jovem. No caso de Cabo Verde, 86% da população tem a idade entre 0-25 anos de idade, conforme o Censo de 2010. Todavia, o problema do desemprego pesa bastante sobre esta camada populacional, pois de acordo com o INE (Censo 2010) o desemprego incide mais sobre a população juvenil, cifra numa taxa de 21,3% na faixa etária (15-24) anos, sendo a geral da população 10,7%.

Com os vários programas de integração dos jovens no mercado de trabalho que decorrem desde formação tanto nas escolas técnicas, centros de emprego e unidades formativas, a formação de formadores para criar condições para a melhoria de qualidade de formação, constituem um esforço na luta para a qualificação, sobretudo dos jovens. Por outro lado, nota-se uma grande dinâmica no sentido da inserção através dos programas de estágios profissionais tanto para jovens diplomados de formação profissional, como para os diplomados de formação superior. Neste particular, esclarece o IEFP (2010): “o nível de empregabilidade dos estagiários promovidos em 2010 foi contabilizado 203 jovens inseridos no mercado de trabalho, sendo que 61% possuem a formação profissional e 39% a formação superior e representam em termos absolutos, maior número do que o total dos estagiários colocados em 2009 e o triplo dos estagiários inseridos no mercado de trabalho no referido ano” (2010, p.11).

Os cenários de precariedade e de instabilidade de relações salariais resultantes de transformações económicas e sociais, originando crises em termos de qualidade e quantidades de emprego, atravessam todos os países do mundo, neste contexto de globalização. A redução da oferta do emprego, justificada por um lado, pela capacidade excessiva de produção auxiliada pela tecnologia, e por outro lado a pouca oferta de emprego existente, normalmente, é direcionada para trabalhadores qualificados e polivalentes. Nesta lógica, afirma Gonçalves e Veloso (1998): “contudo, esta oferta, emanada do sistema produtivo, encontra-se frequentemente desfasada da que provém do sistema de ensino, na medida em que este último não se orienta exclusivamente para um tipo de formação capaz de responder as qualificações necessárias às novas e renovadas lógicas que estruturam o mercado de emprego” (p.138).

O desemprego assola o mundo de uma forma contínua. Mesmo com todo o tipo de estratégias, análises e até uma certa preparação antecipada, não se mostra eficaz de o enfrentar e poucas soluções se vislumbram. Neste contexto, afirma Freire (2009):

“Para amenizar os efeitos de uma taxa de desemprego elevada e persistente, insistiu-se no alargamento

da escolaridade e no incentivo a criação do próprio emprego (além de se espreitar o crescimento económico), pois ao contrário do que se pensava, não se podia antecipar a idade de aposentação, por causa de sustentabilidade dos regimes de segurança social, em face do alargamento da esperança de vida” (p.224).

O autoemprego, o lado complexo desta problemática, cresceu nas estatísticas dos países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos, ao longo da última década. Pode resultar da formação profissional, da falta de emprego por conta de outrem, do estímulo do mercado de emprego, das condições económicas e políticas criadas no país. A criação do autoemprego depende das condições externas e internas e também do seu próprio criador. Nem todos são capazes de criar o emprego para si, nem para os outros.

4.3 Objetivo da investigação

Existem dois tipos de pesquisa científica, a fundamental e a aplicada, de acordo com Laville & Dionne (1999), “ fundamental consiste em apresentar solução para resolver problemas postos pelo meio social e a aplicada trata-se, então de uma pesquisa que tendo como característica principal a aplicação de conhecimentos já disponíveis para resolução de um problema” (p.26). Sem sombra de dúvida que a nossa investigação enquadra-se dentro do primeiro tipo de pesquisa. Entretanto, os referidos autores afirmam que a pesquisa fundamental é destinada, em princípio, a aumentar a soma de saberes disponíveis, mas que poderão, em algum momento, ser utilizados, com a finalidade de contribuir para a solução de problemas postos pelo meio social.

Nesta perspetiva, a nossa investigação pode dar um contributo, ainda que modesto, para enriquecer o tão necessário debate nacional sobre a matéria de formação na criação de autoemprego. Se possível, poderá contribuir para o esclarecimento dos decisores políticos, relativamente às questões de formação e integração profissional dos jovens através do autoemprego.

A compreensão do processo de formação profissional, na promoção de autoemprego, crescimento e sucessos, no seio dos diplomados, nos últimos 6 anos (2005 a 2010) é o objetivo principal da nossa investigação, permitindo avaliar o resultado de

formação profissional, em termos da criação do autoemprego, a sua contribuição na criação de mais emprego e consequente redução da taxa do desemprego.

Partimos do pressuposto de que a formação profissional, para além de ser um curso de curta duração, máximo 24 meses, é também menos dispendioso (maioria das vezes é realizada nas escolas técnicas e centros de formação profissional públicos, pagando propina mínima). Com uma propina mais elevada, encontram-se os cursos realizados nos centros privados, como, por exemplo, o Centro de Ensino e outros, cujas despesas sobrecarregam a maioria das famílias, que encaminham os filhos para formação profissional. Mesmo assim argumenta-se, não existe educação cara se a compararmos com o custo da ignorância. A inserção, no mercado de trabalho, é também mais rápida, incluindo a variante de autoemprego.

Em Cabo Verde, cerca de 93% da população tem menos de 65 anos de idade, sendo também um país com falta de investigação científica em vários domínios.

4.4 Questão de investigação

Se queremos fazer uma coisa na realidade, temos que ver quem é que já fez igual, quem fez ao contrário, para podermos adquirir alguma coisa da sua experiência. Não é para copiar totalmente, porque cada realidade tem os seus problemas próprios e a solução própria para esses problemas.

Amílcar Cabral

A questão principal do nosso estudo é – **Qual é o impacto da criação do autoemprego pelos diplomados de formação profissional, no crescimento desta modalidade em Cabo Verde, particularmente na ilha de Santiago, entre os anos 2005 a 2010?** Encontrar as respostas para o nosso problema, através dos diplomados de formação profissional, que optaram para o trabalho por conta própria, constitui uma opção estratégica para esta investigação.

A organização de trabalhadores nas empresas e a introdução de novas tecnologias no sistema produtivo requerem uma mão-de-obra qualificada e adaptável às novas exigências. As alterações do mercado de trabalho, confrontadas com um sistema de

emprego cada vez mais precário, não permite o acesso ao emprego, a quem não está munido de conhecimento e competência para trabalhar e estes requisitos só se adquirem através de formação profissional. É um facto, que acontece na realidade cabo-verdiana.

As ofertas formativas surgiram após uma aturada organização do sistema de formação, muito imbricada nos sistemas de educação e de emprego, de modo a garantir a empregabilidade dos diplomados, evitando assim ao máximo a constituição do “exército de reserva”. Mesmo assim, são chamados permanentemente ao concurso as empresas e outras entidades, para participar no processo de parceria Pública/Privada, de modo a fazer face ao grande desafio do século que é o desemprego. A camada jovem é a mais fustigada a nível geral, sobretudo num país como Cabo Verde em que a maioria da população é jovem.

A iniciativa e a criatividade individual passaram a ser atributos indispensáveis para enfrentar os desafios do desemprego, visto que tanto as empresas, como o Estado, mostram-se impossibilitados de responder às demandas do desemprego. Por isso, torna-se cada mais evidente a necessidade da criação do emprego próprio, como alternativa. Desta forma, surge a questão sobre quem está em condições de criar o seu autoemprego e os processos necessários para a sua concretização.

4.5 Delimitação do problema a investigar

“Um problema de pesquisa é um problema que se pode ‘resolver’ com conhecimentos e dados já disponíveis ou com aqueles factíveis de serem produzidos” (Laville & Dionne, 1999, p.87). A delimitação do problema, a investigar e também o problema que inscreve dentro da problemática, constitui o primeiro passo de um trabalho científico.

Investigar sobre a formação profissional na criação do autoemprego em Cabo Verde, implica conhecer nove realidades semelhantes e com muitas diferenças, visto que Cabo Verde é um arquipélago constituído por nove ilhas habitadas. Por isso, é recomendável a concentração do esforço, por questão de tempo (recolha e tratamento de dados) e de recursos financeiros (viagens e estadias), na nossa ilha de residência, a ilha de Santiago, a maior ilha do país, com dois terços de população do país, conforme senso INE (2010), apresentado no Quadro 16.

Para alcançar os objetivos da nossa investigação, consideramos o seguinte:

1. Fazer pesquisa documental, para conhecer melhor a estrutura da formação profissional em Cabo Verde e a sua evolução desde a criação do IEPF em 1994;
2. Realizar a pesquisa documental para perceber como está definida a articulação entre os três sistemas principais (o sistema educativo, o sistema formativo e sistema do emprego), e consultar os registos sobre o percurso dos jovens, até a sua total integração social;
3. Consultar os planos de estudo nas escolas técnicas e centros de formação (público e privado) dos níveis I a IV;
4. Verificar as áreas e os níveis de formação, que melhor promovem o autoemprego.
5. Analisar o processo da formação profissional na criação do autoemprego pelos diplomados de formação profissional, entre os anos 2005 a 2010.

Foram estes os eixos que orientaram o caminho heurístico da investigação. Não farão parte deste estudo, portanto, outras abordagens sobre a inserção no mercado de trabalho ou a integração social, através da criação do autoemprego, por outras camadas profissionais. Deste modo, a investigação desenvolveu-se, fundamentalmente, em torno da questão central, a qual relembramos, que orientou a construção do quadro teórico, a recolha de dados, sua leitura e a elaboração de conclusões:

Qual é o impacto da formação profissional na criação do autoemprego, processo do seu crescimento em Cabo Verde, particularmente na ilha de Santiago, nos anos 2005 a 2010? O estudo será realizado com base nas respostas desta e das subquestões abaixo apresentadas:

- O autoemprego no seio de jovens é uma tradição na ilha de Santiago, Cabo Verde?
- Todos os diplomados de formação profissional, que optaram para a criação do autoemprego, tiveram sucesso?
- Quais são áreas ou cursos que melhor fomentam o autoemprego nos diplomados?
- O interesse para a modalidade surgiu a partir do módulo da formação ou de uma tradição familiar?
- Quais são os motivos, apoios e os obstáculos na criação do autoemprego na ilha de Santiago, Cabo Verde?
- Qual é o tempo de espera entre o final da formação e o início da sua atividade por conta própria?
- O autoemprego é uma iniciativa mais da parte dos diplomados de meio urbano ou dos do meio rural?

4.6 Objeto de estudo

A dificuldade dos jovens em arranjar o primeiro emprego num mundo laboral/empresarial com tanta instabilidade, sobretudo provocado pelas mudanças tecnológicas e organizacionais é notória quase em todo mundo, com maior incidência nos países em desenvolvimento. O desemprego de jovens é cada vez mais crescente nos portadores de maiores habilitações académicas e profissionais, mormente nos que não possuem uma formação profissional ou escolar adequada. O grande desafio da juventude atualmente é esquivar o desemprego e a marginalização social. A política de reinserção social e profissional junto dos cidadãos da meia-idade e dos jovens, mesmo com a formação profissional mostra-se insuficiente para colmatar a situação do desemprego.

Tanto o Estado como as empresas não oferecem respostas adequadas e eficientes para combater o desemprego ou que permitam um desenvolvimento social e económico equilibrado. Por isso, muitos jovens com base no empreendedorismo conseguem criar o seu autoemprego. Em Cabo Verde, a aposta na formação profissional, à semelhança de outros países, como Portugal, Brasil e outros, revela-se insuficiente para garantir a empregabilidade para todos, dado ao mercado de trabalho exíguo, mesmo associado a longa tradição da emigração. Muitos jovens diplomados de formação profissional de níveis I a IV de qualificação, enfrentam as dificuldades da inserção profissional e recorrem ao autoemprego como alternativa. Mas, mesmo assim enfrentam dificuldades tanto para criar como para permanecer no autoemprego devido à grande instabilidade do mercado que leva à ruína as empresas sobretudo as menos consistentes.

Os jovens que deixam o ensino secundário geral ou técnico, quer porque concluíram, quer porque não conseguiram concluir, por dificuldades inúmeras optaram pela formação profissional que lhes conferem os níveis I, II, III e IV, atualmente também enfrentam dificuldades de integração no mercado de trabalho. Níveis que na aceção da UNESCO citado por Markowitsch e Messerer (2008):

“Considera-se que a noção de ‘níveis’ de educação está em grande medida relacionada com gradações de experiências de aprendizagem e as competências que o conteúdo de um programa educativo exige dos participantes para que estes tenham uma possibilidade razoável de adquirir os conhecimentos, as aptidões e as capacidades que o programa pretende transmitir. De modo geral, o nível relaciona-se com o grau de complexidade do conteúdo do programa” (p. 52)

Após a formação profissional, a inserção profissional passou a constituir uma grande preocupação dos diplomados e não só, sobretudo a partir do momento que o Estado deixou de ser o principal empregador. O emprego seguro deixou de existir, algo que nem as empresas e nem o Estado garantem. Essa garantia é do próprio trabalhador que, com a sua competência profissional saberá a cada momento se adequar as exigências do mercado de trabalho, pondo em evidência a sua inovação e criatividade.

O grupo de jovens diplomados com a formação profissional de níveis I a IV, saídos de Centros de Formação do IEFP e das Escolas Técnicas da Ilha de Santiago e que optaram para a criação do seu próprio emprego, constituiu-se o nosso objeto de estudo, os indivíduos para a investigação empírica deste estudo, pois com base neste grupo, foi possível a Coleta de dados para o estudo, uma vez que este se tratava do universo de jovens diplomados no período abrangido (2005/2010). Para além destes, os Diretores dos Centros da Formação Profissional, Escolas Técnicas e Técnicos de ADEI, Gerente de Agência do Novo Banco, bem como a Direção Geral da Juventude, compuseram o conjunto de especialistas, objeto de investigação, conforme demonstrado no Capítulo V no ponto 5.7 desta tese. É com esse grupo que decorreu a nossa pesquisa na Ilha de Santiago, Cabo Verde.

CAPÍTULO V - AS CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS

5.1 Os Caminhos investigativos

Durante toda a minha vida, nunca pude resignar-me ao saber parcelado, nunca pude isolar um objeto de estudos do seu contexto, dos seus antecedentes, da sua evolução. Sempre aspirei a um pensamento multidimensional.

Edgar Morin

Na definição do desenho metodológico consideramos que obter dados de uma realidade dinâmica e complexa como a formação profissional e o autoemprego, implicaria optar por uma pluralidade metodológica. Consideramos que sendo ao mesmo tempo complexa e dinâmica, a realidade do autoemprego é também inconstante, dado que depende grandemente das situações conjunturais, da capacidade e dinamismo do empreendedor.

Assumimos nesta investigação, a pluralidade metodológica, com uma perspetiva empírico-analítica e interpretativa. Entretanto, o foco qualitativo possibilitou-nos um estudo em profundidade e o foco quantitativo possibilitou-nos buscar um padrão e obter uma visão mais ampla da realidade dos participantes, inseridos nos seus contextos reais. Optamos por este para conjugar e conciliar estas duas abordagens a propósito de uma temática complexa e pouco explorada, sobretudo na realidade cabo-verdiana. O design de metodologia mista, como refere D'Oliveira (2007), pretende “desenvolver um conjunto de atividades complementares podendo assim obter informações descritivamente ricas e qualitativamente significativas” (p.20). O nosso intuito é o de utilizar os dois métodos como complementares.

A definição da metodologia a seguir por parte do investigador no estudo de um determinado fenómeno é a parte mais complexa de uma investigação. Não só por causa do “formalismo metodológico” (Costa, 2002), mas pela escolha certa da metodologia mais adequada para o prosseguimento do trabalho científico. Neste particular, realça Costa (2002):

“Já são familiares procedimentos de pesquisa em que a produção de conhecimentos de pesquisa é concebida como prática social, como construção coletiva, como processo histórico, em oposição a uma visão de ciência em que o rigor é assegurado por supostos e interessados atributos de neutralidade, objetividade e assepsia conceitual” (p, 14).

Trata-se de um consenso a que os investigadores deverão chegar de modo a apaziguar a discussão sobre o verdadeiro conhecimento, sobre a verdadeira ciência em detrimento da concepção metodológica usada. Não é por acaso que Almeida (1997) considera que privilegiar um conhecimento em compreensão ou um conhecimento em extensão, pode equivaler à opção por um determinado quadro paradigmático, dentre os tradicionalmente identificados, respetivamente com o paradigma qualitativo e quantitativo. Neste sentido, dificilmente um investigador evitará a conotação em relação às posições epistemológicas de investigação, como afirma a mesma autora: “ o paradigma qualitativo, conotado com posições epistemológica construtivistas contemporânea, ao constituir-se radicalmente contra o consenso positivista identificado com o paradigma quantitativo, propõe uma nova teoria do conhecimento por via de uma nova concepção do que é conhecer e do processo de conhecimento e, portanto, uma transformação da nossa relação com o saber” (p.618).

O interesse por qualquer temática constitui, na maioria das vezes, o impulso para o seu aprofundamento. O sujeito sente-se constantemente tocado ou impelido para uma reflexão metódica sobre os fatores ou as causas de um determinado objeto, assunto ou contexto real e concreto. Para um estudo com rigor científico, a metodologia a seguir é o ponto de partida fundamental para o seu êxito. Neste aspeto, Freixo (2010) realça que a investigação se apresenta como um recurso inestimável e determinante no desenvolvimento do conhecimento. Portanto, para realizar qualquer investigação é necessário uma teoria que sirva de suporte, como afirmam Bogdan e Biklen (1994): “Seja ou não explícita, toda investigação se baseia numa orientação teórica. Os bons investigadores estão conscientes dos seus fundamentos teóricos, servindo-se deles para recolher e analisar dados” (1994, p.52).

A metodologia científica ou metodologia de investigação desenvolve-se normalmente a partir de um problema para se inscrever numa problemática que é definida por Laville e Dionne (1999) como um conjunto de fatores que fazem com que o pesquisador se conscientize de um determinado problema, vendo-o de um modo ou de outro, até alcançar a conclusão. Para o efeito, os mesmos autores chamam a atenção para a postura do pesquisador, que deve ser uma pessoa curiosa e cética, visto que quem aceita cegamente que as coisas sejam como são não será jamais um bom pesquisador. Acrescentam ainda que se deve confiar na razão e no procedimento científico, acreditar que o saber assim criado é de natureza diversa do que provém da intuição, do senso comum, da autoridade ou ainda das explicações míticas.

Para chegar a um porto seguro, necessariamente terá de ser traçado o caminho, com rigor e objetividade. Laville e Dionne (1999) salientam que o método constitui o caminho a seguir. As ações e decisões do cientista (investigador), são condições necessárias, mas não suficientes para atingir a compreensão da realidade.

A construção de um trabalho científico conhece sempre uma série de limitações que se vão refletir no resultado final do conhecimento. que um sujeito se propõe adquirir. As limitações vão desde a interferência externa, que se impõe através da dinâmica de realidade do objeto que se elege como foco de estudo, ao posicionamento do investigador face ao fenómeno ou fato em estudo. Para Évora (2009) qualquer tentativa de construção de um conhecimento científico impede, a princípio, a impossibilidade de fugir do ato de interpretação da realidade. sem um ponto de vista próprio. Neste ponto de vista inicial, já existe uma dimensão subjetiva e cultural que acaba por afetar o processo da construção do conhecimento. Ainda neste aspeto, Bogdan e Biklen (1994) esclarecem que, frequentemente, a própria biografia pessoal influencia, de forma decisiva, a orientação de um trabalho. Por exemplo, no desempenho de uma tarefa de rotina encontra-se algum material que desperta curiosidade. Nesta mesma base de discussão, Teodoro (2003) citando Bourdeau (1992), esclarece que todo o ato investigativo é simultaneamente empírico e teórico e estes estão tão intimamente imbricados na construção teórica do objeto de estudo, que não podem ser reduzidos a meras tarefas técnicas. É de salientar ainda que a investigação permite a criação de uma dinâmica relacional entre o investigador e os sujeitos, na produção de novos conhecimentos, como afirmam Benavente et al (1991): “articular investigação e intervenção; elaborar novos conceitos, novas questões, novas vias de trabalho que surgem da práxis, produzir novos conhecimentos que vão enriquecer as práticas escolares e pedagógicas” (1991, p.18).

Dependendo do objetivo do investigador e da sua posição face ao objeto em estudo (análise duma realidade, dum problema, duma questão ou conjunto de questões), assim será a aquisição do conhecimento, e assim também será o seu procedimento metodológico. Nesta lógica, Bogdan e Biklen (1994) afirmam: “Estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou individuo, de única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (p.54). Na mesma sequência, Bell (2004) afirma: “trata-se de muito mais que uma matéria ou descrição de um acontecimento ou circunstância, tal como em qualquer outra investigação, os dados são recolhidos sistematicamente, a relação entre variáveis é estudada e o estudo é planeado metodicamente” (p.23). Com efeito, o estudo de caso permite ao investigador descrever e compreender de modo preciso o objeto em estudo. Entretanto, o investigador terá de determinar previamente o tipo de comportamento que

pretende observar e consequentemente estudar. Trata-se de uma investigação, segundo Freixo (2010), em que a base é essencialmente o trabalho de campo ou ainda a análise documental, estudando uma dada entidade no seu contexto real tirando todo o partido de fontes múltiplas com recursos a entrevistas, observações, documentos e artefactos.

Stake (2009) esclarece que a distinção entre métodos quantitativos e qualitativos é uma questão de ênfase – pois ambos são misturas. Para fazer uma investigação, um investigador posiciona-se como um lançador de rede, seja ele de orientação qualitativa ou quantitativa. Ainda, na mesma perspetiva, Morais (2005) afirma que: “ Nos dois extremos, estes dois modos de investigação estão separados por forte classificação – a investigação quantitativa atribui um estatuto mais elevado à teoria e a investigação qualitativa atribui um estatuto mais elevado à prática/ o empírico” (p.77).

Numa investigação, as questões que se pretendem estudar podem implicar a utilização combinada de procedimentos inspirados em abordagens quantitativas e qualitativas, para que seja possível uma melhor compreensão dos fenómenos e aumentar a extensão de conhecimentos, a profundidade e o poder da investigação (Punch, 1998). Da mesma opinião, partilham Ferreira e Romero (1997) ao afirmar:

“Os métodos quantitativos/qualitativos podem aplicar-se conjuntamente, segundo as exigências da situação investigada; mas, embora se possam utilizar quaisquer métodos, a intervenção sociocultural para o estudo da realidade tenderá optar por formas de estudo de carácter mais observacional que experimental. A investigação científica serve-se de ambos os métodos, pois proporciona-lhe uma visão ampla da realidade. Isso significa que ambos se complementam” (p. 640).

A fase concetual exige do investigador conhecimento dos estudos anteriores desenvolvidos e relacionados com o domínio de investigação, de modo a delimitar um quadro teórico que facultará uma perspetiva consistente do estudo. É também nesta fase que se formula a questão de investigação, que se deve verificar a sua pertinência, o seu valor teórico e prático, as suas dimensões metodológicas e as suas implicações éticas.

A primeira fase da investigação é considerada mais importante e complexa, pois é a fase inicial, de contato e aproximação com o objeto de estudo, a implementação de uma ideia. Para Freixo (2010) esta ideia pode ter origem numa observação da realidade, numa teoria ou ainda num conceito, podendo estar associada a preocupações educativas, clínicas ou sociais. Trata-se de uma fase em que é necessário aprender a colocar uma boa questão, a encontrar uma resposta e a verificar a validade desta resposta para que uma investigação chegue a bom porto.

5.2 Investigação Quantitativa e Qualitativa

A investigação qualitativa é considerada pesquisa *soft*, Bauer e al (2000) caracterizam-na como uma metodologia de estudo que evita números e trabalha com as interpretações de realidades sociais, enquanto a pesquisa quantitativa lida com números e utiliza modelos estatísticos para explicar a objetividade dos dados, é caracterizada como pesquisa *hard*. É mais conhecida como pesquisa do levantamento de opinião, afirmaram os autores. É por causa dessa diferença que surgiu a polémica entre os métodos qualitativo e quantitativo que vem-se arrastando há vários anos, sustentada tanto pelos teóricos de abordagem quantitativa como para aqueles que defendem a abordagem qualitativa. A diferença existente entre as referidas abordagens, está sintetizada no Quadro 18, de acordo com Bauer et al (2000).

Quadro 18 - Diferenças entre pesquisa quantitativa e qualitativa

Estratégias		
Designação	Quantitativa	Qualitativa
Dados	Números	Textos
Análise	Estatísticas	Interpretações
Protótipo	Pesquisa de opinião	Entrevista em profundidade
Qualidade	Hard	Soft

Fonte: Bauer et al (2000)

Serapioni (2000) refere que muitos cientistas sociais e pesquisadores têm trabalhado para superar esta contraposição, sem evidenciando as características e as contribuições de cada abordagem. O mesmo autor ainda refere que do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não há continuidade, entre investigação quantitativa e qualitativa, ambas são de natureza diferente. Para Minayo e Sanches (1993) nenhuma das abordagens é mais científica do que a outra. E acrescentam que de nada adianta o investigador utilizar instrumentos sofisticados de mensuração quando estes não se adequem à compreensão de seus dados ou não respondam as perguntas fundamentais.

Na tentativa de explicar que não existe a oposição entre os dois métodos, Serapioni (2000) exemplifica: “Queremos saber quantas pessoas de uma comunidade conhecem as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), ou o que a população desta comunidade sabe sobre as DST? Para responder às preocupações formuladas neste exemplo, precisa-se utilizar métodos quantitativos e qualitativos” (p.188). Considera-se que os métodos quantitativos são fracos em termos de validade interna (nem sempre sabemos se mede o

que pretendemos medir), mas fortes em termos de validade externa (os resultados adquiridos são generalizáveis) para o conjunto da comunidade. Considera que os métodos qualitativos têm muita validade interna (focalizam as particularidades e as especificidades dos grupos sociais estudados) mas não são aplicáveis, em termos de generalização dos resultados, afirma o mesmo autor, (idem).

Os dois modelos, não sendo contrários entre si, apresentam no entanto características diversas que se adequem a determinados tipos de análise. Podem ser complementares, razão pela qual podem ser utilizados numa mesma pesquisa, com modelos de análise quantitativa para a medição e a extensão de um dado fenómeno e métodos de análise qualitativa no intuito da sua avaliação e intensidade. Convém ressaltar que os dois métodos podem se complementar um ao outro conforme a exigência da pesquisa. Em termos da diferença prática, Minayo e Sanches (1993) esclarecem: “Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspetos mais ‘ecológicos’ e ‘concretos’ e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa” (p.247).

Os estudos qualitativos, inspirados no paradigma interpretativo da investigação educativa, abrangem todas as situações em que as preocupações do investigador se orientam para a busca dos significados pessoais, para o estudo das interações entre pessoas e contextos, assim como formas de pensar, atitudes e percepções dos participantes no processo da formação profissional na criação do autoemprego. Existem diferentes tipos de abordagens que se podem considerar no mesmo tipo de investigação, consoante denominações atribuídas pelos diferentes investigadores, podendo englobar a observação participante, a etnografia e estudos de caso, o interacionismo simbólico, a fenomenologia, ou simplesmente, uma abordagem qualitativa (Lessard-Hébert, Goyett e Boutin, 2005, p.31). Também Moreira (2002) sugere o agrupamento das abordagens qualitativas mais comuns em oito modalidades: estudo básico ou genérico, fenomenologia, teoria fundamentada, estudo de caso, estudo etnográfico, análise de narrativa, teoria crítica e investigação pós-moderna.

Na perspetiva de Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa não se efetua com objetivo de testar hipóteses, uma vez que privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspetiva dos sujeitos da investigação, enquanto a fonte direta de dados é o ambiente natural e o investigador é o principal instrumento de recolha. Na mesma perspetiva de abordagem, Minayo e Sanches, (1993) esclarecem: “O material primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala quotidiana, seja nas

relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos” (p, 245).

As estratégias que melhor evidenciam as características da investigação qualitativa são a observação participante e a entrevista, enquanto a produção de conhecimento, acontece de forma interativa, intercomunicativa entre o investigador e o investigado, ocorrendo um processo circular e não linear.

A investigação qualitativa assim como a investigação quantitativa visam a construção da realidade. No entanto, é a pesquisa qualitativa nas ciências sociais aquela que se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros constructos profundos das relações (não reduzidos à operacionalização de variáveis). Assim, os investigadores que subscrevem as concepções mais pragmáticas de investigação encontram na combinação dos dois métodos de investigação uma forma de apropriação das realidades estudadas, dado que experimentam um melhor aproveitamento das suas virtualidades e possibilidades no estudo do objeto, nas suas múltiplas dimensões, permitindo fazer correlações com as situações que estiveram na sua origem.

5.3 Os limites da Investigação documental

Para fazer a recolha de documentos no IEF, elaborámos uma carta para o Conselho de Administração pedindo a devida autorização que, poucos dias depois, foi concedida e indicada uma técnica, por sinal a mais antiga da “casa”, para acompanhar e criar as condições de acessos aos documentos e às pessoas que pudessem facultar os dados necessários. Neste aspeto, Bogdan e Biklen (1994) consideram a falta de autorização como um problema que leva um investigador a conduzir uma investigação dissimulada, contrastando com uma investigação devidamente autorizada, permitindo assim ao investigador utilizar uma abordagem objetiva e contar a todo momento com a cooperação dos sujeitos. Ainda sobre as pesquisas documentais, alerta Bell (2004) que, como investigador, se deve estar preparado para ir em busca dessas fontes de informação e que nunca se deve partir do princípio de que, simplesmente por existirem, os documentos estão à disposição dos investigadores.

Durante cerca de 30 dias de investigação na sede do IEF, além de selecionar os documentos nos arquivos mortos, várias conversas foram tidas com alguns responsáveis

dos departamentos e técnicos do departamento de formação e emprego. Nota-se, por vezes, alguns debates direcionados pelo campo político ou contrário à filosofia da Direção, tendo sempre evitado a todo custo opinar no sentido de um lado ou do outro lado. Neste particular, Bogdan e Biklen (1994) afirmam que uma atitude neutral do investigador é a melhor forma de conduzir uma investigação até à sua conclusão final.

Os documentos recolhidos durante a nossa investigação são oficiais e públicos. Oficiais, porque se tratam de dados do IEFP, um instituto público, criado pelo Governo e que executa o programa do governo na área de formação e emprego. Muitos dos chamados documentos oficiais estão facilmente disponíveis para o investigador, embora alguns estejam protegidos por serem privados e secretos (Bogdan e Biklen, 1994, p.80).

Ao referirmos dados e opiniões públicas, estamos a mencionar as opiniões exaradas nos jornais públicos do país, e os mais lidos, como os semanários “A Semana” e “A Nação” nos últimos vinte anos. A investigação foi mais concentrada nos primeiros anos de cada legislatura, isto é, anos 1991, 2001 e 2006, como já referimos no ponto 4.5.

5.3.1 Processos de investigação

Esta fase inclui todos os elementos que ajudam a conferir um caminho à investigação. A dificuldade de investigar a formação profissional na criação do autoemprego na ilha de Santiago – Cabo Verde, revela ser um assunto tratado sempre ao lado do sistema educativo, não de forma isolada e independente como um sistema, mudando ao sabor das circunstâncias políticas, económicas e do mercado de trabalho. O apelo ao sistema de formação é atualmente tido como panaceia para todos os males. É por este fato que para cumprir a Estratégia de Lisboa (2000) a UE preocupou-se em construir um sistema de formação profissional que sirva a todos os países, membros e parceiros, para preparar o capital humano para o mercado de trabalho e o crescimento económico, sendo a decisão tomada ao mais alto nível. Masson (2007) afirma que os Ministros da Educação da UE chegaram a acordo sobre três objetivos principais: melhorar a qualidade e reforçar a eficácia dos sistemas de educação e de formação na UE; facilitar o acesso de todos aos sistemas de educação e de formação; abrir ao mundo exterior os sistemas de educação e de formação.

É bom lembrar que houve três décadas gloriosas, como chamam os economistas, o período de grande crescimento, que segundo Canário (2000) “corresponde a um período da euforia desenvolvimentista, traduzida por índices de crescimento económico cuja probabilidade de repetição, no futuro, é considerada muito remota ou, praticamente, nula” (p.61). Nessa altura, a formação profissional tomou corpo e apresentou-se de forma estruturada. Entretanto, vem perdendo influência com a crise e entrou numa certa desaceleração em relação ao sistema educativo. Com o seu papel central na mobilidade da classe social, ensombrou o sistema de formação profissional, permitindo normalmente o seu aparecimento apenas como referência dentro do sistema educativo. Atualmente é sempre conveniente falar de educação e formação como um único sistema.

A dimensão cultural e ética é também tida em conta numa investigação sobre o sistema de formação profissional. Neste particular, Heikkininen (2003) afirma que seria bom que a especificidade da formação profissional emanasse de uma atenção especial à cultura, ao levantar a questão mais vasta sobre o lugar da educação numa vida sustentada de forma mais humana e ética. Neste ponto de vista, centra-se a questão de ética do investigador. Nesse ponto podemos discutir o direito à privacidade ou não participação dos inquiridos. Essas prerrogativas assistem aos participantes de uma investigação, mas também ajudam à veracidade de respostas. O investigador deve ter em consideração este aspeto ao elaborar as questões destinadas à investigação. Os participantes têm direito ao anonimato e à confidencialidade de dados. Neste aspeto, Freixo (2010) afirma que a quebra de confidencialidade ocorre quando o investigador, por acidente, negligência ou de forma voluntária permite a terceiros o acesso aos dados, revelando-se assim a identidade dos sujeitos do estudo.

Muitos autores falam sobre estratégias metodológicas, sobretudo na aproximação entre o teórico e o técnico na investigação, ou seja dos métodos e das técnicas a serem utilizados. O consenso à volta desta conjugação fez surgir o conceito de triangulação que para Moreira (2007) é a utilização de diferentes aproximações teóricas e metodológicas numa mesma investigação. É considerado também a utilização de múltiplos pontos de referência para localizar a posição exata do objeto no espaço, permitindo obter uma maior precisão do que a que seria alcançada através da aplicação de um único ponto de referência.

Atualmente fala-se de muitas triangulações; de acordo com Denzin (1975) citado por Moreira (2007) são possíveis quatro tipos de triangulação: a) triangulação de dados; b) triangulação de investigadores; c) triangulação teórica; d) triangulação metodológica. Convém aqui realçar a triangulação de dados, que consiste na utilização de várias fontes de

informação sobre um mesmo objeto de conhecimento, com o propósito de contrastar a informação recolhida; a triangulação de investigadores é a realização de uma mesma investigação por uma equipa de investigadores de várias proveniências e metodologias e, que observam um mesmo objeto de estudo sobre diversos pontos de vista, em função de disciplina científica a que pertencem.

5.4 As fases da investigação

Uma investigação científica não é um trabalho que parte do nada. Não pode ser considerada como uma atividade neutra, que obedeça apenas à sua própria lógica interna e que funcione independentemente do contexto social, histórico e económico (1997). O investigador está sempre munido de ferramentas científicas para o efeito. Neste aspeto Almeida e Pinto (2005) sublinham: “ a investigação, naturalmente armada de uma instrumentalidade técnica mais ou menos sofisticada, desdobrar-se-ia numa sucessão de fases autónomas e a teoria aparece subordinada – exterior e posterior – à recolha dos ‘dados’: resulta da indução – depuração da evidência empírica” (p, 62). No entanto, a teoria tem um papel fundamental no conjunto do trabalho científico que se traduz em articular os diversos momentos. Pois é a teoria que define o objeto de análise, constrói-lhe as potencialidades explicativas e define-lhe os limites (Almeida e Pinto, 2005). A necessidade da simbiose teoria/prática esteve na origem dos paradigmas metodológicos, campos opostos na investigação científica e mesmo atualmente aberta ao questionamento. Os paradigmas qualitativo e quantitativo formam uma dicotomia que tem provocado a discussão no âmbito de uma investigação científica, mas com a evolução nas últimas décadas, os ânimos vem serenando.

A nossa investigação, como é natural, foi desenvolvida por fases ou etapas:

1. Apreensão da realidade, fruto da experiência profissional, seguido de recolha de dados documentais para a definição do objeto de estudo e determinação da metodologia mais adequada.
2. Contactos as instituições centrais (IEFP, ADEI, Direção Geral da Juventude e Novo Banco);
3. Contacto as instituições regionais (Centros de Formação Profissional, Escolas Técnicas e Gabinetes de Empreendedor e Agências de Novo Banco);
4. Inquérito por questionário aos diplomados autoempregados.

5. Entrevistas com os Diretores dos Centros de Formação Profissional, Escolas Técnicas e responsáveis das instituições parceiras para a criação do autoemprego.
6. Análise de dados e apresentação de resultados.

As fases 2 a 5 resumem-se ao contacto formal às instituições centrais que lidam direta ou indiretamente com a problemática de autoemprego, tanto no domínio da formação como no domínio de orientação e financiamento de projetos, e na preparação e criação de condições para o trabalho empírico. É nesta perspetiva, que num primeiro momento, as instituições como o IEFP foi contactado para dar o conhecimento da pesquisa a ser realizado mas também na solicitação do apoio para identificar os sujeitos a serem inquiridos, sobretudo porque o IEFP já tinha realizado um estudo em 2011, a nível nacional, relacionado com o estudo que pretendíamos realizar. Foram-nos facultados alguns dados e com indicadores importantes apresentados no Quadro 19.

Na primeira fase da nossa investigação, entendemos ser necessário fazer um levantamento de toda a documentação sobre os projetos de formação profissional, desde do início da criação do IEFP em 1994, sobretudo junto do Ministério do Emprego, do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) dos Centros de Formação Profissional e Escolas Técnicas sediados na ilha de Santiago.

Para além do referido levantamento, foram analisados: a) OGE (Orçamento Geral do Estado); b) toda a legislação sobre a matéria de formação profissional; c) os documentos estatísticos dos centros sobre a formação profissional durante os anos em estudo; d) os dados do Censo 2010 e estudos realizados pelo IEFP, sobretudo a integração dos jovens no mercado de trabalho.

Quadro 19 - Diplomados de Formação profissional a nível nacional (2007/2009)

Situação	%
Trabalhador da Administração Pública	20,9
Trabalhador do Setor Empresarial Privado	55,6
Trabalhador do Setor Empresarial do Estado	5,0
Trabalhador por conta Própria	10,5

Trabalhador Familiar sem remuneração	0,2
Trabalhador em Casa de Família	3,1
Outra	4,7
Total	100,0

Fonte: IEFP 2011

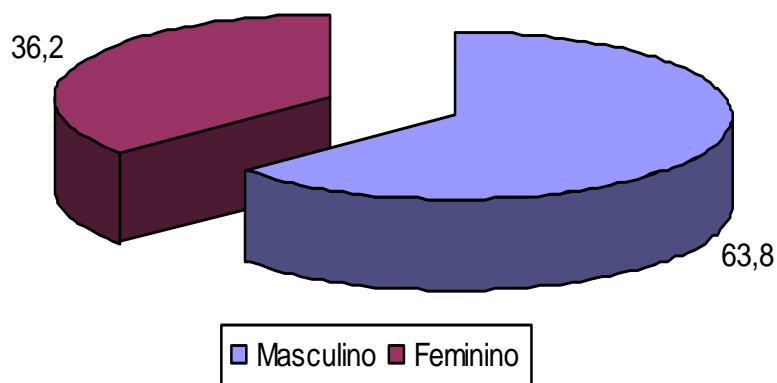
Do Quadro 19 apenas nos interessava analisar o trabalhador por conta própria que cifra em 10,5%. Foram inquiridos os diplomados a nível nacional que criaram o seu próprio emprego, inseridos em diversas famílias profissionais, conforme indica o Quadro 20.

Quadro 20 - Diplomados com FTP que criaram o seu próprio negócio por famílias profissionais

Famílias Profissionais	%
Agrária	1,4
Marítimo pescador	1,4
Construção e Obra Civil	29
Madeira e Móveis	1,4
Instalação e Manutenção	7,2
Construção Metalomecânica	1,4
Manutenção de Veículos	7,2
Indústrias de Processo	1,4
Hotelaria, Restauração e Turismo	31,9
Tecnologias de Comunicação e Informática	4,3
Estética e Imagem Pessoal	7,2
NS/NR	2,9
Total	100

Fonte: IEFP 2011

Gráfico 4– Diplomados com FTP que criam o próprio negócio por sexo

**Diplomados com FTP que criam o proprio emprego por
sexo**

Fonte: IEFP 2011

Pode-se constatar, através os Quadros 19 e 20 que os diplomados de FTP tiveram a maior facilidade de inserção profissional como trabalhador da Administração Pública (20,9%) e como trabalhador do setor empresarial privado (55,6%). Isso demonstra o peso do setor privado no mercado de trabalho. Atualmente, sem sombra de dúvida a capacidade de absorção de Administração Pública é muito mais baixa, tendo em conta o plano de austeridade adotado pelo governo em termos da contenção da entrada de pessoal no aparelho do Estado, devido à crise económica. A construção civil (29%), a Hotelaria, a restauração e o Turismo (31,9%), Instalação e Manutenção e Manutenção de veículos com 7,2% cada, são as famílias profissionais com maior capacidade de absorção dos diplomados de formação técnico-profissional em Cabo Verde. É nestas mesmas áreas, que atuam os diplomados de formação profissional autoempregados, conforme indica o Gráfico 4.

Como o nosso palco de investigação é a ilha de Santiago, interessava-nos saber o quantitativo dos diplomados relativamente à ilha de Santiago. Para o efeito, junto do serviço central do IEFP contactamos alguns responsáveis pelo estudo acima referido, para nos possibilitar contatos e localização dos diplomados da ilha de Santiago. Entretanto, tendo em conta o horizonte de estudos do IEFP (2007/2009), bem diferente do nosso (2005/2010) recorremos aos Centros de Formação Profissional e às Escolas Técnicas para fazer os ajustes necessários, visto que poderia haver mais diplomados autoempregados dado a diferença dos anos de abrangência de estudos. Na verdade, os números foram bastante diferentes dos apresentados pelo IEFP.

Nesta caminhada investigativa, foram percorridas todas as fontes consideradas necessárias para recolha de informações úteis para o nosso estudo a saber:

- a) Pesquisa bibliográfica: inclui o levantamento bibliográfico de estudos teóricos e analíticos sobre o objeto de pesquisa, abordagem teórica sobre a dimensão formativa e profissional de vários países e, da UE e sobre o autoemprego.
- b) Pesquisa e levantamento de material na imprensa escrita: atendendo a importância da imprensa escrita na formação de opinião e a socialização das principais ideias sobre a necessidade de formação profissional e o autoemprego em Cabo Verde. Neste particular optamos pelos dois jornais mais lidos do país nos primeiros anos de cada legislatura (1991, 1996, 2001 e 2006).
- c) Pesquisa da legislação: levantamento legislativo pertinente que permite conhecer o funcionamento legal da formação profissional, comparando a intensidade da realização da formação e o parâmetro legislativo e sua respetiva fiscalização, visando a qualidade.
- d) Pesquisa com base em inquéritos: organizamos todos os inquéritos realizados sobre a formação profissional, emprego, autoemprego e desemprego em Cabo Verde.

Concluída a primeira fase, utilizamos as seguintes técnicas e instrumentos (questionários e entrevistas) de pesquisa para coletas de dados de campo, como fontes de informação para o desenvolvimento da nossa investigação. Sobre estes instrumentos Tuckman (2000) afirma: “Os questionários e entrevistas são processos para adquirir dados acerca das pessoas, sobretudo interrogando-as e não observando-as, ou recolhendo amostras do seu comportamento” (p. 308). Tendo em conta que se trata de um trabalho individual, mas contamos com a participação de outras pessoas, no caso concreto dos próprios inquiridos na indicação da morada e telefone de outros colegas autoempregados que não constavam da nossa lista inicial.

Num primeiro momento, através das entidades formadoras, com a devida autorização dos diretores dos centros e escolas técnicas, fizemos o levantamento de todos os contactos e endereços de todos os diplomados de 2005-2010 que criaram o seu próprio emprego. Num segundo momento, após o contacto telefónico ou pessoalmente, com o consentimento do sujeito, foi marcado o dia e a hora do encontro e o local para a aplicação do questionário. Entretanto, antes de inquirir os sujeitos da nossa população alvo, testamos o questionário, para seguidamente inquirir a totalidade da população. Para a concretização do nosso estudo empírico, fizemos o seguinte:

- e) Inquéritos por questionário a todos os diplomados de formação profissional dos anos (2005-2010) que optaram pelo autoemprego na ilha de Santiago, sejam eles dos centros de formação profissional ou das escolas técnicas. O número dos diplomados que optaram para o autoemprego nos referidos anos não era elevado pelos dados do IEFEP relativo à ilha de Santiago.
- f) Inquéritos aos responsáveis das entidades formadoras através de entrevistas, com o objetivo de perceber melhor se a criação do autoemprego faz parte da filosofia das entidades formadoras.
- g) Inquéritos aos responsáveis das instituições parceiras que apoiam os diplomados na criação de autoemprego.

5.5 Terreno Investigativo

O investigador define a população e escolhe os instrumentos mais apropriados para efetuar a colheita dos dados, assegurando-se da fiabilidade dos instrumentos para o efeito. Entretanto, o investigador deve ter muito cuidado na sua intervenção, visto que o conhecimento parte sempre da realidade, por isso muitos autores chamam-no de conhecimento positivo, isto é, aquele que resulte de ideias inatas – anteriores a qualquer experiência. Neste particular, Laville et Dionne (1999) afirmam que o conhecedor (o pesquisador) deve respeitar integralmente o objeto do qual trata o estudo para não alterar a sua objetividade; deve intervir o menos possível e dotar-se de procedimentos que eliminem ou reduzam, ao mínimo, os efeitos não controlados dessas intervenções. Sabendo, embora, que a objetividade é sempre o cruzamento de diversas “subjetividades”, pois qualquer estudo adota um ponto de vista, um quadro de referência e situa-se no tempo e no espaço.

A empiria, o meio ou contexto é determinante para a pesquisa. Por isso, torna-se necessário definir o meio onde se irá concretizar o estudo e, para o efeito, justificar a sua escolha. Para Freixo (2010) a descrição do meio ou contexto do estudo consistirá numa apresentação dos elementos ambientais e ou históricos, pertinentes e adequados à compreensão do problema particular. Ainda sobre esse facto, Morin (2009) afirma: “o conhecimento é mais rico, mais pertinente desde que se religue um fato, um elemento, uma informação, um dado ao centro do seu contexto” (p.182).

No nosso caso concreto, o contexto do nosso estudo é Cabo Verde, mais concretamente a ilha de Santiago, abarcou todas as instituições que pudessem fornecer informações ou dados sobre a formação profissional e emprego/desemprego de modo geral, mais especificamente as Escolas Técnicas e Centros de Formação Profissional da ilha de Santiago, permitindo assim analisar o autoemprego, isto é, a criação do próprio emprego pelos diplomados da formação profissional. Compreender o papel da formação profissional na criação de autoemprego como uma modalidade de integração profissional dos jovens na luta contra o desemprego na ilha de Santiago.

No sentido de aferir a empregabilidade dos diplomados, os que optaram pela criação do seu próprio emprego com apoio das Escolas Técnicas e Centros da Formação Profissional, conseguimos identificar todos os diplomados que optaram para a criação de autoemprego e foram contactados para o referido estudo. Com a devida autorização dos centros e das escolas e com consentimento dos sujeitos, inquirimos por questionário para a recolha de dados. Convém referir que os diplomados autoempregados foram inquiridos na sua totalidade, visto que os que concluíram a formação profissional durante os anos 2005 a 2010 e que optaram para criação do seu próprio negócio o número não era elevado, como se pode depreender. Trata-se de uma situação normal, porque Cabo Verde é um país pequeno, com reduzido número de habitantes, reduzido número de centros de formação e particularmente com número reduzido de empreendedores. Não esperávamos um número elevado de diplomados autoempregados na ilha de Santiago e nem poderia acontecer. A criação de autoemprego para os diplomados de formação profissional não é fácil, é necessário um ímpeto muito grande para que isso possa acontecer. A criação do autoemprego é uma decisão pessoal que requer a combinação de vários fatores como afirma Dornelas (2012) essa decisão ocorre devido a fatores externos, ambientais e sociais, a aptidões pessoais, ou a um somatório de todos esses fatores, que são críticos para o surgimento e o crescimento de uma nova empresa.

A nossa intenção foi de compreender a motivação, descobrir donde partiu a ideia inicial, os apoios para iniciar e desenvolver os seus negócios; o grau de satisfação, o nível do sucesso e insucesso do autoempregado. As entrevistas efetuadas aos responsáveis das entidades formadoras e parceiros do autoemprego permitiram-nos conhecer melhor como desperta o interesse pelo autoemprego suportado pela formação profissional e as condições envolventes para o efeito, completamos a nossa pesquisa.

5.6 Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Das várias técnicas de investigação, bem como os diversos modos de atuar de forma a captar a realidade social, recolher os dados e fazer o seu devido tratamento, exigem do investigador a tomada de posição e definição de caminhos investigativos claros. Neste particular, definem Almeida e Pinto (2005): “ Conjunto de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir resultados na recolha e tratamento de informação requerida pela pesquisa” (p.148). Seleccionamos, dentre as técnicas de pesquisa mais utilizadas, o inquérito por questionário e a entrevista, a que se adequa à natureza da investigação quantitativa e a qualitativa, respetivamente.

5.6.1 Inquérito por questionário

O inquérito por questionário, normalmente realiza-se com base em duas perspetivas, a sociológica e a sondagem de opinião. A diferença entre elas é que a primeira se distingue da segunda pelo facto de visar verificar as hipóteses teóricas e a análises de correlações que essas hipóteses sugerem. Na mesma linha afirma Moreira (1994):

“Os inquéritos sociais podem, é certo, envolver a realização de entrevistas informais: regra geral, porém, pressupõem uma abordagem mais sistemática a qual assenta na elaboração de questionários que podem ser aplicados diretamente ou enviados para preenchimento e posterior devolução” (p.161).

Quivy e Campenhoudt (1998) definem: “Consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais “ (p.188). Neste caso, pretende-se caracterizar um grupo de diplomados que concluíram a formação profissional, entre os anos 2005 a 2010 e optaram pela criação do seu próprio emprego. Conhecer a sua opinião em termos de autoemprego, a sua satisfação no mercado de trabalho cabo-verdiano e verificar a evolução do fenómeno autoemprego a partir de formação profissional constituem os objetivos primordiais da utilização desse instrumento de pesquisa.

São vários os pressupostos em que assentam a investigação baseada em inquéritos (questionários e entrevistas), por exemplo: “ O investigador comece por uma clara definição do tópico que pretende analisar e tenha ideias claras sobre o tipo de informação

capaz de satisfazer as razões de ordem teórica ou de ordem prática que originam a pesquisa e as sucessivas perguntas relativas a cada um dos tópicos propostos” (Foddy, 2002, p.27).

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998), para que este método seja digno de confiança, é necessário: que exista rigor na escolha da amostra; as perguntas sejam formuladas de forma clara e unívoca; exista uma correspondência entre o universo de referência do entrevistado; haja uma atmosfera de confiança no momento de administração do questionário, honestidade e consciência profissional dos entrevistadores.

A utilização do questionário possui vantagens e desvantagens tais como:

Vantagens: são relativamente económicos (em tempo e em dinheiro); contém questões padronizadas; obtêm um grande número de dados num processo que atinge simultaneamente um grande número de pessoas; permitem ainda uma maior liberdade nas respostas pela razão do seu anonimato; maior segurança nas respostas pelo fato de não serem identificados.

Desvantagens: a percentagem de retorno dos questionários por vezes é reduzida; obtenção de perguntas sem respostas em determinadas situações. Entretanto, na aplicação do nosso questionário confrontamo-nos com as vantagens e desvantagens do inquérito por questionário. Portanto, o item de *ser mais económico em tempo* não foi o nosso caso visto que os inquiridos estavam espalhados por diversos concelhos da ilha e de difícil localização. Por vezes, era necessário um dia para conseguir apenas um inquirido. Em termos da desvantagem relativamente ao item de *obtenção de perguntas sem respostas*, foi ultrapassado porque foi o próprio investigador que aplicou o questionário.

Ainda sobre criadores de questionários que, no caso em apreço é o próprio investigador, Larossi (2011) afirma: “O criador do questionário deve prestar grande atenção à neutralidade das palavras, dado a objetividade da pergunta poder ser subtilmente violada sem intenção” (p.64). Na elaboração de perguntas deve ter em conta a relevância, o rigor e a disponibilidade. Segundo Larossi (2011), só se atinge a relevância quando o criador do questionário está intimamente familiarizado com as questões, conhece os objetivos das perguntas e tipo de informação necessária. Uma pergunta é relevante quando a informação gerada é apropriada para o propósito do estudo. O rigor exige que uma pergunta colha a informação pretendida. A disponibilidade depende da vontade do respondente em dar uma resposta que proporciona o resultado desejado. “Não serve de nada perguntar à/ao respondente alguma coisa que ela/ele não entende claramente ou que se passou há

demasiado tempo para ser recordada corretamente; proceder assim gera informação imprecisa” (Larossi, 2011, p.58).

Entretanto, as diferenças existentes ao nível da construção de perguntas produzem frequentemente uma maior variabilidade nos resultados obtidos do que a variabilidade associada à utilização de diferentes teorias de amostragem. Relativamente a construção do questionário aconselha Moreira (1994):

“Não basta que as perguntas revelem informação interessante: os dados obtidos devem relacionar-se diretamente com o estudo. Por vezes pode parecer difícil decidir quais os pontos mais importantes a incluir no questionário: é nisto, porém, que o planeamento da pesquisa e competente modelo adotado se revelem particularmente decisivos pois ajudam, por norma a separar o relevante do irrelevante” (p.167).

Foddy (2002) identificou vários exemplos que refletem a inadequação de muitas perguntas frequentemente utilizadas na investigação em ciências sociais:

- As perguntas factuais podem produzir respostas inválidas;
- Não existe, por vezes, uma relação forte entre o que os inquiridos dizem e o que fazem efetivamente;
- As crenças, hábitos, opiniões e atitudes dos inquiridos apresentam-se frequentemente bastante instáveis;
- Diferenças no vocabulário utilizado nas perguntas, mesmo que pequenas, podem produzir grandes diferenças nos resultados;
- Os inquiridos interpretam mal as perguntas com alguma frequência;
- As respostas às perguntas anteriores podem afetar as respostas às perguntas seguintes;
- A ordem das respostas pode afetar a resposta produzida;
- Os inquiridos respondem às perguntas sobre temas que não estão familiarizados;
- A forma de interpretar e responder é afetada por contextos culturais de pertença.

Sendo assim, é no investigador que recai a responsabilidade do controlo sobre o processo pergunta-resposta, através de uma formulação das perguntas e das opções de respostas. É essencial que as perguntas tenham o mesmo significado para todos os inquiridos, e que existam as opções de resposta que permitam a sua resposta.

Ainda segundo Foddy (2002) para que um processo de pergunta e resposta seja eficaz, devem ocorrer, no mínimo as quatro etapas seguintes:

- O investigador deve ser claro quanto à natureza da informação pretendida e codificar o pedido dessa informação;
- O inquirido deve descodificar o pedido nos termos desejados pelo investigador;
- O inquirido deve codificar uma resposta que contenha a informação solicitada pelo investigador;
- O investigador deve descodificar a resposta nos termos pretendidos pelo inquirido.

No entanto, existe insucesso na recolha de informação através do questionário, Foddy (2002) refere que as principais causas de insucesso devem-se aos inquiridos e aos erros do inquiridor (por exemplo, tendência para alterar o vocabulário utilizado, lapsos nos procedimentos ou apresentação). Além disso, os inquiridos podem:

- Não interpretar as perguntas nos termos pretendidos;
- Revelar falta de esforço ou de interesse;
- Terem lapsos de memória e erros de compreensão devido à tensão da situação.

Para a recolha de dados relativamente a nossa investigação foi elaborado o questionário de forma cuidadosa, tendo em devida conta a população alvo: os diplomados de formação profissional de níveis de formação diferentes (I a IV Nível) e com níveis de habilitações literárias também diferentes (6.º a 12.º ano de escolaridade). Além de número de perguntas ser reduzido, optou-se por uma linguagem simples e compreensiva. Entretanto a primeira versão do questionário foi dada a um inquirido de 6.º ano de escolaridade para ler e dar a sua opinião sobre a clareza e a compreensão do mesmo. Após algumas alterações ficou pronto o questionário para fazer o pré-teste.

É de salientar ainda que tivemos o cuidado com o “layout” do questionário de modo a não confundir o inquirido. As perguntas foram apresentadas em 4 páginas através de uma folha A3. Neste particular, afirma Moreira (1994): “Listem-se todas as perguntas necessárias, mas procurem-se limitar o layout do questionário a não mais de seis páginas (só verso)” (P.173). As primeiras impressões são importantes, sobretudo nesta década em que poucas pessoas se dispõem a colaborar num trabalho de investigação. A instrução de como preencher o questionário encontrava-se logo no início da página. Ainda sobre o “layout”, o espaço entre as perguntas e as opções de respostas deve ser adequado deve-se colocar instruções novas sempre que se muda a forma das perguntas (Hill & Hill, 2002).

O Questionário ficou pronto a aplicar após o pré-teste e devidamente alterado. O questionário aplicado (em anexo) ficou organizado em 3 grandes blocos, sendo: Bloco 1 –

Identificação sociodemográfica; Bloco 2 – Identificação escolar e profissional; Bloco 3 – Processo de criação de autoemprego.

O questionário foi aplicado nos meses de Dezembro de 2012 e Janeiro de 2013 à totalidade de diplomados de formação profissional de 2005 a 2010 que optaram pela criação do seu próprio negócio na ilha de Santiago – Cabo Verde. Muitas dificuldades foram encontradas ao longo da sua aplicação.

5.6.2 Dificuldades na aplicação do questionário

Diferentemente do que se pensa inicialmente encontrar numa determinada realidade, mesmo conhecendo-a muito bem, pouco tempo depois ela pode mudar de forma extraordinária. A realidade social em Cabo Verde mudou muito num período de menos de 10 anos. A nossa experiência de pesquisador levou-nos a tal confirmação. Por exemplo, em 2004 realizamos uma pesquisa no âmbito do curso de mestrado numa área bastante similar (Ensino Técnico em Cabo Verde), a sua realização foi fácil na identificação de pessoas e na recolha de dados necessários para análise do referido tema. Os inquiridos eram bastante colaborativos e de fácil acesso, sem desconfiança e nem resistência perante as perguntas do investigador.

Vários fatores poderão estar na origem desse comportamento social como: o desenvolvimento escolar da população, o desenvolvimento das tecnologias, a disparidade social, a crise económico-social e a desconfiança generalizada entre as pessoas. A simples identificação ou a utilização de uma credencial institucional já não são suficientes para conseguir dados através dos questionários ou entrevistas. Para o efeito, é necessário a utilização de uma metodologia de aproximação, sobretudo baseada nas experiências profissional e pessoal dos indivíduos que têm contato direto com os sujeitos a serem inquiridos.

As tecnologias de informação e comunicação, contrariamente do que se pensa, não facilitam em grande medida o contato com os sujeitos, visto que ainda muitas pessoas da ilha de Santiago não têm o hábito de utilização regular do correio eletrónico. A mudança frequente dos números de telemóveis proporcionado pela concorrência entre as operadoras e o corte automático do telefone fixo por falta de pagamento são duas grandes dificuldades de identificar os diplomados a inquirir. Como a maior parte dos diplomados autoempregados vive ou labora na capital do país, cidade da Praia, uma cidade com muitos bairros periféricos

e com muitos focos de insegurança que desaconselham a entrada e a permanência de estranhos na identificação de pessoas, o recurso às pessoas com experiências profissional e pessoal no bairro foi necessária muitas vezes. As dificuldades foram cada vez mais acrescidas com a mudança de residência e local de trabalho, e também pelo fato de que a maioria dos autoempregados não dispõe de identificação do empreendimento ou um local fixo para prestar serviços, no caso de ferreiros de construção civil, canalizadores e eletricitas de construção civil. Há ainda a referir a constante mobilidade para as outras ilhas, sobretudo as ilhas do Sal e da Boavista, as mais turísticas de Cabo Verde, à procura das melhores oportunidades de emprego e negócios. Muitos autoempregados emigraram para as referidas ilhas e alguns para o estrangeiro, levando assim a um certo desencontro de dados entre os fornecidos pelo IEFP a nível nacional e os fornecidos pelos Centros de Formação e as Escolas Técnicas. O desencontro de dados foi maior ainda entre os Centros de Formação e Serviço Central do IEFP, porque alguns centros, por lapso, forneceram dados dos diplomados autoempregados fora do parâmetro do nosso estudo, isto é, diplomados de antes do ano 2005 e depois do ano 2010.

Ciente do que o comportamento humano é influenciado significativamente pelo contexto em que ocorre (Bogdan e Biklen, 1994). Tentamos interagir de uma forma natural, não intrusiva, com disponibilidade horária de encontrarmos com o inquirido. O mais importante de tudo é que nenhum diplomado identificado recusou responder o nosso questionário, aplicado pessoalmente. Para analisar os dados foram utilizadas duas técnicas. Para as 3 perguntas abertas a análise de conteúdo e para análise das 27 perguntas fechadas foi utilizado o software estatístico SPSS, versão 18,

5.6.3 Entrevista

A utilização da entrevista como método de recolha de dados prende-se com o fato de muitos aspetos do objeto de estudo não são conhecidos ou não são totalmente levantados pelas perguntas dos questionários, mesmo usando perguntas abertas.

Num plano mais abrangente, Ketele e Rorgiers (1999) considera que a entrevista “é um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas selecionadas cuidadosamente, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações”

(p.18). Trata-se, portanto, de um diálogo estabelecido de forma metódica entre entrevistador e entrevistado, cujo objetivo principal é também da informação do entrevistado. Nesta perspectiva o entrevistador necessita de especificar a informação que pretende obter desse encontro para que possa decidir o tipo de entrevista a realizar.

A entrevista é uma conversação, uma arte de fazer perguntas (Fontana e Frei, 1994; Roque, 2005) e, simultaneamente, de ouvir. Trata-se de um método amplamente usado em Ciências Sociais mas que apresenta, normalmente, dificuldades na sua aplicação. Roque (2005) alerta para que o investigador tenha presente uma série de aspetos como garantia da utilização correta do uso da entrevista:

- O indivíduo é interrogado enquanto elemento de um grupo social;
- O discurso revela o pensamento da pessoa sobre a realidade que é objeto do estudo;
- Ao colocar dois indivíduos frente a frente, com toda subjetividade inerente, não se pode garantir que numa nova situação de interação, se recolham idênticas informações.

Vários modelos de entrevistas podem ser utilizados, dependendo das circunstâncias da sua utilização e dos objetivos que se pretende atingir. As entrevistas “estruturadas”, “semiestruturadas” e “não estruturadas” (Fontana & Frey, 1994) ou adotando a designação de Roque (2005) “diretivas”, semi-directivas” e “não diretivas”. A entrevista estruturada ou diretiva é aquela que se refere a uma situação, na qual o entrevistador pergunta a cada respondente uma série de questões predefinidas, num conjunto limitado de categorias de resposta. Realiza-se, normalmente, com base num questionário em que se aplicam as mesmas questões a todas as pessoas interrogadas. A entrevista não estruturada ou não diretiva fornece uma maior quantidade de informação dado que se pretende que o entrevistado explore um tema em geral. Neste particular o investigador tem que ter muito cuidado para não deixar envolver nas respostas do interlocutor, e não deixar que os seus sentimentos pessoais possam, de algum modo influenciar o normal funcionamento da entrevista.

Nestas entrevistas, o objetivo é captar dados e informações, sem que exista categorias de resposta predefinidas, para que se compreenda o comportamento dos interlocutores.

As questões utilizadas para as entrevistas, no presente estudo, tiveram em conta:

- Referências documentais sobre a formação profissional;

- A problemática do autoemprego e os autoempregados na ilha de Santiago;
- A problemática de microcrédito;
- As atividades do empreendedorismo.

As entrevistas foram realizadas aos Diretores dos Centros de Emprego e Formação Profissional e os Diretores das Escolas Técnicas da Ilha de Santiago, numa conversa entre o entrevistador e entrevistado, após o inquérito por questionário aos diplomados de formação profissional autoempregados das respetivas instituições. Convém ressaltar que nem todos os diretores responderam a todas as questões e nem todos aceitaram a nossa entrevista, porque estavam indisponíveis e indicaram os responsáveis pelo departamento de formação para responder as questões. Entre os diretores dos Centros de Formação, alguns responderam por escrito para além da conversa oral havida entre os interlocutores.

Estas entrevistas semiestruturadas foram realizadas através de um questionário estruturado (ver anexo) onde as perguntas foram previamente formuladas. A razão da sua padronização está relacionada com as respostas dos entrevistados às mesmas perguntas, caracterizando-se pela colocação de perguntas fechadas para se obter dados sobre a mesma amostra com informação recolhida de tipo uniforme. Neste particular os diretores não responderam a todas as questões, por ausência de dados apurados na instituição. Limitaram-se a comentar algumas perguntas e confirmarem de algumas respostas dos diplomados, sobretudo relativas ao módulo sobre empreendedorismo nos cursos; às dificuldades de acesso ao crédito bancário e à criação do autoemprego.

A entrevista realizada com o técnico do serviço central de ADEI foi com base num conjunto de questões pré-definidas tendo em conta as informações necessárias a recolher durante o nosso processo de investigação. Trata-se de uma entrevista semidiretiva. A entrevista não diretiva fornece uma maior quantidade de informação dado que se pretendia que o tema fosse devidamente explorado pelo entrevistado. Ela é caracterizada pela existência de um guião previamente preparado com linhas orientadoras da entrevista, embora não exigindo uma ordem rígida na colocação de questões, permitindo ainda um elevado grau de flexibilidade na exploração das questões

As questões abordadas na entrevista semidiretiva cingiram as parcerias entre ADEI e o IEFP; o papel de ADEI na implementação do autoemprego; as atividades do empreendedorismo e o microcrédito no Novo Banco. O mesmo método foi utilizado com a Diretora Geral de Juventude e Gerente de uma agência do Novo Banco.

A intenção de realizar as entrevistas com os diretores era para confirmar algumas informações dos diplomados inquiridos por questionário e obter informações mais

detalhadas sobre determinado tema. Existia também na maior parte do encontro para o inquérito por questionário com os diplomados uma espécie de entrevista não diretiva, no final do preenchimento do questionário que apresentava informações transversais e muitas careciam de confirmações. Como foi o próprio investigador que aplicou o questionário, aproveitava sempre alguns minutos para a conversa informal com os diplomados, sobretudo porque a entrevista pressupõe, portanto, o estabelecimento de uma relação interativa num ambiente de influência recíproca entre os interlocutores, permitindo ainda ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto. Neste quadro a entrevista realizada com os diplomados decorria numa conversa informal e livre, muitas respostas serviam apenas para confirmar ou reforçar as perguntas abertas do questionário. Este propósito enquadra-se no que Lessard-Hébert et al (2005) atribuem dois sentidos: a entrevista orientada para informação e a entrevista orientada para a resposta. A entrevista orientada para a informação é aquela que se circunscreve à recolha de dados relativos à perceção e à opinião do sujeito ou de grupo de sujeitos numa determinada situação. Distingue-se da entrevista orientada para resposta na medida que o grau da estruturação é aquela que é imposta pelo entrevistado, pelo que também é caracterizado por ser de tipo não estruturado. Este tipo de entrevista dá a liberdade ao entrevistado de desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada, visto que as questões são espontâneas.

Houve a tentativa de entrevistar o administrador do Novo Banco e como tal não foi possível, entrevistamos o responsável de uma das Agências do Novo Banco. Como nas entrevistas com os diplomados houve referências à Direção Geral da Juventude, relativas ao microcrédito para a criação de pequenos negócios, realizamos uma entrevista não diretiva com a Diretora Geral da Juventude.

Convém frisar que as entrevistas não foram gravadas em registo magnético, mas foram devidamente anotadas pelo entrevistador/investigador, mesmo sem a pretensão inicial de fazer uma análise de conteúdo. Entende-se por análise de conteúdo o conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam através de procedimentos sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo das mensagens na perspetiva de obtenção de indicadores. Afirmar Silverman (2009) “Na análise de conteúdo, os pesquisadores estabelecem um conjunto de categorias e depois contam o número de exemplos que pertencem a cada categoria” (p.149).

5.7 Participantes

A definição dos participantes resultou da vontade do investigador face a natureza e o objeto do estudo, e da necessidade de realizar um trabalho que permitisse uma reflexão sobre o autoemprego em Cabo Verde. Fenómeno pouco estudado mas que vem conhecendo algum desenvolvimento por causa da evolução do mercado de trabalho, mudanças tecnológicas, e da necessidade de satisfazer os clientes. Os autoempregados com formação específica e com competências para prestar um serviço ou fabricar um produto de qualidade, normalmente são diplomados de um centro de formação profissional ou de uma escola técnica. É fácil estabelecer uma relação direta entre a formação profissional e a criação do emprego. Não é por acaso que existe um firme propósito e muito esforço na melhoria implementação do sistema de formação profissional para reduzir o desemprego ou a criação de mais empregos. Formar é preparar as pessoas para um exercício profissional de qualidade. No entanto, uma vertente mais distante e se calhar mais complexa é formar para o autoemprego.

O nosso estudo implica refletir, profundamente, sobre o processo de formação profissional em Cabo Verde na criação do autoemprego, visto que é bastante familiar e de senso comum pensar que a formação profissional cria o emprego. No entanto, criar o autoemprego é um processo bem mais complexo e não depende somente do interessado, visto que o processo requer parcerias, concursos de vários fatores externos e também internos e do próprio sujeito.

A seleção dos participantes obedeceu a critérios como: a) ser autoempregado cuja criação do próprio negócio situa-se entre os anos 2005 a 2010; b) ser diplomado de formação profissional de qualquer nível dos quatro centros de formação profissional ou das duas escolas técnicas da ilha de Santiago; c) diretores dos centros de formação profissional e das escolas técnicas; d) responsáveis (administradores ou técnicos) das instituições que têm relação direta com o fenómeno de autoemprego (ADEI e Novo Banco).

Inicialmente, o serviço central do IEPF apresentou-nos uma população total de 24 sujeitos, como a população total de autoempregados em toda ilha de Santiago, com base no critério determinado na alínea a) do parágrafo anterior. Os dados fornecidos foram com base num estudo realizado pelo IEPF no ano 2011 relativo aos diplomados dos anos 2007 a 2009 em todo Cabo Verde, apresentado no Quadro 20. Com o número apresentado, filtrado apenas da ilha de Santiago, partimos para a nossa investigação. No entanto, como a nossa

investigação é mais abrangente (2005 a 2010), recorremos aos Centros de Formação Profissional e Escolas Técnicas para ajustar os dados, conforme elucida Quadro 21.

Quadro 21 - Diplomados da Ilha de Santiago apresentados pelo IEPF

Cursos	N.º Diplomados		Inst. De Formação		Total
	Mas	Fem	C. Formação	Esc. Técn	
Canalização	4	-	3	1	4
Construção Civil	6	-	4	2	6
Eletromecânico auto	1	-	1	-	1
Culinária	-	3	3	-	3
Eletricidade	1	-	1	-	1
I.M.S. Informático	3	1	3	1	4
Refr. Ar Condicionado	2	-	2	-	2
Tecelagem e Panaria	-	3	3	-	3
Total	17	7	20	4	24

Fonte: Dados do IEPF

No decurso da nossa investigação junto dos Centros de Formação e Escolas Técnicas, fomos apresentados a um número superior de diplomados autoempregados, conforme elucida o Quadro 22.

Quadro 22 - Diplomados autoempregados identificados por Centros de Formação e Escolas Técnicas

Instituição de Formação	N.º de Diplomados		Total
	Masc	Fem	
Centro da Formação P. da Praia	24	7	31
Centro de Formação P. da Variante	4	-	4
Centro de Formação P. de Pedra Badejo	4	2	6
Centro de EFP de Assomada	6	2	8
Escola Técnica da Praia	1	-	1
Escola Técnica de Assomada	1	-	1
Total	40	11	51

Fonte: Dados dos Centros de Formação e Escolas Técnicas

O Quadro 22 espelha os dados das instituições de formação relativamente aos diplomados autoempregados. Entretanto, verificamos que não existe a coincidência de dados dos Centros e Escolas com a do Serviço Central, isto é, facilmente se pode concluir que os centros têm dados mais atualizados e com maior abrangência, de 2005 a 2010. É natural que isso aconteça visto que quem trata os dados diretamente são os Centros. No entanto, verificamos que existe uma grande diferença de dados entre os que os centros nos apresentaram e os que verificamos no terreno da investigação. Por isso, podemos afirmar que os dados constantes do Quadro 21 não coincidiram com os nossos, por causa da grande mobilidade dos diplomados autoempregados (emigração para o emprego por conta de outrem, para outras ilhas e para o estrangeiro) e também porque as instituições de formação não dispõem de um dispositivo de acompanhamento e nem de um sistema de monitorização dos diplomados.

A justificação da grande discrepância de dados dos centros e escolas técnicas e dos que encontramos realmente no terreno poderá basear-se no seguinte: contactos telefónicos dos “autoempregados” inativos; autoempregados que deixaram de o ser por causa da dificuldade de integração no mercado por falta de fundo financeiro; muitos nunca chegaram a ser autoempregados; alguns que enveredaram para o autoemprego não eram do conhecimento do próprio Centro e/ou Escola Técnica; alguns diplomaram antes de 2005 ou depois de 2010, ficaram fora do âmbito do nosso estudo.

Em termos do vínculo com centros de formação ou Escola Técnica, é normal para os diplomados, ao receberem o certificado de formação deixem de contactar o Centro, a não ser os centros que, através dos fundos próprios fizeram pequenos empréstimos para o arranque do negócio, por exemplo, no caso concreto do Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo até 2010.

O Centro de Formação de Pedra Badejo dispunha de um projeto de apoio aos diplomados que optavam pela criação do próprio negócio. O Projeto FIVA (Fundo de Inserção na Vida Ativa), fruto da cooperação entre o Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal e o Ministério do Trabalho e Solidariedade da República de Cabo Verde, segundo o Manual de Procedimentos do Projeto FIVA, “é um subprojeto que visa conceder apoios aos formandos pelo Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo (CFPPB) para início ou expansão da sua Atividade Geradora de Rendimento (AGR)”²⁵. Esse fundo disponibilizava um montante máximo de 500 mil escudos cabo-verdianos, equivalente a cinco mil euros, para o início de atividade por conta própria. Para o diplomado aceder a

²⁵ Manual de Procedimentos do Fundo de Inserção na Vida Ativa (FIVA), Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo, s/data.

esse crédito reembolsável a uma taxa de juro de 0% num período de carência de 6 meses e com um prazo máximo de reembolso até 30 prestações mensais, deveria apresentar um projeto com um plano de negócio viável e com garantias do reembolso. Muitos diplomados recorreram a esse crédito mas nem todos foram bem-sucedidos e não conseguiram reembolsar. Conforme a informação do responsável do FIVA alguns casos chegaram a vara da Justiça.

Nos Quadros 21 e 22 consta o número dos diplomados de formação profissional autoempregado, conseguidos durante a nossa investigação, através de contactos no terreno e sobretudo a partir de apoios dos colegas autoempregados na identificação dos que não tínhamos o conhecimento, através dos contactos fornecidos pelo IEFP, Centros de Formação e Escolas Técnicas. A emigração dos diplomados autoempregados é uma realidade constatada ao longo da nossa pesquisa. Isso aconteceu tanto de autoempregado para o empregado por conta de outrem, como a emigração de uma ilha para outra e também para o estrangeiro à procura de melhores oportunidades. As informações relativas à emigração dos autoempregados, conseguimos-las durante a nossa pesquisa junto dos vizinhos e colegas de formação. Ficamos convencidos que conseguimos inquirir a totalidade dos diplomados de formação profissional autoempregados a nível da ilha de Santiago, conforme o Quadro 23.

Quadro 23 - Diplomados inquiridos por Centro de Formação e Escola Técnica

Instituição de Formação	N.º de Diplomados		Total
	Masc	Fem	
Centro da Formação P. da Praia	7	2	9
Centro de Formação P. da Variante	3	-	3
Centro de Formação P. de Pedra Badejo	1	1	2
Centro de EFP de Assomada	8	2	10
Escola Técnica da Praia	2	-	2
Escola Técnica de Assomada	1	-	1
Total	22	5	27

Para se verificar a diferença entre os dados estatísticos das instituições e o que se passa na realidade, tendo em conta a dificuldade na atualização de dados atrás mencionada e mais ainda, com a mutação que se verifica no domínio de autoemprego, basta recorrer a

comparação dos Quadros 21 e 22. O Quadro 22 apresenta um número total de 51 diplomados autoempregados e o Quadro 23 que resulta dum inquérito pormenorizado, partindo do Quadro 22 como indicador, apenas 27 microempresários diplomados de centros de formação profissional e escolas técnicas (2005-2010) labutam no mercado da ilha de Santiago. Foram esses 53% de sobreviventes dentre os que desistiram ao nascer, os que morreram nos primeiros tempos de percurso e dos que emigraram, constituem os nossos participantes da investigação. Por se tratar desse número de participantes e o nosso estudo abrange o universo da população. O fenómeno a investigar não se avalia pelo tamanho da população, visto que o tamanho é sempre relativo, depende da natureza e importância do fenómeno na resposta da nossa questão de investigação.

Os participantes da nossa investigação não se circunscreveram aos diplomados de formação profissional autoempregados, uma população específica e especializada entre os demais autoempregados, mas também aos Diretores dos Centros da Formação Profissional, Escolas Técnicas e Técnicos de ADEI, Gerente de Agência do Novo Banco e Técnico da Direção Geral de Juventude, conforme o Quadro 23.

Quadro 24 - Entidades abrangidas pelas entrevistas

Sujeitos de Entrevistas	Tipo de Entrevista
Diretor do Centro de Formação Profissional da Praia	Directiva
Diretor do Centro de Formação Profissional da Variante	Directiva
Diretor do Centro de FP de Assomada	Directiva
Diretor de Centro de FP de Pedra Badejo	Directiva
Diretor da Escola Técnica da Praia	Semidiretiva
Diretora da Escola Técnica de Assomada	Semidiretiva
Gerente de Novo Banco de Assomada	Não diretiva
Diretora geral da Juventude	Não diretiva
Técnico de ADEI	Semidiretiva

PARTE III – APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

CAPÍTULO VI – APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste capítulo pretendemos apresentar os dados mais significativos, recolhidos através do inquérito por questionário, aos diplomados de formação profissional autoempregados, e a análise das entrevistas efetuadas com os diretores dos Centros de Formação Profissional e os das Escolas Técnicas da ilha de Santiago, o técnico do Serviço Central da ADEI, um responsável de uma Agência do Novo Banco e a Diretora Geral de Juventude. O inquérito foi realizado no sentido de conhecer melhor o processo do autoemprego dos diplomados de formação profissional, na ilha de Santiago, entre os anos 2005 a 2010.

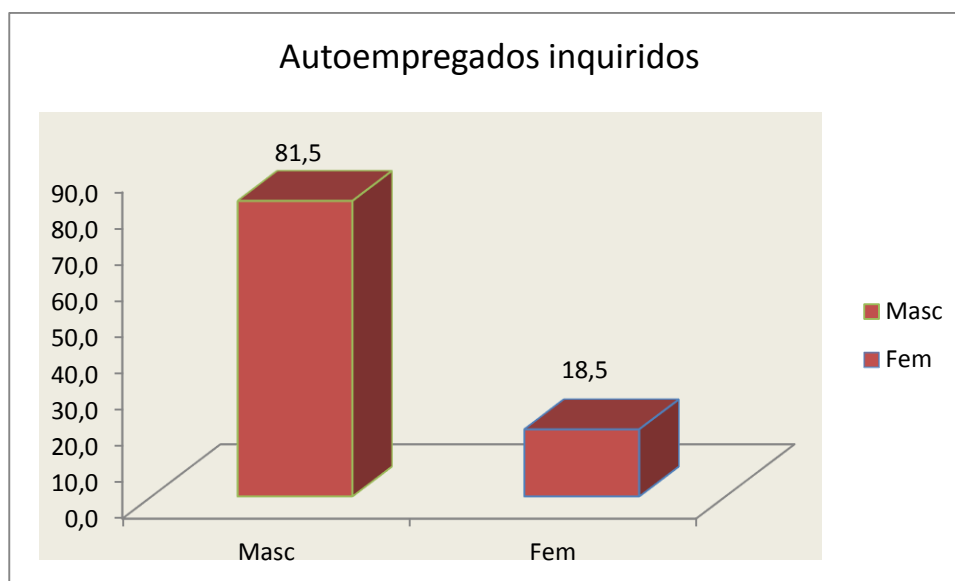
A apresentação e análise seguem o roteiro das perguntas do questionário em anexo.

6.1 Resultados dos questionários aos diplomados autoempregados

1 – Sexo dos diplomados

A modalidade de autoemprego, para além de ser considerada alternativa ao emprego assalariado ou mesmo ao desemprego, sendo mais próximo daquele, atualmente é uma prática comum em todos os países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos ou, também países centrais, semiperiféricos e periféricos, conforme o ângulo de abordagem utilizado. O estudo sobre o autoemprego vem sendo feito por vários autores e organizações sobre diferentes países, seguindo, praticamente, a mesma lógica de análise de dados, começando normalmente pelo sexo dos inquiridos.

Gráfico 5– Distribuição percentual dos inquiridos por sexo



O Gráfico 5 espelha a realidade dos autoempregados, relativamente ao sexo. Trata-se de jovens diplomados que optaram para a criação do próprio emprego, criando o seu empreendimento e trabalhando por conta própria. A diferença percentual é muito elevada, cerca de 63%, muito distante da diferença de vários estudos realizados nos países da Europa. Parker (2004) considera que as mulheres estão em minoria no autoemprego em todos os países desenvolvidos, em comparação aos homens. Destaca-se que na União Europeia esses valores variam de 20% no Reino Unido, Irlanda e Suécia, até 40% na Bélgica e Portugal ao longo da década de 90 do século XX. O mesmo autor sublinha ainda que as mulheres representam 28% dos autoempregados e 44% dos trabalhadores assalariados. Na mesma linha, afirma Huijgen (2000), as mulheres representavam cerca de 28% de total de autoempregados e 44% do total de empregados assalariados na UE no final da década passada. Da mesma forma, Pamplona (2001) refere o crescimento das mulheres autoempregadas dos países da OCDE, passando de 24,1% em 1969 para 28,4% em 1996. No entanto, o autor reconhece que o crescimento não se deu uniformemente. De um estudo realizado por Cowling (2008) concluiu que as mulheres são menos 3,11% propensas de ser autoempregadas do que os homens na União Europeia e que a diferença percentual absoluta em autoemprego se cifra na taxa de 7,64%. Nas ocupações em geral os profissionais masculinos têm a probabilidade de serem autoempregados em 22%, contra 7,8% para as mulheres. Ainda sobre a diferença com base no género, Parker (2004) aponta que, na União Europeia, esses valores variam de 20% no Reino Unido e Suécia, para 40% na Bélgica e Portugal ao longo da década de 90. Com esses argumentos, pretendemos afirmar que a diferença percentual é variável, dependendo muitas vezes da natureza do estudo e dos fatores associados. No caso concreto da nossa investigação podemos acrescentar que a diferença tem a ver com os fatores históricos e a imagem social que os

cabo-verdianos têm sobre determinadas profissões. Como as ofertas formativas não abrangem muitas profissões “femininas” ou “feminizadas” regista-se poucas mulheres diplomadas de formação profissional autoempregadas. Entendemos também que o nível do desenvolvimento económico do país também influencia.

Entretanto, o autoemprego como alternativa ao emprego assalariado ou desemprego, serve indiscriminadamente ao indivíduo, independentemente de ser homem ou mulher. Silva (2008) aponta como grande *handicap* da mulher a falta de meios para criar a infraestrutura prévia para o seu autoemprego, reduzindo desta forma, as hipóteses para o sucesso dos autoempregados em comparação com os homens. Este argumento é de refutar para o nosso estudo, visto que em Cabo Verde é fácil constatar que as mulheres apresentam um valor percentual maior na criação do seu próprio emprego. As mães chefes de família (mães solteiras) procuram autonomamente sobreviver como vendedeiras ambulantes, criando os pequenos negócios. A adesão a essa modalidade de ocupação não é só determinada por falta de emprego, mas também proporciona flexibilidade em termos de espaço e de tempo a uma dona de casa.

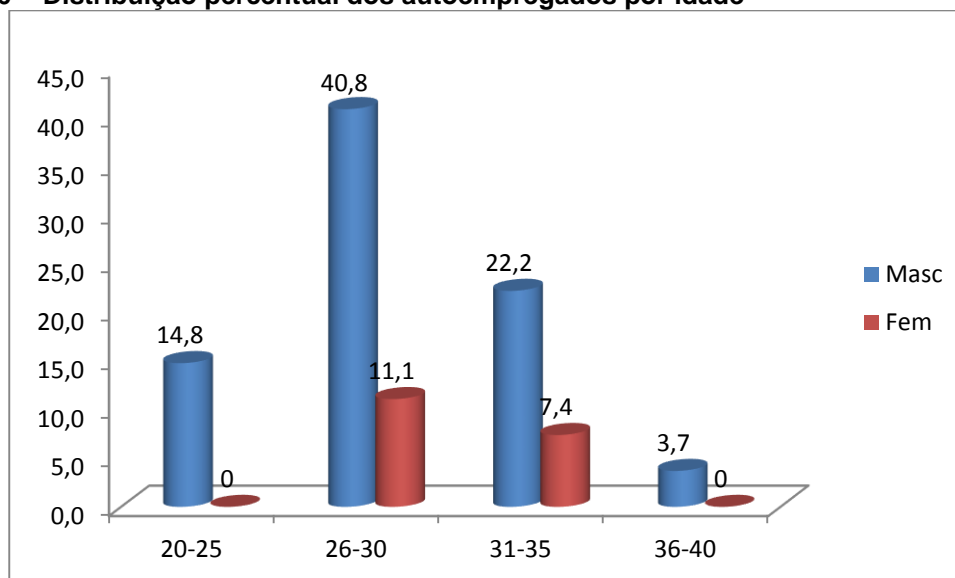
Em Cabo Verde, sem um estudo científico realizado, salta à vista que a maioria dos profissionais autónomos, no sentido geral, são as mulheres, se tomarmos em conta as vendedeiras ambulantes, as vendedeiras de sucupira (feiras permanentes nos centros urbanos). Estas vivem exclusivamente dos seus rendimentos, como um comum autoempregado.

O resultado da nossa pesquisa, apresentado no Gráfico 5, trata de uma particularidade específica, isto é, os autoempregados diplomados de formação profissional. Por isso, ao analisar os dados devemos ter em conta que, no imaginário popular de Cabo Verde, ainda existe um certo estereótipo ou preconceito sobre as mulheres, em fazer determinadas formações, direcionadas para profissões que ainda são consideradas para homens. A sociedade cabo-verdiana ainda é sexualizada em termos de profissões, isto é, determinadas profissões são tipicamente para as mulheres e outras para os homens. Este imaginário social é bem visível nas escolas técnicas em que se encontram turmas só de raparigas ou só de rapazes, tendo em consideração as áreas de formação. Por exemplo, as áreas de serviços e comércio são predominantemente dominadas pelas raparigas e as áreas de metalomecânica e eletricidade são dominadas pelos rapazes.

2 – Idade dos inquiridos

A variável idade é um dos fatores associados à pessoa de autoempregado, considerado muito importante por vários autores (Pamplona, 2001; Parker, 2004; Silva, 2008, entre outros) e organizações internacionais como determinantes na criação do autoemprego. O Gráfico 6 apresenta a faixa etária dos diplomados.

Gráfico 6 – Distribuição percentual dos autoempregados por idade



O Gráfico 6 apresenta a faixa etária dos autoempregados, sendo a maioria com a idade compreendida entre 26-30, com 40,8% de sexo masculino. As mulheres autoempregadas são mais novas do que os homens. Apenas estas apresentam 3,7% na faixa etária 36-40 anos. Em todo o caso, trata-se de uma idade baixa para o momento da emigração para o autoemprego, caso os inquiridos fossem empregados. Constitui uma faixa etária pouco comum nos autoempregados, visto que o nosso estudo recai sobre uma população muito específica, os diplomados de formação profissional, na maioria à procura do primeiro do primeiro emprego. A variável idade apresenta uma importância primordial na análise do autoemprego. Pamplona (2001) afirma que a grande maioria dos trabalhos empíricos acerca do autoemprego nos EUA e no Reino Unido mostra que a probabilidade de tornar-se autoempregado cresce com a idade, caindo depois nas idades mais avançadas. O mesmo autor citando Aronson (1991) refere que a idade média de todos os trabalhadores norte-americanos em 1986 era de 33 anos para homens e 32 anos para as mulheres, enquanto os autoempregados masculinos tinham a idade média de 43 anos.

Para Parker (2004) os indivíduos mais jovens normalmente possuem limitações de capital físico e humano, requisitos necessários para a criação do seu próprio negócio, o que diminui a probabilidade de se tornarem autoempregados. Na mesma linha Uusitalo (2001) refere que há uma maior taxa de autoemprego entre os homens do que entre as mulheres. Constata-se que há uma tendência em que a taxa de adoção desta condição seja crescente até aos 40 anos de idade, mantendo-se relativamente estável até em torno de 60 anos, quando volta a crescer em função de aposentaria dos indivíduos. O mesmo autor considera que cerca de 1,5% dos trabalhadores menos de 40 anos saem anualmente do autoemprego e a taxa da entrada ronda por volta de 1% anual.

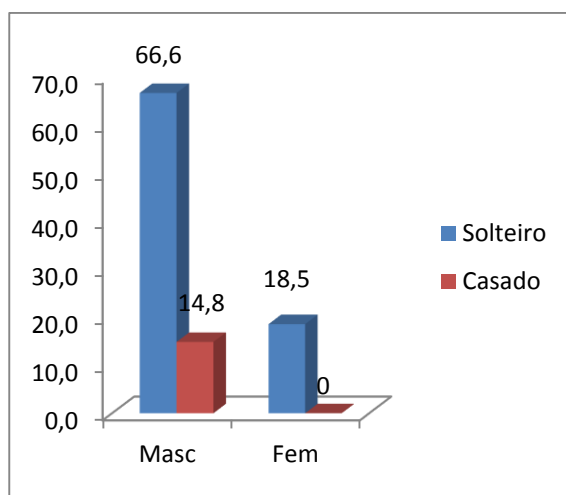
Na análise de alguns autores como Parker (2004), Pamplona (2001) e Silva e Cowling (2008), estes esclarecem que leva um certo tempo até que um indivíduo desenvolva as habilidades necessárias ao sucesso do seu empreendimento. Para adquirir as experiências suficientes, em alguns casos o indivíduo deve trabalhar certo tempo em uma empresa ligada ao mercado. Parker (2004) considera que os mais jovens possuem menos aversão a risco do que os mais velhos, e maior vigor físico, permitindo um maior esforço e uma alta intensidade de trabalho, características necessárias aos autoempregados. Pamplona (2001) refere que os mais velhos são mais avessos ao risco do que os mais jovens.

Os referidos autores consideram que os indivíduos da meia-idade são os mais propensos a se tornarem autoempregados, por terem disposição para trabalhar longas jornadas de trabalho.

3– Estado civil dos inquiridos

Relativamente à variável estado civil dos diplomados de formação profissional autoempregados verifica-se uma percentagem bastante reduzida de indivíduos casados. Este facto espelha a situação das relações conjugais existente no país, isto é, numero reduzido de casamentos, pois os casais vivem maritalmente, sobretudo jovens. Por isso, não é de estranhar os dados relativos aos autoempregos inquiridos. Conforme o Gráfico 3 que apresenta a baixa percentual (14,8%) dos autoempregados casados do sexo masculino contra 0% de mulheres casadas.

Gráfico 7- Distribuição percentual do estado civil dos autoempregados



Esta comparação entre homens e mulheres casados demonstra que existe um baixo nível de matrimónio nos casais jovens porque na realidade cabo-verdiana optam por viverem juntos. Entretanto, relativo aos autoempregados, de acordo com o estudo realizado por Cowling (2008) existe mais propensão das pessoas casadas e viúvas de serem autoempregadas que as pessoas solteiras. Essa conclusão contradiz os dados da nossa pesquisa, talvez por causa do nosso contexto específico e da nossa realidade cultural e também pela própria particularidade dos nossos participantes. Cerca de 70% dos nossos diplomados autoempregados são solteiros contra 18,5% de sexo feminino. Um argumento plausível sobre a grande diferença pode ser o fato de as mulheres que mais buscam a formação profissional são as mulheres solteiras e sobretudo mães solteiras, visto que existem programas direcionados para este grupo social, no quadro de luta contra pobreza, com objetivo de emprego ou autoemprego.

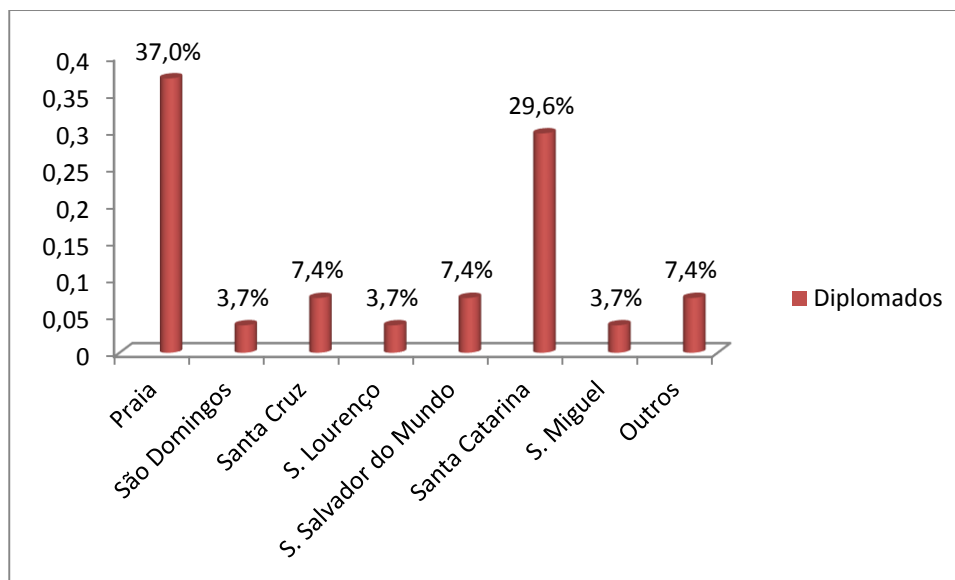
Parker (2004) cita diversos estudos que analisam e fazem referência ao casamento e da existência de crianças pequenas (ou na idade escolar) a exercer um peso positivo na decisão de mulheres em serem autoempregadas. Sublinha também que as mulheres casadas recebem influência positiva de um marido autoempregado para tornarem autoempregadas.

4 – Concelho de origem

O local de nascimento apresenta pouca relevância para o nosso estudo, tendo em conta a facilidade de mobilidade da população atualmente impulsionada pelos fatores como o êxodo rural, vias rodoviárias e transportes, entre outros. O facto dos Centros de Formação e as Escolas Técnicas estarem localizados em quase todos os concelhos da ilha de maior

concentração populacional e equidistantes entre concelhos, favorece de certa forma a procura da formação pelos diplomados.

Gráfico 8- Distribuição percentual dos autoempregados por concelho de origem



Podemos constatar, através do Gráfico 8, de que o número de autoempregados é diretamente proporcional ao número de habitantes do concelho. Por exemplo os dois maiores concelhos da ilha em termos populacionais (Praia e de Santa Catarina) são também beneficiados com uma escola técnica cada, as duas existentes para toda ilha de Santiago. No caso do concelho de Santa Catarina existe uma particularidade importante a analisar: tradicionalmente é um concelho que possui uma dinâmica comercial de vários séculos. Desde há muito a esta parte, todas as quartas-feiras e sábados o centro da cidade acolhe pessoas (feirantes e compradores de toda ilha de Santiago), tendo em conta a sua situação geográfica (centro da ilha) e sua capacidade gravitacional em relação aos outros seis concelhos. Esta dinâmica comercial e empreendedora pode estar na origem da procura de formação profissional e a criação considerável do autoemprego pelos diplomados de formação profissional. Entretanto, pelo facto dos dois concelhos da ilha apresentarem a maior percentagem dos diplomados, não pretendemos afirmar que são concelhos com pessoas com maior propensão de ser autoempregados.

Sendo maiores centros populacionais, os concelhos da Praia e Santa Catarina, pela dinâmica urbana e atividades comerciais, podem apresentar maiores oportunidades de negócios, por isso, jovens oriundos de outros concelhos e até ilhas (Fogo e S. Vicente ou outras) procuram a formação profissional nestes concelhos. Até à década de 80 do século passado, era comum em Cabo Verde considerar as pessoas da ilha do Fogo como maiores

empreendedores, visto que eram na maioria autoempregados, no sentido geral do termo, sobretudo no ramo de comércio (vendedores ambulantes). A explicação poderá ser o hábito de vender e revender as roupas usadas e não só, provenientes dos Estados Unidos de América, enviadas pelos familiares que, muito cedo, emigraram para aquele país nas últimas décadas do século XIX.

O Gráfico 8 revela que os concelhos da Praia e de Santa Catarina têm mais de 60% dos autoempregados e em termos da população também albergam 65,7% dos habitantes da ilha de Santiago, daí o nosso argumento em termos da proporcionalidade população/autoemprego.

5– Residência antes da formação

Apenas dois inquiridos mudaram de residência após a formação. A maioria dos diplomados autoempregados criou o seu negócio no mesmo concelho onde fez a formação profissional.

Uma Autoempregada quando era formanda morava em S. Salvador do Mundo, formou-se no Centro de Formação profissional de Pedra Badejo e criou o seu negócio no concelho de São Domingos. A mobilidade dela suscitou em nós alguma dúvida. No momento do inquérito solicitamos a explicação da escolha do concelho para instalar o empreendimento, tendo sido a resposta: “adoro viver em S. Domingos e me parecia um lugar interessante de instalar um negócio na área de instalações e manutenção de computadores”. Um outro autoempregado residia em Achada Tossa (zona rural) e criou o seu negócio na cidade de Assomada. Consideramos esta mobilidade mínima e sem grande relevância. Entretanto, é de destacar as evidências empíricas reveladas por alguns estudos relativamente à sobrevivência do autoemprego que afirma uma relação positiva entre a zona rural e a sobrevivência do autoemprego. Haapanen e Trevo (2009) realizaram um estudo na Finlândia, concluíram que o autoemprego do meio rural regista menor taxa de saída dos indivíduos do autoemprego nos primeiros anos da existência. Os referidos autores justificam que as zonas rurais são caracterizadas pelas condições mais fracas do emprego de que zonas urbanas, e regista uma maior taxa de desemprego, obrigando o autoempregado continuar com o seu empreendimento, uma vez que a opção do emprego é bem escassa.

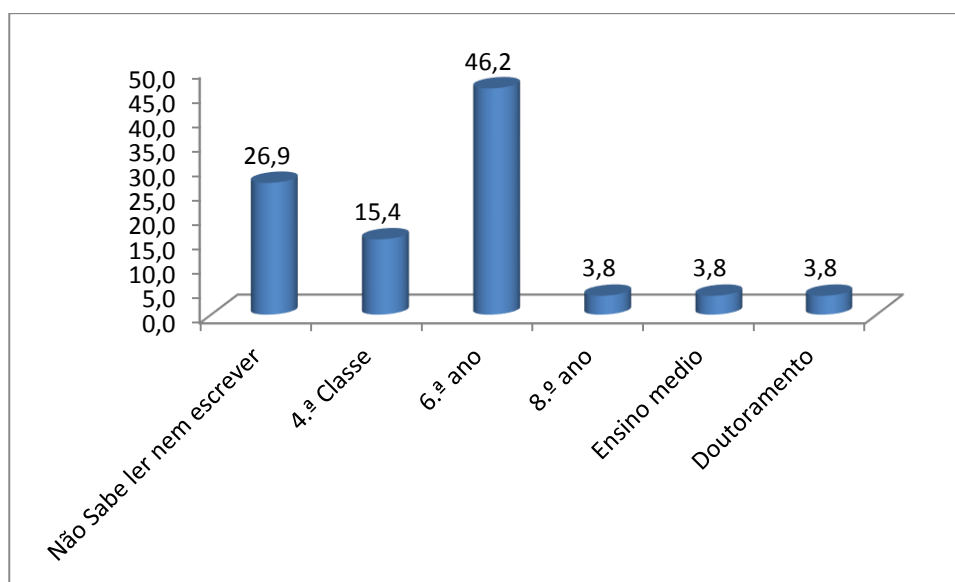
6 – Grau de instrução dos pais

Os dados do Gráfico 9 são bastante elucidativos em termos do nível de instrução do pai dos autoempregados. Como se pode verificar, 46,2% dos pais têm apenas 6.º ano de

escolaridade e 26,9% não sabem ler e nem escrever. Isso comprova que a maioria dos autoempregados tem maior habilitações que os pais, com excepção dos 7,6% dos pais que possuem ensino médio e superior. A percentagem dos pais analfabetos pode ser explicada pela residência dos mesmos. Basta lembrar que a maioria vive nas zonas rurais onde o acesso à escola era difícil. Os indivíduos nascidos nos anos 60 do século passado (no caso da maioria dos pais dos inquiridos) não tinham acesso à escola, e os que tinham a limitação colocada pelos pais era 4.^a classe, visto que as condições para continuar os estudos preparatórios e liceais eram bem difíceis porque implicava deslocação do concelho. Diferentemente dos nossos dias, a educação dos filhos faz parte do quotidiano dos pais cabo-verdianos. Pois, todos se sacrificam e desejam ter filhos com um diploma universitário. Muitos pais investem na agricultura e criação de gados para garantir o curso superior dos filhos, na expectativa de ver os filhos com um curso. Atualmente, os pais estão cientes dos cursos que garantem a melhor saída profissional. Por exemplo, quando um filho cursa a medicina é um motivo grande de orgulho.

Algumas décadas atrás, Cabo Verde era um país muito ruralizado. Mesmo atualmente, segundo os dados do INE (Censo, 2010), cerca de 75% da população dos concelhos da ilha de Santiago com excepção da Praia vivem nas zonas rurais.

Gráfico 9– Distribuição percentual do pai por nível de ensino

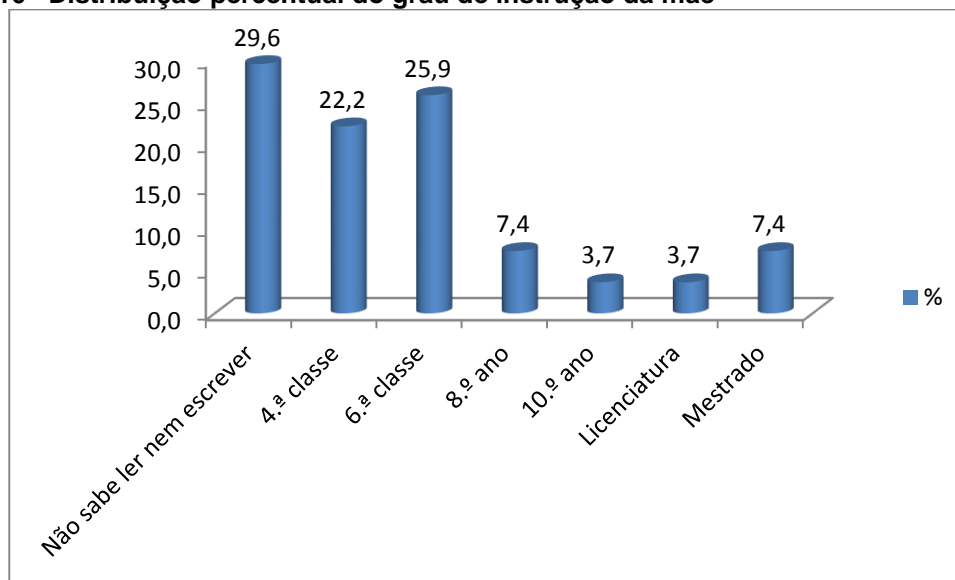


O Gráfico 9 não revela que o nível de instrução do pai influenciou a educação dos filhos, em termos de habilitações literárias. No entanto, é necessário ter em conta as mudanças que se vem operando na sociedade cabo-verdiana, em termos de acesso à educação e formação, justificando de certa forma a tendência dos filhos a serem mais

escolarizados que os pais. Atualmente é fácil constatar que os pais veem a escola como um investimento para o futuro dos filhos.

Comparando os Gráficos 9 e 10 (nível de instrução da mãe), verifica-se uma certa diferença nas instruções do pai e da mãe.

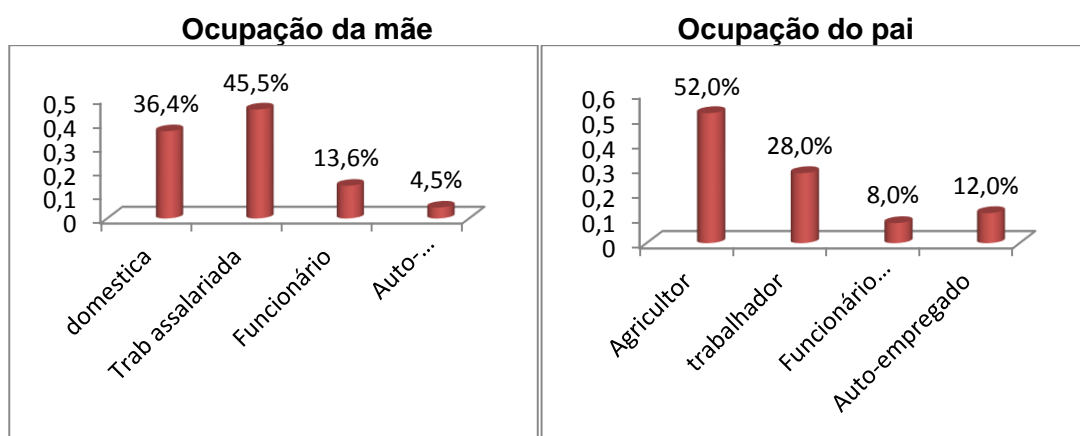
Gráfico 10– Distribuição percentual do grau de instrução da mãe



É notório verificar a diferença da instrução das mães, cerca de 70% têm menos do que 6.º ano de escolaridade. Esta diferença justifica-se, naturalmente, visto que nos países periféricos, dado ao processo histórico da escolarização, as mulheres apresentam um baixo nível de escolarização, apesar de grandes melhorias a partir dos anos 80 do século passado, no caso de Cabo Verde. O Gráfico 10 evidencia que 29,6% de mães não sabem ler nem escrever e há menos mães com o 6.º ano de escolaridade do que pais.

7- Ocupação profissional dos pais

Gráfico 11- Distribuição percentual dos pais por ocupação profissional



O Gráfico 11 apresenta a ocupação profissional dos pais dos diplomados de formação profissional autoempregados. Como se pode constatar uma percentagem mínima são autoempregados (12% dos pais e 4,5% das mães). Entretanto, trata-se de autoemprego de baixa especialização, isto é, o que não exige a qualificação profissional como, por exemplo, vendedeira ambulante ou de prestação de serviços como carpintaria ou alfaiataria. Neste aspeto, deduz-se que a tradição familiar não teve peso na influência dos diplomados na criação do seu pequeno negócio. Entretanto, Uusitalo (2001) afirma que quando os pais foram autoempregados, a probabilidade dos filhos serem autoempregados aumenta em três vezes mais. No entanto, Verificamos que não houve qualquer coincidência das profissões dos pais com autoemprego criado pelos filhos.

A diferença percentual no nosso estudo em termos de pais autoempregados com a do estudo apresentado por Cowling (2008) é muito aproximada. A nossa diferença (autoemprego do pai – 12% e da mãe 4,5%) é de 7,5% e dele 7,64%. A maioria dos pais dos autoempregados é agricultor, correspondendo a 52%. No caso das mães, 36,4% são domésticas. Nos Gráficos 7 e 8 aparecem a designação de trabalhador assalariado (a segunda percentagem mais elevada em ambos os gráficos, referem as pessoas que prestam serviços não especializadas e sem contratos laborais. São indivíduos que prestam serviços no campo ou na construção civil e até nas Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO) para sobrevivência nas épocas de maior aperto. Verificamos também que a percentagem de pais agricultores (52%) é elevada. Convém explicar que se trata de agricultura (sequeiro) de subsistência em pequenas parcelas de terreno em que muitos homens dedicam nos meses de chuva (Julho a Outubro).

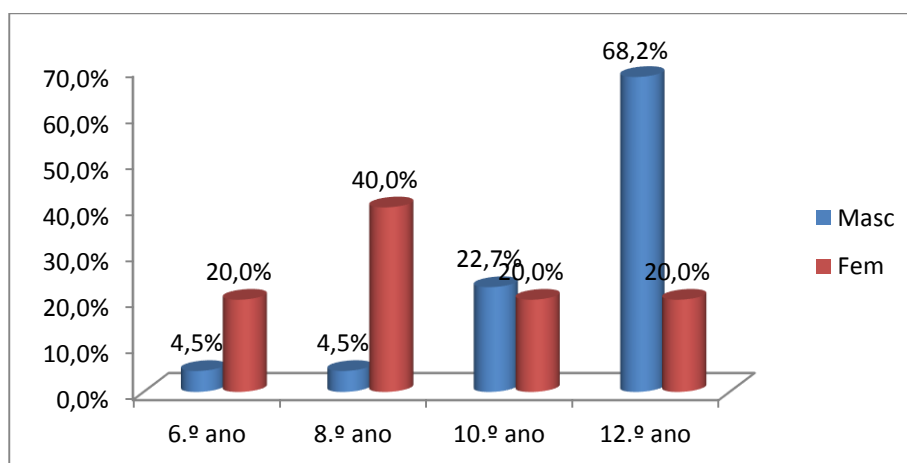
II- Identificação Escolar e Profissional dos autoempregados

Neste bloco de perguntas as respostas têm como objetivo determinar o nível de escolaridade, nível de formação, ano da sua realização e a situação do autoempregado antes da sua formação profissional até ao momento da criação do seu próprio emprego.

8 – Conclusão do último nível escolar

O nível da escolaridade, normalmente está relacionado com o nível de formação que um formando possa adquirir, isto é, um indivíduo com 6.º ano de escolaridade não pode de forma alguma fazer uma formação de nível III ou IV, visto que não se adequa à sua habilitação literária. Não suporta o plano de estudos que lhe garanta a competência necessária que o nível exige. A educação ou o nível escolar é considerado um dos fatores de extrema importância na análise de autoemprego, segundo apontam Pamplona (2001), Parker (2004), Silva (2008) e Cowling (2008). Esses autores afirmam que altos níveis da educação aumentam a probabilidade de os indivíduos serem autoempregados e também melhoram o rendimento obtido no autoemprego. Parker (2004) refere que as pessoas portadoras de maior nível de educação, normalmente encontram-se numa posição mais próxima do autoemprego, com maior competências gerência e de proficiência na gestão de um negócio, visto que são mais informados sobre as oportunidades do mercado. Convém recordar que cabe também ao autoempregado a gerência do empreendimento e liderar os trabalhadores. Portanto, existe uma relação positiva entre o nível da educação/nível de formação e o autoemprego.

Gráfico 12– Distribuição percentual dos diplomados por nível escolar



Relativamente ao Gráfico 12, podemos constatar que o diplomado com maior nível escolar corresponde a 68,2% do sexo masculino contra 20% do sexo feminino, no caso do ensino secundário completo. Duas razões podem explicar a grande diferença: a oferta dos cursos apresentados pelos centros de formação e escolas técnicas (ver o Quadro 4) em que

a maioria ainda é “masculinizada” na sociedade cabo-verdiana e os cursos mais procurados pelas mulheres são em menor número (feminizadas) e os requisitos exigidos para estes são menores, bem como as habilitações literárias. Pode-se também verificar que os cursos que exigem um nível mais baixo de habilitações literárias são mais procurados pelas mulheres do que pelos homens. A segunda razão da discrepância das habilitações dos autoempregados reside também na própria história. Poucas décadas atrás e ainda atualmente em alguns casos, os pais não apostavam nos estudos das raparigas, pois as mulheres ocupavam dos trabalhos caseiros ou das profissões que não exigiam muito esforço. Os vestígios dessa atitude ainda se encontram em algumas zonas rurais de Cabo Verde.

Os autoempregados de sexo feminino são mais habilitados com 6.º e 8.º ano de escolaridade. Como se compreende a formação técnico-profissional é feita no final do ensino secundário, tanto para os que procuram os Centros de Emprego, bem como os que optam para o Ano Complementar Profissional.

9 – Área do curso de formação profissional

Existe um conjunto de cursos que são ministrados nos centros de formação profissional, mas não são padronizados, isto é, variam os planos curriculares e até a nomenclatura. Não está ainda implementado em Cabo Verde um sistema nacional de qualificações. Por isso, existem cursos com níveis iguais com nomes e conteúdos diferentes. Os cursos realizados nos centros de formação e nas escolas técnicas são diferentes, isso também porque não existe um catálogo nacional das qualificações, enquanto um instrumento regulador da oferta formativa, afirma IEFP (2011) que se trata de um grande desafio a criação do Catálogo e na organização do dispositivo que suporta o seu funcionamento. Não existe para tanto, regulamentos essenciais de ofertas formativas. Sobre este aspeto, salienta o mesmo estudo, IEFP (2011): “Ainda a este nível, parece útil considerar a necessidade de aprovar regulamentação que clarifique as modalidades existentes, sobretudo ao nível da formação profissional como atrás se referiu e determinar a aplicação dos novos referenciais de qualificação na sua organização” (p. 74).

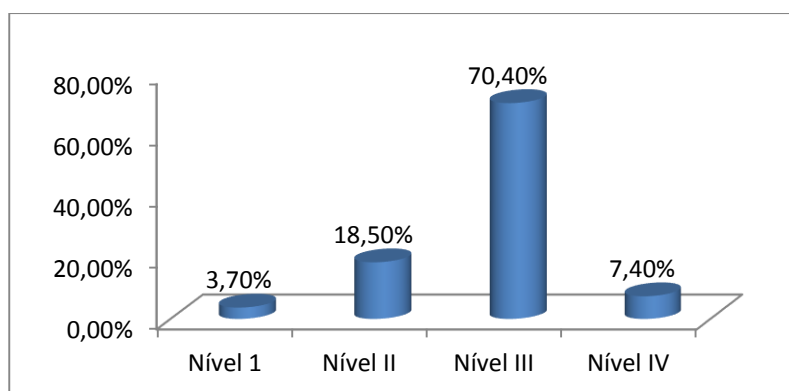
Como se pode verificar no Gráfico 13, os cursos profissionais de níveis III e IV atribuem aos diplomados autoempregados a competência para o exercício no mercado de trabalho como quadros intermédios que, após a formação, optaram pelo autoemprego. As ofertas formativas podiam ser bem diversificadas por causa das necessidades do mercado. Mas o índice de oportunidades de negócios não foi apresentado para o efeito. Neste particular, IEFP (2011) refere: “ Com efeito, a aposta na qualificação destes quadros

intermédios deve ser objeto de uma regulamentação cuidada uma vez que representa, simultaneamente, uma oportunidade para qualificar o mercado de trabalho e a própria estrutura produtiva, mas, por outro lado incorre o risco de conduzir a algum desaproveitamento de recursos e do investimento feito por incapacidade de o tecido produtivo aproveitar essas qualificações” (P.86).

10 – Nível do Curso

Os inquiridos responderam a esta pergunta, conforme apresenta o Gráfico 10, abaixo apresentado. Constata-se uma grande diferença de níveis de formação entre os diplomados autoempregados, 70,4% dos diplomados tem Nível III contra 3,7% do Nível I.

Gráfico 13 – Distribuição percentual dos diplomados por nível de curso



Como atrás salientamos, o nível do curso tem uma correspondência direta com o nível de escolaridade, como explicamos no ponto 13, o mesmo serve para o nível de formação. A maioria dos autoempregados (70,4%) possui no início de formação o 12.º ano de escolaridade que, conforme a Lei-quadro de formação profissional cabo-verdiana, Decreto-Lei n.º 37/2003, (ver anexo) no seu artigo 25.º, ponto 1 estabelece os níveis de formação profissional.

O nível de qualificação favorece o autoemprego, isto é, os profissionais qualificados são mais propensos ao autoemprego. Afirma Cowling (2008) que dos trabalhadores manuais masculinos têm a probabilidade de serem autoempregados 55,6%, enquanto nas mulheres trabalhadoras manuais qualificadas a probabilidade é de 36,5%. Silva (2006), citando Peel e Imkson (2004), encontra também indícios de que os benefícios propiciados pela situação do autoemprego são mais percebidos pelos indivíduos que possuem maior qualificação profissional do que pelos menos qualificados. Entende-se que, quando um autoempregado tem maior nível de qualificação, se encontra preparado para uma adaptação

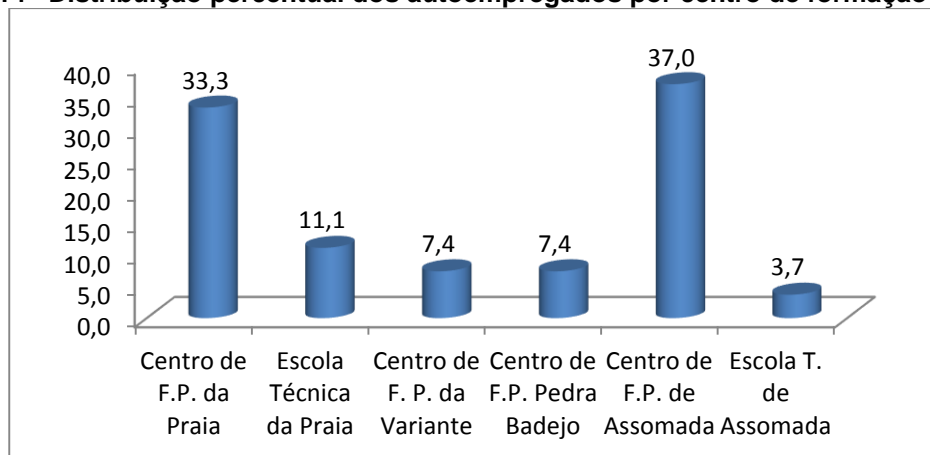
mais fácil às alterações do mercado, a nível de inovação e tecnologia, tendo assim mais oportunidades de sucesso.

11 – Instituição de formação profissional

Os autoempregados inquiridos realizaram a formação em duas escolas técnicas e quatro centros de formação profissional, em concelhos diferentes, com a possibilidade de atender a procura dos interessados dos 7 concelhos da ilha de Santiago.

Os dois centros, que apresentam a maior percentagem de diplomados autoempregados, localizam-se nos centros urbanos mais populosos da ilha (Praia e Santa Catarina) com 33,3% e 37% dos inquiridos, conforme apresenta o Gráfico 14.

Gráfico 14– Distribuição percentual dos autoempregados por centro de formação

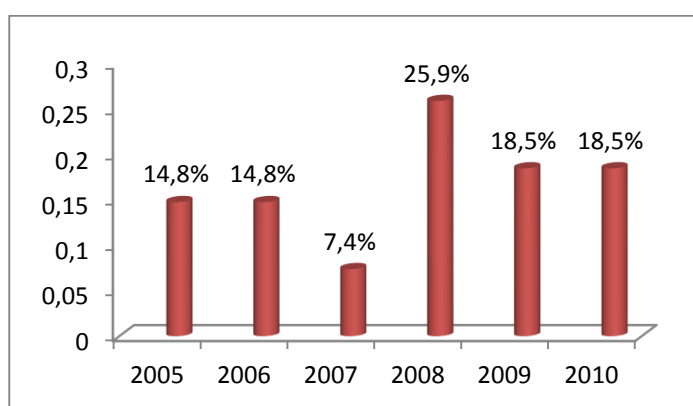


As duas escolas técnicas situam-se cada uma num dos concelhos com maior número de habitantes, como fizemos referência atrás. A pergunta que se pode fazer é o porquê da reduzida percentagem dos diplomados auto-empregados das escolas técnicas. A resposta pode ser baseada no seguinte: a formação profissional nas escolas técnicas desenvolve-se com o prolongamento do ensino secundário, e alguns alunos quando concluem o 12.º ano podem optar para fazer mais um ano de formação profissional complementar. Esses alunos, na maioria apresentam pouca maturidade e menos do que 25 anos. Basta observar que, se o aluno não reprovar um ano no seu percurso escolar, termina o 12.º ano com 19 anos, e com mais um ano de formação, perfaz 20 ou 21 anos de idade. Com esta idade, a criação de autoemprego é menos propensa, como atrás verificamos no ponto relativo à idade dos inquiridos. A maioria dos alunos ambiciona em continuar os estudos ou trabalhar por conta de outrem.

12 – Ano da conclusão do curso

Com as respostas a esta questão, pretendíamos saber, dos seis anos estudados (2005 a 2010), o ano ou anos de maior formação e ou em que mais autoemprego foi criado na ilha de Santiago. As respostas foram conclusivas: o ano 2008 foi responsável pela criação de 33,3% de autoemprego na ilha de Santiago, com ligeira diminuição nos anos 2009 e 2010, que foram de 18,5%.

Gráfico 15– Distribuição percentual dos diplomados por ano de formação



O ano 2008 foi o ano em que o governo começou a dar uma grande atenção á formação profissional dos jovens (ver Quadro 6), investindo grandes somas com base nas parcerias, sobretudo portuguesa e luxemburguesa. Convém ressaltar que o investimento na ordem de 42% anual também mereceu um grande esforço do governo de Cabo Verde a partir do Tesouro do Estado.

13 – Local da instituição de formação

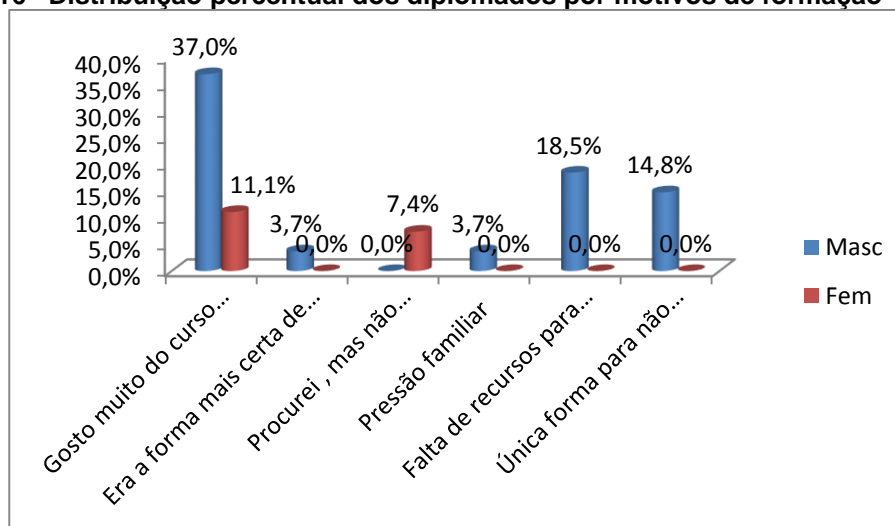
O Quadro 4 esclarece a localização das instituições de formação: uma escola técnica e um centro de formação que estão localizados na cidade da Praia; um centro de formação na localidade de Variante, concelho de S. Domingos; um centro de formação em Pedra Badejo; uma escola técnica e um centro de formação na cidade de Assomada. Os restantes concelhos, que não são contemplados com as infraestruturas de formação, estão próximos, com fácil acesso aos outros que dispõem de centros de formação e das escolas técnicas.

14 – Motivo mais forte para o ingresso na formação profissional

Dos oito motivos apresentados no questionário aos diplomados autoempregados, apenas dois dos inquiridos tiveram a necessidade de acrescentar o 9.º motivo: o 1.º acrescentou que fez a formação apenas para obter a carteira profissional, explicou que já era um profissional na área de serralharia metálica havia muitos anos e com grande conhecimento do mercado, mas que algumas empresas que selecionavam o seu trabalho, exigiam a certificação profissional na altura de assinatura do contrato de empreitada; o 2.º inquirido revelou que, mesmo sendo um bom profissional de mecânico auto, queria atualizar os conhecimentos, desenvolvimento tecnológico dos automóveis.

O Gráfico 16 abaixo apresentado ilustra os principais motivos e releva “gosto do curso que fiz”. 37% dos inquiridos masculinos e 11,1% dos inquiridos femininos apontaram como motivo forte.

Gráfico 16– Distribuição percentual dos diplomados por motivos de formação



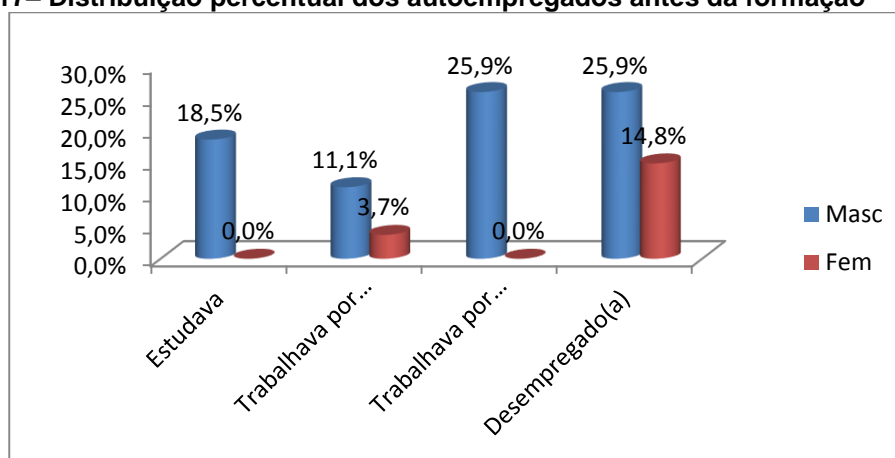
O motivo a “necessidade de trabalhar mais cedo possível” não foi considerado pelos inquiridos. Neste particular, podemos deduzir que trabalhar cedo não fazia parte da preocupação dos inquiridos, visto que percebiam que podiam trabalhar após a formação profissional. Uma leitura cuidada do Gráfico 16 levou-nos a verificar a preocupação das raparigas em procurar emprego o que não aconteceu com os rapazes sem fazer a formação profissional. O motivo “pressão familiar” deveria ser um motivo forte, mas tendo em conta a mudança de atitudes dos pais, face a necessidade do estudo dos filhos. Como veem na formação a garantia de um emprego, fazem sacrifícios para garantir os estudos dos filhos. Neste particular, Dawson et al (2012) apresentam os motivos para criar autoemprego como “ser independente”, “obtenção de maior lucro” e “surgimento de oportunidade (capital,

espaço equipamento) ”. Convém salientar que esses não são motivos apresentados pelos diplomados de formação profissional.

15 – Situação profissional antes do curso

Verificamos que muitos dos diplomados autoempregados, já trabalhavam por conta de outrem antes do curso, sobretudo os de sexo masculino (26%) e uma percentagem mais baixa, (11%) trabalhava por conta própria. Os inquiridos de sexo feminino não estavam a estudar antes do curso, 14,8% estavam desempregados. O Gráfico 17 elucida melhor a nossa análise.

Gráfico 17– Distribuição percentual dos autoempregados antes da formação



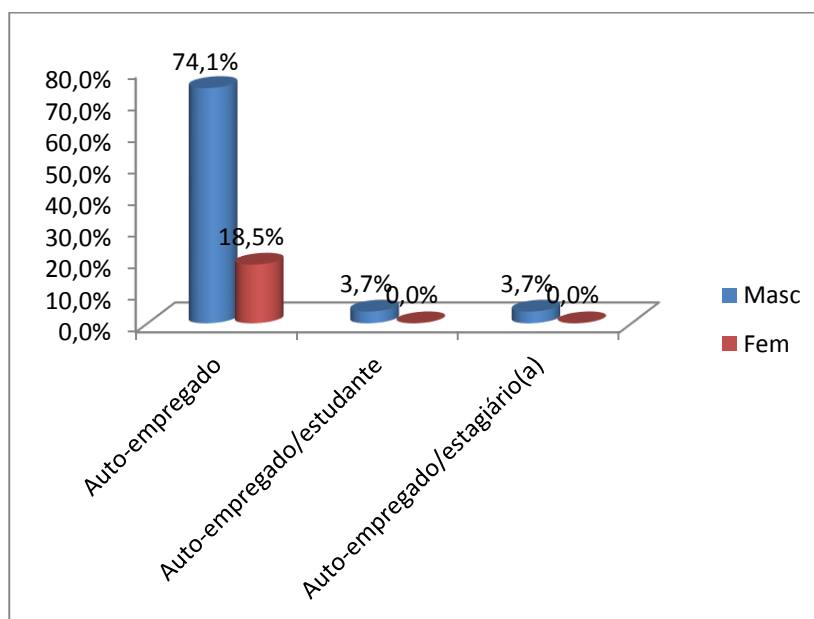
O contacto com o mundo de trabalho antes da formação profissional pode revelar-se positivo pela experiência de autoempregados, sobretudo para lhes dar uma dimensão maior da profissão. Pamplona (2003) aponta que um dos fatores fortes que tem contribuído para o aumento do autoemprego é o desemprego, crescimento lento da economia, crise económica e dificuldades do setor público em promover o pleno emprego. Entretanto, o caminho encontrado pela imposição do mercado é a formação profissional para poder aceder a um posto de trabalho ou fabricar um produto que satisfaz as exigências do consumidor.

O acesso ao emprego por conta de outrem para as mulheres sem formação profissional, conforme o Gráfico, revela ser mais difícil do que para os homens. Entende-se que uma das razões pode ser a tradição de raparigas permanecerem mais tempo em casa dos pais. Este aspeto pode justificar a demora na saída de mulheres para procurar o primeiro emprego por conta de outrem quando não dispõem de um capital escolar e de formação. Apesar de avanços registados, afirmam Stamm e Niederhauser (2008) que no que toca as ambições de formação, as mulheres mostram-se menos determinadas e também menos seguras, relativamente à obtenção de bons resultados do que os homens.

16 – Ocupação atual dos diplomados autoempregados

A condição de autoempregado exige adaptação ao mercado e muita capacidade de descobrir as melhores oportunidades que o mesmo mercado oferece. Ser autoempregado implica, muitas vezes, fazer uma rutura total com a rotina do dia-a-dia de um empregado por conta de outrem, sobretudo em termos do tempo e do espaço. Sobre estes dois aspetos afirma Silva (2006) que há indivíduos, sem vínculo empregatício formal, que não se sentem autoempregados, por verem sua condição como contingencial e não a reconhecem como uma escolha de vida. Por outro lado, há aqueles que, mesmo vinculados permanentemente a uma organização, por meio de um contrato tradicional, se percebem como autoempregados por causa da preservação da sua autonomia e não se sentem dependentes das imperativas das estruturas à sua volta. No caso dos inquiridos notamos que se enquadram perfeitamente no primeiro grupo de indivíduos acima referidos pelo autor, percebe-se que para muitos se trata de uma opção contingencial. Alguns são autoempregados mas com vínculo empregatício com outra empresa. Percebemos também que alguns diplomados autoempregados, com empreendimentos em situação difícil de funcionamento, têm a perspicácia e autodeterminação de não fechar as portas para procurar o emprego assalariado.

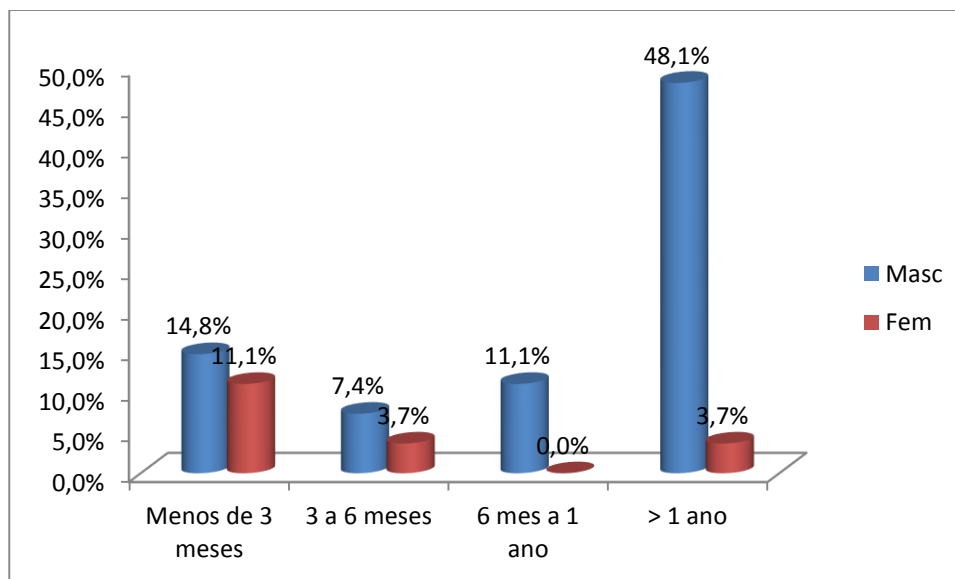
O Gráfico 18 elucida de certa forma essa discussão. Pois a maioria dos diplomados de ambos os sexos (74% e 18,5%) ocupa-se exclusivamente dos seus negócios e afirma que existem tarefas em demasia a realizar.

Gráfico 18– Distribuição percentual dos autoempregados por ocupação

Sobre o excesso de tarefas, Silva (2006), apresenta as principais desvantagens de ser autoempregado: a necessidade de lidar com maior grau de risco e incerteza; a tendência a conviver com elevado nível de stresse; um ritmo de trabalho intenso de longas horas; o dispêndio de uma forte energia emocional, citando (Bradley e Roberts, 2004, p.39). Na mesma linha afirma Pamplona (2001) citando Bryson e White (1997, p.28) pesquisando recém-empregados e recém-autoempregados do Reino Unido, descobriram que 50% dos homens autoempregados trabalhavam mais do que 40 horas por semana, ao passo que só 37% dos homens empregados faziam o mesmo. No caso das mulheres, as proporções eram de 15% e 7%, respetivamente.

17 – Tempo da demora para criar o autoemprego

De forma alguma é tarefa fácil para um recém – diplomado criar o seu próprio emprego, sobretudo nos dias de hoje, em que o emprego por conta de outrem se torna cada vez uma miragem. Mesmo com a preparação que os diplomados de formação profissional recebem durante o tempo da formação, sobretudo com a introdução do módulo empreendedorismo, debruçando sobre como fazer um plano de negócio, podem não ser suficientes para levar o diplomado a criar em pouco tempo o seu próprio negócio.

Gráfico 19– Distribuição percentual sobre o tempo da demora para criação do autoemprego

O Gráfico 19 apresenta os dados obtidos sobre a questão: cerca de 52% dos diplomados só conseguiram criar o seu próprio emprego a partir de um ano de concluir a sua formação profissional; 25% criaram o seu próprio emprego com menos de 3 meses. Esse grupo poderá ser os diplomados dos centros de formação que tiveram a oportunidade de gerir um fundo de apoio aos diplomados para criação do próprio negócio. Ainda no decurso de formação os formandos apresentavam um plano de negócio que era orientado e aprimorado pelo centro que, logo após a formação, poderia ser objeto de implementação. O exemplo elucidativo é o do programa FIVA (Formação e Integração na Vida Ativa) que beneficiava os formandos do Centro de Pedra Badejo. Convém esclarecer que o programa FIVA foi resultante da cooperação entre o Ministério de Solidariedade de Portugal e o Ministério de Trabalho de Cabo Verde.

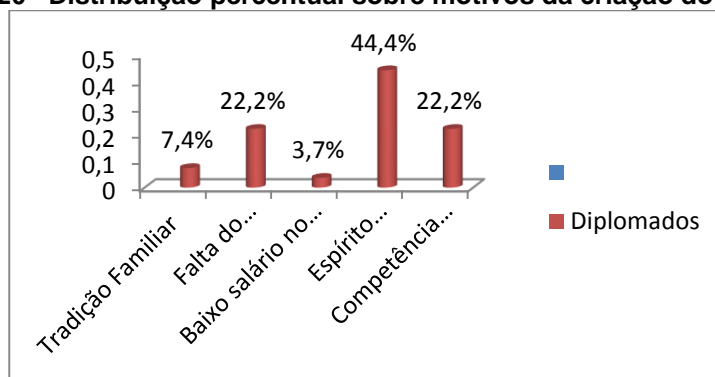
Os diplomados cuja ocupação profissional antes da formação era autoempregado também se integram no grupo daqueles que criam o autoemprego menos de 3 meses depois da formação. Convém salientar que a maioria dos diplomados concluiu o curso em 2008.

18 – Motivo principal que levou à criação do autoemprego

Em relação aos cinco motivos apresentados no questionário, como opções da resposta da pergunta em análise, os diplomados de formação profissional inquiridos não acrescentaram mais nenhuma opção no ponto 6 e outros”. Este facto demonstra que para os diplomados, no seu contexto real, foram suficientes os motivos apresentados. Vários estudos revelam motivos diversos para a criação do autoemprego. Uusitalo (2001) ao analisar os determinantes de autoemprego na Finlândia chegou a conclusão que o capital financeiro é menos determinante que o capital humano, na criação do negócio inicial, visto que em autoemprego os fatores psicológicos desempenham um papel muito determinante. O seu estudo apresenta evidências empíricas do que as pessoas menos avessas ao risco são mais propensas de serem autoempregadas. O mesmo autor sugere também alguns fatores que exercem influência positiva na propensão de um indivíduo a assumir as condições de autoempregado: características pessoais tais como o dinamismo, autoconfiança e menor aversão ao risco; influência familiar de pais que viveram com sucesso o autoemprego; experiência de ter passado por uma situação de desemprego. Bem analisado, as opções apresentadas no questionário abarcaram todos esses fatores.

No entanto, outros autores revelaram que a criação do autoemprego depende também da percepção que o indivíduo tem sobre a sua autoeficácia, um sentimento que seria mais comum naquele que possui formação mais sólida, maior nível de experiência profissional, rede de relacionamentos mais consistente e mais acesso a recursos económicos(Singh e Denoble, 2003). O nosso estudo não se enquadra na visão desses autores, visto que os diplomados autoempregados em nenhum momento manifestaram tal atitude. Podemos verificar esse facto nas conversas informais após o preenchimento do questionário. Todavia não era de esperar a demonstração da atitude da autoeficácia nos indivíduos recém-formados.

O Gráfico 20 apresenta mais pormenores sobre as respostas dos inquiridos, relativos a uma pergunta tão importante para a criação do autoemprego.

Gráfico 20– Distribuição percentual sobre motivos da criação do autoemprego

Cerca de 44,4% dos diplomados criaram os seus negócios por causa do espírito empreendedor, um valor muito superior, isto é, o dobro dos que consideram como motivo principal o desemprego. Na verdade para ser autoempregado é necessário ter o espírito empreendedor. Os empreendedores como afirma Dornelas (2012), são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonados pelo que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas, querem deixar o legado. Nestas circunstâncias, pode-se admitir que não existem muitas pessoas numa ilha com 264.711 habitantes, com características apresentadas pelo referido autor.

Um dos fatores importantes na criação do autoemprego apresentado no gráfico em análise é a competência que o módulo empreendedorismo conseguiu dar aos cursos de formação profissional. Um total de 22% dos inquiridos considera este módulo como a luz para despertar o interesse para o autoemprego, sobretudo na elaboração do plano de negócio e atenção para captar as oportunidades do mercado. Não é por acaso que atualmente se fala muito sobre empreendedorismo e neste aspeto justifica Dornelas (2012):

“Portanto, a ênfase em empreendedorismo surge muito mais como consequência das mudanças tecnológicas e sua rapidez, e não apenas como modismo. A competição na economia também força novos empresários a adotar paradigmas diferentes” (p, 9). O mesmo autor, para explicar melhor as características do empreendedor, acrescenta que as habilidades do empreendedor podem ser classificadas em três áreas distintas: técnicas, gerenciais e características pessoais. Percebemos que neste último entra o espírito empreendedor, que é um ímpeto para importante para a criação de autoemprego. É de destacar ainda que muitos autores salientam algumas características pessoais como: ser disciplinado, assumir riscos, ser inovador, ser orientado a mudanças, ser persistente e ser um líder visionário.

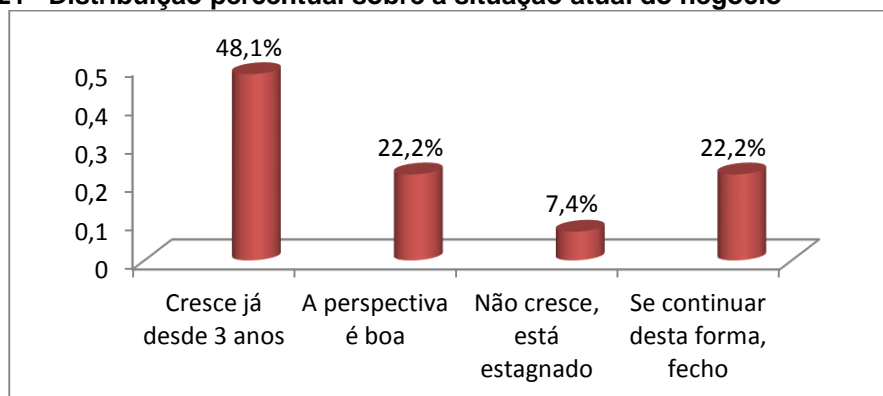
Pamplona (2001) refere os chamados estímulos à oferta, que são alguns incentivos oferecidos aos produtores pelo governo, referiu neste caso concreto o governo brasileiro, com a redução de impostos, facilidades para contratação e demissão, e também o revigoramento do espírito empreendedor, que ampliam esse poder de atuação do autoemprego sobre os indivíduos. Na mesma linha, alguns autores como Parker (2004) considera que o tempo médio gasto na procura de um novo posto de trabalho cresce, como consequência da redução do número de vagas ofertados e da maior concorrência na busca por essas vagas, também influenciando a migração de indivíduos para o autoemprego. Esta explicação constitui um motivo para a criação do autoemprego no contexto de indivíduos que estavam empregados. De qualquer forma poderá, de algum modo, ser aplicado aos diplomados de formação profissional.

Como se pode observar, para ser autoempregado é necessário evidenciar as características pessoais que nem todo indivíduo possui e que é fundamental para a implementação do processo empreendedor.

19 – A situação do empreendimento

A resposta da pergunta “Qual é a situação atual do funcionamento do autoemprego?” recebeu respostas diversas e enquadradas nas opções apresentadas conforme apresenta o Gráfico 21: a primeira constatação é de que 48,1% dos diplomados autoempregados consideram que o negócio cresceu desde a sua criação e 7,4% consideram que o negócio não cresce, está estagnado.

Gráfico 21– Distribuição percentual sobre a situação atual do negócio



Se formos para o extremo da situação, o Gráfico 21 releva uma outra leitura: uma percentagem considerável de autoempregados tem crescido e a outra (22%) continua do mesmo modo, estagnado, sendo a solução fechar. Apesar de fechar empresas ou

empreendimentos atualmente ser mais normal do que abrir, para um autoempregado é preocupante seja qual for o motivo da sua criação. Neste particular afirma Dornelas (2012):

“Já foi mencionado que o índice de mortalidade do micro e pequenas empresas (MPE) brasileiras, nos primeiros anos de existência, atinge percentuais próximos aos 70% ou mais, o que tem sido motivo de análise e discussão em vários âmbitos da sociedade, do meio académico ao empresarial. ... Mesmo nos Estados Unidos, país referência em empreendedorismo e criação de pequenas empresas de sucesso, a mortalidade das chamadas star-ups também é alta, chegando a índices próximos do caso brasileiro, acima de 50% em algumas áreas de negócio” (P,94).

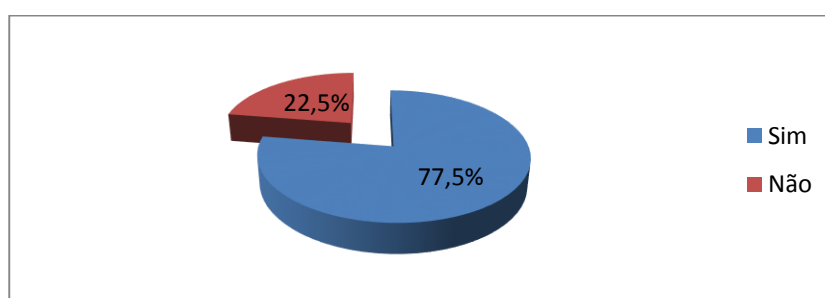
No contexto da nossa pesquisa, atendendo as características e à natureza dos autoempregados, valeria a pena analisar a necessidade do incentivo para evitar o fecho do empreendimento. No entanto, a migração do autoempregado para o emprego por conta de outrem e até para o desemprego, enquadra-se nas teorias pull e push defendidas por vários autores, particularmente Pamplona (2001), Parker (2004) e outros, visando o agrupamento de fatores que possam levar o indivíduo ao autoemprego, de acordo com a situação económica, pré-disposição a essa modalidade e influência externa, incluindo as mais recentes de flexibilização do mercado de trabalho. No cômputo geral, a situação do negócio (funcionamento do autoemprego) para os autoempregados não é má. No Gráfico 21, cerca de 70% dos empreendimentos funcionam bem e apenas 30% enfrentam dificuldades. Nesta conjuntura atual e tendo em conta o contexto específico de Cabo Verde e da ilha de Santiago em particular, a situação é realmente boa. No entanto, como muitos empreendimentos, cerca de 40%, foram recentemente criados (menos de cinco anos), os seus promotores sentem ainda inseguros e frágeis com as turbulências do mercado.

Convém esclarece, os conceitos “crescer sempre desde a sua criação” e “a perspectiva é boa”. Estas duas opções receberam a maior percentagem de respostas dos diplomados autoempregados. Entretanto, como as duas opções estão relacionadas com o sucesso do autoemprego que é normalmente determinado pelas dimensões económica e patrimonial e também de recursos humanos. Fica por apurar se o crescimento referido inclui estas três vertentes ou somente a vertente económica. Visto que, sobre o sucesso de autoemprego, abrangendo necessariamente as dimensões acima referidas, Pamplona (2001) sugere que é bem-sucedido o empreendimento de autoempregado que apresentou boa evolução e níveis adequados do seu património líquido e de seu lucro. São os que crescem, aumentando a produção e ou número de empregados, ou aqueles que permitem a elevação da renda dos seus proprietários. Outros autores, defensores da ideia de que as microempresas bem-sucedidas são unicamente aquelas que conseguem expandir (crescer), têm sido criticados por apresentarem uma “concepção” unidimensional de sucesso,

acrescenta Pamplona (2001). O mesmo autor, citando Welter (1999) sugere que o estado estacionário pode não ser muito interessante, mas é o que caracteriza o desenvolvimento da maior parte dos pequenos negócios. Acrescentou ainda que os autoempregados, como eletricitistas, canalizadores, consultores, etc., raramente veem o empreendimento a crescer. Neste sentido, acreditamos que a intenção nas respostas dos diplomados engloba as três vertentes do crescimento acima referidas.

20 – Existência de trabalhadores no empreendimento

Gráfico 22– Distribuição percentual dos trabalhadores no autoemprego



O Gráfico 22 é bastante elucidativo, pois 77,8% dos diplomados confirmaram a existência de trabalhadores nos seus empreendimentos, contra 22,2% que laboram sozinhos. Um dos objetivos dos incentivos das autoridades políticas na criação do autoemprego, para além da parte económica, visa também o social, o emprego, não só do autoempregado mas da possibilidade de o seu empreendimento empregar outras pessoas. Uma grande e acesa discussão tem sido feita sobre os trabalhadores do autoemprego, visto que todos trabalham e inclusive o promotor. Na ótica, da produção capitalista, o autoempregado não é o patrão, visto que é dono do meio de produção e da força de trabalho. A fim de tornar mais clara e precisa a própria definição de autoemprego, os autoempregados foram divididos em diversas subcategorias, por alguns autores e instituições. A OIT (1993) dividiu os autoempregados em quatro subcategorias distintas: empregadores trabalhadores por conta própria, membros de cooperativas e trabalhadores familiares. Essas subcategorias foram empregadas em todos os estudos da organização, para facilitar a análise, relacionada com o autoemprego de modo a oferecer a possibilidade de análise de cada subcategoria, de forma isolada.

No entanto, com o passar de tempo, em relação aos trabalhadores familiares, a própria OIT alterou a metodologia de forma significativa. No estudo de 2007, os trabalhadores familiares não foram incluídos como autoempregados. Pamplona (2001) e OIT (2007) consideram a subcategoria dos empregadores compostos pelo proprietário, que atua

como trabalhador em sua própria empresa ou negócio, no caso dos diplomados de formação profissional autoempregados, sempre que o seu trabalho esteja incorporado à produção, a sua remuneração dependa diretamente do seu esforço e a questão de autonomia seja claramente percebida.

A OIT (2007) destaca ainda uma subcategoria que é a do trabalhador por conta própria, sendo este caracterizado pela utilização da sua força de trabalho e seus próprios meios de produção no processo produtivo, visando a sua sobrevivência e a de sua família. O seu pequeno negócio não possui empregados, o e seu rendimento é normalmente variável, dependente do esforço da venda do produto do seu trabalho, dispondo de um grau máximo de autonomia. Nessa subcategoria podemos incluir os 22,5% dos diplomados de formação profissional autoempregados.

Os membros de cooperativas foram integrados numa outra categoria, porque são classificados como autoempregados que produzem bens e serviços, através do trabalho conjunto com iguais participações na produção. Contudo, Parker (2004) não concorda com a classificação dos membros de cooperativas como autoempregados e enquadra-os numa chamada a zona cinzenta do autoemprego. Esta zona é determinada pela forma de relações pouco claras no autoemprego, visto que, muitas vezes não se encaixam no perfil de autoemprego conceituado por muitos autores. Neste aspeto, Perulli (2003) define essa zona em duas partes e com duas possibilidades para esse “conceito” da zona cinzenta: uma que o trabalhador não pode ser classificado nem como autoempregado e nem como trabalhador dependente e a outra em que, apesar de classificação como autoempregado, o trabalhador deveria ser classificado, na verdade, como trabalhador dependente. Segundo a legislação, por exemplo, um técnico que possui a sua firma, mas é contratado por uma única empresa e recebe o seu rendimento fixo mensal.

21 – Número de trabalhadores autoempregados

Neste ponto, interessava-nos saber o número de trabalhadores que laboram nos empreendimentos criados pelos diplomados de formação profissional, na ilha de Santiago. Um dos objetivos desta investigação é saber se o autoemprego contribui para a redução do desemprego, não só pela ocupação do promotor, mas também para saber se os empreendimentos conseguem absorver alguma mão-de-obra qualificada, resultante da formação profissional. Naturalmente, pensava-se em primeiro lugar no emprego dos familiares e dos próprios colegas de formação profissional por causa da afinidade de formação e afetividade estabelecida durante o curso. Todavia, verificamos que poucos trabalhadores empregados no autoemprego são colegas do curso. A maioria são familiares

e amigos. O Quadro 16 evidencia que cerca de 62% dos empreendimentos tem dois ou mais trabalhadores e 33, 3% tem mais de 3 trabalhadores. Em nossa opinião, esta bastante encorajadora para Cabo Verde.

Quadro 25 - Distribuição percentual por número de trabalhadores no autoemprego

Número de trabalhadores	%
0 trabalhador	12,5
1 trabalhador	16,7
2 trabalhadores	25
3 trabalhadores	12,5
> 3 Trabalhadores	33,3
Total	100

Como referimos no ponto anterior, o conceito de trabalhadores no autoemprego requer um certo enquadramento, visto que não há consenso líquido sobre o assunto. Por exemplo, os trabalhadores familiares, segundo Parker (2004) e Pamplona (2001), vão de encontro à “Grey área” da OIT (2007) em que os trabalhadores familiares são indivíduos não assalariados, que atuam em um empreendimento familiar, normalmente conduzido por um chefe da casa, em que a empresa é diretamente responsável pela sobrevivência da família. Muitos destes trabalhadores não recebem rendimento direto do negócio e acabam trabalhando na empresa, como forma de auxílio à família, que economiza na contratação de um funcionário. Na nossa pesquisa, verificamos poucos casos desse género, talvez porque, em Cabo Verde, o conceito de família, como trabalhadores, tenha um conteúdo bem diferente. No caso concreto dos trabalhadores, tem a ver com o grau de parentesco (primo, tio, irmão, etc.) e não elementos do agregado familiar. Naturalmente, em alguns casos, os trabalhadores eram a esposa. Este sim, se enquadra no conceito de trabalhadores familiares da OIT, bem diferente dos trabalhadores familiares autoempregados na agricultura (OIT, 2007b) .

22 – Modalidade de autoemprego, individual ou em grupo

A maioria dos diplomados de formação profissional autoempregados reconhece que o autoemprego em grupo pode ser bem melhor, visto que permite trabalhar em equipa e

partilhar a responsabilidade e encargos, relativamente à manutenção do empreendimento. Mas, ao mesmo tempo, defende que, no autoemprego em grupo, a situação pode complicar-se se os parceiros não comungam da mesma estratégia, traçada para o desenvolvimento da microempresa. Se o parceiro não for dinâmico e responsável, o constrangimento poderá ser maior do que na modalidade individual. Ao analisar as vantagens de cada modalidade, um autoempregado de serralharia mecânica afirma: “Se for um grupo de autoempregados é melhor, porque permite entregar o serviço ou produto ao cliente num curto espaço de tempo, visto que todos fazem trabalho para terminar a encomenda”.

Sobre esta questão, verificamos que de todos os inquiridos, cerca de 15% defendem que a modalidade individual do autoemprego é melhor, com base nos seguintes argumentos: “ *acho melhor o autoemprego individual porque cada um trabalha da sua maneira, tem a sua ambição, tem a sua responsabilidade e por causa disso cria-se o conflito entre os parceiros*”. Alguns dizem peremptoriamente: “ *eu não gosto de trabalhar com outras pessoas porque no fim nunca resulta certo. Disso existem muitos exemplos*”. “ *A modalidade de grupo é importante mas é complicado porque põe-se o problema de liderança*” comenta um diplomado da área de informática.

Ainda relativamente à classificação do autoemprego, em modalidades individual e de grupo, convém salientar que essa classificação não foi utilizada por nenhum dos autores. Entretanto, pensamos ser a melhor forma de separar as duas formas de ocupação, visto que o discurso político sobre o autoemprego é feito utilizando o termo autoemprego em grupo. Mesmo as ONG, no momento de conceder microcrédito para o financiamento do início de atividade de autoemprego, dá preferência à modalidade de grupo, e não à individual. Subjetivamente, poderá estar a ideia de resolver o problema de financiamento para um grupo de pessoas, em vez de apenas uma pessoa.

Cowling (2004) classifica os autoempregados em individual e autoempregado com empregados (ou gerador de emprego), ao caracterizar as categorias de autoempregados. Este não é o nosso caso em discussão, pois estamos a tentar perceber o exercício de atividades por grupo de pessoas ou por uma única pessoa. Na nossa pesquisa, encontramos apenas um empreendimento, constituído por dois autoempregados, com a formação totalmente diferente (Informática e Refrigeração e ar condicionado). Percebemos que se tratava apenas de um trabalho conjunto, por conveniência de espaço e redução de custos mas sem um carácter de trabalho de grupo.

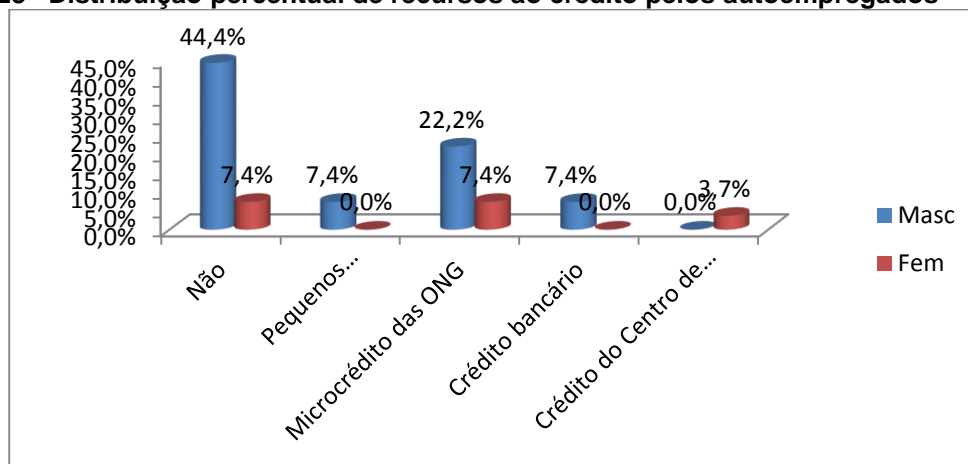
24 – Recurso ao crédito para criar autoemprego

Como já referimos atrás, a criação do autoemprego requer recursos financeiros, sobretudo para a infraestruturação e organização. Como afirma Pamplona (2001), a disponibilidade a nível de capital inicial é um dos fatores de sucesso, mais importantes apontados na literatura, quase por todos os autores. E considera que o nível de capital inicial é importante e vital para a sobrevivência do negócio.

Na nossa pesquisa, verificamos que o problema principal da criação de autoemprego é o financiamento inicial do empreendimento, capaz de obstruir, de certa forma, o espírito empreendedor e condiciona outros fatores pessoais. Para um diplomado de formação profissional, numa faixa etária menos do que 30 anos de idade, sem experiência profissional e oriundo de camada social desfavorecida, em termos socioeconómico, para organizar e infraestruturar o seu empreendimento, só resta uma única forma de encontrar recursos financeiros, recorrer ao crédito. O recurso ao empréstimo bancário constitui o principal constrangimento para a criação do autoemprego em Cabo Verde e não só. A retração dos bancos comerciais aos autoempregados é bastante notória. O autoempregado, que recorreu ao crédito bancário suportado por avalistas, afirmou que foi muito difícil por causa das burocracias e outras exigências. Foi um crédito pontual, para aquisição de equipamento de som. Sendo formado em guia turístico, o autoempregado enveredou-se para a promoção de eventos a nível local, regional e nacional.

Stevenson e St-Onge (2005), num estudo realizado na Tanzânia sobre as mulheres empreendedoras, conclui que o crédito bancário constitui o principal constrangimento, para a criação de microempresas, por causa das exigências das instituições financeiras.

O acesso ao crédito, para os diplomados de formação profissional, é o problema número um na criação do autoemprego. O banco não concede nenhum empréstimo, sem a garantia do reembolso. As perguntas que se colocam são: como é que um diplomado de formação profissional apresenta a garantia bancária? Quem servirá de avalista a um recém-formado para criar o seu negócio? Parecem questões de respostas fáceis, mas não são. Para avalistas, só os pais se disponibilizam, por causa da confiança que depositam no filho, dado que estes não dispõem de recursos que garantam ao banco o pagamento no caso da dificuldade do reembolso. A resposta à primeira questão é tão simples, que a resposta da segunda serviu para as duas.

Gráfico 23– Distribuição percentual de recursos ao crédito pelos autoempregados

O Gráfico 23 revela as dificuldades de acesso ao crédito bancário. Cerca de 51,9% dos inquiridos sequer chegaram a bater à porta do banco, para solicitar o crédito. Entretanto, como o recurso ao crédito é indispensável para os diplomados, estes recorreram ao microcrédito das ONG (29,6%). Como referimos no capítulo anterior, em Cabo Verde o microcrédito encontra-se sob alçada das ONG, uma vez que não existe um banco que concede microcrédito às microempresas e outros interessados, como o banco de Yunus.

Os autoempregados recorreram aos pequenos empréstimos familiares (7,4%), e exatamente a mesma percentagem recorreu ao crédito bancário, um valor bastante irrisório neste processo. Convém ressaltar que dos que recorreram ao crédito bancário, alguns foram concedidos em nome dos pais, que apresentavam garantias para o efeito e não com base no crédito, para a criação de empresa. O grande problema do crédito é o problema de acesso, como atrás salientamos. Esta dificuldade está bem registada pelo governo e instituições ligadas à formação profissional e autoemprego. A preocupação é tal, que foram estabelecidas estratégias para a sua resolução. Uma das mais importantes estratégias adotada é a criação do Novo Banco, com o objetivo de resolver o problema da exclusão financeira, da parte da maioria dos cabo-verdianos e sobretudo com recurso aos microempresários. Entretanto, decorridos dois anos após a criação do Novo Banco, a situação persiste, apesar da ideia em criar um fundo de financiamento de autoemprego, juntamente com o IEFPP e ADEI. Trata-se de um fundo exclusivo para crédito aos diplomados, apostados na criação dos pequenos negócios.

A nossa pesquisa revela que o crédito às ONG teve maior procura, visto que o corredor de acesso é mais livre e muitos créditos estavam alocados nas instituições governamentais como IEPF e Direção Geral de Juventude, através de um Fundo Espanhol para microcrédito. Muitos créditos foram concedidos a fundo perdido, ou então com o compromisso de reembolso, de apenas 50% do montante. Alguns centros de formação profissional tinham fundo financeiro, para o empréstimo aos formandos, que apresentavam plano de negócios interessantes e viáveis, o que facilitou alguns autoempregados. Nem todos foram incluídos no nosso estudo porque foram anteriores ao ano 2005.

Neste ponto, ainda, seria importante ressaltar que os autoempregados que receberam o microcrédito ao fundo perdido, não apresentam melhores resultados e muitos estão em situação de estagnação, por causa da falta de crédito para a sobrevivência. Neste aspeto, Pamplona (2001) refere que as firmas, que começam com um tamanho de capital inicial maior, têm maior quantidade de recursos internos, para compensar as dificuldades iniciais e têm maior probabilidade de aceder a recursos financeiros externos e capital humano qualificado. Casson (1982) refere que muitos autoempregados adquirem o capital necessário, no início do negócio com familiares e amigos, principalmente pela confiança e conhecimento mútuo das partes, além do facto de que a proximidade da família auxilia na fiscalização da utilização do capital, caso a aplicação dê errado. Na nossa pesquisa constatamos que também houve alguns empréstimos familiares, sobretudo os que não recorreram ao crédito, visto que, em Cabo Verde, sobretudo nas zonas rurais, os pequenos empréstimos familiares não são considerados como créditos.

26 – Dificuldades principais na procura do crédito

Dos 14,8% diplomados, que recorreram ao crédito bancário (7,4%), consideram que as principais dificuldades são a burocracia e as exigências de garantia. Os outros 7,4% apresentam como principais dificuldades os avalistas para assinar o crédito. Todas as respostas constavam das opções, apresentadas no questionário, como: burocracia e outras exigências, avalistas para assinar, e o registo do empreendimento. A burocracia e outras exigências tiveram maior enfoque. Neste aspeto, uma das primeiras exigências é o registo do empreendimento, a criação legal da microempresa de modo a obter a personalidade jurídica e um plano de negócio viável que permite laborar no mercado e ter o lucro, possibilitando a amortização do reembolso do empréstimo bancário.

Em Cabo Verde falou-se muito na criação da empresa na hora, mas a realidade é bem diferente. Pela nossa prática e também das opiniões dos diplomados, a criação de uma

firma e até a autorização do início de atividade demora muito tempo e consome muito dinheiro. Dependendo da natureza da firma, a autorização passa por vários processos de aprovação e cada um dos processos é suportado por uma carga burocrática muito pesada.. Dornelas (2012) afirma que: “ O processo da criação de uma empresa às vezes é tedioso e estressante, mas todo o empreendedor deve entender a legislação na qual sua empresa está enquadrada, buscando sempre tirar vantagem competitiva desse processo” (p, 223). Na verdade, a legislação do autoemprego proporciona vantagens como recurso ao crédito bancário, mas exige um grande investimento inicial tanto em dinheiro como em tempo.

Em Cabo Verde não existe uma lei específica sobre a criação de autoemprego, como por exemplo acontece em outras paragens. Todo o processo é baseado na lei geral aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 3/99 de 29 de Março, B.O. n.º 9/ I série (Código das empresas comerciais). Pois este Código não contempla o autoemprego como objeto específico. Diferentemente, no caso do Brasil em que os autoempregados são enquadrados numa lei específica, a lei complementar n.º 128, de 19/112/2008, cria as condições especiais para que o empreendedor informal se torne um empreendedor individual legalizado (Dornelas, 2012, p.227). O mesmo autor sublinha que a referida lei aponta que o empreendedor individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário.

Convém ressaltar que a maioria dos autoempregados não tem o empreendimento legalmente criado. A falta desta prerrogativa constitui o maior obstáculo para os autoempregados de recorrerem aos bancos comerciais, sem contar com a elevada taxa de juro sobre capital que ronda por volta de 12 a 14%. A maioria dos autoempregados considera que não é possível reembolsar uma dívida nestas condições no início de atividade de uma microempresa.

27 – Grau de Satisfação com o autoemprego

O grau de satisfação com o autoemprego depende de cada titular, visto que está relacionado com o motivo principal que levou à criação do empreendimento. A satisfação é individual e baseia-se muito nas motivações pessoais do autoempregado como: a busca de maior autonomia, de maior nível de desafio e de maior sentido para trabalho; a possibilidade de obter maiores ganhos; a oportunidade de maior desenvolvimento pessoal e profissional; a possibilidade de se libertar das restrições e das inconvenientes da vida corporativa (caso de empregado), tais como as pressões da burocracia, o excesso de supervisão e o jogo político, (Silva, 2008) citando Peel e Inkson (2004).

Os Diplomados da formação profissional autoempregados, de acordo com o Quadro 26 (Grau de satisfação com a firma) estão satisfeitos com a situação do funcionamento do empreendimento.

Quadro 26 - Grau de satisfação com a firma

Sexo	Grau de satisfação com a firma				Total
	Bastante satisfeito	Muito satisfeito	Satisfeito	Pouco satisfeito	
Masc	22,7%	18,2%	40,9%	18,2%	100,0%
Fem	20,0%	20,0%	20,0%	40,0%	100,0%
Total	42,7%	38,5%	60,9%	58,2%	

Os autoempregados de sexo masculino (cerca de 80%) consideram que o funcionamento da microempresa corresponde à expectativa, e apenas 18,2% estão insatisfeitos. Entretanto, o grau de satisfação dos autoempregados de sexo feminino é maior, cerca de 40%. Para avaliar o grau de sucesso, bastante similar quanto à satisfação, Pamplona (2001) considera que, quando aborda os micro empreendimentos, é importante compreender que os autoempregados também consideram os seus negócios de uma perspectiva de satisfação pessoal. Acrescentou ainda que ser bem-sucedido no autoemprego pode não só significar obter um bom desempenho económico, mas também obter status de proprietário, ganhar independência, aprender mais, tornar compatível uma forma de obter renda e um estilo de vida. Na mesma linha, Silva (2008), afirma que o maior grau de satisfação com a vida profissional parece estar associado a características pessoais dos indivíduos, e não somente as condições conjunturais. Neste particular, convém ressaltar que muitas insatisfações, tendencialmente estão associadas à crise económica.

Os autores Peel e Inkson (2004) apresentam algumas dificuldades que os autoempregados enfrentam como a insegurança e a variabilidade dos ganhos; a limitação dos recursos para investir no desenvolvimento das próprias competências; a sensação de isolamento ou a falta de apoio; a necessidade de se ater às restrições impostas pelos clientes ou decorrentes de alternativas limitadas de atuação. Portanto, os referidos fatores pesam nas respostas relativas ao grau de satisfação.

O Quadro 27 apresenta o grau de satisfação dos autoempregados segundo estado civil e demonstra que os respondentes solteiros são menos satisfeitos do que casados (75%) sentem bastante satisfeitos contra 13% de solteiros.

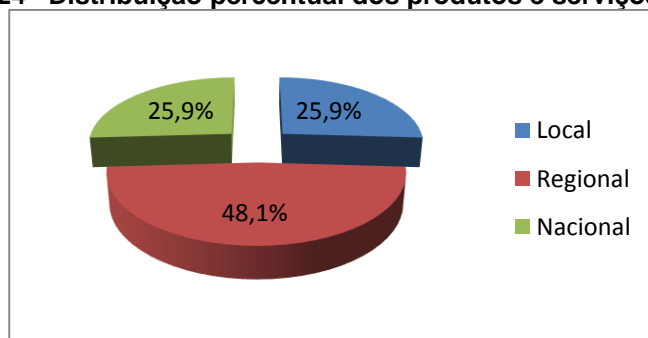
Quadro 27 - Distribuição percentual do grau de satisfação por estado civil

Estado civil	Grau de satisfação com a firma				Total
	Bastante satisfeito	Muito satisfeito	Satisfeito	Pouco satisfeito	
Solteiro	13,0%	21,7%	43,5%	21,7%	100,0%
Casado	75,0%	0,0%	0,0%	25,0%	100,0%
Total	22,2%	18,5%	37,0%	22,2%	

28 – Destino dos Produtos e Serviços

Os autoempregados diplomados de formação profissional, pela diversidade e natureza de formação, atuam em diversas áreas e setores de atividades. Como temos verificado, os cursos são de níveis diferentes e realizados em centros de formação diversos. Os autoempregados são oriundos de concelhos e localidades espalhadas por toda ilha de Santiago, o que conforme o reconhecimento de oportunidades, criam os seus empreendimentos. Uns atuam no setor produtivo e outros no setor de serviços, conforme o curso e as oportunidades encontradas. Por exemplo, os autoempregados com a formação profissional na área de culinária ou a tecelagem do pano de terra estão ligados ao setor produtivo.

Gráfico 24– Distribuição percentual dos produtos e serviços por destino do consumidor



Os produtos e serviços dos autoempregados são destinados ao consumidor local, regional, nacional e internacional. Por exemplo, o pano de terra tem consumidores a todos

os níveis, sobretudo internacionais, visto que os turistas procuram-no muito, dado ao seu carácter artesanal. O Gráfico 24 elucida melhor o destino dos produtos e serviços dos autoempregados.

Os autoempregados produtores ou prestadores de serviços com carácter regional correspondem a 48,1%. É bom esclarecer o conceito regional: neste caso concreto é utilizado para designar as regiões (concelhos ou municípios) da ilha de Santiago. Quando se refere local corresponde apenas o concelho onde atua o autoempregado.

Os produtos e serviços de autoemprego são inovadores, visto que adaptam ao gosto e exigências dos clientes. São de fáceis inovações, diferentemente das grandes empresas. Dado que para imprimir uma inovação implica grandes investimentos a nível de mudanças de equipamentos e tecnologias. Apostar nas microempresas é apostar na inovação tecnológica e de produtos.

29 – Salário mensal na ótica dos autoempregados

Esta pergunta foi respondida praticamente por todos os inquiridos, mesmo de forma indireta. A grande dificuldade na resposta prende-se muitas vezes com a falta de experiência como trabalhador assalariado. Os autoempregados inquiridos não têm a ideia exata do salário das pessoas com a categoria profissional igual à dele. Verificamos também que a ideia do salário mensal varia de concelho para concelho onde labora o autoempregado e não pelo nível de formação. Por exemplo, um autoempregado da cidade de Assomada apresenta o valor de qual seria o seu salário mensal. Por isso, apresenta um valor sempre mais baixo do que um autoempregado com a mesma qualificação da cidade da Praia. Entretanto, conscientes de que se trabalhassem como empregado por conta de outrem ganhavam muito menos. Este é um dos aspetos importantes a analisar, visto que permite saber se o autoempregado tem a ideia exata do seu salário, de acordo com o seu nível de produção e não de acordo com o salário fixado pelo governo. Esta preocupação foi destacada nos estudos que relacionam o rendimento do trabalho assalariado com o rendimento de autoemprego (Parker, 2004). O referido autor, em alguns estudos no Reino Unido e Canadá aponta as evidências para uma relação positiva existente entre o autoemprego e a expectativa de maiores ganhos no autoemprego, com relação ao trabalho assalariado.

Convém ressaltar que os autoempregados fixaram o salário mensal de acordo com o rendimento do seu empreendimento. O salário fixado varia entre o salário mínimo praticado em Cabo Verde (cerca de 150 euros) a 500 euros, isto é entre 15000\$00 a 50.000\$00 cabo-verdianos.

31 – Apoio de Centro de Formação na criação do autoemprego

A relação entre os diplomados e centros de formação, praticamente, termina pouco tempo depois da entrega do certificado da conclusão do curso. Trata-se da prática corrente das instituições de formação profissional em Cabo Verde. O facto é que não existe um dispositivo de acompanhamento dos diplomados da parte dos centros de formação. Igualmente não existe também uma consciência da parte dos diplomados da necessidade de estabelecer contactos permanente com a sua instituição de formação, para o efeito de reciclagem e atualização de conhecimentos. Por causa disso, os centros de formação não têm os contactos atualizados dos diplomados. Continuam apenas com os contactos do início do curso que os formandos deixam nas fichas de inscrição.

A maioria dos diplomados inquiridos afirma que não recebeu nenhum apoio do seu centro de formação e alguns nem querem ouvir falar do seu centro de formação. Estes são aqueles que tinham uma expectativa muito grande ou que não percebem as limitações do próprio centro de formação em conceder determinados apoios. A aproximação das duas partes, e sobretudo dos diplomados autoempregados só melhora a situação dos mesmos.

32- Trabalho por conta de outrem

Questionados se pensavam vir trabalhar por conta de outrem, os autoempregados expressaram de forma diferente. Denota-se que, muitas respostas evidenciam um espírito empreendedor, mesmo que a situação de negócio não seja de todo desejada. Verificamos isso quando aparecem as respostas do género: “quero dar o meu contributo nesta área porque o país precisa”; “a situação vai melhorar, sempre existe a época baixa na vida”; “teve momento em que a situação estava complicada, cheguei a procurar trabalho nas empresas, mas acabei por não fechar porque não encontrei o trabalho por conta de outrem. A situação melhorou”. São algumas opiniões que demonstram alguns momentos de aperto que os autoempregados passaram.

A maioria pretende continuar autoempregado porque considera que não compensa trabalhar por conta de outrem, não só por causa do salário mas também por causa da subordinação e da limitação da liberdade. Mesmo os que consideram que o negócio não cresce e está estagnado, cerca de 29,6%, não tencionam trabalhar por conta de outrem, porque criaram os seus empreendimentos com o objetivo de servir a região. No entanto, não descartam a hipótese de trabalhar em grandes empresas mantendo os seus negócios.

Esta situação enquadra-se na ideia defendida por Silva (2008) dentro da teoria pull em que um movimento voluntário dos indivíduos em direção ao autoemprego, representa uma tendência cultural contemporânea. De acordo com a teoria Pull, o autoempregado é um indivíduo que verifica a existência de uma oportunidade para aumentar o seu rendimento e possui a disposição necessária para estabelecer o seu próprio negócio, geralmente com recompensas superiores de um empregado assalariado, em sua percepção. Entretanto, o movimento contrário também existe, a teoria push defendida pelos autores como: Pamplona (2001), Parker (2004) e Henrekson (2004). A situação do autoemprego, associado à crise do assalariamento e de precarização do trabalho, levou à diminuição da quantidade e qualidade de empregos assalariados.

Na nossa pesquisa constatamos implicitamente a tendência do segundo movimento (Push), sobretudo junto dos autoempregados cuja situação do negócio caminha para o fim da linha, isto é, “está estagnado, se continuar assim fecho a porta”, apresentam a justificação como o peso da concorrência das grandes empresas, baixo rendimento do negócio e mudanças aceleradas a nível de tecnologias. Alguns autoempregados afirmam: “Antes as grandes empresas forneciam os pequenos trabalhos como no caso de gradeamento, pintura e outros, mas atualmente por causa da crise económica no setor, elas absorvem todos os trabalhos” salienta um autoempregado de serralharia metálica e alumínio.

Os diplomados da área de Instalação e Manutenção do Sistema Informático constituem o grosso dos que prenunciam fechar os negócios se a situação se mantiver. Quase todos apostaram no ciber caffee, pois a valência mais forte era prestar serviços de telefone e internet. Com a evolução da tecnologia em Cabo Verde na área das telecomunicações e sobretudo com a chegada da internet móvel e sistema de comunicação como skype e facebook, a procura e o rendimento do negócio reduziram drasticamente, mas chega para suportar os custos da manutenção do empreendimento.

33 – Conselhos para quem pretende criar o seu autoemprego

Mesmo para os autoempregados cujos empreendimentos não correm da melhor forma, não hesitaram em deixar conselhos para os que pretendem criar autoemprego. Os conselhos vão praticamente na mesma direção, desde estudar bem o mercado, analisar bem o local onde irá instalar o empreendimento, solicitar o apoio institucional; analisar a concorrência; ter a competência profissional adequada; ter o espírito empreendedor e estar preparado para a oscilação de negócios; espreitar bem as oportunidades do mercado; não

se importar muito com o resultado no início do funcionamento do empreendimento; não ter medo de enfrentar a situação da crise; ser persistente e dinâmico. Estes são os conselhos para os diplomados que pretendem criar o seu autoemprego.

Como pesquisador que teve uma intervenção direta no processo de recolha de dados, e por inerência do processo tínhamo-nos de deslocar até aos empreendimentos dos autoempregados para aplicar o questionário, tivemos a oportunidade para observar as condições de trabalho dos autoempregados. Verificamos que muitos apresentavam condições excelentes de trabalho, mas a maioria não dispunha de condições adequadas para trabalhar, dada a falta de recursos financeiros.

6.2 Análise de entrevistas

No sentido de alargar a abrangência da nossa compreensão sobre a formação profissional na criação do autoemprego em Cabo Verde – ilha de Santiago, recorremos as individualidades responsáveis das instituições, diretos e parceiros no processo de formação profissional para saber as suas opiniões a cerca da problemática. As referidas instituições formam anualmente indivíduos com competências profissionais em diversas áreas, capazes de produzir riquezas, criar o próprio emprego e contribuir para o crescimento económico. Optamos por uma abordagem qualitativa, no intuito de complementar a primeira abordagem feita junto dos diplomados de formação profissional autoempregados.

Tendo em conta que nas últimas décadas assistiu-se a uma utilização crescente da abordagem qualitativa na investigação em educação e como nos interessa perceber melhor o impacto ou a influência da educação e formação profissional na criação do autoemprego, pretendemos trazer alguns autores para a referida discussão. Os autores Bogdan e Biklen (1994) enumeram alguns pontos importantes como: (1) a fonte direta dos dados é o ambiente natural e o investigador é o principal agente na recolha desses mesmos dados; (2) os dados que o investigador recolhe são essencialmente de carácter descritivo; (3) os investigadores que utilizam metodologias qualitativas interessam-se mais pelo processo em si do que propriamente pelos resultados; (4) a análise dos dados é feita de forma indutiva; (5) o investigador interessa-se, acima de tudo, por tentar compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências. Portanto, são as experiências e percepções dos responsáveis das instituições de formação e seus parceiros diretos, essenciais para a compreensão do fenómeno de autoemprego num estrato profissional específico, os

diplomados de formação profissional, constituindo o grosso dos quadros intermédios de Cabo Verde.

Para recolha de dados junto dos responsáveis das instituições de formação, utilizamos a entrevista, um método apontado pelos autores (Roque, 2005; Foddy, 2003; Tuckman, 2000; Bogdan e Biklen, 1994, entre outros). Optamos por entrevistas, diretivas, semidiretivas e não diretivas. Estes pareceram-nos ser as mais adequadas ao nosso contexto e por permitirem maior segurança ao próprio investigador. As entrevistas estruturadas foram conduzidas através de um guião onde se encontravam as 11 questões gerais que foram sendo exploradas mediante as respostas dos responsáveis. Não foram gravadas, de modo a deixar o ambiente livre para fluir de forma descontraída a conversa com cada um dos responsáveis. Para reter as informações, tomamos as devidas notas da entrevista que posteriormente foram transcritas em “notas do campo” (Bogdan e Biklen, 1994) já que nos permitiram perceber e identificar as reflexões sobre o tema em discussão.

Os entrevistados do nosso estudo estão sintetizados no Quadro 28. No intuito de preservar a identidade, os nomes dos nossos entrevistados e nome das instituições onde trabalham e o local de trabalho, foram totalmente modificados. Para o efeito, localizamos as escolas técnicas e os centros de formação com os pontos cardiais e os nomes das instituições com uma letra do alfabeto.

Como referimos, as entrevistas foram estruturadas, fundamentadas em um guião de perguntas (ver anexo) que procuravam estimular os entrevistados a identificar as iniciativas empresariais dos autoempregados, relativamente aos anos 2005-2010; número dos autoempregados e os anos de maior criação de autoemprego; os principais motivos da criação do autoemprego, rumo ao sucesso da formação profissional na criação do autoemprego na ilha de Santiago. Entretanto, tendo em conta a necessidade de preservar o anonimato dos participantes do estudo (entrevistados), por questões éticas, apresentamos de forma modificada os nomes das instituições, dos seus responsáveis e local de trabalho conforme o Quadro 28.

Quadro 28 - Instituição e local de trabalho dos entrevistados

Nome de entrevistados	Instituição	Local de Trabalho
Márcio	CentroP	Sul
Pedro	Escola CR	Sul
Bento	CentroV	Sul Este
Rício	CentroS	Nordeste
Francisco	CentroC	Centro
Antónia	EscolaH	Centro Norte
José	Agência A	Sul
Bruna	AgênciaB	Centro Norte
Josefa	Dgeral	Sul

Para analisar as entrevistas realizadas com os participantes previamente determinados, tivemos de construir um quadro de referência que nos permite agrupar as respostas coincidentes de modo a fazer uma profunda apreciação e enquadramento das mesmas de acordo com os blocos de perguntas. Analisar o conteúdo das respostas requereria o conhecimento da realidade que anteriormente nos foi dado a conhecer pela nossa experiência, revisão de literatura e pelos diplomados de formação profissional, através de inquérito por questionário e algumas entrevistas informais.

Quadro 29 - Temas e categorias emergentes das entrevistas dos Diretores e Técnicos de serviços parceiros da Formação Profissional

Anos de maiores iniciativas empresariais	- Maior iniciativa empresarial nos centros e nas escolas;
	- Número de diplomados que saíram por cada ano;
	- Ano de maior sucesso na criação do autoemprego;
Motivos principais da criação do autoemprego	- Motivos teóricos e operacionais da criação do autoemprego;
	- Efeito do módulo do empreendedorismo nos cursos de formação profissional na criação do autoemprego;
	- Constrangimentos do financiamento do autoemprego.
Ações para desencadear o processo de autoemprego	- Formação e atividades para a criação do autoemprego; - Apoios dos Centros de Formação

A primeira questão colocada era igual para todos os entrevistados. Tinha a ver com a forma como eles veem a formação profissional no processo da criação do autoemprego. Todos os participantes do nosso estudo revelaram que a formação profissional é capaz de criar o autoemprego, visto que fornece os instrumentos e as ferramentas fundamentais aos diplomados, como a competência e a qualificação profissional indispensáveis para criação do autoemprego. Os entrevistados são unânimes em reconhecer que os diplomados de formação profissional são preparados em termos de qualificação pessoal, em função da formação e da bagagem de conhecimentos adquiridos nos centros e escolas técnicas, corroborando assim as percepções de Barbieri (2003), por causa disso, não significa que todos vão ter sucesso nos seus negócios.

I – Anos de maiores iniciativas empresariais nos centros e nas escolas técnicas da ilha de Santiago

Os nossos entrevistados tiveram algum problema em responder sobre os anos de maiores iniciativas empresariais, visto que se trata de um conjunto de questões iniciais concretas e que carecem de uma certa veracidade, pois não há dados concretos sobre 2005 a 2010. Mesmo assim, muitas respostas foram associadas ao senso comum em Cabo Verde, visto que existem poucas iniciativas empresariais da parte dos jovens recém-formados e não existem evidências empíricas resultantes da investigação.

A iniciativa empresarial comprovada requer um conjunto de procedimentos que temos feito referências em outros pontos atrás neste trabalho. Para além disso, como muitas pessoas, sobretudo os responsáveis de formação acreditam que o empreendedorismo não é inato e que não existe ninguém predestinado ao sucesso nos negócios, (Dornelas, 2012). Hoje em dia, esse discurso mudou e, cada vez mais, acredita-se que o processo empreendedor pode ser ensinado e, entendido por qualquer pessoa. Neste aspeto, a resposta poderá ser positiva, caso o diplomado tenha aprendido ser empreendedor na formação profissional e criar o seu próprio negócio, logo depois do curso. Entretanto, um dos nossos entrevistados (Bento) com base nos seus pressupostos admitiu que “ Muitos tiveram a iniciativa empresarial mas alguns tiveram que desistir ao meio do caminho”. Vários fatores justificam o fracasso de um autoemprego, desde, a falha na escolha da localização do empreendimento assimetrias regionais, por exemplo existem regiões que um baixo índice demográfica e da indústria, consideradas não muito propícias para iniciativas empreendedoras, como assinalam Dawson et al (2012) a demografia e a estrutura industrial são importantes para a escolha do autoemprego, o que pode explicar as diferenças das iniciativas de autoemprego entre as regiões.

O número exato dos diplomados que criaram o seu próprio emprego não poderia também ser respondido de forma exata, visto que exigia uma estatística trabalhada e atualizada dos autoempregados, facto que nenhum dos entrevistados dispunham, constatação feita por altura de levantamento dos autoempregados por Centro de Formação, sobretudo porque não existe um dispositivo de acompanhamento e também não existe em nenhum centro ou escola técnica o processo de acompanhamento dos diplomados, permitindo assim avaliar o sucesso da empregabilidade dos mesmos. Estamos em crer que ainda não constitui a preocupação das instituições de formação de acompanhar os diplomados. Entretanto, o entrevistado Bento, com base nos seus cálculos, considera que entre 12 a 13 diplomados de formação profissional criaram o seu próprio emprego. Sem a intenção de rejeitar o seu pronunciamento, tendo em conta que os dados pudessem ser

contabilizados para além dos anos em análise (2005-2010), não coincidem com os que encontramos na pesquisa realizada. Mesmo sabendo da susceptibilidade de alguns terem ficado pelo caminho.

Relativamente ao ano de maior sucesso da criação do autoemprego, recebemos as respostas semelhantes dos entrevistados. Márcio afirma “no meu centro acho que os anos 2008, 2009 e 2010 foram de maiores ações de formação e concomitantemente, os anos de maiores sucessos em termos da criação do autoemprego”. É de lembrar que a criação do autoemprego não tem uma correlação direta com o número de ações de formação e nem com a quantidade de diplomados que saem anualmente de centros de formação. A criação do autoemprego depende sobretudo da atitude e da decisão do seu promotor, condicionadas por fatores externos, particularmente pelas iniciativas, apoios e incentivos do próprio centro ou outras instituições parceiras, sobretudo no caso de autoemprego criado com suporte de motivações “negativas” Dawson e al (2009) referem aquelas que a própria política pública promove, levando a concretização da criação de autoemprego sem uma preparação adequada e com recursos insuficientes. O entrevistado Rício afirmou que, quando havia o fundo do próprio centro para apoiar as iniciativas empresariais, isto é, criação dos pequenos negócios, havia mais diplomados a partir para o autoemprego, “muitos tiveram sucesso na criação do autoemprego, sobretudo os diplomados que formaram nos anos 2003 a 2005. Sublinhou o entrevistado, “o meu centro tinha recursos para conceder o crédito aos diplomados que apresentavam planos de negócios viáveis, apesar de muitos diplomados não chegarem a pagar por insucesso de negócios. Alguns casos foram levados ao Tribunal por falta de reembolso”. Ele aproveitou ainda para assinalar que atualmente não existe o fundo e, consequentemente, as iniciativas empresariais são poucas e o centro não tem conhecimento das que surgiram.

O entrevistado Francisco comunga da mesma opinião, apontou o ano 2010 como o ano de auge do autoemprego no seu centro, porque considera ser o fruto de muitas ações realizadas no ano 2009 e acrescentou: “O ano 2009 foi o ano em que a questão de autoemprego começou a ganhar importância no contexto do mercado de trabalho a nível nacional, impondo uma nova abordagem na materialização das políticas do emprego (...) através de sessões de atendimentos e orientação dos potenciais jovens empreendedores que apresentaram algumas iniciativas ou ideias de negócios”. Para o Bento, o ano 2011 é considerado o melhor ano da criação do autoemprego no seu centro. Ainda sobre a mesma pergunta, os entrevistados Antónia e Pedro consideram, hipoteticamente os anos 2009 e 2010, anos de maiores sucessos, por serem os anos de maiores ações de formação, mas sem ideias claras, relativamente ao autoemprego criado pelos diplomados das suas escolas.

II – Motivos principais para a criação do autoemprego

Vários motivos são apresentados para a criação do autoemprego, dependendo do ângulo de abordagem dos autores, existem, no entanto, muita coincidência entre os autores (Pamplona, 2001; Parker, 2004; Silva, 2008 e Henley et al, 2009 e Dawson et al 2012). Os referidos autores consideram a procura de autonomia e independência, o autocontrole, Status social, vantagem pecuniária, características pessoais, percepção de autoeficácia como motivos positivos do autoemprego. Na mesma linha, Henley e al (2009) realçam as motivações negativas, como responsáveis para a criação do autoemprego pouco preparado e sem recursos para a sobrevivência, muitos como alternativa ao desemprego. E ainda Dawson et al (2012) acrescentam as diferenças regionais, isto é, que os Indivíduos em diferentes regiões podem escolher o autoemprego por diferentes motivos, por sua vez, levando as potenciais implicações para desenvolvimento regional. Acrescentam ainda se referidos autores que a relação entre as atividades empresariais e desenvolvimento regional é de extrema importância para analisar o autoemprego. Sugerem ainda que os níveis de atividades empresariais podem provocar um impacto significativo no desenvolvimento económico e social de uma região.

Para o entrevistado Márcio os principais motivos são “introdução do módulo de empreendedorismo em todos os cursos; financiamentos de alguns projetos por parte da cooperação portuguesa, através do centro de formação de Pedra Badejo; apoio da ADEI na elaboração de plano de negócio; orientação para o apoio na criação de negócios próprios, destinado a mulheres, sobretudo as mais jovens; a atuação direta da plataforma das ONG no financiamento dos projetos”. Como se pode observar os motivos apresentado pelo entrevistado Márcio são operacionais, muito importantes para incentivar a criação do autoemprego.

No entanto, Francisco é de opinião que o autoemprego é resultante do “esgotamento do Estado em promover o pleno emprego no setor público para os jovens diplomados cujo número, como se sabe, nos últimos tempos, tem aumentado consideravelmente em Cabo Verde. Face a esta realidade tem-se promovido algumas medidas que se quer fomentar o autoemprego, principalmente na camada jovem”. Convém salientar que fomentar o autoemprego é possível em qualquer camada social e etária, mas se procurássemos as evidências empíricas de sucesso nas pesquisas realizadas, no que diz respeito à idade dos seus promotores, dificilmente encontramos o sucesso da criação do autoemprego, na faixa etária jovem. Singh e Denoble (2003) concluem que o maior número de indivíduos, que optam para o autoemprego, a idade ronda à volta de 35 a 64 anos de idade. Cowling (2008) assevera que a probabilidade de indivíduos se tornarem

autoempregados aumenta com a idade. Acrescentou ainda que para o indivíduo com mais de 45 anos a probabilidade é de 29,5% maior do que jovens de abaixo de 25 anos.

No entanto, atendendo à idade dos jovens diplomados de formação profissional dos centros de formação e escolas técnicas, segundo algumas evidências a probabilidade com base na idade em constituir uma forte motivação na tomada de decisão para a criação do autoemprego é muito baixa. Dai a necessidade de incentivos e ações empreendedoras que provoca os insights necessários nessa faixa etária de modo a tomar decisão para a criação do autoemprego. Neste aspeto, Francisco ainda acrescenta que algumas medidas para incrementar as ideias de autoemprego, foram tomadas como: “sessões de atendimentos e orientação dos potenciais jovens empreendedores que apresentaram algumas iniciativas ou ideias de negócios; incentivos e apoios na elaboração técnica de projetos de investimento e posteriormente são encaminhados as entidades financiadoras - onde nossa influência foi sentida como uma mais-valia junto dessas instituições - que por seu turno são entidades parceiras do Centro, sejam elas: AISDI (Associação do Desenvolvimento Inter-regional), Morabi (Associação Cabo-verdiana de Autopromoção da Mulher), CRP (Comissão Regional de Parceiros), Plataforma das ONG e Bordefonden”. As ações de formação de curta duração promovidas pelo Centro em colaboração com ADEI (Agência de Desenvolvimento Empresarial e Inovação) constituem impulsos para o surgimento de ideias de negócios. Na mesma linha de análise da questão, a entrevistada Antónia ao referir as ações da EscolaH, apontou os principais fatores que contribuíram para a criação do autoemprego: “ a escola virou para a sociedade e para o mercado de trabalho; os formadores conseguiram dar aulas práticas no terreno (projetos realizados em conjunto com o Programa de Luta Contra Pobreza -, construção de casas de raiz, eletrificação das mesmas, gradeamento das escolas secundárias e básicas); trabalhos nas obras particulares; estágios curriculares nas obras públicas e privadas ... permitindo assim aos alunos um contato direto com a realidade, além do reconhecimento da sociedade e das empresas das potencialidades dos referidos formandos”.

Como se pode depreender, os entrevistados apontaram as ações desenvolvidas como fontes de eclosão dos interesses para o autoemprego ou mais concretamente para aprendizagem do empreendedorismo. Na verdade, não são os motivos da criação do autoemprego, apontados pelos autoempregados no momento do inquérito por questionário, totalmente diferentes dos motivos de ordem teórica de acordo com as teorias de “pull e push” defendidas por vários autores de estudos relativos ao autoemprego.

Entretanto os motivos para a criação do autoemprego são diversos, Silva (2008) citando Hughes (2003) considera a existência de um debate inconclusivo entre as duas

correntes que defendem o aumento da taxa do autoemprego nas últimas décadas se deve um movimento voluntário de indivíduos (um movimento pull). Neste particular, convém esclarecer que quando se trata de movimento voluntário dos indivíduos (pull), os defensores acreditam que as principais razões para o aumento estariam relacionadas a fatores estruturais, tais como a globalização e o grande número de projetos de downsizing realizadas pelas empresas nos últimos tempos o que teria compelido muitos indivíduos a migrar para esta condição (um movimento do tipo push). As características pessoais apresentadas por Uusitalo (2001), constituem motivos que influenciam positivamente para a criação de autoemprego. Consideramos estas como determinantes de baixa percentagem dos autoempregados diplomados de formação profissional na ilha de Santiago. Conforme as profissões que os indivíduos desempenharam, os tornam mais propensos à situação do autoemprego do que outras, como é o caso de um psicoterapeuta, se comparando com a um professor de ensino básico (Uusitalo, 2001).

Os diplomados de formação profissional, enquanto trabalhadores manuais com um adequado nível de qualificação, em que Drucker (2009) considera trabalhador de conhecimento, isto é, trabalha mais com as mãos do que com a cabeça, mas precisa dos conhecimentos para poder trabalhar. Esses profissionais, diplomados de formação profissional, com conhecimento do mercado e de rede de relacionamentos, que leva tempo a conseguir, tendencialmente podem desembocar no autoemprego. Ainda nesse quadro de motivos ou estímulos principais para a criação do autoemprego, enquadra-se os efeitos positivos que os discursos políticos e dos dirigentes de formação fazem no dia-a-dia como afirma Assunção (2008) “Esta associação não surpreende se se tiver em conta que as expectativas políticas em relação ao empreendedorismo não são muito diferentes daqueles que se desenvolvem em torno do autoemprego” (p.4). Para Dawson et al (2012) os decisores políticos veem o cultivo de talento empresarial como um instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do conhecimento do contexto regional. Numa perspetiva semelhante, em Cabo Verde, com a ideia de que é necessário formar para o autoemprego, como refere IEFP (2011) “o objetivo desse atelier é despoletar nos jovens o espírito empreendedor, incentivando-os a criar o seu próprio emprego, sobretudo enformar os das entidades públicas e privadas, existentes em Cabo Verde, implicados no processo de criação de negócio” (p.29). A ideia de continuidade de ações para o autoemprego está evidenciada no Plano de Atividades da principal instituição de formação profissional cabo-verdiana: “Complementarmente será desenvolvido um conjunto de políticas ativas de emprego dirigido aos públicos mais afetados pelo desemprego, assentes na promoção do empreendedorismo e autoemprego, englobando pelo menos uma das seguintes vertentes:

formação em técnicas de gestão, apoio técnico à elaboração do projeto e apoio financeiro” (IEFP, 2011, p.27).

A aposta no autoemprego da camada jovem poderá ser uma grande saída para a redução do desemprego ou aumento de ocupação como alternativa ao desemprego. O diplomado de formação profissional, com o apoio institucional na orientação e inserção no mercado de trabalho, com o financiamento dos projetos cujo índice de oportunidades do mercado é relevante, poderá implementar as MPE (Micro e Pequenas Empresas) que num curto período de tempo são capazes de contribuir para o crescimento económico e desenvolvimento de novos produtos em Cabo Verde e a redução do desemprego. É neste contexto que entram os parceiros de formação profissional e promotores de ações de autoemprego, disse um dos nossos entrevistados (José) considera necessário para o autoemprego a elaboração de planos de negócio viáveis e com a possibilidade de serem financiados pelos bancos. Acrescenta ainda, que o sucesso do plano de negócio não depende apenas do financiamento, mas também do necessário acompanhamento, uma vez que os diplomados autoempregados não dispõem de experiência de negócio e mormente das turbulências do mercado.

Referiu-se ainda que, a sua instituição tem estado a apostar fortemente na vertente da criação de pequenos negócios, apoiando os diplomados de formação profissional na elaboração de plano de negócio de modo a poderem receber o financiamento dos bancos. No entanto, reconhece a grande dificuldade que as MPE enfrentam no momento da sua criação, visto que não dispõem de Know-how e nem de um capital de experiência que lhes permita suportar as difíceis situações por que passam as MPE na fase inicial. “Não é por acaso que andamos a fazer um conjunto de eventos sobre o empreendedorismo nos centros e nas escolas técnicas, como atividades empreendedoras e maratonas de empreendedorismo no sentido de despertar ideias de negócios nos diplomados de formação profissional” acrescentou o nosso entrevistado José. Ele observa ainda que ser micro ou pequeno empresário não é para qualquer pessoa porque exige requisitos pessoais, como dinamismo, habilidades, coragem, determinação e sacrifícios que nem todo indivíduo está sujeito a fazer, sobretudo jovem. O mesmo entrevistado defende que existem muitas iniciativas empresariais que merecem acompanhamento e um certo carinho porque atuam nos setores chave para o desenvolvimento de um concelho. Entretanto, acredita que alguns indivíduos, para além das características pessoais, enfrentam outras dificuldades como a do financiamento bancário que atualmente, por causa da crise económica fica cada vez mais difícil.

Questionado sobre a atitude do Novo Banco em mudar de rumo em termos de concessão de crédito as MPE, exigindo também garantia real para o efeito, afirma: “concordo com a atitude do Novo Banco em não financiar projetos sem viabilidade porque põe-se o problema no reembolso do capital concedido. Portanto, o banco concede o crédito sem a devida garantia, e uma das garantias é a viabilidade do projeto... é pena porque os diplomados de formação profissional não dispõem de recursos e nem de avalistas. Pois são oriundos de famílias desprovidas de recursos, mas com muita vontade de trabalhar ...” Defende por outro lado que não concorda com o crédito a fundo perdido, porque não estimula a indivíduo a dinamizar a sua MPE, enfrentando os desafios e ultrapassar as barreiras do mercado. Os beneficiários do crédito a fundo perdido são mais propensos ao fracasso que os que são obrigados a fazer reembolso, acrescenta o nosso entrevistado.

A importância do plano de negócio na redução de mortalidade das MPE foi também ressaltado com exemplos que passam pelo mundo, sobretudo nos Estados Unidos, país de referência do empreendedorismo e criação de pequenas empresas de sucesso, (Dornelas, 2012), uma pesquisa do SBA (Small Business Administration), órgão americano de auxílio às pequenas empresas daquele país, pode apontar resposta que apenas 2% dos casos de fracasso das start-ups americanas tem causas desconhecidas, os demais 98% podem ser agrupados e resumidos em uma única conclusão: falha ou falta de planeamento adequado do negócio. O mesmo autor não deixou de acrescentar o caso brasileiro, afirmando que a falta de planeamento aparece em primeiro lugar como a principal causa para o insucesso, seguida de deficiência de gestão (gerenciamento de fluxos de caixa, vendas/comercialização, desenvolvimento de produto, etc.), políticas de apoio insuficientes, conjuntura económica e fatores pessoais (problemas de saúde, criminalidade e sucessão).

As causas da mortalidade das MPE e dificuldades de financiamento, acima referenciadas, podem constituir motivos negativos para a criação do autoemprego. Considerados como principais constrangimentos do aumento da taxa de natalidade das MPE. Entretanto, é lícito afirmar que existe uma grande diferença entre as duas taxas, sobretudo nos países desenvolvidos e os assolados pela crise económica. Por exemplo, a Eurostat apresenta que na zona euro a destruição de emprego, associado a destruição de empresas, se fixou em 0,8%, sobretudo motivado pela redução de postos de trabalho na construção civil (4,9%) e no setor de comunicação, indústria de informação (2%)²⁶. A criação do emprego passa necessariamente pela criação de MPE. Neste ponto, a nossa entrevistada, Josefa, responsável de BW, afirmou que, na verdade um dos constrangimentos dos MPE é o financiamento inicial, sem a qual o empreendimento não

²⁶ www.destak.pt, encontrado em 10/03/2013.

funciona, mas que nas análises de pedidos de créditos é necessário ter em conta a capacidade do reembolso de capital, pois as instituições financeiras não devem agir apenas com base na confiança aparente porque senão quem fica lesado é a própria instituição financeira. Acrescentou ainda que a garantia real é indispensável para a concessão de crédito. Relativamente a taxas de juro, ela esclareceu que a taxa de juro tem uma certa correlação com o risco, “normalmente os clientes com dificuldades financeiras, tem maiores dificuldades no reembolso quando apostam nas MPE, daí a taxa de juro deverá ser mais elevada para poder compensar o risco ou dissuadir o pedido do crédito”. O desejo de um banco é financiar todos os pedidos de crédito, mas muitos carecem de muita ponderação, rematou a entrevistada.

Relativamente ao módulo de empreendedorismo, todos os entrevistados são de opinião que se trata de uma medida importante e necessária para a sua integração, em todos os cursos e níveis de formação profissional porque permitiu despertar o processo empreendedor nos diplomados, criar a capacidade e habilidades, aproveitando as oportunidades do mercado. Neste aspeto afirma Dornelas (2012):

“Qualquer curso de empreendedorismo deveria focar: na identificação e análise de oportunidades; em como ocorre a inovação e o processo empreendedor; na importância do empreendedorismo para o desenvolvimento económico; em como utilizar um plano de negócios; em como identificar fontes e obter financiamento para o novo negócio; e em como gerenciar e fazer a empresa crescer” (p.30).

Neste parâmetro de conhecimento, fica a ideia de uma preparação completa de um autoempregado para entrar nas lides do mercado, cabe-lhe apenas utilizar as ferramentas apreendidas durante a formação e colocar em prática as suas ideias empreendedoras, criando assim o seu empreendimento. É por isso que todos os entrevistados afirmaram que o autoemprego teve maior visibilidade em como criar um negócio com a entrada do módulo empreendedorismo em todos os cursos e níveis de formação. Esta não é a razão suficiente para a criação do autoemprego, mas foi importante no surgimento de um ou outro tipo de autoemprego, como sugerem Henley et al (2009). Os self-employed podem ser classificados em dois tipos – os que entraram voluntariamente por motivos tais como, a independência, a satisfação com rendimento esperado elevado e os que foram “empurrados” para trabalhadores independentes devido à ausência de qualquer outra alternativa. O mesmo autor ainda refere que as motivações para a tomada de decisão de se tornar independente não tem a ver apenas com a alternativa ao desemprego ou a falta de ocupação, o autoemprego pode ser visto de forma positiva, oferecendo a oportunidade para indivíduos

para melhorar a sua qualidade de vida e / ou para explorar oportunidades e aprimorar o seu espírito empreendedor.

Todavia, o caso dos diplomados de formação profissional autoempregados mal se enquadra nos pressupostos apresentados pelos autores Henley et al (2009). Entretanto, estes autores também afirmam que poucos estudos apresentam um único motivo para a criação do autoemprego. Por isso o processo da criação do autoemprego é profundamente marcado pela heterogeneidade de pessoas, mercados, países, entre outra. Pois a grande diferença também existe entre as mesmas regiões ou comunidade. Os dados da OIT que utiliza as pesquisas internas oficiais dos países, o European Observatory (2001) esclarece que no final da década de 90: “o crescimento do autoemprego em países em desenvolvimento é bem diferente dos países desenvolvidos. A nível global a taxa de autoemprego tem aumentado segundo os dados da OIT: 30,8% em 1996 e 33% em 2006. No caso dos países desenvolvidos como Estados Unidos – 8,7% em 1996; 7,8% em 2006; Em América Latina e Caraíba – 24,5% em 1996 e 27,1% em 2006; Africa Subsariana – 49,1% em 1996 e 48,7 em 2006. Como se pode constatar nestes dados de uma década de diferença a taxa de crescimento entre países é bem diferente.

A criação do autoemprego tem sempre um papel positivo para o local, não só porque beneficia o promotor, podendo até criar emprego para algumas pessoas, produzir alguns produtos ou prestar serviços úteis à comunidade local e não só. Contribuindo para a inovação tecnológica, bem como para o crescimento económico rentável como afirma Assunção, (2008), citando Supiot (2001).

III – Ações para desencadear o processo de autoemprego

Como vimos a sublinhar, o autoemprego não é uma atividade que é promovida por qualquer pessoa e nem por muitas pessoas, visto que a sua criação requer um conjunto de requisitos necessários (capacitação e experiência do seu promotor) e fatores externos favoráveis para a sua implementação. A heterogeneidade de autoemprego e dos autoempregados pode-se coadunar numa harmonia perfeita. Conforme as pesquisas realizadas sobre a matéria do autoemprego, as evidências apontam que o autoemprego pode ser criado em todos os setores e áreas de atividades, mas também existem autoempregados de todos os níveis de formação, com ou sem apoios decorrentes de políticas públicas. Millan et al (2010) esclarecem que existe o compromisso das autoridades europeias de promover o empreendedorismo através da concessão e implementação de programas nos aspetos políticos, legislativos e incentivos relevantes para as PME na Europa. Convém salientar que nas outras paragens como Brasil e Estados Unidos de

América existem incentivos (fiscal e económico) para fomentar o empreendedorismo, criando assim vantagens para os autoempregados. Todavia, para se empreender não basta apenas os incentivos materiais e financeiros, mas também a formação e outras atividades empreendedoras que fazem despertar o espírito empreendedor nas pessoas e motivar os indivíduos para a ação concreta.

Nas ações empreendedoras é bom ter-se em conta a diferença entre empreendedores masculinos e femininos, mesmo com as mesmas condições de partida. Esta diferença pode ser explicada pelos motivos que levam a cada um para o autoemprego. Para além dos motivos estritamente individuais, oriundo das características pessoais como afirma Cowling (2008) os homens são mais susceptíveis a se tornarem empreendedores do que as mulheres. Mas a grande parte da diferença observada pode ser facilmente explicada pelas diferenças ocupacionais e outras características básicas. Entretanto, Henley et al (2009) com base nos motivos sociais apontam a partir de um estudo realizado no Reino Unido, que os motivos principais para os homens e as mulheres criarem o autoemprego são “independência” e a “natureza de ocupação”, mas as mulheres se encontram numa percentagem mais baixa. A diferença mais importante verificada é que cerca de 22% das mulheres apontam o “compromisso familiar” como razão para a escolha do autoemprego em comparação com apenas 2% dos homens. Para as mulheres o “equilíbrio familiar” e a “flexibilidade de horários” são os motivos mais apontados.

Na mesma linha de análise, de modo a tornar mais compreensível as ações principais para o autoemprego, Henley et al (2009) consideram que existem duas dimensões principais: o empreendedorismo de “oportunidades” e empreendedorismo de “necessidades”. A primeira dimensão está dirigida a um mercado fortemente associado a indivíduos de grau de escolaridade elevado. Neste caso, eles excluem, todos aqueles que integram o autoemprego familiar por não atingirem um grau de escolaridade elevado e também os grupos de baixa escolaridade que beneficiaram com as políticas públicas para criar o autoemprego. A segunda dimensão abrange todos os autoempregados que por necessidade de resolver um problema pontual como o desemprego ou problema económico são empurrados para o autoemprego. O mesmo autor acrescenta ainda que as políticas públicas também beneficiam os grupos com a escolaridade elevada, visto que existem diferentes grupos sociais abrangidos pelas políticas públicas.

O empreendedorismo está a ser cada vez mais investigado por causa da sua relação direta com as atividades empresariais, desenvolvimento económico, social e regional. Recorre-se ao empreendedorismo para corrigir alguns desequilíbrios económico e social entre as regiões. Por isso, não é por acaso que o despertar do espírito empreendedor

agora é invocado em todas as circunstâncias e discursos políticos, não apenas para incrementar os negócios e criar o autoemprego, mas também para reduzir o desemprego. Também é utilizado para maior dinamismo nas empresas, sobretudo quando se quer inovar, Dornelas (2012) sublinha que a inovação é a semente do processo empreendedor. Acrescenta ainda que as inovações tecnológicas têm sido o diferencial do desenvolvimento económico mundial.

Neste aspeto, nota-se um grande empenho do governo de Cabo Verde, através da ADEI em parceria com os Centros de Formação Profissional e as Escolas Técnicas, em promover muitas atividades como a formação de curta duração, eventos do empreendedorismo como feiras e maratonas no quadro da implementação do empreendedorismo. Trata-se de um processo que se iniciou alguns anos atrás, afirma o entrevistado Francisco do CentroC. Ele acrescentou ainda que a introdução do módulo “Gestão dos pequenos negócios” ou empreendedorismo em todos os cursos e níveis de formação profissional é um sinal claro de aposta no empreendedorismo como ferramenta que dinamiza a economia e a sociedade. Referiu também que o empreendedorismo pode ser ensinado mas que não se ensina os outros a serem empreendedores, uma vez que “ser empreendedor passa primeiro por ter uma habilidade vocacional que será aperfeiçoada e aprimorada com as habilidades técnicas, despertando assim as iniciativas empresariais através de aplicação prática nas sessões de formação”.

Para o entrevistado Bento, o módulo sobre o empreendedorismo nos cursos foi uma boa iniciativa porque permite o despertar dos diplomados para o autoemprego. Sobretudo num ambiente de mercado em que a taxa do desemprego é elevada e há baixa oferta do emprego para a camada juvenil. Comunga da mesma opinião o entrevistado Márcio enfatizando a importância do empreendedorismo e o seu ensino nos cursos de formação profissional e avançou a ideia da necessidade de o introduzir no curriculum escolar do ensino secundário.

No entanto, para empreender é necessário ter o talento suficiente para o efeito, esse talento não existe em todas as pessoas e também por si só não se desenvolve os negócios. Dornelas (2012), esclarece que o talento empreendedor resulta da percepção, direção, dedicação de muito trabalho dessas pessoas especiais, que fazem acontecer. Acrescenta ainda que onde existe esse talento, há oportunidade de crescer, diversificar e desenvolver novos negócios. Mas talento sem ideias é como uma semente sem água, frisa o mesmo autor.

Mesmo sabendo que é possível criar o autoemprego em todas as áreas e setores de atividades, o entrevistado Francisco salientou que no seu Centro a área em que mais se criou o autoemprego é a Informática, os diplomados do curso de Instalação e Manutenção de Sistemas Informáticos. De forma mais sintetizada a entrevistada Antónia da Escola H esclarece os principais constrangimentos dos diplomados na criação de autoemprego: “ falta de incentivos e as condições financeiras para o arranque do empreendimento” e adiantou que a sua escola está sempre atenta ao mercado, no sentido de capacitar os diplomados de acordo com as necessidades e novas exigências do mercado: “ de nada vale passar para os diplomados de formação profissional as matérias que não vão utilizar no seu dia-a-dia profissional [...] evitando de certa forma aprender mais coisas úteis dentro da sua área profissional”. Os outros entrevistados consideram: “existem algumas áreas que por natureza inerente ao perfil das atividades profissionais, os diplomados tem maior facilidade e autonomia na promoção de iniciativas empresariais ou autoemprego como: eletricidade residencial, pintura para a construção civil, refrigeração e ar condicionado, serralharia mecânica, informática, culinária, pastelaria, etc... de um modo geral as áreas ligadas à Construção civil e restauração que oferecem maiores oportunidades de autoemprego”.

A formação profissional em outras áreas possibilita a criação do autoemprego, dependendo da região onde se instala o empreendimento ou as condições de partida. Relativo a incentivos e apoios prestados aos diplomados de formação profissional na criação do seu próprio emprego, verifica-se praticamente um vazio em termos de coincidência entre as respostas dos diplomados e dos dirigentes de formação profissional entrevistados e mesmo entre as respostas destes existem uma grande diversidade. Esta situação é compreensível até certo ponto, visto que se trata de dois sujeitos diferentes e de percepções diferentes, a percepção do formador (o que administra a formação) e a percepção daquele que a recebe (o que aplica os conteúdos apreendidos na formação). Os entrevistados afirmaram ter dado todo o contributo para a criação das condições necessárias para o sucesso do autoemprego por parte dos diplomados, na medida em que forneceram incentivos em termos teóricos durante o curso e em termos práticos, sobretudo durante o processo de estágio curricular ou estágio profissional. Mas os diplomados consideram que não receberam qualquer apoio para a criação de autoemprego, visto que eles têm uma expectativa muito elevada em relação aos seus Centros de Formação. Não percebem os centros de formação somente como agentes formadores, mas também, como agentes financiadores dos seus pequenos negócios ou iniciativas empresariais. Sustentam a expectativa de sair da formação com toda batalha vencida: formação concluída e autoemprego criado. Por isso, dificilmente sentem-se satisfeitos com a explicação de que

os centros de formação não dispõem da valência financeira para financiar os pequenos negócios.

A entrevistada Antónia da EscolaH refere o esforço da sua escola em conseguir o estágio curricular junto das empresas da área de formação dos diplomados, em que muitos após o estágio foram diretamente contratados. Na mesma sequência, o entrevistado Bento esclareceu que para além de todo o investimento didático e pedagógico na formação, no final do curso, através da cooperação com instituição parceira estrangeira, o seu centro ofereceu aos diplomados, um conjunto de ferramentas básicas a fim de executar alguns trabalhos no início da inserção no mercado de trabalho. Acrescentou ainda: “Damos orientações, incluímos um módulo que trata dos pequenos negócios e trazemos outras parcerias para o efeito, como é o caso da ADEI para dar assistência aos jovens que pretendem enveredar para o autoemprego”.

No contexto que o termo “apoio” é empregado, o sentido estrito é de auxílio pecuniário ou material. Por isso é que cerca de noventa por cento dos diplomados consideram que o seu centro de formação ou escola não deu qualquer “apoio” para criação do seu autoemprego. É evidente que os diplomados não receberam dinheiro algum do centro para criar o seu autoemprego, mas receberam os inputs necessários para criação do autoemprego. Neste aspeto, o entrevistado Francisco foi peremptório em afirmar: “apoiamos e incentivamos, uma vez que reconhecemos que é na criação do autoemprego que os diplomados podem melhor singrar a nível profissional, tendo em conta que o contexto atual se revela cada vez mais difícil trabalhar por conta de outrem”.

A nossa entrevistada Josefa ressalta que a juventude cabo-verdiana conseguiu através do programa Emprego Jovem e Coesão Social, um programa financiado pela Espanha através da PNUD num valor de 1,5 milhão de dólares, uma forma de financiar os pequenos negócios, sobretudo nos anos 2008 a 2011, tempo da vigência do programa. O programa do Emprego Jovem e Coesão Social abrangia toda a juventude cabo-verdiana, com maior incidência (rapazes e raparigas, mães solteiras, mulheres chefes de família) na faixa etária 18-35 anos. O programa tinha como finalidade reduzir o desemprego juvenil, que na altura do lançamento do programa afetava mais as mulheres entre 15-24 anos, em cerca de 48% e os homens na mesma faixa etária, em cerca de 26%.²⁷ A mesma entrevistada ainda afirma: “Nós através dos centros de juventude financiamos muitas iniciativas empresariais, tanto a fundo perdido, como com o reembolso de 50% de capital, via as ONG”.

²⁷ Discurso da Ministra do Trabalho, Família e Solidariedade, in www.semana.publ.cv

As diretivas superiores no que diz respeito a formação profissional e à introdução do processo empreendedorismo, nos cursos de formação quer nos Centros ou nas Escolas Técnicas, no intuito de criação de autoemprego, estão a ser aplicadas pelos dirigentes de formação profissional. Percebemos que existe em cada entrevistado o empenho e a vontade de implementar ações empreendedoras nas instituições de formação como: cursos de curta duração, palestras, sessões de esclarecimentos das questões relacionadas com o autoemprego, sessões de socialização das oportunidades existentes no mercado de trabalho.

Na sequência da nossa entrevista ficamos a perceber melhor o seguinte:

1. Existe uma forte aposta dos centros de formação profissional e as escolas técnicas em fazer parcerias, no sentido de melhor rentabilizar os recursos para a realização da formação profissional. E também em colaborar com ADEI na divulgação de ideias empreendedoras e das principais oportunidades de negócios em cada área e setor de atividade;
2. A ADEI está totalmente empenhada em apoiar os centros de formação profissional e as escolas técnicas na elaboração de planos de negócios para a criação do autoemprego. Convém ressaltar que o plano de negócio atualmente é muito falado no âmbito do empreendedorismo, pois, este significa um documento usado para descrever um empreendimento e o modelo de negócios que sustenta a empresa (Dornelas, 2012). Acrescenta ainda o mesmo autor que a sua elaboração envolve um processo de aprendizagem e autoconhecimento, e, ainda, permite ao empreendedor situar-se no seu ambiente de negócios;
3. Tendo em conta a grande dificuldade dos jovens empreendedores, diplomados de formação profissional em aceder ao crédito bancário, existe um acordo de princípio para criar um fundo financeiro, resultante da parceria entre ADEI/IEFP/Novo Banco;
4. Os Centros de Formação Profissional e as Escolas Técnicas apoiam os diplomados na criação do autoemprego, não em termos financeiros, mas sim no conjunto de ações de formação de curta duração, atividades empreendedoras como feiras e maratonas do empreendedorismo. Muitos diplomados beneficiaram com o crédito através do Projeto FIVA do Centro de Emprego de Santa Cruz;
5. O empreendedorismo e as ações empreendedoras atualmente não estão dirigidos apenas para as atividades empresariais, mas também para criar a melhor dinâmica no desenvolvimento económico e social e na redução do desemprego, criando o próprio negócio;

6. Regista-se que para contornar o alargamento da exclusão social das camadas sociais menos favorecidas o acesso ao crédito bancário em Cabo Verde, tem-se recorrido ao sistema de financiamento de pequenos negócios ou iniciativas empresariais através das ONG;
7. A política pública da parte do governo de Cabo Verde, sobretudo em direção à juventude tem merecido um forte investimento através de uma ação conjunta articulada com o setor público e privado de diversos setores, que proporcionam aos jovens uma série de programas de inserção socioeconómico.²⁸
8. No quadro do Projeto Emprego Jovem e Coesão Social, muitos jovens diplomados de formação profissional beneficiaram de financiamento, através da Direção Geral de Juventude para a criação de autoemprego;
9. Dos estudos realizados sobre o autoemprego um pouco por toda parte, nenhum estudo realizado teve como alvo os jovens diplomados de formação profissional na criação do autoemprego, com objetivo de analisar o impacto da formação profissional na criação do autoemprego;
10. Do autoemprego criado, apenas uma percentagem reduzida tem a firma criada dada a burocracia e o custo financeiro elevado para a sua legalização de modo a ter personalidade jurídica e poder solicitar o crédito nas instituições financeiras;
11. O autoemprego é criado na sua maioria nos centros urbanos e nos concelhos mais populosos e economicamente mais desenvolvidos, contribuindo assim para aumentar a assimetria entre as regiões em termos económico e sociais. Entretanto, existem evidências que confirmam a maior sobrevivência do autoemprego do meio rural que autoemprego do meio urbano.
12. A criação do emprego via autoemprego pode não ter grande importância estatística mas tem um valor social muito grande visto que para o jovem promotor de autoemprego e bem como o trabalhador do autoemprego, sobretudo em setores que não existe a oferta pública de emprego;
13. A aposta na promoção do autoemprego poderá ter um efeito de contágio mesmo nas camadas sociais sem qualificação profissional. O despertar do espírito empreendedor normalmente acontece com a promoção de pequenas atividades como encontros, exposições, feiras, entre outros.

²⁸ Site da Direção da Juventude : www.juventude.cv

SÍNTESE FINAL

A génese da tese “Formação Profissional na Criação de Autoemprego nas Regiões Periféricas: Cabo Verde – Ilha de Santiago 2005 a 2010” está situada numa dupla dimensão: a descrição e a análise de dois eixos que constituem o referido tema – a Formação Profissional e o Autoemprego, numa perspetiva de complementaridade ou continuidade, com relação a criação do autoemprego, um contributo para inserção profissional dos jovens diplomados que após a dura tarefa escolar e profissional enfrentam dificuldades de inserção na vida ativa. O autoemprego poderá ser uma alternativa credível.

Pretendemos colocar o nosso estudo entre o mundo escolar e o mundo de trabalho de modo a permitir compreender melhor o input e output da educação escolar, sobretudo interessou analisar as contribuições do sistema educativo na qualificação de indivíduos e na criação do autoemprego, possibilitando assim que pessoas oriundas de famílias desfavorecidas e vítimas de insucesso escolar, com os esforços dos pais, e beneficiados pelas políticas públicas, conseguissem obter uma formação profissional e inserir-se no mundo de trabalho. Em resultado desse esforço, os diplomados de formação profissional, na maioria jovens com menos de 30 anos de idade, munidos de um saber profissional e espírito empreendedor, procuram a inserção no mercado de trabalho através da criação do seu próprio emprego. Conhecer as motivações, as condições externas e internas favoráveis a criação do autoemprego, neste momento conturbado do mercado de trabalho, foi o objetivo principal desta investigação.

Há escassez, para não dizer ausência de estudos sobre a formação profissional na criação do autoemprego em Cabo Verde. Entretanto, convém salientar que existem muitos estudos sobre o autoemprego, mas nenhum abordou os diplomados de formação profissional. Existe também a necessidade de compreender este tema específico, verificar a mudança de discursos em termos de objetivos da formação profissional e da criação do autoemprego.

Consideramos pertinente recordar a questão que levantamos ao iniciar esta investigação, quando buscávamos compreender a mais-valia da formação profissional na inserção profissional dos jovens em Cabo Verde. Trata-se de um país com população maioritariamente jovem, cerca de 44,4% com a idade compreendida entre 15-40 anos, conforme INE, Censo 2010, com uma taxa de desemprego muito elevada, 21% na faixa etária 15-24 anos e apenas 34,3% com o ensino secundário. O Governo, consciente da problemática e na tentativa de alterar o quadro, sobretudo do desemprego, vem mobilizando

recursos internos e externos para debelar a situação através de políticas públicas de ensino e formação profissional.

No início da nossa investigação, ciente de que só o Estado de forma direta não consegue responder a demanda do emprego, surgiu-nos uma grande questão **“qual é o impacto da formação profissional na criação do autoemprego, no crescimento desta modalidade em Cabo Verde, ilha de Santiago entre os anos de 2005 a 2010?”**. A partir dessa questão e das outras, referidas na introdução da tese, interessa refletir e realizar uma espécie de “balanço crítico” do estudo. Houve assim o esforço de “ligar os pontos” na interpretação de resultados, chamando os principais autores para apoiar e colaborar na discussão.

Com este estudo estamos consciente em dar algumas contribuições relevantes para a melhor compreensão da problemática do autoemprego pelos políticos, governantes, e dirigentes de processos de formação profissional em Cabo Verde. A primeira contribuição relevante deste estudo consiste na análise de literatura em relação à definição da formação profissional e do autoemprego, tornando estes dois temas mais claros e concisos; deste modo vimos que tanto um como outro tema é analisado em várias perspetivas, mas no fundo com muita ligação entre si. Nestas análises é impossível fugir a articulação entre os sistemas: educativo, formativo e mercado de trabalho. Esta tríade tem uma função de complementaridade e tende a acompanhar a evolução sequencial do ser humano: estudar/formar/trabalhar.

Uma outra contribuição é demonstrar o papel da educação em todo o processo de formação e autoemprego, pois sem uma educação sólida não há formação consistente e nem haverá um desempenho profissional desejável. O sistema educativo desenha a matriz do percurso, suporta a formação profissional e contribui para equilibrar o mercado de trabalho.

Um vai e vem sobre as diversas realidades, sobretudo as europeias, portuguesa e cabo-verdiana, pode até certo ponto deixar o leitor um pouco confuso, mas como analisar apenas a realidade cabo-verdiana poderá não permitir uma boa compreensão, utilizamos a estratégia de análise do geral para o particular, isto é, analisamos um conceito no sentido geral para concluir com o particular, dando exemplos de Cabo Verde.

A articulação entre os sistemas educativo, de formação e do emprego, com o destaque do papel da educação em termos da consolidação e determinação da formação

profissional como sistema. Para ter uma formação profissional de qualidade é necessário uma educação escolar de qualidade. Essa relação estreita existe e pode ser verificada no Regime Jurídico de Formação Profissional de Cabo Verde (anexo), na indexação do nível de formação profissional ao nível escolar.

A Educação e Formação, sobretudo a nível do ensino secundário, atualmente são determinantes para a integração de um indivíduo no mercado de trabalho, seja através do emprego por conta de outrem, seja através da criação do seu próprio emprego. Por isso, qualquer indivíduo desapropriado desses atributos está condenado a ter dificuldade acrescida, para se inserir no mercado de trabalho. O ensino formal indica o caminho que um ser humano trilha durante a sua trajetória da vida, suportada pelo meio, pela família e pela sua realidade cultural. As oportunidades do acesso a educação formal sem um suporte familiar consistente e um caráter individual forte capazes de ultrapassar barreiras impostas pelas circunstâncias naturais da vida, são pouco determinantes.

A técnica de produzir e a técnica de utilizar as ferramentas da produção, bem como o conhecimento das formas de consumo de serviços e produtos exigem, de cada um, um conjunto de conhecimentos que na maioria das vezes, só podem ser adquiridos através de aprendizagens formais, dada a sua complexidade associada às mudanças tecnológicas e à sua permanente inovação. Por isso, o exercício de qualquer profissão exige aprendizagem específica, só possível através de um curso de formação profissional. Figueira (2003) considera a formação profissional um instrumento fundamental para responder às necessidades da economia, aos défices de qualificação profissional dos indivíduos e os problemas de inserção profissional com que estes se defrontam. Tomamos o conceito de formação profissional como “ o processo global e permanente através do qual jovens e adultos, a inserir ou inseridos na vida ativa, se preparam para o exercício de uma atividade profissional” (Decreto-lei n.º 37/2003 de Cabo Verde).

A grande aposta no desenvolvimento de Cabo Verde não foi pensada com base nos recursos naturais, visto que não existe. O grande suporte encontrado foi apostar no desenvolvimento de um sistema de formação, em articulação com o sistema educativo e o mercado de trabalho, em permanente concertação com os parceiros sociais de emprego e formação e à mobilização do esforço nacional para a valorização de recursos humanos.

A articulação entre os dois sistemas (educação e formação) vem corrigindo alguns desequilíbrios sociais. Quem abandona o sistema educativo é absorvido pelo sistema de formação profissional. Neves et al (1993) evidenciam a articulação do sistema educativo e do sistema do emprego, em parceria com Estado/agentes económicos.

A formação profissional é um conceito que vem evoluindo ao longo dos tempos, amplamente discutido. É considerada um processo, e atualmente transformou-se em panaceia quase universal e ingrediente para todos os discursos. Como afirma Cabrito (2009), quando se fala de formação profissional o foco é totalmente virado para o mercado de trabalho. O mesmo autor acrescenta: “fico ainda mais confuso quando me debruço sobre essas políticas ditas educativas e formativas e verifico que elas constituem, fundamentalmente, medidas que mais não fazem do que ensinar ao longo da vida aquilo que as exigências do mercado impõem aos indivíduos para garantirem a sua sobrevivência nesse mercado, reduzindo a vida, o mesmo a educação, a um mero ato mercantil (2009, p.9).

Enquanto atividade social, a formação profissional tem como função a transmissão de conhecimentos, comportamentos e atitudes, associada tanto à instituição escolar como à forma de trabalho. A formação profissional é hoje geralmente apontada como um instrumento essencial na modernização e competitividade das empresas, mas isso não impede que na prática esse fato tantas vezes afirmado não seja de alguma forma secundarizado pelas práticas de gestão de seguimentos importantes do tecido empresarial, nomeadamente pelas práticas de gestão de mão-de-obra das pequenas empresas.

Nas décadas de 70 e 80, em Cabo Verde, o exercício de uma profissão não requeria uma formação profissional formal, senão experiencial, tanto mais que os considerados bons profissionais eram os que muitas vezes, muito cedo aprendiam fazendo através da experiência prática ou os que tiveram acesso à escola técnica do Mindelo, única criada em Cabo Verde na década de 60. Atualmente, com acesso à educação escolar e à formação profissional e também pela complexidade de materiais de produção e ferramentas de trabalho, a formação profissional tornou-se indispensável para o emprego. A formação profissional tem evoluído muito graças ao avanço da educação, às exigências do mercado de trabalho e também dos consumidores.

A ligação da formação profissional com a educação é evidenciada pela OIT (1975) considerando que a formação profissional visa identificar e desenvolver aptidões humanas, tendo em vista uma vida ativa produtiva e satisfatória, e, melhorar as faculdades dos indivíduos compreenderem as condições de trabalho e o meio social e de influenciarem estes, individual e coletivamente. A formação profissional como atividade é uma forma de ensino, daí a sua grande proximidade com o sistema de educação, por isso, a sua designação como o ensino profissional. Neste também se utiliza as estratégias de aprendizagens, a didática e a pedagogia. A diferença dos sistemas de formação profissional e da educação está relacionada com as políticas educativas e formativas adaptadas em

cada país ou comunidade profissional. Entretanto os objetivos são os mesmos: preparar o indivíduo para o exercício de uma profissão e a sua integração na vida ativa.

As mudanças verificadas no mercado de trabalho, muito associada a mudanças de gestão, produção e surgimento de novas empresas, as sucessivas crises económicas e sociais, levaram a alteração do sistema de formação profissional de modo a formar indivíduos com a capacidade de adaptação às mudanças futuras. A chamada formação de banda larga permite integrar a formação do indivíduo com base na aprendizagem ao longo da vida. Pires (2002) citando o memorando do Conselho Europeu, refere que se trata de toda e qualquer atividade de aprendizagem, com um objetivo, empreendida numa base contínua e visando melhorar conhecimentos, aptidões e atitudes.

Os governos de todos os países, sobretudo dos países menos desenvolvidos apostam na formação profissional, no sentido de munir os indivíduos de conhecimentos suficientes para ocupar um posto de trabalho ou para criar o seu próprio emprego. Por isso, o investimento na área de formação é, cada vez mais, tendo em conta o mercado global e competitivo e a necessidade do crescimento económico e da diminuição do desemprego, o grande desafio do século. A política pública para o emprego não vem resolvendo o problema, visto que esta abordagem, centrada no económico, visa resolver problemas de recursos humanos e da competitividade do mercado. Alerta Pires (2002) que a aprendizagem ao longo da vida se constrói na interdependência das diferentes esferas da vida social e pela redistribuição dos papéis e das responsabilidades entre todos os atores envolvidos: os cidadãos, o estado, as empresas, e as instâncias de Educação/Formação.

A nossa abordagem sobre a formação profissional e autoemprego foi com base numa análise multifocal teórico/empírico das realidades europeias, americanas e africanas. Nestas incluem-se Portugal e Cabo Verde, utilizando os autores que mais investigaram sobre os temas em análise. Entre o discurso político e a prática de formação profissional ainda existe uma grande diferença: nem todos têm o acesso, visto que as ofertas formativas são insuficientes e em setores de atividades restritas e não tem em devida conta o índice da oportunidade de negócios.

A tendência da mudança de paradigma de formação profissional centra-se nas respostas das exigências do mercado de trabalho, nos discursos dos políticos e na tentativa de acompanhar o processo de globalização. Uma formação profissional virada para a criação do autoemprego implica a integração de um conjunto de alterações no sistema de formação, inclusive no plano curricular. A integração de módulos como o empreendedorismo e a gestão de pequenos negócios, com a prática de elaboração de plano de negócios

provocou uma mudança substancial no processo de formação, centrada na criação de autoemprego, diversificação de atividades empresariais e a diminuição do desemprego. Neste aspeto, reafirma Cabrito (2009) que a formação tem sido associada à possibilidade de encontrarmos a resposta a todos os problemas, sejam eles às mudanças do quotidiano ou as de integração no mercado e que perante uma qualquer incapacidade/dificuldade/défi ce, a resposta está na formação.

Alguns autores (Tolentino, 2006; Correia, 2005) consideram que a sustentabilidade e a importância de formação profissional estão no fato dela estar associada a outros conceitos como a competência, o emprego, autoemprego, entre outros. A referida associação permite o esbater de fronteiras da formação com outros conceitos adjacentes, importantes no processo da criação do autoemprego.

A formação profissional em Cabo Verde faz parte da preocupação e do dia-a-dia dos governantes e dirigentes, dos trabalhadores, dos jovens e da população em geral. Não há ninguém que seja indiferente à formação profissional. Não só por causa da exigência do mercado de trabalho mas também já se consciencializaram que, para desempenhar qualquer profissão é necessário ter uma formação específica para responder à exigência de empregabilidade. Além disso, a pequenez do mercado de trabalho é um indicador importante de que é necessário formação para poder trabalhar nas outras paragens, sobretudo porque os cabo-verdianos tradicionalmente são um povo emigrante. A emigração constitui desde sempre a âncora do desenvolvimento económico e social de Cabo Verde.

Desde 1991, a formação profissional vem ocupando espaço nos programas dos sucessivos governos de Cabo Verde e faz parte de uma das rubricas do OGE, com crescimento anual, criando assim as condições para qualificar os cabo-verdianos, visando a melhoria de qualidade de vida e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país. O discurso sobre a formação profissional no intuito de criar o próprio emprego é recente, pois antes a tónica era formar para trabalhar, nessa altura solicitava a pessoa qualificada para trabalhar, visto que havia postos de trabalho a ocupar. Mudou-se o discurso e nele estava a ideia de formar para exportar, isto é, para a emigração em resposta das exigências do mercado externo. Atualmente a tónica do discurso é posta na formação para o autoemprego, o que requer formar indivíduos com a capacidade de criar o seu próprio emprego, libertando o Estado do encargo de garantir o emprego para os cidadãos. Será que o discurso vem mudando com o esgotamento (demasiada repetição) ou da satisfação das necessidades? Verificamos que mesmo com todo discurso sobre a formação profissional, em termos práticos não existe muita divulgação na imprensa escrita cabo-verdiana.

A formação experiencial em Cabo Verde, durante muito tempo e praticamente até a década de 70 era considerada a melhor fonte de qualificação profissional, perdeu o seu domínio com a criação da escola técnica do Mindelo no ano 1956. A partir dessa altura a formação profissional estruturou-se. Pineau (2010) considera um processo vital que organiza a totalidade do ser, na sua aparência, na sua organização interna e no seu sistema nacional.

Ainda prevalece a diferença das vertentes técnica e geral no ensino secundário em Cabo Verde, dada a postura tradicional das elites que deixou marcas no imaginário social de cabo-verdianos sobre o ensino técnico, apesar de alteração da LBSE que vem dando atenção sobre a posição do ensino técnico no sistema educativo. A última alteração da lei elevou a bifurcação das vertentes do ensino técnico para o 3.º ciclo do ensino secundário, com o objetivo de maior aproximação das duas vertentes e dos sistemas educativo/formativo. Mesmo assim a maioria dos alunos escolhem a vertente geral e um pequeno número procura o ensino técnico, isto é, aqueles que não vislumbram a possibilidade de seguir o ensino superior. A procura do ensino técnico padece do resquício da consequência histórica da sua implementação. Mesmo fazendo parte do sistema educativo, e, próximo do sistema de formação profissional, o ensino técnico é pouco procurado pelos alunos.

A filosofia da formação ao longo da vida enquadra-se no desiderato de que todos os cidadãos devem estar preparados com uma qualificação profissional, por forma a darem uma contribuição para atingirem processos de inserção na vida ativa, (Alves, 2007). Dos excluídos do sistema educativo e excluídos do mercado de trabalho primário, procuram empregos melhor remunerados e que assegurem melhores perspetivas de progressão na carreira. Os cidadãos ativos sem a devida formação profissional são mais facilmente excluídos do mercado de trabalho e marginalizados em termos sociais, sobretudo por causa da alta taxa de desemprego e pouca oferta de emprego, para os indivíduos sem a qualificação profissional.

A articulação entre o sistema do ensino e o sistema de formação profissional a nível legislativo é bastante funcional em Cabo Verde, visto que a legislação se encontra estruturada após a aprovação da lei orgânica do Ministério de Educação e com a integração do ano complementar profissional na LBSE. O problema põe-se na prática por causa da tradição de funcionamento das instituições estatais em Cabo Verde, com excessiva departamentalização de serviços, evitando a realização de um trabalho conjunto, permitindo utilizar e rentabilizar os recursos materiais e humanos tanto das escolas técnicas e como dos centros de formação para um objetivo único, para formar os cidadãos.

A teoria da inserção profissional defendida pelos autores (Vencis, 1981; Stigler, 1962; Alves, 2008) considera que a decisão de aceitar ou rejeitar um emprego é tomada em função de um princípio de otimização entre a duração e os custos da procura e o salário oferecido. Os referidos autores defendem ainda que o processo da procura do emprego pode não terminar com o acesso ao emprego de reserva, isto é, o emprego que permite parar a procura. Neste aspeto, Alves (2010) considera que, para que o processo da inserção seja dado por concluído é necessário que se verifique três condições: que o emprego ocupado seja um emprego durável, no sentido em que os indivíduos não dispõem de informações que lhes permitem antever que terão de mudar num futuro mais ou menos próximo; que seja um emprego que não pretendem, voluntariamente abandonar; por último que deixem de utilizar a parte do seu tempo na procura de outro emprego ou prosseguimento de estudos com objetivo de mudarem de emprego ou profissão.

O autoemprego é uma situação de trabalho na qual o trabalhador independente controla seu processo de trabalho, fornece a si próprio seu equipamento, o que permite que o proprietário dos meios de produção participe diretamente da atividade produtiva; seu rendimento não é previamente definida; seu objetivo primordial é prover seu próprio emprego (meio de subsistência) e não valoriza seu capital (acumulação de capital).

O autoemprego pode se constituir em alternativa promissora para aqueles que já dispõem de formação e de boa inserção social. Por exemplo, normalmente são os desempregados de mais recursos (homens em idade madura com mais capital, mais qualificação, melhor inserção social) que procuram o autoemprego e tendem a ter nele mais sucesso. Existem autoempregados com altos rendimentos, em alguns casos circunstanciais, como atividades profissionais liberais.

A criação e a implementação do autoemprego dependem de fatores internos e externos, com especial destaque para recursos materiais e financeiros. Todavia, o processo do microcrédito e crédito bancário em Cabo Verde não facilita a sua criação em números e em setores adequados, que possibilitem a criação de empregos para terceiros de forma considerável.

O autoemprego ou o emprego por conta própria é um fenómeno antigo em Cabo Verde, sobretudo nas zonas rurais e também com uma maior dinâmica nas zonas urbanas como profissionais liberais, comerciantes, vendedores ambulantes, entre outros. Praticamente todas as profissões permitem a criação de autoemprego, nas áreas como a Educação, Saúde, mundo rural e marítimo, indústria e comércio, etc.

A criação do autoemprego pelos diplomados de formação profissional, isto é, pelos jovens que concluíram a formação profissional e escolher a criação de autoemprego como a forma de inserção na vida ativa parece um fenómeno novo. Vários estudos com evidências empíricas interessantes em vários setores e áreas de atividades reportam a importância do autoemprego no crescimento económico e social de um país, desenvolvimento regional, na inovação do produto e da tecnologia. As MPE são fundamentais para a criação da dinâmica económica e social de um país. Por isso, muitos países, sobretudo os EUA e outros apostam fortemente na criação de condições para o seu surgimento e a sua sustentabilidade, esclarece Dornelas (2012).

A importância estatística do autoemprego não é evidenciada em muitos países de forma isolada mas começa a ganhar alguma importância nas grandes organizações mundiais como a OIT e a OCDE, apresentando um crescimento pouco regular. Cresce e diminui, como é natural, conforme a dinâmica dos outros fatores, sobretudo económicos, políticos, conjunturais e outros, com base na teoria de “Pull” e “Push”. Nota-se que existe alguma diferença estatística entre as organizações em termos de contabilização dos autoempregados. Por causa da sua heterogeneidade a OIT criou uma “área cinzenta” onde se incluem todos os casos pouco claros em termos da validade estatística, por isso os autoempregados familiares e cooperativos não são absorvidos pela OIT e os autoempregados não-agrícolas não são considerados válidos pela estatística da OCDE.

A teoria do autoemprego baseia-se, sobretudo, na sua relação com o emprego típico, isto é o movimento dos autoempregados que entram e saem da situação do emprego para o autoemprego: quando os indivíduos empregados entram para o autoemprego (Pull) e quando o movimento é contrário (Push). Esses movimentos estão condicionados por diversos fatores, esclarece Pamplona (2001).

O autoemprego está muito ligado à capacidade empreendedora dos indivíduos. O empreendedorismo pode ser ensinado mas o que não é possível é tornar-se uma pessoa empreendedora a contra gosto. O espírito empreendedor depende da capacidade e do dinamismo individual. A inserção do módulo sobre o empreendedorismo no plano curricular da formação profissional, em todos os cursos e níveis, é considerada uma grande mudança na estrutura de formação. O espírito empreendedor desperta-se através de atividades e eventos do empreendedorismo como feiras, maratonas e cursos de curta duração. O cabo-verdiano é um povo empreendedor pela sua origem histórica e pela dinâmica da sua sobrevivência. Pois sempre empreendeu para viver.

A formação profissional prepara os diplomados com conhecimento básico do empreendedorismo que lhe permite criarem o seu próprio emprego, possuindo recursos financeiros suficientes para o efeito. O diplomado de formação profissional, em termos gerais, é um indivíduo preparado para enfrentar os desafios do mercado atual, quer tecnicamente quer em termos de atitudes, faltando, portanto, a experiência profissional e a criação de rede de contatos com fornecedores e clientes. Neste aspeto, Parker (2004) esclarece e atribui importância à idade dos autoempregados, dado que o diplomado é mais propenso a criar o autoemprego a partir dos 40 anos de idade.

CONCLUSÕES

A criação do autoemprego pelos diplomados de formação profissional contraria praticamente todas as evidências empíricas apresentadas por diversos autores atrás referenciados, com a exceção da qualificação profissional. A idade deverá ser superior, a experiência deverá ser mais alargada, os recursos financeiros deverão ser suficientes, a tradição familiar de autoemprego, o estado civil deverá ser na maioria casado ou viúvo, as políticas públicas devem ser favoráveis. No entanto, o autoemprego é criado sempre com base nos pressupostos como características pessoais, motivadores internos e externos como o desemprego, oportunidades de negócios, entre outros.

O autoemprego em Cabo Verde confronta-se com as dificuldades de obtenção de recursos financeiros, por causa da possibilidade de acesso ao crédito bancário provocado pelas exigências burocráticas e garantias e taxa de juro praticada pelos bancos comerciais. A intenção de resolver a situação esteve na origem da criação do Novo Banco, que poderia pôr fim à exclusão ao crédito bancário da maioria dos cabo-verdianos, incluindo os diplomados de formação profissional que escolhem a criação do empreendimento como forma de ocupação profissional. Entretanto, vislumbra-se uma pequena luz para os diplomados, com o acordo de princípio da criação de um fundo financeiro para financiar o autoemprego, a partir de assinatura de um acordo de parceria entre o IEFP/Novo Banco/ADEI.

Com a criação da ADEI foi dado um passo importante na materialização da agenda de alargamento de rede de pequenas e médias empresas, trabalhando em parceria e estreita articulação com as associações empresariais (ADEI, 2012). Estas têm desempenhado uma função importante junto dos diplomados, no sentido de viabilizar o plano de negócio para obtenção do crédito bancário. As atividades desenvolvidas pela Agência têm sido um despertar para o empreendedorismo e autoemprego em Cabo Verde.

No processo da criação do autoemprego a diferença percentual entre sexos (masculino e feminino) dos autoempregados varia de país para país e até de região para região, Parker (2004) aponta a diferença de 20% no Reino Unido, 40% na Bélgica e Portugal nos anos 90. Em Cabo Verde, ilha de Santiago encontramos a diferença de 63%, bem mais elevada que as referidas atrás. As razões históricas e as ofertas de formação profissional, com cursos de formação com maior procura pelos homens podem estar na origem da elevada diferença percentual. Trata-se de um estudo incipiente em Cabo verde e apenas sobre uma população específica, que merece um maior aprofundamento.

A idade dos indivíduos que criam autoemprego influencia tanto o número da sua criação porque um jovem leva mais tempo na sua criação e mais esforço para garantir a sua sustentabilidade, porque são necessárias as habilidades e experiências suficientes nessas lides. Para adquirir experiências suficientes, em certos casos o indivíduo deve trabalhar certo tempo em uma empresa ligada ao mercado (Pamplona, 2001; Silva & Cowling, 2008).

A articulação entre a formação profissional e a educação tem vindo a ser reforçada, a fronteira tende a esbater-se cada vez mais, na medida que aumenta o número de indivíduos com o ensino secundário. Segundo o Censo 2010, corresponde a 34,3% dos jovens. Trata-se de um nível de educação capaz de suportar qualquer formação profissional. A aproximação em termos legislativos e algumas articulações entre os sistemas de formação profissional e o sistema educativo são evidentes nas duas leis de Bases de Cabo Verde. Entretanto, verifica-se uma operacionalização prática pouco eficiente.

O autoemprego promovido pelos diplomados da formação profissional cria emprego para terceiros, que podem ser familiares, colegas de formação ou outros. Trata-se de autoemprego “puro” visto que os diplomados utilizam a sua própria força de trabalho no processo de produção no seu próprio empreendimento e vivem em resultado deste.

A prática de autoemprego individual é a prática mais corrente em Cabo Verde, dada a cultura do trabalho individual e a dificuldade de liderança no processo empreendedor. Entretanto, para implementar o autoemprego de grupo, torna-se necessário que haja orientações e incentivos aos diplomados, de modo a integrar outros trabalhadores. Os planos de negócios deverão ser organizados desde o início de formação, com acompanhamento por etapas, por diversos especialistas.

Há uma forte associação entre o subdesenvolvimento e autoemprego urbano, explicada à luz das discussões sobre setor informal. São informais todos os trabalhadores das unidades produtivas não tipicamente capitalistas no interior do capitalismo (trabalhadores domésticos, por conta própria, proprietários de pequenos negócios, seus ajudantes e empregados). O principal objetivo destas unidades é criar o emprego e renda para os envolvidos.

A enorme heterogeneidade que marca o setor informal (e o autoemprego) não nos permite dizer que estar no setor informal significa necessariamente estar submetido às piores condições de trabalho. O setor informal não é necessariamente o lugar dos pobres urbanos. É possível acreditar que a opção pelo informal pode ser uma fonte valiosa de emprego e de renda para o grupo específico dos trabalhadores (Pamplona, 2001).

A formação profissional tem um papel chave, na criação do emprego, no aumento da integração social, constituem fatores essenciais, para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. Por um lado, cria-se o emprego, porque se dota os indivíduos de competências necessárias, para o cabal desempenho da sua profissão, respondendo de certa forma às exigências ou objetivos dos empregadores, e por outro lado, fomenta-se e dinamiza-se a criação do autoemprego que, para além de garantir o emprego ao promotor, dependendo do sucesso do seu funcionamento, contrata serviços de outros trabalhadores.

O autoemprego é uma realidade em Cabo Verde, como em muitos países do mundo, pelo facto de inúmeras pessoas (sem uma estatística apurada) vivem do seu trabalho como trabalhador independente. Constata-se este fato em Cabo Verde pela dinâmica diária dos cidadãos nas feiras e comércios, construção civil, agricultura, pequenas indústrias, entre outros, sem ter em conta os profissionais liberais. Um novo impulso chegou com os diplomados de formação profissional, ao criarem autoemprego, especializado em diversas áreas de negócio, constituindo assim uma camada intermédia (situada entre autoempregados liberais e autoempregados sem formação formal), isto é, autoempregados com um nível de educação e formação que lhes permite atuar no mercado de trabalho, em função das oportunidades de negócio, da dinâmica municipal ou regional.

Este trabalho liga-se à educação através da articulação entre os sistemas de formação profissional e o sistema educativo: por necessidade de ter trabalhadores competentes, munidos de saber fazer, saber estar e ser, cuja aquisição só é possível através de educação formal; pela aquisição da capacidade de gerir os empreendimentos de produção e de serviços; pela aproximação das escolas secundárias geral e técnica ao mundo do trabalho, tendo em conta a necessidade de responder as exigências do mercado de trabalho moderno em ter “trabalhadores de conhecimento”, como profetiza Peter Drucker (2009).

Contra todas as evidências empíricas, os diplomados de formação profissional, jovens recém-formados foram capazes de criar o autoemprego no contexto cabo-verdiano. Apesar da ausência de incentivos fiscais e facilidades de financiamento às MPE, estas num ambiente pouco propício, criaram o autoemprego, alguns com muita consistência e perspectiva de crescimento.

A precarização do mercado de trabalho alimenta um processo de vulnerabilidade social, de desestabilização dos estáveis, de bloqueio da mobilidade ascendente, de precarização social. Isto produz inclusive alterações morais. A crença de que a escolaridade, a vida severa e árdua garantiriam um bom emprego que, por sua vez,

asseguraria ascensão social, tende a ceder lugar à crença de que quem trabalha para os outros pouca possibilidade tem de melhorar a vida.

Em Cabo Verde, cerca de 40% da população vive nas zonas rurais (Censo, 2010) e na ilha de Santiago, palco da nossa investigação, considerada a ilha mais rural do país, 67,4% da sua população vive nas zonas rurais. Convém ressaltar que existem evidências empíricas sobre a duração da sobrevivência do autoemprego, nos primeiros anos em que as zonas rurais apresentam uma elevada taxa de sobrevivência, em comparação com zonas urbanas.

RECOMENDAÇÕES E PROSPETIVA

Do nosso trabalho decorrem reflexões que apresentaremos em seguida sobre forma de sugestões e recomendações que permitam melhorar o contexto económico e social, nomeadamente a partir da formação e da sua relação com o mundo do trabalho:

1- A criação e a implementação do autoemprego requerem envolvimento da parte do Estado, através de incentivos fiscais, financiamento com baixa taxa de juros e a desburocratização administrativa dos processos. O seu crescimento não depende apenas dos atributos do seu promotor, como espírito empreendedor, dinamismo pessoal, menor aversão ao risco ou riscos calculados, mas sobretudo dos fatores externos tais como as políticas de incentivos e a criação de ambiente de negócios. Pode haver a criação de autoemprego em todos os setores de atividades, regiões ou concelhos do país.

2. Seria necessário realizar um levantamento exaustivo do índice de oportunidades de negócios em Cabo Verde de modo a orientar os indivíduos na criação do autoemprego potencial, evitando assim a criação de um autoemprego de moda, assim como nos concelhos ou cidades de maior concentração da população e conseqüentemente de maior concorrência. A diversificação, em termos de tipos e localização do autoemprego, permite a desconcentração de micro e pequenas empresas, que na sua maioria procuram os centros urbanos como localização.

3. Travar o êxodo rural, criando um conjunto de incentivos para a criação do autoemprego no meio rural, que irá ao encontro da política de fixação da população nas zonas rurais. Evitar-se-ia assim o desenvolvimento assimétrico do país, em termos económicos e sociais, mas também permitiria diversificar as empresas e pequenas indústrias pertinentes para o meio rural, sobretudo por causa da degradação ambiental. Constatase que das 3.928 empresas existentes na ilha de Santiago (INE, Censo, 2010), a maioria está localizada nos principais centros urbanos (cidade da Praia e cidade de Assomada), empregando 47,5% de trabalhadores de empresas em Cabo Verde.

4. Aproveitando a tradição seria importante valorizar outros domínios de atividades. Em alguns pontos da ilha, sobretudo nas zonas rurais, dever-se-ia incentivar os diplomados de formação profissional para criar empreendimentos virados para o artesanato e culinária em colaboração com a Direção Geral de Turismo, com objetivo de os integrar no roteiro turístico. Desta forma, seria possível diversificar os pontos turísticos da ilha e contribuir para o desenvolvimento local.

5. O Sistema de formação profissional em Cabo Verde encontra-se num grau elevado de estruturação e com muita experiência, tanto em termos de infraestrutura, como em termos de legislação. No entanto, ainda carece de maior articulação entre os elementos que compõem o sistema. Assim seria muito positiva uma maior articulação entre os centros de formação profissional e as escolas técnicas, pois permitiria a maximização de utilidade e maior rentabilização dos recursos disponíveis entre as duas instituições de formação. Seria possível atingir uma maior aproximação entre os cursos, evitar a duplicação na realização de formação e saturação do mercado de trabalho e melhorar a utilização de materiais, espaço e formadores.

6. Criar um mecanismo de acompanhamento dos diplomados de formação profissional tanto das escolas técnicas como dos centros de formação profissional que permitisse ter dados estatísticos atualizados, sobretudo os mais elementares, como contactos, localização e funcionamento dos empreendimentos. Seria interessante, realizar um encontro periódico com todos os diplomados, aproveitando deste modo para realização de cursos de curta duração, seminários e palestras para atualização de conhecimentos nas áreas de formação e não só. Estes cursos de “Low Cost” poderão interessar muitos diplomados, bem como o convívio e troca de experiências na área de negócios

7. Evitar a todo custo realizar a formação profissional de cursos em moda ou apenas por ser mais fácil, por existirem mais formandos interessados ou de mais fácil financiamento por que, no final do curso, faltam empresas interessadas em receber os formandos para o estágio curricular e muito menos para contratação. Corre-se o risco de criar grupos de pessoas com formação profissional que o mercado de trabalho não tem a capacidade de absorver e, conseqüentemente engrossam os contingentes de desempregados.

8. Criar um conjunto de mecanismos e incentivos, de modo a estabelecer e consolidar acordos de parceria entre as instituições de formação e as empresas, de modo a receberem os formandos para o estágio curricular e os diplomados para o estágio profissional. Neste processo, a iniciativa não deve ser apenas dos responsáveis das

instituições de forma isolada, mas sim em conjunto e com o envolvimento dos próprios departamentos do governo, responsáveis pelas áreas de formação das empresas.

9. A aposta na formação profissional deverá merecer o mesmo esforço do poder político, independentemente dos ciclos políticos, de modo a combater o desemprego jovem e preparar a nova geração, como cidadãos capazes e competitivos no mundo globalizado, cujo mercado interno não é determinante para absorção de mão-de-obra qualificada. O espírito empreendedor dos cabo-verdianos é reforçado com a formação profissional, ultrapassando o empreendimento tradicional em termos de emigração e luta contra pobreza.

Antecipando o futuro e partindo de potencialidades reais do desenvolvimento do setor agrícola, há várias bacias hidrográficas da ilha de Santiago que, com a construção de barragens e seu funcionamento, irrigariam a terra para a produção de grande quantidade de produtos hortícolas que requerem também meios para a sua transformação e conservação. Por isso, a organização de cursos virados para agricultura, transformação e conservação de produtos serão necessários a fim de responder às demandas de próximos anos. Isto torna-se evidente com o funcionamento de uma barragem na ilha de Santiago (barragem de Poilão). A necessidade de conservar os produtos, sentir-se-á mais ainda a partir do próximo ano, com funcionamento de mais 3 barragens (Saquinho em Achada Falcão; de Faveta em São Salvador do Mundo; de Salineiro em Ribeira Grande).

O desbravar do caminho investigativo constituiu uma das intenções deste nosso trabalho. Não se trata de um estudo conclusivo, apontando os aspetos que a nossa investigação não conseguiu abarcar, e dando pistas para novas investigações no sentido de continuidade. Emerge a necessidade de aprofundar estudos tais como:

- Índice de sobrevivência de autoemprego nos primeiros anos da sua criação;
- Comparação da longevidade do autoemprego rural e urbano;
- Nível de crescimento do autoemprego criado pelos diplomados de formação profissional;
- Rendimentos e percursos de autoemprego criado pelos diplomados de formação profissional e por indivíduos sem formação;
- Averiguar se os autoempregados femininos criam mais empregos do que os autoempregados masculinos.

Tivemos como objetivo realizar uma investigação bem contextualizada e enriquecida por contributos teóricos diversos capazes de propor melhorias na formação

profissional, na criação de autoemprego e na alteração de mecanismos do mercado de trabalho, sugerindo iniciativas neste sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abecassis, M., Afonso, C., Pais, D., Abrantes, E. C., Bárcia, P., Imaginário, L., & Azevedo, R. (1997). *Programa Regional para a Promoção de Emprego nos PALOP*. Estudos sobre a promoção do emprego. DGEFP. Organização Internacional de Trabalho e Governo Português. Lisboa.
- ADEI. (2011). Apresentação sucinta das oportunidades de negócios nos setores primária, industrial ou de transformação e serviços. In I. e. E. Ministério de Turismo (Ed.), *Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação*. Praia: ADEI.
- Afonso, J. S. (2011). O Microcrédito em Portugal Vol. 1. Retrieved from http://www.fep.up.pt/repec/por/temoli/files/afonso_microcredito.pdf
- Afonso, M. M. (2002). *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*. Praia - Cabo Verde: Spleen Edições.
- Almeida, A. J. (2010). Formação, mercado de trabalho e profissões: balanço de uma experiência na área das ciências empresariais. In A. P. Marques & M. G. Alves (Eds.), *Inserção profissional de graduados em Portugal: (re)configurações teóricas e empíricas*. V.N. de Famalicão: Edições Húmus, Lda.
- Almeida, A. M. G. (1997). Metodologias de Investigação em Ciências da Educação: questões epistemológicas. In E. Estrela & J. Ferreira (Eds.), *Métodos e Técnicas de Investigação Científica em Educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Alves, N. (1997). Educação para a Democracia e para a Cidadania/ Formação para o trabalho: as duas faces da mesma moeda. In R. Fernandes, F. A. Costa & I. Narciso (Eds.), *Contributos da Investigação Científica para a qualidade do ensino* (Vol. I). Lisboa: Ministério da Educação, Fundação Calouste Gulbenkian e Instituto de Inovação da Educação.
- Alves, N. (2008). *Juventudes e Inserção Profissional*. Lisboa: Educa Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- Alves, N. (2010). Contributos para a delimitação do fim dos processos de inserção profissional. In A. P. Marques & M. G. Alves (Eds.), *Inserção profissional de graduados em Portugal: (re)configurações teóricas e empíricas*. V. N. de Famalicão: Edições Húmus. Lda.
- Amon, R. C. (2011). *O autoemprego na Região Metropolitana do Porto Alegre*. Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, PUCRS. Porto Alegre - Brasil.
- AN. (2010). *Constituição da República de Cabo Verde*. Praia - Cabo Verde: Imprensa Nacional.
- Assunção, F. (2008, 26 a 28 de Junho de 2008). [Do emprego à empresa? Uma reflexão sobre o auto-emprego, a pequena propriedade e o empreendedorismo].
- Azevedo, A. (1962). Educação em África. *Revista Trimestral de Estudos Ultramarinos*, N.º 3, 40-127.
- Azevedo, J. (1999). *O ensino Secundário em Portugal*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Azevedo, J. d. (2001). *Avenida de Liberdade*. Porto: Edições ASA.
- Banco, N. (2010). Missão do Novo Banco Retrieved 20 de Outubro, 2011, from <http://www.novobanco.cv/index.php?option=com>
- Banco, N. (2012). Microcrédito Retrieved 15 de Janeiro de 2013, 2013, from www.novobanco.cv
- Barbieri, P. (2003, 15/07/2012). Social Capital and Self-employment: a network analysis experiment and several considerations, *SAGE*, pp. 681-701. Retrieved from www.efu.hr
- Bauer, M. W., Gaskell, G., & Allum, N. C. (2000). *Quantidade, Qualidade e Interesses do Conhecimento: evitando confusões*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, Ld.ª.
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Editora - Gradiva.
- Benavente, A. (1990). *Escola, Professoras e Processos de Mudança*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Benavente, A., Anibal, G., & Pixoto, P. (2013). Educação levanta-te e luta : 2 anos do governo da direita ao serviço da Troika, pp. 1-15. Retrieved from www.OP.EDU.eu
- Benavente, A., Campiche, J., Seabra, T., & Sebastião, J. (1994). *Renunciar à Escola: o Abandono Escolar no Ensino Básico*. Lisboa: Fim de Século Edições. Lda.
- Benavente, A., Costa, A. F. d., Machado, F. L., & Neves, M. C. (1991). *Do Outro Lado da Escola*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação* (Vol. 12). Porto: Porto Editora.
- Cabral, A. (1978). *A ARMA DA TEORIA: Unidade e Luta I* (2.ª Edição ed.). Lisboa: Editora Seara Nova, SARL.
- Cabrito, B. G. (2009). Aprendizagem ao Longo da Vida ou Aprender até morrer. In B. Cabrito & M. A. Costa (Eds.), *Quotidiano (s) de Saúde: contexto (s) de formação* (Vol. 13). Lisboa: Educa.
- Caetano, M. (2000). O auto-emprego será resposta à regidez do mercado de trabalho? *Boletim Económico do Banco de Portugal*, 27-25.
- Cahen, M. (1991). Arquipélagos da Alternância: a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe. *Revista Internacional de Estudos Africanos*.
- Campaign, M. S. (2009). Wat is Microcredit Retrieved 12 de Junho de 2012, 2012, from www.microcreditsummit.org/about/contact_us
- Canário, R. (2000). *Educação de Adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Agência Nacional de Formação de Adultos (ANEFA).
- Cardim, J. C. (1998). *INTRODUÇÃO Práticas de Formação Profissional* (pp. 21). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Cardim, J. E. d. V. C. (2005). *Formação Profissional: problemas e políticas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Carvalho, F. A. (2010). *Migrações em Cabo Verde: Perfil Nacional 2009*. Genebra: Organização Internacional para as Migrações (OIM).
- Célestin, J. B. (2002). A qualidade do Emprego. *Cadernos do Emprego*.
- Chiavenato, A. (2006). *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. Cidade de S. Paulo: Edição Saraiva.
- Correia, J. A. (2005). A Formação da Experiência e a Experiência da Formação num Contexto de Crise do Trabalho. In R. Canário & B. Cabrito (Eds.), *Educação e Formação de Adultos: Mutações e Convergências*. Lisboa: Educa.
- Costa, M. V. (2002). Novos Olhares na Pesquisa em Educação. In M. V. Costa (Ed.), *Camnhos Investigativos I*. Rio de Janeiro: Lamparina editora.
- Cowling, M. (2008). Entrepreneurship, gender and job creation: European dynamics. *ies*, 1-25. doi: www.employment-studies.co.uk
- Cremers, J. (2012). Abuse of the status of self-employed (P. a. C. Section for the Single Market, Trans.) (pp. 1-8). Bruxelles: European Economic and Social Committee.
- Cruz, J. V. P. (1998). *A Formação Profissional em Portugal: do levantamento de necessidade à avaliação*. Lisboa: Edições Sílabas.
- D'Oliveira, T. (2007). *Teses e dissertações. Recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*. Lisboa: Editora RH.
- Damas, J. A. (1997). *A Educação como Comunicação Normativa*. Penafiel: Instituto Politécnico Portucalense.
- Dawson, C., Henley, A., & Latreille, P. (2009). Why do Individuals choose Self-employment?, IZA. Retrieved from www.aber.ac.uk
- Dawson, C., Henley, A., & Latreille, P. (2012, 26/01/2013). Individual Motives for Choosing Self-employment in the UK: Does Region Matter?, *Taylor & Francis*, pp. 37-41. Retrieved from www.tandfonline.com/loi/cres20
- DGFP, D. G. d. F. P.-. (2001). *Terminologia de Formação Profissional: alguns conceitos de base - III*. Eio - Publicidade, Artes Gráficas, Lda Retrieved from <http://www.dgert.mtss.gov.pt>.

- Dornelas, J. (2012). *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Lda.
- Drucker, P. F. (1997). *Inovação e Gestão* (4.ª Edição ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Duarte, A. (2009). Os Novos Profissionais da Formação. *Formar: Revista dos Formadores*, 4.
- Europeia, C. (2003). Livro Verde: Espírito Empresarial na Europa Retrieved 22/06/2011, 2011, from <http://eur-lex.europa.eu>
- Évora, R. (2009). *O Poder Legislativo no Regime Democrático em Cabo Verde*. Brasília: Universidade Brasília.
- Fairlie, R. W., & Meyer, B. D. (1996). Ethnic and racial self-employment differences and possible explanations. *Journal of Human Resources*, V. 31, n.º 4, 757-793.
- Félix, A. B. (1991). *Formação e Emprego em Portugal* (1.ª Edição ed.). Lisboa: Minerva Comercial Sintrense, Lda.
- Fernandes, M. M. (2008). *O Microcrédito em Cabo Verde: papel de Microcrédito no combate a pobreza em Santa Catarina*. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Retrieved from <http://www.google.com/#hl=pt-PT&sclient=psy-ab&q>
- Ferreira, M. M., & Romero, A. (1997). Aspectos metodológicos da investigação realizada por professores no âmbito de mestrados em ciências da educação. In A. Estrela & J. Ferreira (Eds.), *Métodos e Técnicas de Investigação Científica em Educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Ferreira, O. (2008). *Empreendedorismo e o perfil do empreendedor da ilha de Santiago*. Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Figueira, E. (2003). Formação Profissional e cultura: uma introdução. In E. À. d. C. Figueira (Ed.), *Formação Profissional na Europa: cultura, Valores e Significados*. Lisboa: Instituto para a Inovação na Formação.
- Figueira, E., Silva, C., & Saúde, S. (2003). Cultura, Valores e Significados de Formação Profissional: um enquadramento para reflexão. In E. Á. d. C. Figueira (Ed.), *Formação Profissional na Europa: cultura, Valores e Significados* (pp. 24-33). Lisboa: Inafor.
- Foddy, W. (2002). *Como Perguntar - teoria e prática de construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Edições Celta.
- Fontana, A., & Frey, J. (1994). *Interviewing . The art of Science. Handbook of Qualitative Research*: Sage Publications.
- Freire, J. (1994). O Auto-emprego: alguns comentários sobre dados recentes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40, 137-151.
- Freire, J. (2009). Trabalho, emprego e cidadania. *SOCIOLOGIA*, 213-225.
- Freixo, M. J. V. (2010). *Metodologia Científica : Fundamentos, Métodos e Técnicas* (2ª Edição ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Fuller, J., & Farrington, J. (2001). *Da formação ao Aperfeiçoamento do Desempenho*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Góis, P. (2006). *Emigração Cabo-verdiana para [e na] Europa e sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Gonçalves, C. M., Veloso, L., Gomes, S., Parente, C., & Januário, S. P. C. (1998). Os jovens, a formação profissional e o emprego: resultados de uma investigação internacional. *SOCIOLOGIA*, 8, 137-178.
- Governo, C. V. (1991). *Programa do I Governo Constitucional da II República*. Cidade da Praia: Chefia do Governo.
- Governo, C. V. (2010). *Relatório Global de Seguimento da Execução da Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza - DECRP II*. Praia: Ministério das Finanças.
- Grácio, S. (1986). *Política Educativa como Tecnologia Social: as reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizontes.

- Greinert, W. D. (2004). "Sistemas" de Formação Profissional Europeus - algumas reflexões sobre o contexto teórico de sua evolução histórica. *Revista de Formação Profissional da Europa*, 33.
- Grilo, E. M. (1996). *Pacto Educativo para o Futuro*. Lisboa: Ministério de Educação.
- Guille, D., & Griffiths, T. (2001). Learning Trough Work Experience. *Journal of Education and Work*, Vol - 15, 251-276.
- Haapanen, M., & Tervo, H. (2009). Self-employment duration in urban and rural locations. *Applied Economics*, 1-31.
- Heikkininen, A. (2003). Formação Profissional Enquanto Co-Fundadora do Projecto Europa *Formação Profissional na Europa: Cultura, Valores e Significados* (pp. 22). Lisboa: INOFOR (Instituto para a Inovação na Formação).
- Henley, A. (2009). Why do individuals choose self-employment?, ISA. Retrieved from <http://www.tandfonline.com>
- Hill, M. M., & Hill, A. (2002). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hisrich, R. D., & Peters, M. P. (2004). *Empreendedorismo* (5.ª Edição ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Hubert, B., & Poché, F. (2011). La formation face aux défis de la responsabilité Retrieved Setembro de 2012., 2012, from www.education-permanente.fr/.../articles.php?
- Huijgen, F. (2000). Interest in Self-employment. *European Foundation*, 1-29. doi: www.euofund.europa.ie
- Iarossi, G. (2011). *O Poder da Concepção em Inquéritos por Questionário*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- IEFP. (2001). *Terminologia de Formação Profissional: alguns conceitos de Base - III*. Lisboa: Direcção Geral do Emprego e Formação Profissional.
- IEFP. (2007). *Plano Estratégico de Formação Profissional*. Praia - Cabo Verde: Editora: Alfa-Comunicações, Lda.
- IEFP. (2010). Relatório de actividades do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Praia: IEPF.
- IEFP, I. d. E. e. F. P. (2011). Relatório de base preliminar do IEPF. Cabo Verde: IEPF.
- INE. (2010). Recenseamento Geral da População de Cabo Verde. Praia: Instituto Nacional de Estatística.
- Josso, M. C. (2010). *Experiências de vida e formação*. Natal - Brasil: UFRN.
- Ketеле, J., & Rorgiers, X. (1999). *Metodologia da Recolha de Dados*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Kovács, I. (2006). As Novas Formas de Organização do Trabalho e Autonomia no Trabalho. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 52, 41-65.
- Krein, J. D., & Proni, M. W. (2010). Economia Informal: aspectos conceituais e teóricos (pp. 1-40). Brasil: OIT.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A Construção do Saber: Pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre - Brasil: Artmede.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2005). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lima, L. C. (2003). Formação e Aprendizagem ao Longo da Vida: entre a mão direita e a mão esquerda do Miró. In ANVV (Ed.), *Cruzamento de Saberes e Aprendizagens Sustentáveis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lourenço, C. (2012). *Basta! O que fazer para tirar a crise de Portugal: está nas nossas mãos mudar o estado do país*. Lisboa: Matéria-Prima.
- Makowitsch, J., & Loumi-Messerer, K. (2008). Origem e interpretação dos indicadores de definição do Quadro Europeu de Qualificações. *Revista Europeia de Formação Profissional*, 43, 37-65.
- Marques, M. (1993). *O Modelo Educativo das Escolas Profissionais: um campo potencial de inovação*. Lisboa: Educa-Formação.
- Marques, P. (2006). *Entre o Diploma e o Emprego: a inserção profissional de jovens engenheiros*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

- Marques, R. (2000). A Concepção Antimónica da Educação. In M. d. C. R. e. R. Marques (Ed.), *Inovação, Currículo e Formação*. Porto: Porto Editora.
- Masi, D. D. (2000). *O Ócio Criativo*. Rio de Janeiro: Hamburg D. Gráfica e Ed. Lda.
- Masson, J. R. (2007). Contribuição da Política de Formação Profissional para as Reformas nos Países Parceiros da UE. *Revista Europeia de Formação Profissional*, 41, 23.
- Mendes, L. C. (2005). *O Ensino Técnico Em Cabo Verde: sua contribuição no desenvolvimento da ilha de Santiago*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre, orientada pela Professora Doutora Alcina M. Martins, Portucalense, Porto.
- Millán, J. M., Congregado, E., & Román, C. (2010). Determinants of Self-employment Survival in Europe, *Springer Science + Business Média*. Retrieved from www.papers.ssrn.com
- Minayo, M. C. d. S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo e qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno Saúde Pública*, N.º 9, 239-262.
- Morais, A. M. (2005). Basil Bernstein: Sociologia para a Educação. In A. Teodoro & C. A. Torres (Eds.), *Educação Crítica e Utopia: Perspectivas para o Século XXI* (pp. 73-82). Porto: Edições Afrantamento
- Morais, A. M., & Neves, I. P. (2007). Teoria de Basil Bernstein: Alguns Aspectos Fundamentais. *Práxis Educativa*.
- Moreira, C. D. (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Universidade de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Morin, E. (2009). *O meu caminho*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Morreia, C. D. (2007). *Teorias e Práticas de Investigaçã*. Lisboa: Universidade T. de Lisboa.
- Neves, J. M. (2010). *Uma Agenda de Transformação para Cabo Verde*. Lisboa: Letras Várias.
- Neves, O. d., Pedroso, P., & Matias, N. (1993). *O Sistema de Aprendizagem em Portugal: experiência de avaliação crítica*. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Nogueira, A. I. C. (1996). *Para uma Educação Permanente à Roda da Vida*. Lisboa: Instituto de Inovação Educaiconal.
- Noronha, E. G. (2003). Informal, Illegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol 18, n.º 53, 111-129.
- Nóvoa, A., & Finger, M. (2010). O Método (Auto)biográfico e a Formação. In A. N. e. M. Finger (Ed.), *O Método (Auto)biográfico e a Formação*
- S. Paulo: Editora Paulus.
- OCDE. (2000). Employment Outlook, Chapter 5, from www.oecd.org/els/emp
- OIT. (1993). International Labour Conference. Genebra: OIT.
- OIT. (2006). A OIT e a Economia Informal: (pp. 1-40). Lisboa: OIT.
- OIT. (2007a). Key Indicators of the Labour Market (5.ª Edição ed.). Genebra: OIT.
- OIT. (2007b). African employment trends. Geneve: International Labor Office.
- Oliveira, C. B. d. (2008, Julho a Setembro/2008). Empreendedorismo criativo e solidário. *Revista Formar, Número 64*, Pag, 25-27.
- Pamplona, J. B. (2001). *Erguendo-se Pelos Próprios Cabelos*. S. Paulo - Brasil: Germinal.
- Pamplona, J. B. (2003). O Auto-emprego e os Determinantes do seu Sucesso. In D. W. Benecke & R. Nascimento (Eds.), *Política Social Preventiva: desafios para o Brasil* (pp. 263-308). Rio de Janeiro: Konrad-Adnawer-Stiftung.
- PANA. (2009). 920 microempresas criadas em Cabo Verde Retrieved 25 de Julho de 2011, from www.panapress.com
- Parente, C. (2008). *Competências: formar e gerir pessoas*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Parker, S. R. M. (2004). Explaining International variations in Self-employment: Evidence from a panel of OECD Countries. *Southern Economic Journal*, V. 71, N.º 2, 287-301.

- Pedersini, R., & Coletto, D. (2010). Self-employed Workers: industrial relations and working conditions. *Network of European Observatories*, 1-66.
- Pereira, J. S. (1983, 19 de Novembro de 1983). Emprego e Formação Profissional dos Jovens. *Cadernos "JUVENTUDE"*, II.
- Pereira, P. (2000). A Ciência da Educação. In M. d. C. R. e. R. Marques (Ed.), *Inovação, Currículo e Formação*. Porto: Porto Editora.
- Pineau, G. (2010). Estratégia universitária para a transdisciplinaridade e a complexidade. *Revista Rizoma Freireano*, 6.
- Pinto, M. (1985). *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-ideológicas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pires, A. L. (2002). *Educação e Formação ao Longo da Vida: análise crítica dos sistemas e dispositivos de reconhecimento e validação de aprendizagens e de competências*. Tese apresentada para obtenção do grau de doutoramento, orientada pela Professora Doutora Teresa Ambrósio, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Retrieved from www.socialgest.pt
- Pires, A. L. O. (1994). Situações Paradoxais no Desenvolvimento das novas Competências Profissionais. In S. P. d. C. d. Educação (Ed.), *Estado Actual da Investigação em Formação*
- Actas do Colóquio. Maio 1994* (pp. 197-210). Porto: Edições Afrontamento.
- Pombo, A. A. d. R. (2012). O que é ser empreendedor Retrieved Encontrado em 31/07/2012, 2012, from <http://www.bte.com.br>
- Punch, F. (1998). *Introdução to Social Research Quantitative & Qualitative approaches*. Londres: Sage Publications.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rabêlo, O. d. S., Silva, R. L. d., Couto, R. K. B. S., & Santos, C. A. (2009). O microcrédito e os efeitos para os pequenos comerciantes informais do Município de Santo António de Jesus: um estudo de caso do CEAPE/BA. Retrieved from www.excelenciaemgestao.org/pt/edicoes-antteriores/v.../anais.aspx
- Rebelo, G. (2003). *Emprego e Contratação Laboral em Portugal: uma análise socioeconómica e jurídica*. Lisboa: Editora RH Ld.ª.
- Ruquoy, D. (2005). Situação de Entrevista e Estratégia do Invesigado. In C. Armand (Ed.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Gradiva.
- Santos, B. S. (1991). Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. *Revista de Análise Social*, Vol. XXI, 869-901.
- Santos, B. S. (2012). *Portugal: Ensaio contra a autoflagelação* (2.ª Edição ed.). Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Santos, O. (2001, 9 de Fevereiro 2001). Pleno emprego - do sonho à realidade, *Ponto de Vista*, p. 1.
- Santos, P. (2007). *Dificuldades de Escolha Vocacional*. Porto: Almedina.
- Saúde, S., & Figueira, E. (2003, Janeiro de 2003). Enquadramento Cultural da Formação Profissional na Europa: algumas questões de investigação. *INOFOR*, 59-91.
- Schwartz, B. (2009). Pour une education permanente. *Education Permanente* Retrieved Setembro de 2012, 20012, from http://www.gehfa.com/3_Publications/AFP180.pdf
- Serapioni, M. (2000). Métodos Qualitativos e Quantitativos na Pesquisa Social em Saúde: algumas estratégias para integração. [em 20/07/2012]. *Redalyc(Metodologia)*, 187-192.
- Silva, A. C. (1995). Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico. In M. E. M. Santos (Ed.), *História de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Silva, C. R., Andrade, R. d. L. d. V., & Ayres, R. N. (2010). Bibliotecário empreendedor: novos caminhos e oportunidades Retrieved Encontrado em 20 de Agosto de 2012, 2012, from www.rabci.org.empreendedor
- Silva, E. M. (1991). Educação e Inserção no Sistema-mundo: o caso de Cabo Verde. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 14, 219-240.
- Silva, J. R. G. d. (2008). Profissionais Qualificados e Experiência de Auto-emprego: questões de tempo e espaço. *Trimestral*, 59, 1-26. Retrieved from www.unieducar.org.br website:

- Silva, R. V. d. M., & Góis, L. S. (2007). The Various Methodologies of Microcredit Globally and in Brazil. Retrieved from www.mte.gov.br/pnmpo/metodologias_microcredito.pdf.
- Silverman, D. (2009). *Interpretação de Dados Qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. Porto Alegre: Artmed Editora S.A.
- Singer, P. (1996). O Capital: crítica da economia política. In P. Singer, J. Gorender, R. Barbosa & F. R. Kothe (Series Eds.), Vol. Tomo I. O. Economistas (Ed.) Retrieved from www.histdbr.fae.unicamp.br
- Singh, G., & DeNoble, A. (2003, 3). Early Retirees as the next generation of entrepreneurs, *Theory e Practice*, p. 20p. Retrieved from www.onlinelibrary.wiley.com
- Singh, G., & Denoble, A. (2003). Yarly Retirees as the next generation of entrepreneurs Retrieved 25/07/2012, 2012, from onlinelibrary.wiley.com
- Spencer, M. d. R. (2001). O trabalho, as qualificações e o desenvolvimento humano. [Opinião]. *Jornal A Semana - Cabo Verde; 8 de Março de 2001*(26), 1.
- Stake, P. E. (2009). *A arte de investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stamm, M., & Niederhauser, M. (2008). Mulheres dotadas acima da média na formação profissional. *Revista Europeia de Formação Profissional*, Vol. 45, 119-131.
- Stevenson, L., & St-Onge, A. (2005). Suport for Growth-oriented Women entrepreneurs in Tanzânia. Geneva Switzerland: International Labor Office.
- Stoer, S. R., & Araújo, H. C. (2000). *Escola e Aprendizagem para o trabalho num país da (semi) periferia europeia*. Porto: Instituto de Inovação Educacional IE.
- Tanguy, L. (2002). Um movimento Social para a formação permanente em França. *Revista Pró-posições*, V. 13, P.18 - 33.
- Tavares, M. A. (2002). Trabalho informal os fios (in)vesíveis da produção capitalista. *Revista Outubro*, N.º 7, 49-60.
- Teodoro, A. (2003). *Globalização e EDucação: políticas educacionais e novos modos de governação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Teodoro, A. (2007, 2.º semestre de 2007). Revolução e Utopia. Um programa de acção no campo educativo para uma sociedade a caminho do socialismo - Portugal 1975. *Revista Lusófona de Educação*, Volume 10, 141-154.
- Teodoro, A., & Anibal, G. (2007, 2.º semestre de 2007). A Educação em tempos de Globalização: Modernização e hibridismo nas políticas educativas em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, Volume 10, 14-26.
- TJE, T. d. J. E. (2011). *Manual Sobre a Legislação Europeia Antidiscriminação*. Luxemburgo: Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia.
- Tolentino, A. C. (2006). *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Torres, L. L., & Araújo, M. M. (2010). O Sistema de Aprendizagem em Alternância: alternativas ou mais do mesmo? *CIED*, Vol. 3, 1215-1231.
- Tuckman, B. W. (2000). *Manual de investigação em Educação: como conceber e realizar o proceso de investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- UN-CV. (2009). Relatório dos Progressos Realizados para Atingir os ODM: foco municipal (pp. 52). Praia: Nações Unidas - Cabo Verde.
- UNESCO. (1999). *Direito à Educação*. Porto: Edições ASA.
- Unidas, O. d. N. (2009). Relatório dos Progressos Relaiizados para atingir os ODM: Foco Municipal Retrieved 20 de Fevereiro, 2012
- Uusitalo, R. (2001). Homo Entreprenaurus? *Applied Economies*, 33, 1631-1638.
- Vasconcellos, J. S. (2012). Empreendedorismo e Competitividade. *Revista DSF - Dirigir e Formar*, N.º 1, p. 29-32.

- Vilar, A. M. (2008). A Formação Profissional e o Ambiente: sustentabilidade e emprego. *Revista Europeia de Formação Profissional*, 39, 144-175.
- Vitanen, A., & PaiviTynjälä. (2006). Workplace learning in finnish vet: Students, teachers and workplace trainers' perspectives., 2012, from myy.haaga-helia.fi/.../Virtanen_Students_experie
- Wollschäger, N., & Reuter-Kumpmann, E. (2004). From Divergence to Convergence: A History of Vocational Education and Training in Europe. *Cedefop*.
- Yunus, M. (2010). Wat's is Microcredit? Retrieved 12/04/2011, 2011, from www.grameeninfo.org/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=108,

2 - REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

Decreto-Lei nº 37/2003 de 8 de Outubro; Regime Jurídico Geral da Formação Profissional

Decreto-Legislativo nº 2/2010 de 7 de Maio; Lei de Bases do Sistema Educativo de Cabo Verde

Decreto-Legislativo n.º 13/2010, de 8 de Novembro

Decreto-Legislativo n.º 2/2010, de 5 de Outubro

Decreto-Lei n.º 12/2008, de 7 de Abril

Decreto-Lei n.º 46/2009, de 23 de Novembro

Decreto-Lei n.º 62/2009, de 14 de Junho

Decreto-Lei n.º 65/2010, de 27 de Dezembro

Decreto-Regulamentar n.º 5/2005, de 27 de Junho

Decreto-Regulamentar n.º 13/2005, de 26 de Dezembro

Decreto-Regulamentar n.º 5/2010, de 16 de Agosto

Decreto-Regulamentar n.º 16/2005, de 26 de Dezembro

Portaria n.º 6/2010, de 22 de Março

Legislação Colonial

Lei n.º 701, de 13 de Junho de 1917

Decreto n.º 18:420, de 4 de Junho de 1930

Decreto n.º 40:198, de 22 de Junho de 1955

Decreto n.º 38:969, de 27 de Outubro de 1952

Decreto n.º 41:608, de 17 de Maio de 1958

ANEXOS

ANEXO I**REGIME JURÍDICO GERAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL****Decreto-Lei nº 37/2003 de 6 de Outubro**

O desenvolvimento de um sistema de formação profissional, em articulação com o sistema educativo e o mercado de trabalho, constitui um eixo estratégico do Programa do Governo e impõe a necessidade de uma ampla e permanente concertação com os parceiros sociais de emprego e de formação e à mobilização do esforço nacional de valorização dos recursos humanos.

O desenvolvimento sustentado de Cabo Verde, conhecidas que são as suas carências de recursos naturais, só é possível se, se apostar decididamente na qualificação dos seus recursos humanos para que o país possa diminuir significativamente a sua dependência do exterior e melhorar a competitividade da sua economia a nível internacional, tanto por via do aumento de produtividade das suas unidades económicas, como pela melhoria da qualidade dos bens produzidos e dos serviços prestados.

Para a materialização de tal desiderato, torna-se necessário lançar os alicerces e as traves-mestras de um sistema coerente e eficaz de formação profissional, aproveitando a experiência já existente, e que seja consentâneo com a realidade do país. Passo importante nesse sentido é dado com a aprovação do presente Decreto-Lei, o qual apesar de carecer de regulamentação por outros diplomas que o completem, em domínios específicos atinentes ao funcionamento do sistema de formação profissional, o funcionamento da formação profissional, a entidade acreditadora, o regime jurídico da aprendizagem, os estatutos do formando e o formador, os centros de formação, as entidades formadoras e as unidades formativas das escolas secundárias, pois, definem-se as opções e os princípios básicos que enformam o sistema de formação profissional. Assim:

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do nº 2 do artigo 203º da Constituição,
o
Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I**Princípios gerais****Artigo 1º****Âmbito**

O presente diploma estabelece o regime jurídico geral da Formação Profissional.

Artigo 2º**Definições**

1. Para efeitos do presente diploma entende-se por:

a) “Formação profissional”, o processo global e permanente através do qual Jovens e adultos, a inserir ou inseridos na vida ativa, se preparam para o exercício de uma atividade profissional.

b) “Formando”, o individuo que frequenta um curso ou uma ação de formação profissional;

d) “Formador”, o profissional cujo perfil funcional integra competências técnico-científicas e pedagógico-didáticas adequadas à formação que ministra;

- e) “Tutor”, o indivíduo, trabalhador da entidade empregadora, com perfil adequado, que, no processo formativo, desempenha funções de orientação, integração, enquadramento e acompanhamento do formando;
- f) “Gestor de formação”, o indivíduo que, numa organização ou entidade de formação, é responsável, no quadro da respetiva política de formação, pela elaboração, execução, acompanhamento, controlo e avaliação do plano de atividades e, ainda, pela gestão dos recursos afetos à organização ou entidade de formação;
- g) “Entidade promotora”, a entidade pública ou privada, que desenvolve e centraliza as atividades necessárias à realização de um curso ou ação de formação, assumindo o papel de interlocutora com outras entidades de formação;
- h) “Entidade formadora”, a entidade pública ou privada, que desenvolve e executa formação para o mercado através de estrutura adequada;
- i) “Entidade certificadora”, a entidade responsável pelo processo de validação global e reconhecimento formal da capacidade de uma entidade nacional, estrangeira ou internacional para desenvolver atividades de natureza formativa, nos domínios e âmbitos de intervenção relativamente aos quais demonstre ter competências, meios e recursos humanos técnicos, instrumentais e/ou materiais adequados;
- j) “Perfis profissionais”, o conjunto de competências requeridas para o exercício de um posto de trabalho ou de uma profissão;
- k) “Perfis de formação”, os conteúdos e as condições de desenvolvimento da formação que visam a aquisição das competências definidas no perfil profissional.

1. A preparação referida na alínea a) do nº 1 consiste na aquisição e no desenvolvimento

de competências e atitudes, cuja síntese e integração possibilitam a adoção dos comportamentos adequados ao desempenho profissional.

Artigo 3º

Princípios gerais

A formação profissional rege-se pelos seguintes princípios:

- a) Da igualdade de oportunidades no acesso à formação, descentralizando as estruturas e locais de formação para anular ou atenuar os efeitos da dispersão insular do território e estimulando o acesso dos grupos sociais desfavorecidos;
- b) Do envolvimento do Estado, das autarquias locais e dos parceiros sociais, procurando assegurar que o sistema de formação profissional constitua um importante fator de progresso e de desenvolvimento, respondendo adequadamente às necessidades da economia e da sociedade;
- c)
- d) Da sustentabilidade do funcionamento, mediante uma gestão racional das atividades de prestação de serviços a cargo das entidades formadoras e de uma adequada partilha dos custos da formação pelo Estado, Autarquias, entidades empregadoras e formandos;
- e) Da certificação como meio de garantia da qualidade da formação profissional ministrada e do reconhecimento oficial da formação obtida pelos formandos;

- f) Da planificação das ações de formação profissional em função das necessidades e prioridades da economia e da sociedade;
- g) De articulação com o sistema educativo, visando complementar a ação educativa, racionalizando e otimizando a utilização dos recursos disponíveis;
- h) Da flexibilização dos métodos, dos ritmos de aprendizagem e dos programas de formação de forma a responder às necessidades e evolução do mercado de emprego.

Artigo 4º **Finalidades**

1. A Formação Profissional prossegue as seguintes finalidades:
 - a) O desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, melhorando as suas capacidades de gestão e de desempenho socioprofissional;
 - b) A adequação entre o perfil de formação ou nível de formação e posto de trabalho, tendo em conta as capacidades do trabalhador, a evolução das funções a desempenhar e as expectativas futuras de mobilidade profissional;
 - c) A criação de condições para que as ações de formação profissional possam incluir na sua organização, atividades de prestação de serviços à comunidade que poderão contribuir para a sustentabilidade das entidades formadoras;
 - d) A modernização e o desenvolvimento integrados das organizações, da sociedade e da economia, favorecendo a melhoria da produtividade e da competitividade;
 - e) O fomento da criatividade, da inovação, do espírito de iniciativa e da capacidade de relacionamento.
2. A formação deve corresponder, simultaneamente:
 - a) Às políticas de promoção do autoemprego e do desenvolvimento Empresarial;
 - b) Às exigências do exercício das profissões nos vários setores de atividade, nas diversas áreas profissionais e de formação, e nos diferentes níveis de qualificação;
 - c) Às aptidões, interesses e necessidades individuais dos formandos.

Artigo 5º **Articulação com o sistema educativo**

1. O sistema de formação profissional será articulado com o sistema educativo, estabelecendo-se complementaridades, alternativas e mecanismos de transição biunívoca entre os dois sistemas através de:
 - a) Ações de formação profissional que visem a promoção de um sistema integrado de educação-formação;
 - b) Ações de alfabetização e educação de adultos que poderão ser integradas ou complementadas por atividades de formação profissional;
 - c) Complemento de diversos ciclos de ensino secundário geral e técnico com atividades ou cursos de formação profissional que confiram certificados profissionais.
2. Aos detentores de certificados profissionais deverá ser possibilitado, mediante regras a definir, o ingresso nos ciclos de ensino secundário.
3. As Escolas Secundárias que possuam espaços oficiais ou unidades formativas poderão organizar cursos de formação profissional regidos por este diploma.

4. Na gestão do funcionamento dos espaços oficiais ou unidades formativas das Escolas Secundárias deverão participar entidades promotoras dos cursos e representantes de instituições ligadas à formação profissional, às empresas e aos sindicatos do setor.

Artigo 6º

Articulação com o serviço público de emprego e outras entidades

1. O sistema de formação será articulado com o serviço público de emprego, especialmente nos domínios da informação, orientação e reabilitação profissionais, colocação, análise do mercado de emprego e medicina do trabalho, de modo que, aos candidatos à formação e aos beneficiários da formação, sejam proporcionadas condições e de emprego.

2. O sistema de formação será articulado com o meio empresarial, organizações representativas de trabalhadores, organismos da juventude, solidariedade, e bem assim com programas de desenvolvimento social, regional e local, na perspetiva de satisfação pela das necessidades de formação e no aproveitamento de recursos formativos.

Artigo 7º

Formação inicial, em exercício e contínua

1. A formação profissional pode ser inicial, em exercício ou contínua.

2. A formação profissional inicial preparar o formando para a sua inserção no mercado de trabalho, possibilitando-lhe a aquisição dos conhecimentos e competências necessários para o exercício de uma atividade profissional.

3. A formação profissional em exercício destina-se a melhorar, reciclar e aperfeiçoar as competências dos trabalhadores que exercem uma determinada atividade. Esta formação tem um carácter pontual e é desenvolvida para solucionar problemas relacionados com a requalificação de funções ou com as exigências de progressão nas carreiras profissionais.

4. A formação profissional contínua insere-se no decurso da vida profissional do trabalhador e destina-se, essencialmente, a proporcionar-lhe a adaptação às mutações verificadas nos domínios tecnológico, organizacional ou outro qualquer relevante, favorecer a promoção profissional e melhorar a qualidade do emprego.

CAPÍTULO II

Organização

SECÇÃO I

Princípios básicos da organização

Artigo 8º

Características

1. A formação profissional deve, na medida do possível, favorecer a polivalência, estruturar-se em módulos e funcionar em ligação com os contextos de trabalho e sua evolução.

2. As ações de formação poderão ser organizadas por módulos que confirmem créditos de formação capitalizáveis.

3. A contabilização dos créditos a que se refere o número anterior deverá permitir, em condições a serem regulamentadas, a obtenção de certificados profissionais, em conformidade com o disposto no artigo 25º do presente diploma.

4. A duração e as características dos cursos, das ações ou dos módulos ajustar-se-ão às diferentes modalidades de formação, salvaguardando as especificidades da formação inicial, em exercício e contínua.

5. O regulamento para atribuição e contabilização dos créditos de formação será incluído no sistema de certificação da formação profissional.

Artigo 10º

Programas de formação profissional

1. Os programas de formação profissional são elaborados e desenvolvidos por iniciativas quer do Estado, quer das entidades formadoras responsáveis pela execução e funcionamento definidos no presente diploma.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da educação, Formação Profissional e Emprego, poderão ser definidas orientações para elaboração e execução de programas de formação profissional.

3. Os programas de formação a que se refere o número 1, deverão ser submetidos à aprovação da autoridade competente em matéria de formação profissional.

Artigo 11º Certificação

1. A conclusão de cada curso ou ação de formação profissional confere direito a um número de unidade de créditos que poderão ser contabilizados para a emissão de um certificado profissional.

2. A certificação da formação profissional consiste na emissão, pela entidade competente, de um documento, do qual constarão as indicações constantes do número seguinte, que comprova que o titular frequentou, com aproveitamento, um curso ou uma ação de formação profissional.

3. O certificado deve explicitar a formação recebida, a entidade formadora, e sendo caso disso, indicar o nível de qualificação profissional a que a formação dê acesso, o título ou títulos profissionais que confira e, na medida do possível, descrever o respectivo perfil profissional.

4. O sistema de certificação da formação profissional será objeto de diploma próprio.

SECÇÃO II Intervenientes na formação profissional

Artigo 12º Enumeração

Além do formando, são intervenientes essenciais na formação profissional, o formador, o tutor, o gestor de formação e as entidades promotoras, formadora, certificado e acreditadora.

Artigo 13º Requisitos da atividade do formador

Os requisitos para o exercício da atividade de formador da formação profissional será estabelecido no Estatuto do Formador, a ser aprovado em diploma próprio e deverá considerar, nomeadamente:

- a) Os perfis funcionais exigíveis, em especial, os referentes, e social, bem como a experiência na área profissional específica.
- b) Os direitos e deveres inerentes à atividade do formador.

Artigo 14º Entidades formadoras

1. A formação profissional pode ser realizada por entidades públicas ou privadas, nomeadamente:

- a) Estabelecimentos e centros de ensino e formação:

- i) Os estabelecimentos de ensino;
- ii) Os centros públicos e privados de formação;
- iii) Os centros de formação de gestão participada;
- iv) Outros centros, escolas e organizações de formação.
- b) Empresas e associações patronais e empresariais;
- i) Associações sindicais e profissionais;
- ii) Autarquias locais e suas associações;
- iii) Instituições particulares de solidariedade social;
- iv) Associações culturais, de desenvolvimento local e regional.

2. A entidade formadora, pública ou privada, deve possuir os requisitos adequados aos domínios em que se proponha desenvolver atividades de natureza formativa, nomeadamente a nível de competências e recursos humanos, técnicos e materiais.

SECÇÃO III

Modalidades de formação

Artigo 15º

Modalidades

1. A formação profissional pode revestir modalidades diferenciadas, tais como de iniciação, qualificação, aperfeiçoamento, reconversão e especialização.
2. Estas modalidades poderão ser implementadas com a utilização de metodologias de formação presencial ou à distância.

Artigo 16º

Modalidades de formação inicial

1. A formação profissional inicial abrange a qualificação e a iniciação profissional.
2. A qualificação profissional visa a aquisição, pelos formandos, dos conhecimentos e competências necessárias para o exercício de uma profissão.
3. A iniciação profissional integra ações de formação de curta duração destinadas a proporcionar aos formandos conhecimentos técnicos elementares e capacidades, de forma a criar condições de acesso a uma profissão de carácter essencialmente prático.

Artigo 17º

Aprendizagem

Na formação profissional inicial é atribuída especial relevância ao regime da aprendizagem, o qual integra:

- a) Aprendizagem formal caracteriza-se por ser uma formação em regime de alternância, em que há uma componente teórico-prático, ministrada num centro de formação e, uma componente prática em contexto real de trabalho, ministrada numa empresa ou noutra entidade empregadora;
- b) Aprendizagem tradicional, caracteriza-se por ser uma formação ministrada integralmente em contexto real de trabalho numa empresa ou noutra entidade empregadora.

Artigo 18º

Modalidade de formação contínua

1. A formação profissional em exercício e contínua abrange o aperfeiçoamento, a reciclagem, a reconversão e a especialização.
2. O aperfeiçoamento profissional destina-se a complementar e melhorar conhecimentos, capacidades práticas, atitudes e formas de comportamento, no âmbito da profissão exercida.

3. A reciclagem profissional tem por objetivo a atualização ou aquisição de conhecimentos, capacidades e atitudes dentro da mesma profissão, devido, nomeadamente, aos progressos científicos e tecnológicos.

4. A reconversão profissional tem por objetivo a atualização ou aquisição de conhecimentos, capacidades e atitudes dentro da mesma profissão, devido, nomeadamente, aos progressos científicos e tecnológicos.

5. A especialização profissional visa reforçar, desenvolver e aprofundar capacidades, atitudes e formas de comportamento ou conhecimentos adquiridos durante a formação inicial, necessários ao melhor desempenho de certas tarefas profissionais.

Artigo 19º

Áreas profissionais, profissões e postos de trabalho

1. A formação profissional abrange designadamente, áreas profissionais, profissões e postos de trabalho.

2. As áreas profissionais, as profissões e os postos de trabalho distinguem-se pela especificidade das respetivas funções de trabalho e pela sua afinidade formativa.

3. A afinidade formativa respeita aos conteúdos de formação, às bases científicas comuns e à aplicação em funções de trabalho e pela sua afinidade em funções de trabalho semelhantes.

4. As áreas profissionais são constituídas por conjuntos homogêneos de profissões afins.

5. As profissões são constituídas por conjuntos homogêneos de postos de trabalho afins.

6. Os pontos de trabalho são constituídos por conjuntos homogêneos de operações e tarefas afins.

SECÇÃO IV

Componentes de formação

Artigo 20º

Componentes de formação

1. A formação profissional integra componentes de formação científica, técnica, tecnológica, prática sócio- cultural e de gestão.

2. A componente prática da formação integra o contexto real de trabalho e/ou a prática simulada em contexto de formação.

Artigo 21º

Componentes de formação sócio-cultural

1. A componente de formação sócio- cultural é constituída pelas competências, atitudes e conhecimentos gerais relativos:

a) Ao exercício de todas as atividades;

b) Ao desempenho dos diversos papéis sociais nos vários contextos de vida, nomeadamente o do trabalho;

c) Ao domínio de línguas vivas.

2. A componente formação sócio- cultural visa a integração da formação no processo de desenvolvimento pessoal, profissional e social dos indivíduos e a sua inserção no mundo do trabalho.

3. A componente da formação sócio-cultural compreende a aquisição de competências de empregabilidade, nomeadamente para a criação do próprio emprego e de elementos apropriados de cultura profissional, de cultura da empresa e de higiene e segurança no trabalho.

4. A componente de formação sócio-cultural deve ser incluída nas modalidades de formação profissional referidas no artigo 15º e em todos os níveis de qualificação, e adaptada às características de cada curso ou ação de formação profissional.

5. A componente de formação sócio-cultural deve igualmente incluir a promoção de valores do trabalho, do rigor, da organização, da poupança, do reinvestimento e da competitividade pessoal e empresarial.

Artigo 22º

Componente da formação prática

1. A componente da formação prática é constituída pelas competências técnicas cuja aquisição permite o desenvolvimento das habilidades que integram o exercício profissional e é tanto mais exigente quanto maior for a complexidade das tarefas a realizar.

2. A componente da formação prática pode assumir a forma de práticas em contexto real de trabalho ou de práticas similares em contexto de formação, orientadas pelo formador.

3. A componente de formação prática deve ser incluída em qualquer das modalidades de formação profissional referidas no artigo 15º e em todos os níveis de qualificação, e adaptada às características de cada curso ou ação de formação profissional.

Artigo 23º

Componente de formação tecnológica

1. A componente de formação tecnológica é constituída pelo conhecimento das tecnologias necessárias para compreender a atividade prática e para resolver os problemas que integram o exercício profissional.

2. A componente de formação tecnológica deve ser incluída nas modalidades de formação profissional no nível de qualificação a ser definido em diploma próprio.

Artigo 24º

Componente de formação científica

1. A componente de formação científica é constituída pelas disciplinas ou ciências básicas que fundamentam as respetivas tecnologias e são comuns a varias atividades profissionais.

2. a componente de formação científica deve ser incluída nas modalidades de formação profissional, de acordo com o nível de qualificação a ser definido em diploma próprio.

Artigo 25º

Níveis de Formação

1. Atendendo à complexidade, conteúdo, duração indicativa e requisitos mínimos de entrada, são cinco os níveis de formação profissional, designadamente:

Formação Profissional de Nível I:

Requisitos mínimos de entrada: 6º ano de escolaridade ou equivalente

Duração indicativa: De 600 a 1000 horas (incluindo estágio)

Formação Profissional Nível II:

Requisitos mínimo de entrada: 8º ano de escolaridade ou equivalente

Curso técnico-profissional de Nível I

Duração indicativa: de 600 a 1000 horas (incluindo estágio)

Formação Profissional de Nível III:

Requisitos mínimos de entrada: 10º ano de escolaridade (via geral) ou equivalente

Duração indicativa de 1200 a 1500 horas (incluindo estágio)

Requisitos mínimos de entrada: 10º ano de escolaridade (via técnica) ou equivalente

Curso técnico-profissional de Nível II

Duração indicativa de 900 a 1200 horas (incluindo estágio)

Formação Profissional de Nível IV:

Requisitos mínimos de entrada: 12º ano de escolaridade (via geral) ou equivalente

Duração indicativa de 1200 a 1800 horas (incluindo estágio)

Requisitos mínimos de entrada: 12º ano de escolaridade (via técnica) ou equivalente

Curso técnico-profissional de Nível III

Duração indicativa de 900 a 1500 horas (incluindo estágio)

Formação Profissional de Nível V:

Requisitos mínimos de entrada: 12º ano do ensino secundário ou equivalente

Curso técnico-profissional de Nível IV

Duração indicativa: de 1800 a 2400 horas (incluindo estágio)

2. Será objecto de diploma próprio a descrição detalhada dos níveis dos requisitos mínimos de entrada, a duração indicativa, o conteúdo e os certificados profissionais a que dão direito, assim como a intercomunicação entre os diversos níveis de formação.

SECÇÃO V**Perfis****Artigo 26º****Perfis profissionais e perfis da formação**

A formação profissional deve basear-se em perfis de formação correspondente a perfis profissionais.

SECÇÃO VI**Financiamento e apoios públicos****Artigo 27º****Financiamento e apoios à formação**

1. O financiamento da formação profissional é assegurado pelo Estado, autarquias locais, entidades empregadoras, formandos e, eventualmente, por fundos provenientes de outras entidades nacionais, estrangeiras e internacionais.

2. As empresas e outras entidades financiam diretamente a formação que realizem por si mesma e em cooperação entre si ou com recurso ao exterior, podendo também beneficiar dos apoios técnicos e financeiros previstos em legislação específica.

3. Só pode ser apoiada técnica e/ou financeiramente pelo Estado ou por outras entidades públicas a formação profissional a que seja reconhecido interesse nacional, regional ou local, ministrada por entidades devidamente acreditadas.

4. Destinam-se à formação profissional as dotações inscritas, para efeito, no Orçamento do Estado, bem como as que vierem a ser definidas no diploma que estabeleça o sistema de financiamento da formação profissional.

SECÇÃO VII**Avaliação e coordenação****Artigo 28º**

Avaliação

1. A formação profissional é objecto de avaliação contínua e sistemática, quer nas vertentes administrativo-financeiras, quer nas vertentes técnico-pedagógica, quer ainda na sua relação com o emprego.

2. A avaliação da formação profissional é realizada a nível setorial, nacional e regional, pelas estruturas responsáveis pela coordenação.

3. Ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, em articulação com o conselho Nacional de Emprego e Formação Profissional, compete garantir a definição e execução do processo referido nos números anteriores.

Artigo 29º

Coordenação

1. A formação profissional é coordenada pelo departamento governamental responsável pelas áreas da Educação, Formação Profissional e emprego, com a participação dos restantes Ministérios em razão da matéria.

2. O Instituto do Emprego e Formação Profissional em articulação com os parceiros sociais e outras entidades relevantes, deve promover o levantamento e a análise das necessidades de formação profissional a nível nacional, regional e local, bem como a sua permanente atualização e divulgação.

3. O Instituto do Emprego e Formação Profissional deverá coordenar e acompanhar a atividade de formação profissional, evitando duplicações, tendo em vista a adequação da formação com as necessidades do mercado de trabalho e salvaguarda da qualidade da formação.

4. As entidades formadoras públicas e privadas que realizem formação profissional apoiada técnica ou financeiramente pelo Estado ou por entidades públicas devem fornecer todos os dados que lhes forem solicitados ao Instituto do Emprego e Formação Profissional relativamente à sua atualidade formativa.

CAPÍTULO III

Disposições transitórias e finais

Artigo 30º

Regulamentação

Serão objecto de regulamentação, por Decreto Regulamentar, as seguintes matérias:

- a) A certificação;
- b) O financiamento da formação profissional;
- c) O estatuto do centro de formação, entidades formadoras e unidades formativas das escolas secundárias;
- d) O regime jurídico da aprendizagem;
- e) A entidade acreditadora;
- f) O estatuto do formando;
- g) O estatuto do formador.

Artigo 31º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves – Carlos Augusto Duarte de Burgo – Victor Manuel Barbosa

Borges – Júlio Lopes Correia.

Promulgado em 18 de Setembro de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES

Referendado em 23 de Setembro e 2003.

O Primeiro-Ministro, José Maria Pereira Neves.

ANEXO II

**INQUÉRITO AOS DIPLOMADOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL QUE OPTARAM PARA
AUTOEMPREGO NA ILHA DE SANTIAGO (ANO 2005/2010)**

QUESTIONÁRIO

Este inquérito por questionário está integrado no desenvolvimento de uma tese de doutoramento em Formação Profissional na Criação do Autoemprego na Ilha de Santiago a decorrer na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. O questionário é anónimo e os dados que dele constam, são confidenciais, sendo apenas utilizados para efeitos de pesquisa no quadro de doutoramento em Educação. É destinado aos diplomados de formação profissional dos anos 2005 a 2010 nos Centros de Formação do IEFP e Escolas Técnicas da Ilha de Santiago.

A tua identidade jamais será divulgada.

Agradecemos a boa vontade e a colaboração prestada.

Por favor assinala com u☐ (1) no ☐ (2) no ☐ (3) no ☐ (4) no ☐ (5) no correspondente e expressa com sinceridade a tua opinião.

I – IDENTIFICAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

1 - 1 – Sexo ☐ (1). M ☐ (2). F

2 – Idade (1) ☐ 20 – 25 (2) ☐ 26 – 30 (3) ☐ 31 – 35 (4) ☐ 36-40 (5) ☐ > 40

3 – Estado civil? (1) ☐ solteiro (2) ☐ casado (3) ☐ divorciado (4) ☐ Vive ☐ juntos

4 – Concelho _____

5 - _____ Residência antes da formação:

7 - _____ Residência atual

7 – Indica o grau de instrução dos teus pais:

7.1

7.2

	Pai	Mãe
1. Não sabe ler e nem escrever		
2. Sabe ler e escrever mas sem diploma		
3. Ensino básico (4.ª classe)		
4. Ensino básico (6.ª classe)		
5. Ensino secundário (1.º ciclo)		
6. Ensino secundário (2.º ciclo)		
7. Ensino secundário (3.º ciclo)		
8. Ensino Médio (bacharelato)		
9. Ensino superior (licenciatura)		
10. Ensino superior (mestrado)		
11. Ensino superior (doutoramento)		
12. Outra situação. Qual?		

8 – Qual é a ocupação profissional dos teus pais?

(1) Mãe _____

(2) Pai _____

II – IDENTIFICAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

9 – Indica o ano da conclusão do teu último nível escolar:

Habilitações literárias		Ano da conclusão
	6.º Ano de escolaridade	
	8.º Ano de escolaridade	
	10.º Ano escolaridade	
	12.º Ano de escolaridade	

10 – Indica o nome do teu curso profissional

11 - Nível do curso que realizaste _____

12 – Nome da Instituição da formação

13 – Ano da conclusão do curso _____

14 – Local da instituição de formação

15 – Qual é o motivo mais forte que te levou a ingressar no curso de formação profissional?

(Assinale apenas um motivo)

.º	Motivos	A ssinale
	Necessidade de trabalhar o mais cedo possível	
	Gosto muito do curso que fiz	
	Não conclui o 12.º ano e perdi o direito de estudar	
	Era a forma mais certa de vir encontrar um emprego	
	Procurei, mas não encontrei o emprego	
	Pressão da família	
	Falta de recursos para seguir a formação superior	
	Única forma para não ficar sem estudar	

7. Existe outro motivo? Qual _____

16 – Qual era a tua situação profissional antes do Curso?

	Estudava	
	Trabalhava por conta própria	
	Trabalhava por conta de outrem	
	Desempregado (a)	

17 – Qual é a tua situação atual?

	Autoempregado	
	Autoempregado e estudante	
	Autoempregado/estagiário	

18 – Quanto tempo decorreu desde o fim do curso até criar o teu próprio negócio?

	Menos de 3 meses	
	Entre 3 a 6 meses	
	Entre 6 meses a um ano	
	Superior a 1 ano	

III – PROCESSO DE CRIAÇÃO DO AUTOEMPREGO

19 – Qual é o motivo principal que te levou a criar o teu próprio emprego?

	Tradição familiar	
	Falta de emprego	
	Baixo salário praticado no mercado	
	Espírito empreendedor	
	Competência criada por um módulo do curso de F. Profissional	

20 – Qual é a situação do teu negócio?

	Cresceu sempre desde a sua criação	
	A perspetiva é boa	
	Não cresce, está estagnado	
	Se continuar desta forma fecho	

21 – Existe no teu empreendimento (pequeno negócio) outros trabalhadores?

(1) Sim ☐ (2) Não ☐

22 – Se sim quantos? _____

23 – São sócios? Ou elementos da família? _____

24 – Na tua opinião qual é a modalidade mais viável de autoemprego, individual ou de grupo? Porquê?

25 – Para criar o teu negócio recorreste ao empréstimo?

	Não	
	Pequenos empréstimos familiares	
	Ao microcrédito das ONG	
	Ao mutualismo comunitário	
	Crédito bancário	
	Crédito do Novo Banco	

26 – Foi difícil encontrar o crédito?

(1) Sim ☐ (2) Não ☐

27 – Se sim qual foi a principal dificuldade?

	Burocracia e outras exigências	
	Avalistas para assinar	
	Registo do empreendimento	
	Outros	

28 – Qual é o grau da satisfação com o teu autoemprego?

(1) Bastante satisfeito ☐ (2) Muito satisfeito ☐ (3) Satisfeito ☐ (4) Pouco satisfeito ☐

29 – O teu produto ou serviço é destinado ao consumidor:

	Local	
	Regional	
	Nacional	
	Internacional	

30 – Tens a ideia de quanto será o teu salário mensal?

(1) Sim ☐ (2) Não ☐

Se sim ganharias quanto por mês? _____

31 – Ganharias mais ou menos se trabalhasse por conta de outrem?

(1) Mais ☐ (2) Menos ☐

32 – Tiveste algum apoio do teu Centro de Formação ou Escola na criação da tua empresa/negócio?

(1) Sim ☐ (2) Não ☐

33 – Nalgum momento pensas vir a trabalhar por conta de outrem? Porquê?

34 – O que aconselharias as pessoas que pretendem criar o autoemprego?

Terminou aqui o teu questionário.

Obrigado pela tua colaboração

Obs. sobre o empreendimento:

ANEXO IIIGUIÃO DE ENTREVISTAS AOS DIRECTORES DOS CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E
AS ESCOLAS TÉCNICAS DA ILHA DE SANTIAGO

CENTRO	DE	F.P.	OU	ESCOLA	TÉCNICA	DE
--------	----	------	----	--------	---------	----

-
1. Dos diplomados do seu centro, os que saíram entre 2005 a 2010, muitos tiveram a iniciativa empresarial?
 2. Entre os anos 2005 a 2010, quantos diplomados do vosso centro conseguiram criar o próprio emprego?
 3. Durante esses anos qual é que considera ano de maior sucesso em termos da criação do autoemprego?
 4. Aponte os principais motivos?
 5. Alguns módulos do curso influenciaram os diplomados na criação do autoemprego? Quais?
 6. Acha que falar do empreendedorismo no curso de formação permite despertar algum interesse pela iniciativa empresarial?
 7. Na sua opinião quais são os principais constrangimentos na criação de autoemprego?

8. Tem a ideia em que área de formação os diplomados criaram mais autoemprego?
9. O seu Centro apoia os diplomados na criação do seu próprio emprego?
10. Em que aspeto concretamente?

Obrigado